

Resenha

de Política Exterior do Brasil
número 108, 1º semestre de 2011

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

Número 108, 1º semestre de 2011 - Ano 37, ISSN 0101 2428

© 2012 Todos os direitos reservados. A reprodução ou tradução de qualquer parte desta publicação será permitida com a prévia permissão do Editor.

A **Resenha de Política Exterior do Brasil** é uma publicação semestral do Ministério das Relações Exteriores, organizada e editada pela Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO) do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD).

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Embaixador Antonio de Aguiar Patriota

Secretário-Geral das Relações Exteriores
Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira

Subsecretário-Geral do Serviço Exterior
Embaixador Denis Fontes de Souza Pinto

Diretor do Departamento de Comunicações e Documentação
Ministro João Pedro Corrêa Costa

Coordenação-Geral de Documentação Diplomática
Conselheiro Pedro Frederico de Figueiredo Garcia
Secretária Gilsandra da Luz Moscardo de Souza
Secretário Frederico Oliveira de Araújo

Resenha de Política Exterior do Brasil / Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Comunicações e Documentação : Coordenação-Geral de Documentação Diplomática. – Ano 1, n. 1 (jun. 1974)-. – Brasília : Ministério das Relações Exteriores, 1974 - .

250p.

ISSN 01012428
Semestral.

1.Brasil – Relações Exteriores – Periódico. I.Brasil. Ministério das Relações Exteriores.

CDU 32(05)



Departamento de Comunicações e Documentação

SUMÁRIO

DISCURSOS

25

DISCURSO DO EMBAIXADOR CELSO AMORIM NA CERIMÔNIA DE TRANSMISSÃO DO CARGO DE MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, BRASÍLIA, 02/01/2011	25
DISCURSO DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA NA CERIMÔNIA DE TRANSMISSÃO DO CARGO DE MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, BRASÍLIA, 05/01/2011	29
DISCURSO DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA NA CERIMÔNIA DE POSSE DO EMBAIXADOR RUY NUNES PINTO NOGUEIRA COMO SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, BRASÍLIA, 06/01/2011	35
DISCURSO PROFERIDO PELO EMBAIXADOR RUY NUNES PINTO NOGUEIRA POR OCASIÃO DA TRANSMISSÃO DO CARGO DE SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, BRASÍLIA, 06/01/2011	39
DISCURSO DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA NO DEBATE ABERTO DE ALTO NÍVEL DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE A INTERDEPENDÊNCIA ENTRE SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO - NOVA YORK, 11/02/2011	43
DISCURSO PROFERIDO PELO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA POR OCASIÃO DAS COMEMORAÇÕES DO DIA DO DIPLOMATA – BRASÍLIA, 20/04/2011	49
DISCURSO PROFERIDO PELO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA DURANTE SOLENIDADE EM COMEMORAÇÃO DO DIA DA ÁFRICA, BRASÍLIA 25/05/2011	53

DISCURSO PROFERIDO PELO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA POR OCASIÃO DO SEMINÁRIO “COOPERAÇÃO TÉCNICA BRASILEIRA: AGRICULTURA, SEGURANÇA ALIMENTAR E POLÍTICAS SOCIAIS”- ROMA, 24/06/2011	57
---	----

ATOS INTERNACIONAIS	63
----------------------------	-----------

COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES	69
--	-----------

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA É O NOVO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES 01/01/2011	69
---	----

ENCONTRO ENTRE O MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA E O MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, COOPERAÇÃO E COMUNIDADES DE CABO VERDE, JOSÉ BRITO 02/01/2011	69
---	----

ENCONTRO ENTRE O MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA E O MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, COMÉRCIO INTERNACIONAL E CULTO DA ARGENTINA, HÉCTOR TIMERMAN 02/01/2011	69
---	----

ENCONTRO ENTRE O MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA E O MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA ARMÊNIA, EDWARD NALBANDIAN 02/01/2011	70
---	----

VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA À ARGENTINA - BUENOS AIRES, 10 DE JANEIRO DE 2011 07/01/2011	70
--	----

REFERENDO SOBRE O STATUS DO SUL DO SUDÃO 08/01/2011	71
--	----

CONTROLE INTEGRADO DE FRONTEIRAS ENTRE BRASIL E PERU 10/01/2011	71
ADESÃO DO BRASIL AO BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO CARIBE (BDC) COMO SÓCIO REGIONAL 11/01/2011	72
UM ANO DO TERREMOTO NO HAITI 12/01/2011	72
VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA AO PARAGUAI - ASSUNÇÃO, 17 DE JANEIRO DE 2011 14/01/2011	73
VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA AO URUGUAI - MONTEVIDÉU, 18 DE JANEIRO DE 2011 14/01/2011	73
ONDA DE PROTESTOS NA TUNÍSIA 14/01/2011	74
DECLARAÇÃO DA UNASUL SOBRE AS ENCHENTES E OS DESLIZAMENTOS NA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL 18/01/2011	74
DECLARAÇÃO DO GRUPO DO RIO EM SOLIDARIEDADE AO BRASIL APÓS ENCHENTES NA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL 18/01/2011	74
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA REDUÇÃO DOS RISCOS DE CALAMIDADES NATURAIS 18/01/2011	74
FALECIMENTO DO EMBAIXADOR RAMIRO SARAIVA GUERREIRO 19/01/2011	75

EMBAIXADOR SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES DESIGNADO ALTO REPRESENTANTE-GERAL DO MERCOSUL 19/01/2011	75
CANDIDATURA BRASILEIRA À DIREÇÃO-GERAL DA FAO 21/01/2011	75
ATENTADO EM MOSCOU 24/01/2011	76
PROCESSO ELEITORAL HAITIANO 24/01/2011	76
PORTARIA QUE REGULAMENTA A EMISSÃO DE PASSAPORTES DIPLOMÁTICOS 24/01/2011	77
PARTICIPAÇÃO DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA NA REUNIÃO ANUAL DO FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL 25/01/2011	78
VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA A BRUXELAS – 26/01/2011 25/01/2011	78
EXPLOSÃO NA MINA LA PRECIOSA, COLÔMBIA 27/01/2011	79
SITUAÇÃO NO EGITO, NA TUNÍSIA E NO IÊMEN 28/01/2011	79
COMUNICADO DOS MINISTROS DO BRASIL, CHINA, ÍNDIA E ÁFRICA DO SUL SOBRE O ESTADO DAS NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS DA RODADA DOHA 28/01/2011	79
VISITA DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF À ARGENTINA - BUENOS AIRES, 31 DE JANEIRO DE 2011 28/01/2011	80

SITUAÇÃO NO EGITO 31/01/2011	81
DECLARAÇÃO CONJUNTA POR OCASIÃO DA VISITA DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF À REPÚBLICA ARGENTINA – BUENOS AIRES, 31 DE JANEIRO DE 2011 31/01/2011	81
FÓRUM DE EMPRESÁRIOS ARGENTINA-BRASIL 31/01/2011	93
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF À ARGENTINA – BUENOS AIRES, 31 DE JANEIRO DE 2011 31/01/2011	96
PRESIDÊNCIA DO BRASIL NO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS 01/02/2011	97
ASSINATURA DO PROTOCOLO DE NAGOIA SOBRE ACESSO E REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS 02/02/2011	98
SITUAÇÃO NO EGITO 03/02/2011	98
VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA À COLÔMBIA - BOGOTÁ, 4 DE FEVEREIRO DE 2011 03/02/2011	98
VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA À VENEZUELA - CARACAS, 7 DE FEVEREIRO DE 2011 03/02/2011	99
ELEIÇÕES NO HAITI 04/02/2011	99
RESULTADOS DO REFERENDO SOBRE O SUL DO SUDÃO 08/02/2011	99

INCIDENTES ENTRE TAILÂNDIA E CAMBOJA 08/02/2011	100
ENTRADA EM VIGOR DO NOVO ACORDO INTERNACIONAL DO CAFÉ 09/02/2011	100
V DIÁLOGO DE PARCERIA ECONÔMICA ENTRE O MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E O DEPARTAMENTO DE ESTADO NORTE- AMERICANO 09/02/2011	100
VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA ÀS NAÇÕES UNIDAS – NOVA YORK, 10 E 11 DE FEVEREIRO DE 2011 09/02/2011	101
MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE A AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC) DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A AGÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL (USAID) 10/02/2011	101
SITUAÇÃO POLÍTICA NO EGITO 11/02/2011	104
REUNIÃO MINISTERIAL DOS PAÍSES DO G4 (ALEMANHA, BRASIL, ÍNDIA E JAPÃO) - DECLARAÇÃO CONJUNTA À IMPRENSA 11/02/2011	104
VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA AO HAITI - PORTO PRÍNCIPE, 12 E 13 DE FEVEREIRO DE 2011 11/02/2011	105
DISCURSO DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA NO DEBATE ABERTO DE ALTO NÍVEL DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE A INTERDEPENDÊNCIA ENTRE SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO - NOVA YORK, 11 DE FEVEREIRO DE 2011 11/02/2011	106

CANDIDATURA DE ROBÉRIO OLIVEIRA SILVA AO CARGO DE DIRETOR-EXECUTIVO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO CAFÉ (OIC) 14/02/2011	108
REUNIÃO MINISTERIAL DO IBAS - DECLARAÇÃO CONJUNTA - NOVA YORK, 11 DE FEVEREIRO DE 2011 14/02/2011	108
ENTRADA EM VIGOR DO TRATADO CONSTITUTIVO DA UNASUL 14/02/2011	109
PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA UNIFIL 16/02/2011	110
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DE PORTUGAL, LUÍS AMADO – 18 DE FEVEREIRO DE 2011 17/02/2011	110
CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE O ITAMARATY E O BNDES PARA A PROMOÇÃO DOS BIOCOMBUSTÍVEIS EM PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO - BRASÍLIA, 17 DE FEVEREIRO DE 2011 17/02/2011	111
EXPLOSÃO NA TANZÂNIA 17/02/2011	111
SITUAÇÃO NO BAREINE 17/02/2011	111
SITUAÇÃO NA LÍBIA 18/02/2011	112
VOTAÇÃO NO CONSELHO DE SEGURANÇA SOBRE OS ASSENTAMENTOS ISRAELENSES NOS TERRITÓRIOS PALESTINOS OCUPADOS 18/02/2011	112
SITUAÇÃO NA LÍBIA 21/02/2011	113

CONTENCIOSO NA OMC ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS 21/02/2011	114
VISITA AO BRASIL DA MINISTRA DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA FRANÇA, MICHÈLE ALLIOT-MARIE 21/02/2011	115
VISITA AO BRASIL DO SECRETÁRIO-GERAL DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, JOSÉ MIGUEL INSULZA – BRASÍLIA, 22 DE FEVEREIRO DE 2011 21/02/2011	115
TERREMOTO NA NOVA ZELÂNDIA 22/02/2011	115
VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA AOS ESTADOS UNIDOS – WASHINGTON – 23 E 24 DE FEVEREIRO DE 2011 22/02/2011	115
ATO ASSINADO POR OCASIÃO DA VISITA DA MINISTRA DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA FRANÇA, MICHÈLE ALLIOT-MARIE – BRASÍLIA, 22 DE FEVEREIRO DE 2011 22/02/2011	116
I REUNIÃO DE DIRETORES DE ÁGUA DOS PAÍSES AMAZÔNICOS – 22 E 23 DE FEVEREIRO DE 2011 23/02/2011	117
REUNIÃO DE CÚPULA DA COMUNIDADE DO CARIBE – CARICOM – GRANADA, 25 E 26 DE FEVEREIRO DE 2011 24/02/2011	118
OPERAÇÃO DE EVACUAÇÃO DE CIDADÃOS BRASILEIROS DA LÍBIA 25/02/2011	118
VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA À CHINA – PEQUIM, 3 E 4 DE MARÇO DE 2011 01/03/2011	119

PARTICIPAÇÃO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES NA CÚPULA DA COMUNIDADE DO CARIBE - GRANADA, 25 E 26 DE FEVEREIRO DE 2011 01/03/2011	120
INUNDAÇÕES NA BOLÍVIA 02/03/2011	123
VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-MINISTRO DO TIMOR-LESTE, XANANA GUSMÃO - BRASÍLIA, 2 A 5 DE MARÇO DE 2011 02/03/2011	123
VISITA DO PRIMEIRO-MINISTRO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE, XANANA GUSMÃO, AO BRASIL - 2 A 5 DE MARÇO DE 2011 - DECLARAÇÃO CONJUNTA 03/03/2011	124
VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA AO ESTADO DO CATAR - DOHA, 9 DE MARÇO DE 2011 04/03/2011	125
VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA À ÍNDIA - NOVA DELHI, 5 E 8 DE MARÇO DE 2011 04/03/2011	125
CONSULTAS ENTRE BRASIL E EUA SOBRE OS COMPROMISSOS ASSUMIDOS NO ÂMBITO DO ACORDO-QUADRO DECORRENTE DO CONTENCIOSO DO ALGODÃO 04/03/2011	126
SITUAÇÃO NOS PAÍSES ÁRABES 04/03/2011	126
VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA AO SRI LANKA - COLOMBO, 7 DE MARÇO DE 2011 06/03/2011	128
SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA TRILATERAL DO FÓRUM IBAS - NOVA DELHI, 8 DE MARÇO DE 2011 - DECLARAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO DO ORIENTE MÉDIO E NORTE DA ÁFRICA 08/03/2011	128

SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA TRILATERAL DO FÓRUM IBAS – COMUNICADO MINISTERIAL – NOVA DELHI, NO DIA 8 DE MARÇO DE 2011 08/03/2011	129
PARTICIPAÇÃO DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA NO ENCONTRO EMPRESARIAL BRASIL-URUGUAI 11/03/2011	137
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA UNASUL – QUITO, 11 DE MARÇO DE 2011 11/03/2011	138
TERREMOTO NO JAPÃO 11/03/2011	138
APROVAÇÃO DA RESOLUÇÃO 1973 DO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU SOBRE A LÍBIA 17/03/2011	138
SITUAÇÃO NO BAREINE 17/03/2011	140
TERREMOTO NO JAPÃO - DOAÇÃO BRASILEIRA ÀS VÍTIMAS E ATENDIMENTO AOS BRASILEIROS 18/03/2011	140
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, BARACK OBAMA - BRASÍLIA, 19 DE MARÇO DE 2011 18/03/2011	140
SITUAÇÃO NO IÊMEN 18/03/2011	141
MERCOSUL-UE, XX CNB - BRUXELAS, 14 A 18 DE MARÇO DE 2011 19/03/2011	141

COMUNICADO CONJUNTO DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF E DO PRESIDENTE BARACK OBAMA - BRASÍLIA, 19 DE MARÇO DE 2011 19/03/2011	142
VISITA AO BRASIL DO REPRESENTANTE ESPECIAL DO SECRETÁRIO-GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS NA GUINÉ-BISSAU, EMBAIXADOR JOSEPH MUTABOBA 20/03/2011	149
SITUAÇÃO NA LÍBIA 21/03/2011	150
SEGUNDO TURNO DAS ELEIÇÕES HAITIANAS 22/03/2011	150
VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA À BOLÍVIA - 25 DE MARÇO DE 2011 24/03/2011	150
SAQUE DE SALDO DE CONTAS DO FGTS POR BRASILEIROS RESIDENTES NO EXTERIOR 24/03/2011	151
CONTENCIOSO NA OMC ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS SOBRE MEDIDAS ANTIDUMPING APLICADAS SOBRE A IMPORTAÇÃO DE SUCO DE LARANJA BRASILEIRO (DS382) - DIVULGAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DO PAINEL 25/03/2011	151
II REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA BRASIL-ZÂMBIA - BRASÍLIA, 23 E 24 DE MARÇO DE 2011 28/03/2011	152
VIAGEM DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF A PORTUGAL - COIMBRA E LISBOA, 29 E 30 DE MARÇO DE 2011 28/03/2011	152

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA NORUEGA, JONAS GAHR STØRE – BRASÍLIA, 30/03/2011 29/03/2011	153
VISITA AO BRASIL DA MINISTRA DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA DINAMARCA, LENE ESPERSEN 30/03/2011	153
VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA AO CHILE - SANTIAGO, 1º DE ABRIL DE 2011 31/03/2011	153
ATO ASSINADO POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS TRANSPORTES, CONSTRUÇÕES E DESENVOLVIMENTO URBANO DA ALEMANHA, PETER RAMSAUER - BRASÍLIA, 31 DE MARÇO DE 2011 31/03/2011	154
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DE RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA COSTA RICA, RENÉ CASTRO SALAZAR 01/04/2011	155
ATAQUE ÀS NAÇÕES UNIDAS NO AFEGANISTÃO 01/04/2011	156
SOLICITAÇÃO DA COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH) DA OEA 05/04/2011	156
VISITA DE ESTADO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA, DILMA ROUSSEFF, À REPÚBLICA POPULAR DA CHINA – PEQUIM, 12 E 13 DE ABRIL DE 2011 08/04/2011	156
III CÚPULA DO BRICS - SANYA, 14 DE ABRIL DE 2011 08/04/2011	157
RELATÓRIO DO DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA SOBRE DIREITOS HUMANOS 08/04/2011	158

PARTICIPAÇÃO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA, DILMA ROUSSEFF, NO FÓRUM DE BOAO PARA A ÁSIA - 15 DE ABRIL DE 2011 08/04/2011	158
ATENTADO NO METRÔ DE MINSK 12/04/2011	159
REUNIÃO DE DIRETORES DE ASSUNTOS INDÍGENAS DOS PAÍSES AMAZÔNICOS - BRASÍLIA, 13 E 14 DE ABRIL DE 2011 12/04/2011	159
COMUNICADO CONJUNTO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA - PEQUIM, EM 12 DE ABRIL DE 2011 12/04/2011	159
VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA AO JAPÃO – TÓQUIO, 16 DE ABRIL DE 2011 14/04/2011	171
VISITA AO BRASIL DA SECRETÁRIA DE INCLUSÃO SOCIAL E PRIMEIRA DAMA DE EL SALVADOR, SENHORA VANDA PIGNATO - 25 DE ABRIL A 3 DE MAIO DE 2011 25/04/2011	171
REUNIÃO DE CHANCELERES DA CALC - CARACAS, 26 DE ABRIL DE 2011 25/04/2011	171
SITUAÇÃO NA SÍRIA 25/04/2011	172
FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL SOBRE A AMÉRICA LATINA - RIO DE JANEIRO, 27 A 29 DE ABRIL DE 2011 27/04/2011	172
CONSELHO DE INFRAESTRUTURA E PLANEJAMENTO (COSIPLAN) DA UNASUL - RIO DE JANEIRO, 28 DE ABRIL DE 2011 28/04/2011	172

ATENTADO NO MARROCOS 28/04/2011	173
MESA REDONDA SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - RIO DE JANEIRO, 29 DE ABRIL DE 2011 28/04/2011	173
VISITA AO BRASIL DA SECRETÁRIA-GERAL-DESIGNADA DA UNASUL, MARÍA EMMA MEJÍA 29/04/2011	173
VISITA DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA ANTIGA REPÚBLICA IUGOSLAVA DA MACEDÔNIA, ANTONIO MILOSOSKI - BRASÍLIA, 2 E 3 DE MAIO DE 2011 29/04/2011	174
PRIMEIRA REUNIÃO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES COM O CONSELHO DE REPRESENTANTES DE BRASILEIROS NO EXTERIOR 29/04/2011	174
MESA-REDONDA “RIO+20: OS NOVOS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL” 29/04/2011	175
VISITA AO BRASIL DO VICE-CHANCELER DO CAMBOJA, EMBAIXADOR LONG VISALO - BRASÍLIA, 29 DE ABRIL A 3 DE MAIO DE 2011 02/05/2011	176
VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO PARAGUAI, JORGE LARA CASTRO - BRASÍLIA, 3 DE MAIO DE 2011 02/05/2011	177
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA, CHRISTIAN WULFF 04/05/2011	177
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA, CHRISTIAN WULFF 04/05/2011	178

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA VENEZUELA, HUGO CHÁVEZ - BRASÍLIA, 10 DE MAIO DE 2011 05/05/2011	178
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E CULTURA E A “TEMPORADA ALEMANHA NO BRASIL” - BRASÍLIA, 5 DE MAIO DE 2011 05/05/2011	179
VISITA AO BRASIL DO VICE-PRESIDENTE DE GANA, JOHN DRAMANI MAHAMA 06/05/2011	180
MERCOSUL – EU: XXI REUNIÃO DO COMITÊ DE NEGOCIAÇÕES BIRREGIONAIS, ASSUNÇÃO, 2 A 6 DE MAIO DE 2011 - COMUNICADO DE IMPRESA - ASSUNÇÃO, 6 DE MAIO DE 2011 06/05/2011	181
VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA AO EGITO – CAIRO, 7 E 8 DE MAIO DE 2011 06/05/2011	181
ADIAMENTO DA VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA, HUGO CHÁVEZ, AO BRASIL 09/05/2011	182
PASSAPORTES DIPLOMÁTICOS 09/05/2011	182
SISTEMA GERAL DE PREFERÊNCIAS TARIFÁRIAS DA UNIÃO EUROPÉIA 10/05/2011	182
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DO COMÉRCIO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, CHEN DEMING 11/05/2011	183
AÇÕES EM BENEFÍCIO DOS BRASILEIROS NO EXTERIOR 13/05/2011	184

V COMISSÃO BRASILEIRO-RUSSA DE ALTO NÍVEL DE COOPERAÇÃO – MOSCOU, 16 E 17 DE MAIO DE 2011 13/05/2011	184
CELEBRAÇÕES DO BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO PARAGUAI - ASSUNÇÃO, 14 DE MAIO DE 2011 13/05/2011	184
CONSULADOS NOS EUA COMEÇAM A OPERAR SERVIÇO DE SAQUE DO FGTS NO DIA 16 DE MAIO 13/05/2011	185
VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-MINISTRO DA SUÉCIA, FREDRIK REINFELDT – 16 A 18 DE MAIO DE 2011 16/05/2011	185
DECLARAÇÃO CONJUNTA ASSINADA POR OCASIÃO DA V REUNIÃO DA COMISSÃO RUSSO-BRASILEIRA DE ALTO NÍVEL DE COOPERAÇÃO - MOSCOU, 17 DE MAIO DE 2011 17/05/2011	186
CANDIDATURA DO PROFESSOR JOSÉ GRAZIANO DA SILVA AO CARGO DE DIRETOR-GERAL DA FAO; VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA A ROMA – 19 E 20 DE MAIO DE 2011 18/05/2011	190
CURSO INTERNACIONAL PARA TREINADORES DE FUTEBOL 20/05/2011	190
DECLARAÇÃO DOS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL E VENEZUELA SOBRE O ACORDO DE CARTAGENA DAS ÍNDIAS SOBRE A SITUAÇÃO EM HONDURAS 24/05/2011	191
VISITA AO BRASIL DA MINISTRA DOS ASSUNTOS EXTERIORES E DA COOPERAÇÃO DA ESPANHA, TRINIDAD JIMÉNEZ - BRASÍLIA, 26 DE MAIO DE 2011 25/05/2011	191

VISITA DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF AO URUGUAI -MONTEVIDÉU, 30 DE MAIO DE 2011 26/05/2011	192
ATENTADO A BOMBA CONTRA COMBOIO DAS NAÇÕES UNIDAS NO LÍBANO 27/05/2011	193
VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA A WASHINGTON – 31 DE MAIO E 1º DE JUNHO DE 2011 30/05/2011	193
FUNDO DE FINANCIAMENTO DO SETOR EDUCACIONAL DO MERCOSUL (FEM) 31/05/2011	193
VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA À ITÁLIA - ROMA, 2 DE JUNHO DE 2011 01/06/2011	194
DIÁLOGO DE PARCERIA GLOBAL BRASIL-ESTADOS UNIDOS - WASHINGTON, 31 DE MAIO E 1º DE JUNHO DE 2011 - COMUNICADO CONJUNTO 02/06/2011	194
CURSO INÉDITO PARA PROFESSORES DE PORTUGUÊS NOS ESTADOS UNIDOS 02/06/2011	197
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA VENEZUELA, HUGO CHÁVEZ - BRASÍLIA, 6 DE JUNHO DE 2011 04/06/2011	197
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA VENEZUELA, HUGO CHÁVEZ - BRASÍLIA, 6 DE JUNHO DE 2011 06/06/2011	198
PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA EM REUNIÃO DE ALTO NÍVEL DA ONU SOBRE HIV/AIDS - NOVA YORK, 8 A 10 DE JUNHO DE 2011 07/06/2011	203

VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA AO PANAMÁ – CIDADE DO PANAMÁ, 13 DE JUNHO DE 2011 10/06/2011	203
BRASIL DOARÁ US\$ 20 MILHÕES À ALIANÇA GLOBAL PARA VACINAS E IMUNIZAÇÃO 11/06/2011	204
VISITA AO BRASIL DO SECRETÁRIO-GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, BAN KI- MOON – BRASÍLIA, 16 E 17 DE JUNHO DE 2011 15/06/2011	205
CATÁLOGO BIBLIOGRÁFICO DO BRICS 16/06/2011	205
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, JOSEPH DEISS - BRASÍLIA, 20/06/2011 17/06/2011	205
CONTENCIOSO NA OMC ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS SOBRE MEDIDAS ANTI-DUMPING APLICADAS SOBRE A IMPORTAÇÃO DE SUCO DE LARANJA BRASILEIRO (DS382) 17/06/2011	206
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COOPERAÇÃO DE MOÇAMBIQUE, OLDEMIRO BALÓI 17/06/2011	207
VISITA AO BRASIL DO VICE-PRIMEIRO-MINISTRO DO REINO UNIDO, NICK CLEGG 20/06/2011	207
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DO VICE-PRIMEIRO MINISTRO DO REINO UNIDO, NICK CLEGG – BRASÍLIA, 21 DE JUNHO DE 2011 21/06/2011	208
COMUNICADO CONJUNTO ASSINADO POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DO VICE-PRIMEIRO-MINISTRO DO REINO UNIDO, NICK CLEGG 21/06/2011	208

REELEIÇÃO DO SECRETÁRIO-GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, BAN KI-MOON 22/06/2011	210
MESA REDONDA BRASIL-REINO UNIDO SOBRE PARCERIAS EM EDUCAÇÃO SUPERIOR – BRASÍLIA, 21 DE JUNHO DE 2011 22/06/2011	211
PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE APOIO À ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA DA AMÉRICA CENTRAL - CIDADE DA GUATEMALA, 22 E 23 DE JUNHO DE 2011 22/06/2011	211
GRUPO DE SUPRIDORES NUCLEARES 24/06/2011	212
VISITA DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF À REPÚBLICA DO PARAGUAI - ASSUNÇÃO, 29 DE JUNHO DE 2011 28/06/2011	213
XLI REUNIÃO DO CONSELHO DO MERCADO COMUM E XLI CÚPULA DE PRESIDENTES DO MERCOSUL - ASSUNÇÃO, 28 E 29/06/2011 28/06/2011	213
CARTILHA DE ORIENTAÇÃO JURÍDICA AOS BRASILEIROS NO EXTERIOR 29/06/2011	214
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DO JAPÃO – BRASÍLIA, 30 DE JUNHO DE 2011 29/06/2011	214
ENTREVISTAS	217
ENTREVISTA CONCEDIDA PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, ANTONIO PATRIOTA, AO JORNALISTA PAULO CELSO PEREIRA – BRASÍLIA – DF, 09/01/2011	217

ENTREVISTA CONCEDIDA PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, ANTONIO PATRIOTA, AO JORNAL “CARTA CAPITAL” – BRASÍLIA – DF, 14/02/2011	221
ENTREVISTA CONCEDIDA PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, ANTONIO PATRIOTA, AO JORNAL “O ESTADO DE S. PAULO” – BRASÍLIA – DF, 25/02/2011	225
ENTREVISTA CONCEDIDA PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, ANTONIO PATRIOTA, À REVISTA “ISTOÉ DINHEIRO” – BRASÍLIA – DF, 18/03/2011	229
ENTREVISTA CONCEDIDA PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, ANTONIO PATRIOTA, À REVISTA “EM QUESTÃO/SECOM-PR” – BRASÍLIA – DF, 26/03/2011	231
ENTREVISTA CONCEDIDA PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, ANTONIO PATRIOTA, À REVISTA “ÉPOCA” – BRASÍLIA – DF, 13/05/2011	235
ENTREVISTA CONCEDIDA PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, ANTONIO PATRIOTA, AO JORNAL “BRASIL ECONÔMICO” – BRASÍLIA – DF, 17/05/2011	241
ÍNDICE REMISSIVO	245

DISCURSOS

DISCURSO DO EMBAIXADOR CELSO AMORIM NA CERIMÔNIA DE TRANSMISSÃO DO CARGO DE MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, BRASÍLIA, 02/01/2011

Eu hoje me sinto duplamente contente. Em primeiro lugar, porque, na seqüência da passagem da faixa do Presidente Lula para a Presidenta Dilma, eu transfiro o cargo de Ministro das Relações Exteriores a um grande funcionário do Itamaraty, um intelectual brilhante e um homem que comunga dos nossos ideais de transformação e de humanismo que inspiraram esses oito anos. Ele certamente saberá levar adiante, com seu estilo próprio, com a sua maneira própria de enfrentar e resolver os problemas, uma política externa que ajudou a colocar o Brasil num novo patamar do cenário internacional.

Não pense o nosso Ministro que terá menos problemas: ao contrário, porque faz parte do crescimento termos sempre mais problemas e termos também a capacidade de resolvê-los. Somente as crianças têm um só problema, que em geral os pais resolvem. Quem cresce, tem mais problemas – mas tem também mais capacidade de resolvê-los. E certamente o Brasil está crescendo e terá mais problemas do que tivemos, mas também terá mais capacidade de enfrentá-los e resolvê-los.

A segunda razão pela qual estou especialmente contente é o sentido de dever cumprido. Fizemos o que dissemos que iríamos

fazer. Quem tiver a paciência ou a pachorra de ler o discurso de posse que eu fiz – ou a parte, naturalmente menor, correspondente à política externa do discurso do Presidente Lula de oito anos atrás -, verá que realizamos o que prometemos. Enfrentamos o desafio de negociações comerciais complexas que vinham sendo conduzidas de forma que faziam prever resultados muito negativos para o desenvolvimento de nosso País.

Voltamos a fazer do Mercosul e da América do sul uma prioridade efetiva. Redirecionamos o foco da nossa diplomacia, buscando explorar novos horizontes, sem abandonar parcerias tradicionais – ao contrário, reforçamos essas parcerias. Entre esses novos horizontes, quero destacar, entre outros, a África, onde não fomos buscar apenas novos parceiros comerciais – fomos buscar a nós mesmos, nossas próprias origens, freqüentemente esquecidas. Também desenvolvemos relações novas com os países do Oriente Médio, com a Índia, com a China, com quem formamos o IBAS e o BRICS.

Talvez o mais importante de tudo é que praticamos uma política externa ativa e ativa, na qual o povo brasileiro se reconhece. Tenho tido a oportunidade de constatar esse fato nas ruas e nas praças, onde ando sem segurança e sem

assessores, nas manifestações positivas de parte da nossa elite intelectual e também da parte de gente simples, que antes talvez nem sequer ouvisse falar no tema das relações exteriores. Uma política que foi também desassomburada e solidária, como muito bem resumiu o nosso maior poeta a um tempo erudito e popular, Chico Buarque: “não fala fino com os poderosos e não fala grosso com os mais fracos”.

Nessa política em que o foco se dirigiu bastante para a cooperação sul-sul, alguns fatos são ilustrativos. Poderia falar das muitas viagens do Presidente Lula, mas elas certamente farão parte dos relatórios. Nessa cerimônia, em que estou envolvido mais diretamente, menciono apenas duas coisas. Fui mais vezes a Porto Príncipe do que a Londres, e estive em São Tomé e Príncipe tanto quanto em Washington.

Meus queridos amigos,

Não vou me arriscar a um exercício de avaliação. Deixo isso para os historiadores que, com distância e isenção, poderão olhar para esses oito anos e dizer o que a política externa significou ou deixou de significar para o salto qualitativo dado pelo Brasil. Neste momento, recorro à frase de um filósofo que li em livro que me foi presenteado anteontem por uma das minhas colaboradoras mais jovens: “prefiro o silêncio da convicção à retórica dos discursos.”

Mas não posso calar alguns agradecimentos.

Em primeiro lugar, ao Presidente Lula, sem cuja inspiração, apoio e iniciativa não existiria a política externa que é hoje reconhecida em todo o mundo. Tive o privilégio de ter com o Presidente Lula uma comunicação constante, que às vezes, em palavras dele, se dava até por telepatia. Em mais de uma ocasião, em Cancun, em Genebra, em Teerã e em outras situações, tive de tomar decisões cruciais sobre situações imprevistas ou imprevisíveis.

Neste agradecimento ao Presidente Lula, quero também envolver o seu Assessor direto

de longos anos, o Professor e meu amigo Marco Aurélio Garcia, que continuará a dar os seus bons conselhos à Presidenta Dilma Rousseff.

Quero agradecer muito especialmente à equipe do Itamaraty e aos que colaboraram comigo de maneira mais direta. Aos meus dois Secretários-Gerais, ao hoje ex-Ministro de Assuntos Estratégicos Samuel Pinheiro Guimarães, e ao também ex-Secretário Geral e atual Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota. Aos vários e às várias Chefes de Gabinete com que contei: Mauro Vieira, o próprio Embaixador Patriota, Maria Nazareth, Maria Laura, e também aos Subsecretários, na pessoa do Embaixador Ruy Nogueira, que hoje é elevado a Secretário-Geral do Itamaraty. A eles devo a ajuda indispensável, não só nas tarefas do fazer diplomático, mas nesse outro empreendimento, tão difícil quanto: transformar o Itamaraty, renovando-o e tornando-o mais parecido com a sociedade brasileira, e isso foi feito sem deixar de lado as boas tradições da Casa, sem afetar a excelência de seus quadros. Esses, ao contrário, além das qualidades intelectuais e morais, revelam hoje um entusiasmo que raramente encontrei em outras funções que já tive no Itamaraty.

Quero agradecer à mídia brasileira, que, com sua crítica constante – se justa ou injusta, os historiadores dirão –, me forçou a aguçar ainda mais os argumentos, e a estar alerta às armadilhas múltiplas que se criam, algumas vezes, por nós mesmos. Em muitas ocasiões, lendo os nossos jornais, pude até antecipar, e preparar-me para enfrentar, as opiniões que seriam defendidas por nossos interlocutores – ou, em algumas vezes, nossos opositores. Graças, em parte, à mídia, e a seu indefectível e implacável escrutínio, a política externa gozou de uma publicidade e mesmo de uma popularidade que, como diria o Presidente Lula, nunca se vira antes na história deste País.

O mesmo desafio político e intelectual tive

dos nossos parlamentares, que me ajudaram a abrir os olhos para aspectos da realidade que poderiam ter passado despercebidos e, em mais de uma ocasião, me assinalaram oportunidades de ação que, sem esse estímulo, talvez tivesse hesitado em adotar. E quero, na pessoa do Senador Inácio Arruda, a quem vejo aqui, agradecer por esse trabalho.

Tudo isso nós devemos à nossa democracia pujante, com participação crescente do povo, e de gente humilde, de onde provêm os nossos sonhos e a nossa força.

Agradeço a você, Ana, que não só me encorajou, e às vezes até me empurrou, e que soube, com meus filhos e netos, compreender que a missão de servir ao País impõe sacrifícios não só a quem se dedica a ela, mas também àqueles que o cercam. Sei que vocês estiveram comigo em todos os momentos, nos de celebração e nos de decepção ou de frustração, pois, como lembrou a nossa Presidenta ontem – e com as palavras naturalmente mais refinadas de Guimarães Rosa, por sinal, um diplomata –, “a vida é tecida por ambos”.

Não posso deixar de dar uma palavra aos jovens diplomatas, com quem procurei conviver o máximo que pude, e de quem procurei extrair, sem talvez que eles próprios soubessem, a energia de que necessitava para levar adiante uma política externa à altura do nosso País. A eles, somente posso dizer que abraçaram a mais apaixonante das carreiras, da qual hoje me despeço de forma definitiva. Uma carreira que permite, a cada dia e a cada momento, ter-se a justa sensação de servir ao País. É essa, aliás, a maior recompensa que ela oferece, como poucas outras.

Ao meu querido amigo e companheiro, Ministro Patriota, não darei conselhos ou sugestões, ele não precisa deles. Se, entretanto, ele me permitir, uma lembrança, um pensamento apenas, eu diria que procure sempre em si mesmo, no silêncio de suas

convicções, nos seus amigos e nos seus familiares mais próximos, e naturalmente no apoio da Chefe da Nação, a força para agir de maneira correta – sem se deixar levar, o que é sempre muito tentador, pela expectativa do elogio fácil ou da crítica maldosa. Confie no seu julgamento, como fez a Presidenta Dilma ao nomeá-lo, e você estará, na grande maioria dos casos, tomando a decisão certa.

Essa, meus amigos, é a segunda vez que me despeço da vida pública. Não vou mencionar quando deixei de ser Ministro, porque àquela época eu ainda era diplomata da ativa, de modo que continuei atuando. Na primeira, há trinta anos eu saía da Embrafilme por ter autorizado a realização de uma película que denunciava a tortura no Brasil. Por isso, hoje tenho certa dificuldade não em ouvir críticas, mas em ouvir reparos às minhas convicções sobre direitos humanos – e muitos dos que fazem as críticas hoje estavam calados naquela época. Daquela vez, falando aos cineastas que sempre reclamavam por mais verbas, eu disse a eles que o bem mais precioso nem sempre se percebe. Na realidade, só os percebemos quando nos fazem falta. É como o ar e a liberdade.

Dirigindo-me aos diplomatas e Ministros estrangeiros, a diplomatas brasileiros, a você, Antonio, e também à mídia, eu preciso dizer que a paz é como a liberdade e é como o ar: nós só sentimos falta dela quando não está presente. Quando está presente, parece algo natural. Parece que não custa nada, que é gratuita, que não requer esforço de nenhum país.

Nós estamos na sala Portinari. Não sei se foi inspiração sua, Ministro Patriota, mas não poderia haver inspiração melhor. Outro dia, nas minhas notas, escrevi que praticava meu último ato como Ministro – na realidade, acabou não sendo, houve outras coisas que eu não esperava –, que era participar da inauguração, ou melhor, da reabertura para o público brasileiro do grande mural “Guerra e

Paz”, pintado por Portinari, e que ornamenta as Nações Unidas, advertindo os delegados que entram pela escada vendo o mural da guerra e saem vendo o mural da paz.

E eu me pergunto se, há cerca de cinquenta anos, já se achou necessário e cabível pedir a um brasileiro que ele fizesse o mural “Guerra e Paz”, não tendo nós sofrido as agruras da guerra como os habitantes de tantos outros países, se isso não significa que há no mundo uma expectativa sobre a nossa capacidade de contribuir para a paz. Não só a paz interna, não só o convívio das raças – sobre o qual também trabalhamos, e eu me orgulho muito de ter feito isso –, não só sobre a presença das mulheres em nosso Ministério, como nunca houve antes, mas também da paz mundial. Muitas vezes nós ouvimos dos nossos críticos: “por que o Brasil está se envolvendo no Oriente Médio?”, “o Brasil já tem tantos problemas internos”, ele já os tinha há cinquenta anos, quando vieram pedir a um grande pintor brasileiro que representasse com a sua magia de cores a tristeza da guerra e a alegria da paz. E eu acho que a diplomacia tem um papel nisso, não pode deixar de ter um papel nisso. É o papel mais importante que temos. Todos os outros, mesmo trabalhar para o desenvolvimento, se tornam impossíveis se não tivermos um ambiente de paz.

Por isso, o Brasil tem e terá cada vez mais uma presença no cenário internacional. Caberá a você, caberá naturalmente à Presidenta Dilma, e a todos os seus auxiliares, fazer com que isso seja realidade.

No mais, meu querido amigo Antonio Patriota, Senhor Ministro de Estado, seja feliz. Seja feliz com Tania e seus filhos, pois de sua felicidade, de sua tranqüilidade de espírito, dependerá a felicidade de muitos brasileiros – inclusive daqueles que, como nós, seguimos de perto e com enormes esperanças esse crescente papel do Brasil no mundo em favor da paz e da liberdade.

Muito obrigado.

DISCURSO DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA NA CERIMÔNIA DE TRANSMISSÃO DO CARGO DE MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, BRASÍLIA, 05/01/2011

Minhas primeiras palavras são de agradecimento à Senhora Presidenta da República pela honra com que me distingue ao nomear-me Ministro das Relações Exteriores.

Com entusiasmo antecipo a distinção de servir à primeira mulher a presidir o Brasil. A eleição de uma Presidenta é um acontecimento de importância intrínseca: é mais uma expressão concreta dos ideais de justiça, equidade e democracia que nos unem a todos como cidadãos brasileiros. Nossa Presidenta, Dilma Rousseff, representa honestidade intelectual, espírito público, destemor em face de desafios de qualquer tamanho, sensibilidade e humanismo. Para o Itamaraty, representa a certeza de que o Brasil continuará a afirmar-se como um interlocutor cada vez mais ouvido e respeitado no plano internacional.

Querido Embaixador Celso Amorim, meu Chefe por tantos anos – e sempre amigo. Vossa Excelência foi e seguirá sendo, para mim e para muitos de nós, fonte permanente de estímulo e inspiração. Foi na gestão de Vossa Excelência que o Brasil se consolidou, a um só tempo, como um país sul-americano convicto e um ator de influência mundial. Seu legado será referência incontornável em nossa História Diplomática. Faço votos de que, ao

lado de nossa querida Ana Maria, seja muito feliz nesta nova etapa da vida. Ainda que de formas distintas, tenho certeza de que o Brasil continuará contando com a força de seu intelecto e sua coragem moral.

Para corresponder à confiança em mim depositada pela Presidenta Dilma Rousseff, dependerei de esforços coletivos, que envolverão necessariamente a valiosa colaboração e dedicação de todos os colegas: funcionários diplomáticos e administrativos, na Secretaria de Estado e nos Postos no exterior.

Aproveito esta cerimônia de transmissão de cargo para oficializar o convite ao Embaixador Ruy Nogueira para assumir a Secretaria-Geral das Relações Exteriores. Sua vasta experiência, seu profissionalismo, sua integridade pessoal serão particularmente apreciados neste momento em que enfrentamos uma agenda externa crescentemente ampla e complexa, e capacitamos o Itamaraty para defender os interesses de um novo Brasil.

Atuarei em estreita cooperação com o Secretário-Geral, com os Senhores Subsecretários e demais Chefias da Casa para levar adiante uma gestão inclusiva e integradora. Uma gestão que continue a valorizar a nossa principal vantagem

comparativa, que são os recursos humanos, e que busque valer-se das novas tecnologias da informação para modernizar nossos métodos de trabalho.

Acredito que a escolha de um diplomata de carreira para o cargo de Ministro das Relações Exteriores pode ser interpretada como uma demonstração de respeito pelos quadros especializados deste Ministério e de reconhecimento por nosso compromisso com o Estado brasileiro – um Estado que se coloca cada vez mais a serviço da sociedade como um todo, e dos menos favorecidos em primeiro lugar.

Senhoras e Senhores, caros colegas,

Orientaremos a ação externa do Brasil preservando as conquistas dos últimos anos e construindo sobre a base sólida das realizações do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O Brasil mudou muito em relativamente pouco tempo. Em um ambiente de liberdade de expressão e participação crescente de setores antes excluídos no processo político, logrou-se conciliar crescimento econômico com distribuição de renda, em contexto de aprofundamento de nossa democracia. Foram obtidos avanços no respeito aos direitos humanos, na valorização da cidadania, na modernização da atividade econômica, na promoção de um desenvolvimento mais justo e ambientalmente sustentável.

Deixamos para trás o tempo em que um acúmulo de vulnerabilidades nos limitava o escopo de ação internacional. Não subestimamos o muito que ainda precisamos realizar para garantir a cada brasileiro e brasileira educação e saúde de qualidade, segurança e oportunidades dignas de trabalho. Mas adquirimos uma autoridade natural para nos engajarmos em todos os grandes debates e processos decisórios da agenda internacional – políticos, econômicos, comerciais, ambientais, sociais, culturais.

É possível afirmar que, entre os pólos que configuram a nova geopolítica deste início de século, o Brasil, com sua tradição de paz e tolerância, se posiciona como um ator que reúne características privilegiadas para a promoção de modelos mais inclusivos de desenvolvimento e para o fortalecimento da cooperação entre as nações por intermédio de mecanismos de governança mais representativos e legítimos.

Permaneceremos atentos para evitar que os círculos decisórios que se formam em torno das principais questões contemporâneas reproduzam as assimetrias do passado, ignorando as aspirações legítimas dos que não os integram. Os G-20s e outros agrupamentos restritos só conseguirão consolidar sua autoridade se permanecerem sensíveis aos anseios e interesses dos mais de 150 países que não se sentam em suas reuniões.

Precisamos nos preparar para uma demanda por mais Brasil em todos os temas da frente externa. Dispomos para isso de uma apreciável rede de Postos no exterior, cujo ritmo de expansão tenderá a desacelerar-se. Mas precisaremos continuar a formar quadros que nos garantam um nível de profundidade reflexiva autônoma e de eficácia operacional compatíveis com nosso perfil de ator global.

Devemos ter presente que, como a sétima economia do mundo, e havendo implementado um conjunto de políticas econômicas e sociais que têm produzido resultados tangíveis, o Brasil gera uma expectativa natural, em searas de cooperação as mais diversificadas, junto a países menos desenvolvidos – na América Latina e no Caribe, na África, no Oriente Médio e na Ásia. Nossa capacitação em termos de prestação de cooperação técnica, de assistência na adoção de políticas públicas bem sucedidas ou de ajuda humanitária – não obstante os avanços consideráveis dos últimos anos – precisará modernizar-se para atender a essa demanda.

Deparamo-nos hoje com um mundo em que os consensos de outras eras são cada vez mais questionados e os antigos formadores de opinião encontram dificuldade crescente para fazer prevalecer suas idéias. As aventuras militares e as práticas econômicas irresponsáveis que desestabilizaram a ordem internacional nos últimos anos exigem que cada participante do sistema assuma plenamente seu papel no tratamento de questões que afetam a todos indiscriminadamente. O Brasil não se furtará a defender interesses nacionais específicos e imediatos, mas tampouco deixará de afirmar sua identidade em função de objetivos sistêmicos amplos, vinculados a valores que nos definem como sociedade. Continuaremos a privilegiar o diálogo e a diplomacia como método de solução de tensões e controvérsias; a defender o respeito ao direito internacional, à não-intervenção e ao multilateralismo; a militar por um mundo livre de armas nucleares; a combater o preconceito, a discriminação e a arbitrariedade; e a rejeitar o recurso à coerção sem base nos compromissos que nos irmanam como comunidade internacional.

Um breve olhar sobre o mundo que nos envolve nos revelará o acerto das opções dos últimos anos na promoção de agendas de ordem sub-regional, regional e global que se complementam ao mesmo tempo em que se ampliam – o que não impede que busquemos adaptações e reconsideremos certas ênfases, em função de desdobramentos nos planos interno e externo.

Ancorados em nosso entorno sul-americano, teremos a nossa disposição um MERCOSUL robusto e uma UNASUL crescentemente coesa. Compete-nos completar a transformação da América do Sul em um espaço de integração humana, física, econômica, onde o diálogo e a concertação política se encarregam de preservar a paz e a democracia. Onde os elos que vimos estabelecendo entre nossas classes políticas,

nossos setores privados e nossas sociedades contribuirão para uma região cada vez mais unida no propósito de oferecer melhores condições de vida a nossa gente.

Central nesse empreendimento é a relação Brasil-Argentina, que vive hoje um momento de plenitude e avança em um vasto espectro de iniciativas que incluem áreas como a cooperação em matéria espacial e dos usos pacíficos da energia nuclear. E cada vizinho na América do Sul receberá uma atenção crescentemente diferenciada. Caberá aos Governos trabalhar mais e melhor para cobrir as lacunas de conhecimento e interação que ainda caracterizam o relacionamento entre os países da região. Nosso destino comum exige que conheçamos melhor a História, a demografia, o potencial econômico e a cultura uns dos outros – da Terra do Fogo à Ilha de Margarita. Não se faz integração sem diálogo permanente, sem engajamento intelectual e até mesmo, diria eu, sem emoção e idealismo. É nessa direção que precisamos trabalhar.

Para além da América do Sul, o processo que teve origem na Cúpula América Latina e Caribe da Costa do Sauípe se consolida na Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos – a CELAC. Continuaremos engajados na pauta de cooperação com os países caribenhos, tendo como marco principal a Cúpula Brasil-CARICOM. Nosso compromisso com o Haiti, que enfrenta renovados desafios, insere-se nesse contexto.

A prioridade atribuída à vizinhança não se dará em detrimento de relações estreitas com outros quadrantes do Sul ou do mundo desenvolvido. Interessa-nos intensificar relações com uma pluralidade de parceiros nas esferas do comércio, dos investimentos, do diálogo político, entre muitas outras. Em um mundo no qual não se dissiparam ainda totalmente as dicotomias Norte-Sul, a ação diplomática do Brasil pode contribuir para a

promoção de relações mais equilibradas em torno a interesses compartilhados. Nossos próprios imperativos de desenvolvimento econômico, social e tecnológico orientarão a busca de parcerias em uma variedade de temas, que incluirão a educação, a inovação, a energia, a agricultura, a produtividade industrial, a defesa; sem descuidarmos do meio ambiente, da promoção dos direitos humanos, da cultura, das questões migratórias.

Não enumerarei todas as parcerias estratégicas já estabelecidas, ou todos os mecanismos de aproximação inter-regional desenvolvidos nos últimos anos, sob a chefia do Embaixador Celso Amorim, que continuaremos a cultivar e aprimorar. Singularizo o IBAS, pelo seu valor emblemático como “mecanismo ponte” entre três grandes democracias multiétnicas do Sul. Acrescento que conversei com a Presidenta Dilma a respeito de um programa de viagens presidenciais para os próximos meses, que incluirá visitas aos países vizinhos e a alguns de nossos principais parceiros econômicos e comerciais, como Estados Unidos e China.

A Cúpula da ASPA, a realizar-se na capital peruana no próximo mês de fevereiro, constituirá uma valiosa oportunidade de contato da Presidenta com líderes da América do Sul e do mundo árabe. Comprometo-me ademais a manter uma agenda ativa com nossos parceiros na África – intensificando nossa cooperação e nosso diálogo com o continente irmão.

O comparecimento à posse da Presidenta Dilma de altos representantes de uma variedade de países, vários dos quais hoje aqui presentes – sejam de nossa região, da Europa, da África, do Oriente Médio ou do Extremo Oriente –, só pode ser visto como uma manifestação recíproca do interesse de Governos de todas as partes do mundo e de todos os níveis de desenvolvimento em fortalecer seus vínculos

com o Brasil. Com relações diplomáticas que se estendem a virtualmente todos os países membros das Nações Unidas, o Brasil pode afirmar que pratica, hoje, uma diplomacia verdadeiramente universal.

Em paralelo à prioridade regional, à diversificação inclusiva de parcerias e ao aperfeiçoamento da governança global, não poderia deixar de mencionar a importância que continuaremos a atribuir às comunidades brasileiras no exterior. Seguiremos valorizando as atividades consulares e daremos continuidade a iniciativas pioneiras como a do Conselho de Representantes dos Brasileiros no Exterior.

A par dos progressos já alcançados, cumpre reconhecer que muito resta por realizar para que o Brasil se afirme como o País socialmente justo e democrático com que sonhamos; para que seu lugar no mundo reflita plenamente nossa vocação para o diálogo e a cooperação. Em última análise, esse será sempre um projeto inacabado, em que uma geração transfere para a seguinte as suas conquistas e as aspirações ainda não realizadas.

Surgirão desafios nas áreas econômica, financeira, comercial, ambiental que exigirão cuidadosa coordenação interna envolvendo diferentes setores do Governo e contatos com o setor privado, sindicatos, sociedade civil. A preocupação com a competitividade de nossa indústria e com a composição de nossa pauta exportadora requererá estratégias capazes de oferecer oportunidades para que conciliem interesses ofensivos e defensivos.

Manteremos contato com a presidência francesa do G-20 Financeiro e outros interlocutores, entre os quais os BRICS, para assegurar um ambiente propício à sustentabilidade da recuperação econômica e infenso a pressões protecionistas. Com o mesmo objetivo trabalharemos por resultados ambiciosos e equilibrados nas negociações da Rodada de Doha.

Senhoras e Senhores,

Comprometo-me a fazer o necessário para desenvolver uma comunicação abrangente com as diferentes Pastas do Executivo com as quais não podemos deixar de trabalhar em sintonia, como Justiça, Defesa, Indústria e Comércio, Fazenda, Direitos Humanos, Meio Ambiente, entre outras. O mesmo com relação ao Legislativo e ao Judiciário e, em sentido amplo, à sociedade civil, à comunidade empresarial, ao cidadão comum. Gostaria de ver o Itamaraty em contato com todos os Estados da Federação. Na verdade, a política externa serve a todas as esferas governamentais, e a todas as regiões do País. Por essa mesma razão, não devemos ser tímidos ao postularmos a alocação de recursos adequados para levarmos adiante nosso trabalho.

Importante também dizer que devemos à opinião pública, em cada circunstância específica, esclarecimentos sobre como encaramos o mundo e em que espírito interagimos com ele. Assim contribuiremos para o debate aberto e honesto que desejamos continuar promovendo sobre nossa política externa.

Senhoras e Senhores Embaixadores, caros colegas, amigo todos,

Temos diante de nós muito trabalho, em muitas frentes. Mas herdamos um País em excelentes condições econômicas e políticas; dispomos de uma Chancelaria que inspira respeito mundo afora; nos beneficiamos de um período de liderança particularmente inspirada e criativa. Sem minimizar os desafios do futuro, quero assegurar-lhes que dedicarei minha energia física e mental, o compromisso de uma vida inteira dedicada à diplomacia e alguma sabedoria e bom humor que terei adquirido no convívio com minha mulher, Tania, e com meus filhos, Miguel e Thomas, para contribuir para um Brasil, uma América do Sul e um mundo cada vez mais prósperos, justos e democráticos.

Muito obrigado.

**DISCURSO DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
NA CERIMÔNIA DE POSSE DO EMBAIXADOR RUY NUNES
PINTO NOGUEIRA COMO SECRETÁRIO-GERAL DAS
RELAÇÕES EXTERIORES, BRASÍLIA, 06/01/2011**

Excelentíssimo Senhor Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Ruy Nogueira;

Excelentíssimo Senhor Assessor Especial da Presidência da República, Professor Marco Aurélio Garcia; Excelentíssimos Senhores Representantes do Corpo Diplomático; Excelentíssimo Senhor Subsecretário-Geral de Energia e Alta Tecnologia, Embaixador André Amado, por meio de quem cumprimento os demais Subsecretários; Excelentíssimos Senhores Embaixadores Samuel Pinheiro Guimarães e Paulo Tarso Flecha de Lima, por meio de quem cumprimento os demais Embaixadores aqui presentes hoje; Senhores Diretores de Departamento, Senhores Chefes de Divisão, colegas diplomatas, funcionários do Itamaraty, Senhoras e Senhores,

É com grande prazer que me dirijo à Casa nesta cerimônia de posse do Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira como Secretário-Geral das Relações Exteriores.

O Embaixador Ruy Nogueira é um fiel servidor do Itamaraty, em quem deposito total confiança. Para além das qualidades pessoais, do seu caráter, de sua cordialidade, o Embaixador Ruy Nogueira é um profissional que aprendemos todos a admirar por sua diversificada vivência diplomática, seu sentido

de equilíbrio e de justiça, sua eficiência, sua competência e sua lealdade. Para mim foi uma especial alegria propor o nome do Embaixador Ruy à Presidenta Dilma e receber seu aval e aprovação imediata.

Tive a oportunidade de dirigir-me aos Senhores há poucos dias na Sala Portinari – ocasião em que abordei nossa agenda de trabalho e falei um pouco de minha forma de encarar as novas responsabilidades que me foram atribuídas.

Referi-me ao fato de que o nosso projeto de construção de um Brasil democrático, próspero, justo, com oportunidades de emprego digno, com segurança para todos, educação de qualidade, saúde e cultura, o nosso projeto de construção de um espaço de paz e cooperação na América do Sul, o nosso projeto de transformação do Brasil em um ator global influente, vetor de idéias que nos inspiram, é um projeto que envolve necessariamente um esforço coletivo, da Chefia da Casa até os seus funcionários administrativos, motoristas e contínuos – em que cada um de nós tem um papel a desempenhar. Mas é também um projeto que envolve diferentes gerações.

E quero aqui render homenagem às sucessivas gerações de servidores do Itamaraty que se

empenharam para que hoje assumamos o seu comando em condições tão favoráveis, tanto em termos de recursos humanos e instrumentos de ação, como no que se refere à elevada respeitabilidade e influência já conquistada. Aos que nos transmitem o bastão – que eles próprios receberam de seus distantes antecessores – asseguro que tudo farei para honrar a tradição de competência e o compromisso com os interesses permanentes da nação brasileira representado por esse esforço.

Penso aqui, neste momento, em todos os Ministros das Relações Exteriores sob cujas ordens trabalhei, do Ministro Ramiro Saraiva Guerreiro – e tive alegria de receber um telefonema da Embaixatriz Glória Guerreiro, há poucos dias – até o mais recente, o Ministro Celso Amorim, meu amigo, meu colega, uma inspiração para todos nós, como assinalei outro dia na Sala Portinari, e que conheci em cenários tão diferentes, como Embaixador junto às Nações Unidas em Genebra, como Embaixador na ONU em Nova York, como Ministro de Estado, em tantas situações em que ele pôde demonstrar seu talento, seu compromisso com o Brasil, sua criatividade.

Por tudo o que já foi conquistado – e que envolve a sociedade como um todo – nos encontramos diante de uma oportunidade de ouro. E menciono aqui um comentário feito há poucos dias pelo Primeiro Ministro Sócrates, de Portugal, à Presidenta Dilma Rousseff, um comentário muito genuíno, muito espontâneo, que vinha claramente da sua reflexão mais pessoal e profunda. Ele dizia que o comovia e entusiasmava ver o Brasil assumindo responsabilidades e influência cada vez maiores no mundo e como ele via abrir-se para o Brasil um período histórico que, na verdade, se apresenta poucas vezes a uma nação na sua trajetória. Foi realmente muito comovente ouvi-lo, e senti a necessidade de compartilhar esses comentários aqui, sobretudo com os mais jovens, a quem também dirigirei uma palavra especial.

Mas antes queria também dirigir uma palavra de amizade a minha própria geração. Vejo tantos colegas aqui reunidos que entraram comigo no Rio Branco – Ligia Scherer, Luiz Alberto Figueiredo, Henrique Sardinha, entre muitos outros – e que assumem Embaixadas importantes mundo afora, que assumem Subsecretarias, que assumem Departamentos. Queria manifestar minha plena confiança na capacidade de cada um, minha grande alegria em podermos trabalhar juntos, nós que atravessamos tantas etapas e tantos obstáculos e também compartilhamos tantos momentos de alegria e tantas satisfações.

Havendo prestado homenagem aos que nos antecederam e aos meus colegas de geração, não posso deixar de transmitir aos mais jovens uma nota de otimismo, que se baseia na minha experiência no convívio com jovens secretários que renovam nossos quadros e revelam talento e dinamismo, todas as características historicamente associadas ao Brasil – criatividade, cordialidade. Mas também qualidades que fazem parte de um Brasil novo, muita eficiência, muita agilidade, muita versatilidade. Eu vejo com prazer o entusiasmo com que assumem tarefas variadas e sua ausência de preconceitos ao escolher postos, ao encarar desafios em quadrantes distantes, em cenários instáveis e até mesmo em zonas conflagradas. Há poucos dias, um jovem diplomata, primeiro colocado na sua turma, que fez estágio na Secretaria de Planejamento Diplomático, veio conversar comigo e manifestar seu interesse em servir Islamabad, no Paquistão. E não só isso, ele comentou comigo que o interesse mesmo era pelo Afeganistão, mas não havendo Embaixada ainda em Cabul, ele se satisfaria com Islamabad. Considero isso extraordinário, e isso me entusiasma e motiva muito e me dá certeza de que estamos encarando os nossos novos desafios globais com o espírito certo.

Mas eu sempre gosto de dizer e repetirei aqui que não devemos subestimar os desafios. Falamos muito de um novo mundo geopolítico, de novas configurações geopolíticas, do surgimento de um mundo multipolar, mas a multipolaridade em si mesma não trará melhores condições de inserção internacional para o Brasil ou para os países menos desenvolvidos da nossa região, para países da África e outros países. É preciso que trabalhemos muito para que tenhamos um cenário internacional com uma multipolaridade benigna, uma multipolaridade de cooperação, de mecanismos de deliberação mais representativos e legítimos.

Neste estágio em que nos encontramos na nossa evolução diplomática e na evolução do cenário internacional, não se pode afirmar ainda com segurança que assim será. E isso me leva a reiterar aqui o que eu também comentei no meu discurso de posse, na transmissão de cargo no domingo: precisamos desenvolver uma capacidade de interpretação dos fatos muito ágil, aprofundada e que reflita os mais diversos ângulos possíveis, a literatura produzida não só naqueles centros nos quais estamos acostumados a buscar referências, mas também em outros centros e outros idiomas.

E aqui mencionarei um ou dois pontos nos quais acho que precisamos fazer um esforço redobrado. Falamos muito em integração sul-americana, mas precisamos ficar mais sul-americanos. Quando digo isso, me refiro ao fato que constato freqüentemente de que, no Brasil, ainda é insuficiente o conhecimento dos nossos vizinhos. Muito poucos conhecem a literatura, a música, a história, a especificidade de cada vizinho, e essa descoberta é prazerosa e enriquecedora. É uma descoberta que só nos trará alegrias, eu estou certo, além de nos aparelhar, de nos permitir nos desincumbirmos com maior competência da nossa tarefa de construir um espaço de paz sul-americano.

Também olho para o mundo multipolar e

às vezes tenho a sensação de que, em nossa maneira de interagir com o mundo, ainda somos insuficientemente multipolares. Ainda são poucos os diplomatas brasileiros e os Embaixadores brasileiros que falam os idiomas de diferentes povos. Claro que, aqui, todos falamos inglês, francês, espanhol, mas poucos falam mandarim, poucos falam árabe, poucos falam russo. E devemos até nos inspirar no exemplo dos Embaixadores estrangeiros que vêm para Brasília, porque a grande maioria, se não a sua totalidade, quando termina o período em Brasília, já está falando português com grande habilidade. É uma característica dessa nova presença diplomática em Brasília que deve nos inspirar e nos estimular.

Mas o que me dá confiança é saber que nunca nos caracterizamos pela complacência diante dos desafios, e estou certo de que hoje também saberemos superar algumas das carências e insuficiências que possamos ter.

Senhor Secretário-Geral, caros colegas,

O imperativo de adaptação do Itamaraty a desafios que crescem em quantidade e complexidade envolve, necessariamente, ajustes no próprio funcionamento da nossa máquina institucional. E eu queria comentar aqui uma das poucas mudanças no organograma que pretendo introduzir, que será a inclusão dos temas de meio ambiente, hoje sob a égide da Subsecretaria-Geral Política I, na Subsecretaria-Geral de Energia e Alta Tecnologia. A estreita afinidade entre os temas da agenda ambiental e as questões energéticas e tecnológicas justifica plenamente essa decisão. A composição da matriz energética brasileira – a mais limpa entre países com níveis de desenvolvimento equiparáveis ao nosso – é possivelmente a demonstração mais concreta do grau de articulação do trinômio energia/tecnologia/meio ambiente. Sobretudo neste momento em que nos preparamos para sediar a Rio+20, creio que é preciso assegurar

tratamento sempre o mais coeso possível a essas três áreas estratégicas.

Continuaremos a precisar de quadros – diplomáticos e não-diplomáticos – compatíveis com nosso perfil de ator global. O ritmo e a forma da incorporação de novos funcionários serão objeto de exame cuidadoso pela Administração, mas o compromisso com uma adequada dotação em matéria de recursos humanos é uma imposição da realidade.

Estarei atento para que os ajustes funcionais que implementemos e para que a gestão do dia-a-dia da Casa reflitam os legítimos anseios funcionais de todos os integrantes do nosso Serviço Exterior. Valorizaremos e respeitaremos sempre o profissionalismo e a dedicação dos funcionários de todos os níveis hierárquicos. Orientei o Secretário-Geral a manter permanente canal de diálogo com a Casa, não apenas sobre assuntos de substância, mas também administrativos. Ninguém melhor do que o Embaixador Ruy Nogueira para desempenhar essa função de inclusão e integração.

Senhor Secretário-Geral, Senhores Subsecretários-Gerais, demais colegas, amigos,

Agradeço a todos a presença nesta solenidade, como agradeço também a todos os que me prestigiaram em minha própria transmissão de cargo.

Conto com os colegas para, sob a inspiração da Presidenta Dilma Rousseff, promover uma política externa que concilie nossa prioridade sul-americana com a vocação universal da nossa diplomacia.

Nesta empreitada coletiva, o papel do Secretário-Geral é central. A figura do Embaixador Ruy Nogueira é a garantia de que esta Casa estará à altura da confiança que nela deposita a Senhora Presidenta da República.

Desejo a Vossa Excelência, Senhor Secretário-Geral, êxito no exercício das novas funções. Vossa Excelência sabe que conta com minha amizade e meu respeito, e que terá sempre o meu apoio.

Muito obrigado.

**DISCURSO PROFERIDO PELO EMBAIXADOR RUY NUNES PINTO
NOGUEIRA POR OCASIÃO DA TRANSMISSÃO DO CARGO DE
SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, BRASÍLIA, 06/01/2011**

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Antonio de Aguiar Patriota;

Excelentíssimo Senhor Professor Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial da Presidência da República;

Excelentíssimo Senhor Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima,

Excelentíssimo Senhor Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, ex-Chefes e reformadores desta Casa;

Excelentíssimo Senhor Subsecretário-Geral, Embaixador André Amado, por meio de quem me dirijo aos demais Subsecretários;

Excelentíssimos Senhores Embaixadores, na SERE e no Exterior;

Senhores Diretores de Departamento e Chefes de Divisão, bem como diplomatas e funcionários de todas as unidades;

Excelentíssimas autoridades aqui presentes;

Excelentíssimo Senhor Núncio Apostólico, Dom Lorenzo Baldisseri, por meio de quem me dirijo aos excelentíssimos senhores representantes do Corpo Diplomático;

Senhoras e Senhores,

Por intermédio de Vossa Excelência, Senhor Ministro de Estado, peço que transmita à Senhora Presidenta da República

Dilma Rousseff os meus agradecimentos mais sinceros pela aceitação do meu nome para Secretário-Geral das Relações Exteriores. O convite que Vossa Excelência me fez simboliza, a meu ver, a crença nos valores que comumente estão associados a esta Casa: não me refiro apenas ao celebrado par da tradição com renovação, mas também da renovação com inclusão. Embora eu não esteja muito longe do momento de encerrar minha carreira, o cargo que agora assumo me dá a oportunidade de recomeçar. E é com ânimo renovado, entusiasmo e continuada vontade de servir que recebo minhas novas responsabilidades.

Agradeço ao Embaixador Celso Amorim, a quem conheço desde os tempos de colégio, pela oportunidade que me deu de trabalhar, durante sete anos, como Subsecretário-Geral de Cooperação, Cultura e Promoção Comercial. Recordo que, inicialmente, as áreas de atuação da SGEC também compreendiam os assuntos consulares, de 2004 a 2007. Foi neste período que enfrentamos momentos difíceis, como o da trágica morte do brasileiro Jean Charles de Menezes; mas também soubemos nos aparelhar para assistir aos pouco mais de 3 milhões de brasileiros residentes no exterior,

aos quais se somam aproximadamente 5 milhões que anualmente viajam para fora do Brasil. Orgulho-me de ter participado do início do processo de modernização do serviço consular brasileiro, que foi aprofundado posteriormente pelos titulares da SGEB.

Senhor Ministro, Senhoras e Senhores,

À frente da SGEB, tive o privilégio de contar com o permanente apoio do meu amigo, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães. A sua integridade, a sua coerência e a sua dedicação ao serviço público imprimiram a marca – tanto na Secretaria-Geral, quanto na Secretaria de Assuntos Estratégicos – da imaginação e da necessidade de reformar.

O Brasil de hoje é um Brasil transformado. E o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva nos mostrou que esta transformação não deve mais parar, não deve jamais voltar a um estado de conformação. Sou testemunha desse panorama brasileiro vibrante, em constante mutação, não apenas como cidadão, mas como diplomata e profissional que colaborou em muitas iniciativas de promoção comercial, de cooperação técnica e de difusão cultural. Nessas e em diversas outras áreas, o país se projetou, se afirmou e se consolidou.

Senhor Ministro,

Vossa Excelência bem sabe que representa, à frente do Ministério das Relações Exteriores, uma nova geração que agora assume a alta responsabilidade do cargo. Dou aqui testemunho de seus atributos que já são, aliás, do conhecimento de todos. A naturalidade, a inteligência, a invariável cortesia, a disposição favorável em relação ao próximo, o senso de humor são seus traços marcantes. No nosso convívio profissional, pude observar a segurança e a criatividade com que Vossa Excelência costuma conduzir, desde um despacho rotineiro até um processo negociador, agregando ao desempenho dessas tarefas a atitude positiva e espontânea que é marca de sua personalidade.

Caros colegas,

Na Secretaria-Geral, pretendo ser um facilitador. Não pretendo centralizar. Para nossa felicidade, o Itamaraty é formado por muitos profissionais valiosos que trabalham nas Subsecretarias e nas Embaixadas, nos Departamentos e nos Consulados, nas Divisões e nas Delegações – enfim, em todas as unidades que tratam dos múltiplos interesses brasileiros. Estarei atento para a necessidade do diálogo constante e construtivo com a Casa. Como Secretário-Geral, quero ser um coordenador para que as instruções sejam cumpridas, não importando se representam simples medidas internas ou princípios essenciais da nossa política externa.

Tenho consciência de que um Secretário-Geral deve, em contato com toda a Casa, estimular e esclarecer. É o que pretendo fazer, sob a chefia de Vossa Excelência, valendo-me também da qualidade, um tanto dúbia, de ser atualmente o diplomata brasileiro na ativa, com maior tempo de carreira. Essa combinação entre o antigo e o novo deverá ser capaz de gerar uma energia positiva, e estimular iniciativas.

Senhor Ministro,

Tentarei avançar no processo de consolidação institucional. Isso se faz ainda mais necessário quando se constata o acerto da reforma de aumento de quadros, que ocorreu sem qualquer perda de qualidade. Os novos funcionários que o Itamaraty integrou me parecem, com todo o realismo de análise, mais preparados para a sua missão do que, por exemplo, em 1963, quando entrei para o Instituto Rio Branco. Boa parte desses novos funcionários exibe cursos de pós-graduação, ou provém de empregos em setores públicos ou privados.

Será estimulante, no cargo de Secretário-Geral, poder apresentar e iniciar esses novos funcionários nas melhores práticas do

Itamaraty. Com o auxílio de todos, pretendo contribuir para que Vossa Excelência possa sentir-se também à vontade com a geração que traz inovações, respaldando-se na experiência da geração que o precedeu. É uma fórmula com a qual, seguramente, todos sairão ganhando.

Caros amigos,

Permitam-me por fim recordar um episódio de família que me vincula à diplomacia e à Secretaria-Geral. Aos seis anos de idade e sendo alfabetizado, lia com avidez a revista O Cruzeiro que meu pai, médico obstetra, trazia semanalmente para casa, após leitura pelas clientes do seu consultório. Foi num dos exemplares daquela revista que encontrei o retrato do meu tio-avô, Hildebrando Pinto Accioly, que na época já teria deixado o cargo de Secretário-Geral das Relações Exteriores. Perguntei à minha mãe o que fazia meu tio-avô naquela página de revista, e ela me disse que ele era um diplomata. “E o que é um diplomata?” – perguntei a ela. A resposta de minha mãe deve ter sido tão glamorosa e rica em sugestões que eu, a partir de então, decidi ser diplomata. Ela mesma me garantia que eu nunca desviei dessa escolha, nem mesmo na fase em que todo garoto aspira a ser piloto. E agora me vejo na extraordinária contingência de, um dia, ter o meu retrato incluído na mesma galeria onde está o de Hildebrando Pinto Accioly.

Ainda no plano familiar, quero também expressar carinho e gratidão à minha mulher, Guida, pelo apoio sempre dado e pelo fato de ter sido solidária em todas as decisões que tomei, em relação às ofertas de Postos no exterior que me foram feitas. E saúdo o meu filho João, aqui também presente, e demais membros da família.

Creio que não devo falar mais. É hora de dar início a nova gestão. Conto com todos. Contem comigo.

Muito obrigado.

DISCURSO DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA NO DEBATE ABERTO DE ALTO NÍVEL DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE A INTERDEPENDÊNCIA ENTRE SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO - NOVA YORK, 11/02/2011

Excelências,

Estou extremamente satisfeito com a reação tão positiva dos membros do Conselho ao debate que propusemos sobre a interdependência entre paz, segurança e desenvolvimento. Antes de examinar alguns dos desafios atuais e sugerir cursos de ação, gostaria de fazer uma breve digressão histórica.

1. Estamos todos plenamente cientes de que a Organização das Nações Unidas foi criada para poupar as gerações futuras da calamidade da guerra, evitando repetir os erros cometidos após a I Guerra Mundial. Um aspecto importante dessa abordagem envolveu iniciativas paralelas voltadas a criar melhores condições econômicas e sociais para a recuperação dos países que haviam sofrido as devastações da II Guerra Mundial com mais intensidade, quer tenham saído vitoriosos quer não. O Plano Marshall foi instrumental para o êxito desses esforços, dando corpo à noção de que uma ordem internacional mais estável e pacífica exigiria não apenas um sistema de segurança coletiva imbuído de credibilidade, mas também uma “agenda de desenvolvimento”.

2. O termo “desenvolvimento” não era tão comum na época, mas a Carta das

Nações Unidas já incorporava a ideia da interdependência entre paz, segurança e desenvolvimento. O Artigo 55, referente à “Cooperação Internacional Econômica e Social”, declara que “com o fim de criar condições de estabilidade e bem-estar, necessárias às relações pacíficas e amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos, as Nações Unidas favorecerão: a) níveis mais altos de vida, trabalho efetivo e condições de progresso e desenvolvimento econômico e social...”

3. Nos anos posteriores, o conceito de desenvolvimento continuou a ser refinado na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e na Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Na esteira do processo de descolonização, as demandas por melhores termos de intercâmbio e maior assistência ao desenvolvimento motivaram, na década de 1970, a adoção de uma resolução da AGNU instando o estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional. O direito ao desenvolvimento foi reconhecido em uma Declaração da Assembleia Geral em 1986. No ano 2000, a AGNU definiu os Objetivos de

Desenvolvimento do Milênio, chamando assim atenção à centralidade do combate à pobreza no contexto geral de nossa agenda.

4. Nas últimas duas décadas, os desafios à paz e à segurança apresentados a este, Conselho têm seguido novos padrões. Uma vez suplantada a rivalidade Leste-Oeste, muitas situações examinadas pelo Conselho envolveram regiões do mundo em desenvolvimento recém-saídas do colonialismo em condições de vulnerabilidade. Em alguns casos, suas dificuldades foram exacerbadas pelas “guerras por procuração” do período bipolar.

5. Não estou sugerindo que as ameaças mais graves à paz encontram-se hoje em lugares comparativamente mais pobres e menos desenvolvidos. Essa seria uma leitura muito equivocada tanto do cenário internacional atual como das tendências históricas. Muitas situações de que somos convocados a tratar no Conselho de Segurança – de Timor-Leste ao Haiti, da Libéria à RDC – envolvem sociedades que, em si, não constituem uma ameaça global à paz e à segurança. Mas são países que têm sofrido, em níveis diferentes, com o conflito e a instabilidade no contexto de situações preexistentes de pobreza, desemprego e fragilidade institucional, entre outras condições.

6. Estamos convictos de que estratégias puramente militares ou de segurança por si só não serão capazes de lidar de forma adequada com a vasta maioria das situações de conflito no mundo de hoje. O Conselho já reconheceu isso quando incluiu trabalhos de reconstrução em alguns mandatos de manutenção da paz. Já em 2001, o Conselho de Segurança observou a “necessidade de aprimorar as atividades de consolidação da paz com a formulação de uma estratégia baseada na interdependência entre paz, segurança e desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões”

(PRST 2001/5). Mas o ponto principal que gostaria de sublinhar em nosso debate hoje é que podemos fazer mais e que devemos ter a capacidade para fazer melhor.

7. Não estamos propondo uma reconfiguração das responsabilidades dos vários órgãos e agências da ONU nem a transformação deste Conselho em um programa de desenvolvimento. Em nossa visão, o objetivo do debate de hoje será cumprido se contribuir para aumentar a conscientização sobre a importância de associar o desenvolvimento às estratégias de segurança que concebemos para alcançar uma paz sustentável. Essa questão é relevante sobretudo quando tratamos de situações na África, no Oriente Médio e da única situação nas Américas que consta de nossa agenda – ou seja, o Haiti. Desde os estágios iniciais do desenvolvimento da MINUSTAH, com o inestimável apoio de nossos parceiros latino-americanos e outros países, o Brasil tem defendido mandatos que incorporem atividades de reconstrução e consolidação da paz em paralelo a ações de manutenção da paz. Embora os desafios no Haiti continuem a ser enormes, devemos perseverar nessa abordagem e aprofundar suas raízes no país. A mesma percepção nos orienta na liderança, nos últimos três anos, da configuração da CCP para a Guiné-Bissau, uma nação irmã lusófona, onde o vínculo entre segurança e desenvolvimento é evidente.

Senhoras e senhores,

8. Apaz sustentável implica uma abordagem abrangente de segurança. Sem oportunidade econômica, desarmamento, desmobilização e reintegração como iniciativas independentes, raramente os resultados desejados serão alcançados. As atividades de consolidação da paz, como as de apoio ao emprego dos jovens e a prestação de serviços básicos, desempenham um papel para ampliar o apoio

às missões de manutenção da paz e, portanto, afetam sua sustentabilidade política no terreno. Infelizmente, estamos todos cientes dos níveis preocupantes de frustração que às vezes se associam à presença das Nações Unidas em certas regiões do mundo. Acreditamos que essa situação poderia melhorar se o Conselho também enfocasse os impactos positivos de uma estratégia integrada e bem executada pelas agências, fundos, programas e instituições financeiras internacionais.

9. Com essas considerações em mente, fica clara a necessidade de uma cooperação reforçada deste Conselho com o Conselho Econômico e Social, assim como maior interação entre este órgão e a Comissão de Consolidação da Paz. A CCP foi criada para preencher uma lacuna institucional nas Nações Unidas. Resultou das várias lições amargas que a ONU aprendeu com países que entram e recaem em conflito e instabilidade. Sua missão é a de atuar como catalisadora ou coordenadora, dentro e fora do sistema da ONU, de apoio e iniciativas específicas para a consolidação da paz e a promoção do desenvolvimento nos países que emergem de conflitos – para além de seu mandato como fonte de assessoramento quando há risco de conflito.

10. Espero que o debate de hoje aumente a capacidade das Nações Unidas, e em particular deste Conselho, para ajudar as sociedades pós-conflito a fazer a transição de um círculo vicioso de conflito e instabilidade para um círculo virtuoso de paz, segurança e desenvolvimento.

Obrigado.

Pronunciamento do Ministro de Estado das Relações Exteriores perante os Chefes de Governo da CARICOM, Granada, 25/02/2011

Gostaria de iniciar expressando a gratidão do Governo brasileiro pela possibilidade de me dirigir aos senhores hoje. Trago calorosos cumprimentos da Presidenta Dilma Rousseff e, na qualidade de seu recém-empossado

Ministro das Relações Exteriores, tenho o prazer de estar em Granada e de participar deste encontro como parceiro e amigo da CARICOM.

O Brasil e o Caribe compartilham importantes traços históricos, geográficos, demográficos e culturais.

Nossa herança comum reflete-se hoje em um crescente grau de convergência política. Nossas sociedades guiam-se pelo mesmo conjunto de valores basilares. Estamos firmemente comprometidos com a democracia, com a promoção e a proteção dos direitos humanos e com o desenvolvimento econômico acompanhado de justiça social.

Baseado nessa afinidade, o Brasil tem trabalhado no sentido de aprofundar, cada vez mais, o relacionamento com as principais organizações para a integração do Caribe, mais precisamente a CARICOM e a Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS), junto às quais nossos Embaixadores em Georgetown e em Castries foram acreditados como observadores.

Com esse mesmo intuito, o Brasil decidiu abrir novas missões diplomáticas permanentes no Caribe. Desde 2005, abrimos embaixadas em oito países da CARICOM, o que nos torna um dos poucos países do mundo a possuir missões diplomáticas em todos os 14 países membros desta Comunidade.

Um marco importante em nossa relação com o Caribe foi a I Cúpula Brasil-CARICOM, realizada em Brasília em 26 de abril de 2010. A Declaração de Brasília, adotada no encontro, consagra nosso compromisso com a integração da América Latina e do Caribe. Também enfatiza nosso objetivo comum de coordenar posições nos fóruns internacionais e de incrementar a cooperação em diversas áreas como mudança climática, educação, cultura, energia, assistência emergencial, turismo e comércio. Reiteramos, igualmente, nosso compromisso com a

reconstrução do Haiti.

É animador o fato de, por ocasião da Cúpula de Brasília, termos assinado 48 acordos de cooperação com a CARICOM, a OECO e países aqui individualmente representados em uma grande variedade de áreas.

Nesse momento, estamos inteiramente engajados na implementação das decisões emanadas da Cúpula. Nós já podemos observar os resultados em áreas como cooperação técnica, assistência humanitária e transportes. Também gostaria de registrar o recém-criado voo entre Brasil e Barbados.

Gostaria igualmente de destacar um resultado bastante específico e concreto da Cúpula Brasil-CARICOM. Vossas Excelências - Chefes de Governo - estabeleceram, em Brasília, mandato para estimular a pesquisa dos impactos da escravidão em nossas identidades nacionais. Como resposta, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil organizou um livro com artigos de autores nacionais de cada um de nossos países sobre nossas raízes africanas. Ontem, às margens desta reunião, distribuimos cópias do livro, iniciativa que poderá contribuir para uma maior compreensão mútua entre nossas sociedades.

Em meados de 2011, será realizado no Brasil um seminário com vistas a aprofundar o debate sobre nossa história comum. Todos os intelectuais caribenhos que contribuíram para a publicação serão convidados.

Além do relacionamento Brasil-CARICOM, nossa parceria tem-se fortalecido por intermédio das Cúpulas da América Latina e do Caribe (CALC) – cujo primeiro encontro foi realizado na Bahia em dezembro de 2008. Essa iniciativa levou à criação, por ocasião da Cúpula de Cancun, no ano passado, da Comunidade dos Estados Latinoamericanos e Caribenhos - CELAC -, um agrupamento amplo que proporciona um espaço para que nossos múltiplos mecanismos regionais possam convergir.

Ilustres Chefes de Governo,

No campo econômico, existem diversos progressos importantes que devem ser destacados. O comércio Brasil-CARICOM cresceu fortemente nos últimos anos. Além disso, estou particularmente satisfeito em confirmar que, após a crise econômica mundial, o fluxo comercial recuperou-se de maneira robusta em 2010, ultrapassando US\$ 4 bilhões.

Desejamos dotar nossas relações comerciais de maior simetria. O Governo brasileiro deverá divulgar em breve um estudo intitulado “Oportunidades para Exportações da CARICOM no Mercado Brasileiro”, com o qual esperamos incrementar as importações brasileiras de bens e serviços das nações caribenhas.

O Congresso Brasileiro aprovou recentemente a entrada do Brasil no Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC). A adesão do Brasil ao Banco abrirá um conjunto de oportunidades para o estreitamento da cooperação em projetos de desenvolvimento regionais.

As expectativas também são promissoras na área da cooperação técnica. Como resultado da I Cúpula Brasil-CARICOM, e a pedido dos membros da CARICOM, a Agência Brasileira de Cooperação realizou 14 diferentes missões no último ano, em áreas como saúde, agricultura e policiamento. Em 2010, foram destinados cerca de US\$ 7,5 milhões para a cooperação com nações caribenhas – 10% do total da cooperação prestada pelo Brasil e um aumento de 200% em relação a 2009.

Continuamos a prestar cooperação na área agrícola, especialmente por intermédio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Temos compartilhado nosso conhecimento em áreas como produção e comercialização de alimentos. Reuni-me com o coordenador do escritório regional da EMBRAPA no Panamá, o qual já discutiu sobre a possibilidade de novos projetos com muitas das delegações hoje aqui presentes.

Tenho a felicidade de anunciar que o Governo Brasileiro preparou um amplo programa de cooperação a ser executado com os países caribenhos em 2011. O programa inclui 10 projetos de fortalecimento institucional para desenvolvimento agrícola e segurança institucional, que serão organizados por três importantes instituições brasileiras na área da agricultura: a EMBRAPA, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Maiores detalhes sobre essa proposta de programa podem ser encontrados em documento que está sendo circulado por minha delegação.

Estamos igualmente incrementando nossa cooperação com países caribenhos no campo da assistência humanitária. Nossos principais esforços têm-se concentrado no Haiti, após o terremoto de janeiro de 2010 e o recente surto de cólera.

Estamos cientes da vulnerabilidade da região a desastres naturais. Em 2010, o Brasil fez contribuição voluntária de mais de US\$ 500.000 ao fundo humanitário da FAO em apoio a projetos da Agência Caribenha de Defesa Civil.

Parte desses recursos foi alocada para programas de assistência relacionados ao furacão Thomas. Após a passagem do furacão, o Governo brasileiro também enviou um helicóptero para realizar operações humanitárias em Santa Lúcia.

Ilustres Chefes de Governo,

Antes de concluir minha intervenção, gostaria de passar brevemente pelos temas da segurança alimentar e do desenvolvimento rural, que continuam sendo prioritários para o Governo brasileiro.

O Brasil obteve sucesso na luta direta contra a fome e a pobreza ao mesmo tempo em que criava as condições sustentáveis para a superação, no longo prazo, desses flagelos.

Pode-se afirmar que essas duas estratégias são complementares e reforçam-se mutuamente.

O programa Fome Zero, formulado desde seu advento pelo Dr. Graziano da Silva, que também está presente hoje, desempenhou um papel central nessa história de sucesso. Um de seus principais elementos é o Programa Bolsa Família, que atualmente beneficia cerca de 50 milhões de pessoas, tendo contribuído para que mais de 24 milhões de brasileiros saíssem da pobreza.

A crise econômica de 2008 demonstrou que a estratégia brasileira era sensata. Enquanto grande parte do mundo enfrentou recessão, nossas políticas sociais contribuíram para consolidar um virtual escudo anti-cíclico.

Assim como o Brasil, e com o apoio do Escritório Regional da FAO, dez países latino-americanos e do Caribe consagraram em lei o compromisso com a segurança alimentar. Paralelamente, na África, onde 200 milhões de pessoas ainda sofrem com a fome, 18 países estão sendo beneficiado pelos avanços conquistados pela EMBRAPA em pesquisa e produção agrícola.

O Brasil busca aumentar o número dessas parcerias com vistas a enfrentar uma desconcertante matemática de nossos tempos: somos quase 7 bilhões de habitantes no planeta e temos recursos suficientes para alimentar 12 bilhões; ainda assim, 925 milhões de nós passam fome todos os dias. De acordo com a FAO, US\$ 40 bilhões em contribuições já seriam suficientes para remediar essa situação. Compare esse valor aos quase US\$ 10 trilhões alocados para socorrer os mercados financeiros.

Como nos ensinou o geógrafo brasileiro Josué de Castro, “a fome e a guerra são criações genuinamente humanas”. Elas não são o resultado inevitável do destino ou da escassez, mas sim o amargo fruto da história. A fome pode e deve ser eliminada por meio da correta mobilização de nossos recursos e de nossa boa vontade.

Em razão dessa profunda convicção, o Brasil aspira ao cargo de Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO). A candidatura do Dr. Graziano da Silva reflete o compromisso do Brasil com o desenvolvimento e a inclusão social.

Nesse contexto, gostaria de manifestar nossa gratidão pelo valioso apoio expresso por diversos países da CARICOM em relação ao assunto e transmitir o desejo do Governo brasileiro de ter a honra de contar com o apoio formal da CARICOM à candidatura do Dr. Graziano.

Ilustres Chefes de Governo,

Dirijo-me hoje a Vossas Excelências imbuído do firme compromisso de abrir novas e, cada vez mais, ambiciosas frentes de cooperação entre o Brasil e a CARICOM.

Agradeço novamente a Vossas Excelências a oportunidade de participação nessa Cúpula. Sinto-me verdadeiramente honrado.

Muito obrigado.

DISCURSO PROFERIDO PELO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA POR OCASIÃO DAS COMEMORAÇÕES DO DIA DIPLOMATA – BRASÍLIA, 20/04/2011

Hoje é um dia histórico. Pela primeira vez uma Presidenta do Brasil dirige-se aos formandos do Instituto Rio Branco. Em nome do Itamaraty gostaria de estender a Vossa Excelência nossa respeitosa e afetuosa acolhida. Em pouco mais de cem dias de sua gestão, o corpo de funcionários desta Casa aprendeu a admirar o profissionalismo, a dedicação e a clareza de idéias com que Vossa Excelência assumiu o comando da política externa brasileira.

Na verdade a agenda internacional esteve presente desde o dia de sua posse - à qual compareceu o mais elevado número de delegações estrangeiras jamais presentes a uma posse presidencial no Brasil. Creio que podemos interpretar este fato, significativo em si mesmo, como reflexo da crescente influência do Brasil no plano internacional, e como demonstração de um elevado interesse - por parte de amplos setores da comunidade internacional - em estabelecer contatos com a nova Presidenta do Brasil desde o início de seu mandato.

Seu primeiro dia de trabalho, dia 2 de janeiro, foi, assim, dedicado a encontros com vários desses representantes. E com muita honra acompanhei esses encontros como seu

recém-empossado Ministro das Relações Exteriores.

De lá para cá um caminho foi delineado, e um estilo estabelecido pelo governo Dilma: A objetividade como critério, a firmeza na promoção dos interesses nacionais; a ênfase na busca de resultados concretos nos planos econômico, comercial, da inovação; a prioridade atribuída a parcerias capazes de contribuir para o aumento de nossa competitividade.

Mas também foram dadas sinalizações importantes de outra natureza. O idealismo como horizonte: tal como refletido no desejo de projetarmos em nossa ação externa o mesmo engajamento manifestado no plano doméstico com a justiça social, o combate à pobreza, o aperfeiçoamento do convívio democrático, o desenvolvimento sustentável, o compromisso com a promoção e proteção dos direitos humanos, sem seletividade ou politização. A valorização do conhecimento e da cultura.

Senhora Presidenta, Senhoras e Senhores,

Vivemos um momento de extraordinário potencial para nossa ação diplomática, em função das conquistas dos últimos anos em matéria de crescimento econômico

com redução da desigualdade, e do amadurecimento de nossa democracia. Conquistas também no plano da interlocução externa - que se desenvolve, a um só tempo, com nossos vizinhos sul-americanos de forma privilegiada e com parceiros de todos os níveis de desenvolvimento, em todos os quadrantes.

Para darmos conteúdo e forma a nossa ação diplomática, e para estarmos à altura das crescentes responsabilidades que vimos assumindo no cenário internacional contemporâneo, precisamos ser capazes de enfrentar o desafio da renovação.

Ao dirigir-me aos jovens formandos que hoje assumem plenamente seu destino de diplomata brasileiro (brasileira), penso na importância do constante aperfeiçoamento e atualização de nossos métodos de trabalho e instrumentos de análise. Penso na necessidade de uma capacitação lingüística sintonizada com a emergência de um mundo multipolar. Penso no fato de que nosso trabalho exige um esforço permanente de definição de objetivos específicos e visões de conjunto.

Como primeiro Chanceler brasileiro formado pelo Instituto Rio Branco em Brasília, quero transmitir-lhes o entusiasmo e o otimismo de quem, nos idos de 1980, sonhava com um Brasil que passou a existir de veras: um País que se distingue entre as principais economias do mundo como um vetor de desenvolvimento e democracia, um participante ativo e um interlocutor incontornável nos grandes debates de interesse global.

Senhora Presidenta,

Ao escolher a Argentina como destino de sua primeira viagem oficial, Vossa Excelência evidenciou a prioridade atribuída às relações com nossos vizinhos. Estaremos empenhados nos próximos anos na consolidação da América do Sul como um espaço de crescente paz e prosperidade. A pedra angular deste esforço é a relação com nosso principal

parceiro econômico e comercial na região. Trabalharemos pelo fortalecimento do MERCOSUL e pela construção de uma UNASUL robusta, sem deixarmos de dedicar uma atenção diferenciada a cada país sul-americano.

A integração da América do Sul permanecerá o ponto de partida para uma diplomacia latino-americana e caribenha em sentido mais amplo.

Para além do âmbito regional, ficou claro tanto nos encontros mantidos por Vossa Excelência com os Presidentes Barack Obama e Hu Jintao - bem como em sua participação na Cúpula dos BRICS - que o Brasil privilegiará contatos com os principais pólos da ordem multipolar em gestação, aliando agendas bilaterais substantivas a uma visão cooperativa da multipolaridade. Isto significa, por um lado, contribuir para que a comunicação entre pólos consolidados e emergentes seja fluida e construtiva, e promover, por outro, um multilateralismo inclusivo, em que a maioria de países mais pobres e menores se sinta genuinamente representada.

Continuaremos a trabalhar por reformas na governança global que reflitam as realidades geopolíticas do século XXI, sem reproduzir as assimetrias do passado. Manteremos uma política ativa de contatos com os países do Sul - na África, no Oriente Médio, na Ásia.

Como afirmou recentemente o Secretário-Geral da Liga Árabe, Amr Moussa, o Brasil estendeu sua mão ao mundo árabe ao liderar o projeto "ASPA", que estabeleceu uma moldura para que a América do Sul se aproximasse do Oriente Médio e Norte da África em torno de objetivos comuns e pacíficos. Quando a região foi tomada por uma onda de manifestações que surpreendeu o mundo por sua intensidade e seu poder de contágio, o Brasil solidarizou-se com aqueles que clamam por liberdade de expressão e capacidade de influir sobre os

destinos políticos de suas sociedades.

Enquanto caía o regime de Hosni Mubarak no Egito, o Brasil presidia no Conselho de Segurança uma Sessão Especial sobre o tema “Paz, Segurança e Desenvolvimento”. O debate serviu para ilustrar as limitações dos enfoques puramente militares para equacionar crises que também traduzem frustrações com a falta de oportunidades de emprego e estagnação econômica.

Peço permissão para expressar o reconhecimento do Itamaraty pelo desempenho honroso dos Chefes de Missão e seus subordinados na linha de frente de situações como as da Líbia e da Cote D’Ivoire, que souberam manter o sangue frio em situações de elevada tensão.

O mesmo se aplica à Embaixada em Tóquio e aos Consulados no Japão. Acabo de regressar do Japão, onde fui recebido pelo Chanceler Matsumoto e pude conversar com representantes da comunidade brasileira. Ante a tragédia do terremoto e Tsunami, agravada pela situação do reator Fukushima Daiichi, o apoio espontâneo de cidadãos brasileiros aos desabrigados representou uma luz de esperança.

Senhoras e Senhores,

Felicito a turma de 2011 pelas escolhas de paraninfo e patrono. Ao escolherem o ex-Presidente Lula como paraninfo os alunos refletem o enorme carinho e a admiração que o povo brasileiro nutre, coletivamente, por esse grande homem e estadista. Defensor incansável do interesse nacional, Lula, assistido pelo grande Chanceler Celso Amorim, foi um protagonista maior em nossos esforços de integração regional e atuou em prol de um sistema internacional mais legítimo e representativo. Jamais estive indiferente aos dramas do mundo periférico. Sua contribuição é reconhecida no Brasil e no mundo e permanecerá uma referência necessária na História do início deste século.

O Embaixador Paulo Nogueira Batista foi um diplomata apaixonado pelo Brasil, que deixou marcas indeléveis no Itamaraty, por seu talento negociador, por sua disciplina intelectual e por sua capacidade de liderança. Tive a honra e o privilégio de servir sob suas ordens em meu primeiro posto no exterior e senti profundamente o seu desaparecimento prematuro em 1994. Posso afirmar com convicção que os formandos foram buscar inspiração no lugar certo!

Senhora Presidenta,

Em consonância com as orientações de Vossa Excelência pus em prática uma intensa agenda de viagens durante os últimos meses, que levou-me a sete países sul-americanos, ao Fórum Econômico de Davos, à sede da União Européia, à cúpula do Grupo IBAS (Brasil, Índia e África do Sul). Recebi Chanceleres de todos os Continentes. Conversei com uma multiplicidade de interlocutores para buscar elementos de juízo sobre uma variedade de assuntos que vão das sublevações no mundo árabe, até o futuro da Rodada de Doha.

Em todos esses contatos identifiquei marcas de respeito e valorização do diálogo com o Brasil. Ao encarar os próximos meses e anos tenho a certeza de que saberemos encontrar as melhores formas de renovar nossa atuação externa sem nos distanciarmos dos objetivos já traçados em relação a nossa região, a parceiros desenvolvidos e emergentes, aos organismos internacionais à configuração de uma ordem internacional mais justa e democrática.

Aos jovens formandos e suas famílias, formulo votos de êxito e lanço-lhes o desafio de trabalharem para manter viva a chama do profissionalismo no Itamaraty, com racionalidade e idealismo, a partir do exemplo que nos fornece a biografia e a atuação política da Presidenta que hoje nos honra com sua presença.

DISCURSO PROFERIDO PELO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA DURANTE SOLENIDADE EM COMEMORAÇÃO DO DIA DA ÁFRICA, BRASÍLIA, 25/05/2011

Senhoras e Senhores,

Antes de mais nada, creio que falo em nome de todos, mas do Itamaraty muito particularmente, ao render homenagem a um dos brasileiros que mais lutaram pela igualdade racial, Abdias do Nascimento, falecido ontem.

Senador, deputado, jornalista, ator - ainda em 2006, já com mais de 90 anos, Abdias foi homenageado e teve participação destacada na II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora, promovida, em Salvador, pelo Brasil e pela Comissão da União Africana.

O Brasil perde um cidadão de valor imenso, que continuará a inspirar, com seu legado, gerações de defensores da justiça social e da igualdade de direitos.

E eu pediria a todos que observássemos um minuto de silêncio em homenagem a Abdias do Nascimento. Muito Obrigado.

Tenho hoje a satisfação de recebê-los para a comemoração de uma data a um só tempo simbólica e plena de conteúdo: o Dia da África celebra o espírito de união dos povos africanos e convida a reflexões sobre conquistas alcançadas e novos desafios.

Para o Brasil, país que valoriza cada vez mais a fundamental contribuição africana no processo de formação de sua identidade,

a comemoração do Dia da África ganha significado adicional. Para nós, brasileiros, o 25 de maio representa também a celebração dos laços que unem a África e o Brasil: não apenas os laços históricos, mas a dimensão atual de um relacionamento vivo, dinâmico e cada vez mais diversificado.

Neste ano de 2011, é interessante quantificar, em termos socioeconômicos, o que significou para a África a primeira década do Séc.XXI.

Na década que passou, a África apresentou índices de crescimento acima da média mundial. Dos dez países com maior crescimento, seis são africanos. O crescimento da África Subsaariana entre 2000-2010 foi em média de 5.7%, taxa que contrasta com os 2.4% das duas décadas anteriores. A alta dos preços de produtos de base explica apenas parte desse crescimento. Há que se considerar a ampliação dos mercados internos, processos de urbanização acelerados, melhores práticas de gestão e crescimento do investimento. A curva ascendente, especialmente índices de consumo interno com crescimento mais acentuado do que nos países desenvolvidos, levou o continente a recuperar-se da recente crise financeira com relativa rapidez.

Desafiando os céticos, a África aparece

hoje no imaginário mundial como espaço em dinâmico processo de transformação política e econômica; um verdadeiro espaço de oportunidades. Aos investimentos que buscam desenvolver o potencial do continente na mineração e na agricultura, somam-se grandes projetos em telecomunicações, infra-estrutura e expansão bancária, entre muitos outros.

A rápida diversificação observada em várias economias, a partir das melhores condições básicas para a expressão do impulso de inovação – muito presente entre os africanos –, faz com que cresçam as expectativas de que a África venha a consolidar-se como um centro manufatureiro moderno, com crescente geração de emprego.

Esse cenário contribuiria para enfrentar o importante desafio de acolher nas grandes cidades africanas o contingente jovem que busca ingressar no mercado de trabalho, e não por acaso a União Africana escolheu como tema para o Dia da África de 2011 a “aceleração do emprego de jovens como fator de desenvolvimento sustentável”.

O continente africano encontrou o caminho da paz e da estabilidade. Diversos países tiveram transições democráticas bem sucedidas. Observa-se aperfeiçoamento institucional e crescente liberdade de expressão.

Ao longo desse período, a África desenvolveu parcerias que abriram novas alternativas ao, freqüentemente assimétrico, relacionamento norte-sul. Movido por um desejo de reconciliação plena com a sua própria história e de engajamento mais profundo com sua vizinhança no Atlântico Sul, o Brasil quer ser co-partícipe deste momento de transformações e renascimento da África.

O Governo da Presidenta Dilma Rousseff, comprometido em desenvolver as relações do Brasil com a África, conta hoje com sólidos instrumentos, estabelecidos ao longo da última década, para a ação diplomática inovadora e criativa.

Aumentamos nossa rede de Embaixadas, de modo a aperfeiçoar a atenção às especificidades das relações com cada país. Nos últimos anos, o Brasil abriu ou reativou Embaixadas em 19 países africanos (são hoje 37 embaixadas no total). Em 2010, com o estabelecimento de relações diplomáticas com a República Centro-Africana, passamos a ter relações com todos os 53 países da África, que, aliás, passarão a ser 54 esse ano, com o ingresso do Sudão do Sul nas Nações Unidas. Esse movimento tem sido de mão dupla: desde 2003, dezessete Embaixadas africanas foram instaladas em Brasília, tornando a cidade a capital latino-americana com o maior número de Embaixadas africanas.

Investimos em amplo programa de cooperação técnica, que objetiva compartilhar experiências que tiveram êxito no Brasil. Uma das ênfases tem sido a agricultura, reflexo de percepção da existência de grande potencial nessa área, e do amplo conhecimento adquirido, no Brasil, na superação de desafios agrícolas a partir de pesquisa aplicada. A preocupação com a saúde também é fruto do interesse em projetar, em solo africano, histórias de sucesso identificadas dentre as políticas públicas brasileiras, do que são exemplo ações de combate ao HIV/AIDS e à anemia falciforme.

A sociedade brasileira tem participado, com entusiasmo, desse processo. O interesse cultural, que sempre existiu, ganhou novo fôlego nos últimos anos. Festivais, exposições e eventos culturais que celebram as afinidades espontâneas entre o Brasil e a África têm-se realizado com regularidade.

As entidades de promoção da igualdade racial e de valorização da cultura negra são verdadeiros motores do movimento que aproxima Brasil e África, e traduzem anseios da sociedade brasileira que, na verdade, independem de considerações de política

externa. O Brasil defendeu a declaração, pelas Nações Unidas, de 2011 como Ano Internacional dos Afrodescendentes. Doravante, a cada 25 de maio, o Brasil poderá comemorar a determinante matriz africana na composição de sua identidade. E aproveito para lembrar que o Censo de 2010 revelou um Brasil majoritariamente afrodescendente.

No meio acadêmico, o interesse pela África é renovado. Hoje celebramos o início das atividades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), em Redenção, no Ceará. O projeto da UNILAB traz a perspectiva de uma nova e mais amadurecida etapa em nossa cooperação educacional. No ensino médio, a disciplina de História da África vem preencher, a bom tempo, lacuna que não podemos mais admitir.

A iniciativa privada brasileira despertou para as oportunidades do “renascimento” africano: o comércio entre Brasil e África passou de US\$ 5 bilhões, em 2002, a US\$ 25,9 bilhões, em 2008. Apesar da retração verificada em 2009, por conta da crise financeira mundial, a recuperação em 2010 revelou o expressivo índice de crescimento, no período, de 240%. Temos investimentos importantes em diversos países, principalmente em construção e mineração. O desafio, agora, é diversificar as pautas comerciais e os investimentos, com a progressiva estruturação de mecanismos de incentivo que permitam que mais empresas cruzem o Atlântico. A conectividade aérea e marítima permanece muito aquém das possibilidades, e seu incremento continuará a ser um objetivo estratégico.

Em paralelo ao relacionamento bilateral com os países do continente individualmente, o Brasil estabeleceu interlocução com vários organismos regionais africanos, multiplicando nossa capacidade de coordenação sobre temas de interesse mútuo.

Participamos das atividades da Comunidade

dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em suas vertentes de concertação político-diplomática, de difusão da língua portuguesa e de cooperação. Em 2006, o Brasil estabeleceu representação diplomática própria junto à CPLP, em Lisboa. Hoje, temos representação residente em todos os países da CPLP.

Lembraria a realização de duas edições, em 2006 e em 2009, da Cúpula América do Sul-África (a ASA, como é conhecida). As Cúpulas oferecem oportunidade valiosa para a definição de setores e modalidades de cooperação e de concertação interregionais. Esperamos que a terceira Cúpula ASA possa ser confirmada para muito em breve.

Favorecemos a revitalização da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). Além de seus objetivos originais, voltados à preservação da paz e da segurança na região, queremos atualizar a iniciativa com novos temas como a proteção do meio ambiente marinho e a cooperação científica e tecnológica.

Dedicamos especial interesse à promoção de diálogo mais intenso com a União Africana, foro incontornável de articulação e deliberação que impulsiona políticas continentais em várias áreas, da economia à cultura, da agricultura ao desenvolvimento social. Brasil e União Africana assinaram, em 2007, Acordo-Quadro de Cooperação Técnica, o qual entrou em vigência em fevereiro de 2009.

No tratamento de questões de paz e segurança, a União Africana tem constituído instância importante a nortear as posições brasileiras (um bom exemplo atual é o caso da Líbia). Valorizamos a capacidade africana de compreender e buscar soluções criativas para as questões regionais. Valorizo muito também, pessoalmente, o que considero a sabedoria africana. Em coordenação com a ONU, a União Africana poderá assumir responsabilidades crescentes. O Conselho de Segurança da

União Africana é fonte de inspiração para nossos esforços de integração sul-americana. E desnecessário lembrar que o Brasil defende, em uma reforma das Nações Unidas que inclua novos membros permanentes, um Conselho de Segurança ampliado com representação adequada da África.

O Brasil mantém observadores militares, policiais ou oficiais no Estado-Maior de várias missões de Paz em Côte d'Ivoire (UNOCI), Sudão (UNMIS), Libéria (UNMIL), Guiné-Bissau (UNIOGBIS). Presidimos, ademais, a configuração para Guiné-Bissau da Comissão de Construção da Paz.

Senhoras e Senhores,

Não poderia deixar de referir-me a dois acontecimentos que tornam 2011 um ano de grande relevância na história africana.

A “Primavera Árabe” acontece no norte do continente, mas as vozes vigorosas que se mobilizam por mudanças são ouvidas em toda parte. O Brasil defende o direito à manifestação pacífica e condenou o uso da violência contra manifestantes desarmados. Aspirações por maior participação política e melhores perspectivas de emprego e renda, por liberdade de expressão e respeito aos direitos humanos, devem encontrar canais de expressão, para serem levados em consideração.

Tive a satisfação de testemunhar, em recente viagem ao Cairo, o orgulho do povo egípcio em descrever as transformações em curso no país. Na ocasião, manifestei o interesse brasileiro – que existe também com relação a outros países do norte da África e do Oriente Médio - em cooperar, da forma que o país considere adequada, para o encaminhamento das diferentes situações, e o aprimoramento das instituições com o restabelecimento de crescimento econômico e oportunidades adicionais, sobretudo para os jovens, que são o tema desse ano dos afro descendentes e do Dia da África.

O outro acontecimento que figurará com destaque nas análises futuras sobre 2011 é a criação de um novo Estado africano, do Sudão do Sul, por meio de consulta popular. O Brasil saudou as partes envolvidas pelo bom encaminhamento do processo, e vem acompanhando os preparativos para a implementação das decisões, o que envolve a superação de alguns pontos ainda controversos, em particular a situação de Abyei. Há importantes empreendimentos agrícolas com participação brasileira no Sudão, e esperamos ter também presença no Sudão do Sul. Os dois países têm potencial para tornarem-se verdadeiros celeiros para a região nordeste da África.

Senhoras e Senhores,

Queridos colegas africanos,

Nesse contexto de importantes mudanças, o Brasil pretende continuar a ser percebido pela África como um amigo para o desenvolvimento. Temos objetivos comuns, amplos recursos humanos e naturais, e muita disposição. Nossos laços, tanto os históricos como os recentemente constituídos, representam a trama que nos dá segurança para pensar com ousadia e agir com otimismo.

Muito obrigado.

**DISCURSO PROFERIDO PELO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR
PATRIOTA POR OCASIÃO DO SEMINÁRIO “COOPERAÇÃO
TÉCNICA BRASILEIRA: AGRICULTURA, SEGURANÇA
ALIMENTAR E POLÍTICAS SOCIAIS” - ROMA, 24/06/2011**

O Brasil logrou promover nos últimos anos uma enorme redução da pobreza em seu território. Tornou-se pela primeira vez um país majoritariamente de classe média. Nesse período, sua economia não só cresceu, mas o fez de forma a possibilitar uma melhor distribuição da renda. Essa inclusão social, em grande medida, se deve às políticas públicas formuladas e implementadas para a agricultura, o desenvolvimento agrário, o meio ambiente, a pesca e a segurança alimentar.

Tenho a satisfação de afirmar que, em um período equivalente ao de uma geração, mudamos nosso país. Mudamos nossa realidade e queremos contribuir para mudar a daqueles que são nossos vizinhos, nossos parceiros e compartilham conosco a idéia de que um mundo mais seguro é um mundo menos desigual, menos assimétrico e com menos insegurança alimentar.

Se, em uma geração, passamos a ser um dos maiores exportadores líquidos de alimentos do mundo, se logramos conjugar a produção de biocombustíveis com o aumento da segurança alimentar, se conseguimos expandir nossa produção de alimentos e melhorar a proteção do meio ambiente, foi porque soubemos inovar, incluir e compartilhar.

INOVAR

Inovar porque investimos em tecnologia, em pesquisa e em desenvolvimento. Criamos instituições como a EMBRAPA, os serviços de assistência técnica e extensão rural e diversas Universidades públicas.

A EMBRAPA, por exemplo, para contribuir para a criação de nossa agricultura tropical priorizou a formação de recursos humanos. Possui cerca de 9 mil funcionários, dos quais 2 mil são pesquisadores - 21% com mestrado, 71% com doutorado e 7% com pós-doutorado. Sob coordenação da EMBRAPA está o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, que desenvolveu novas tecnologias e mudou a agricultura brasileira. Isso possibilitou, por exemplo, a incorporação do cerrado ao sistema produtivo, tornando essa região responsável por cerca da metade da produção de grãos do Brasil.

Esses investimentos em tecnologia, adaptando muitas vezes culturas de clima temperado às condições brasileiras, fizeram com que o Brasil se tornasse o segundo produtor mundial de soja. Fizeram com que, no período de 1975 a 2009, a produção de leite aumentasse em três vezes, a oferta de carne bovina e suína se multiplicasse por quatro e a de frango por 22. O desenvolvimento de

soluções e de tecnologias específicas para a nossa realidade fez com que o Brasil se tornasse não só o maior exportador mundial de proteína, mas também conseguisse conciliar aumento de segurança alimentar com melhoria na qualidade dos alimentos. Saliento que atingimos essa situação apesar das barreiras tarifárias, técnicas, sanitárias e fitossanitárias dos países desenvolvidos, apesar dos subsídios das economias ricas que tanto afetam o comércio agrícola internacional.

INCLUIR

Incluir porque soubemos conjugar a competitividade do agronegócio com a solidez da agricultura familiar. Entendemos que ambas as formas de organização da produção agrícola são complementares e não mutuamente excludentes. Compreendemos que cada uma dessas modalidades se adapta melhor a um determinado tipo de cultura ou de mercado. Essa sinergia entre agronegócio e agricultura familiar desenvolvida no Brasil em muito decorre dos múltiplos contextos geográficos e sociais do país. Diante de problemas tão variados, precisamos sempre encontrar soluções criativas e conciliadoras.

Incluimos igualmente porque tornamos o campo não só um fornecedor de alimentos e matérias-primas para as cidades e a indústria, mas também um importante mercado consumidor de todo tipo de bens e serviços. Fizemos com que a agricultura servisse de catalisador do nosso desenvolvimento, reduzindo discrepâncias regionais e migrações sazonais. A agricultura passou a ser um importante fator de distribuição de renda, atraindo investimentos para o interior do país e gerando oportunidades e empregos para milhões de brasileiros.

Vale lembrar que o Professor José Graziano da Silva, hoje candidato a Diretor-Geral da FAO, criou, durante o Governo do Presidente Lula, o programa “Fome Zero”. Criamos também o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA),

cujo objetivo é garantir o acesso a alimentos em quantidade e regularidade às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. Essa iniciativa contribui para a formação de estoques estratégicos e permite aos agricultores familiares armazenar seus produtos para comercialização a preços mais justos.

Outra iniciativa importante brasileira é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que garante a alimentação a alunos de toda a educação básica matriculados em escolas públicas. Seu objetivo é atender as necessidades nutricionais dos alunos, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes; promovendo a formação de hábitos alimentares saudáveis. Por motivos legais, 30% dos recursos para a alimentação escolar devem ser alocados na compra direta de produtos da agricultura familiar, o que estimula o desenvolvimento econômico das comunidades, inclusive daquelas mais distantes dos grandes centros urbanos no país.

Incluimos também porque soubemos expandir nossa produção de alimentos, matérias-primas e biocombustíveis de forma sustentável. Essa questão da sustentabilidade do desenvolvimento permeará os debates da Conferência Rio+20, que sediaremos no ano que vem.

COMPARTILHAR

Compartilhar porque, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), temos posto à disposição dos países que nos procuram as experiências bem sucedidas de nossas instituições. Essa cooperação, que visa semear capacidade para o desenvolvimento autônomo, tem sido uma das formas que melhor expressa o compromisso de longo prazo da política externa brasileira com os países em desenvolvimento.

A cooperação técnica sul-sul brasileira caracteriza-se pela transferência de conhecimentos, pela ênfase na capacitação de

recursos humanos e pela concepção de projetos que reconheçam as especificidades de cada país. Realiza-se com base na solidariedade que marca o relacionamento do Brasil com outros países em desenvolvimento. A cooperação técnica brasileira é livre de condicionalidades e não prevê lucros. Responde a demandas de países em desenvolvimento que acreditam que nossas soluções podem servir de referência para suas políticas e práticas.

O Brasil foi capaz de encontrar soluções próprias que podem aplicar-se a outros países em desenvolvimento. A formação multicultural e multi-étnica do Brasil contribuiu para a adaptação de nossas propostas às características de outros países da América Latina, África, Oriente Médio, Ásia e Oceania.

O Brasil não se considera, no entanto, um “emerging donor”. O Brasil considera que a cooperação sul-sul não deve ser concebida como uma ajuda (“aid”), mas sim como uma parceria. Os projetos de cooperação, dessa forma, são elaborados pelas autoridades brasileiras em conjunto com as dos nossos parceiros.

A ABC tem, nos últimos anos, buscado implantar uma nova estratégia de ação, que prioriza os projetos ditos “estruturantes”, que tendem a ter um impacto socioeconômico mais significativo.

Nossos projetos estruturantes contemplam desde fazendas experimentais para teste de variedades agrícolas brasileiras em solo africano até centros de formação profissional. Instalações permanentes de capacitação permitem a formação de um maior número de técnicos. Alguns projetos estruturantes têm alcance regional e recebem participantes dos países vizinhos. A estação experimental de algodão no Mali, por exemplo, recebe técnicos de Burkina Faso, do Chade e do Benim, enquanto a estação de arroz no Senegal receberá técnicos do Mali, da Mauritânia e de Guiné-Bissau.

A cooperação técnica brasileira contempla atualmente projetos em 81 países. Cerca de 45% dessa cooperação técnica se dá na América Latina e no Caribe e os demais 55% estão distribuídos entre África, Ásia e Oceania.

Diversos países desenvolvidos e organismos internacionais têm procurado o Brasil por suas capacidades técnicas, por sua identidade multicultural e por sua forma de atuar. Isso nos tem possibilitado agir também de modo trilateral em projetos de cooperação técnica. Seja com países desenvolvidos, seja com organismos internacionais, os projetos de cooperação técnica trilateral devem incluir nossos princípios, isto é, devem ser “demand driven”, destituídos de condicionalidades e sem fins lucrativos.

O Brasil desenvolve cooperação técnica trilateral com o Japão, a Alemanha, os Estados Unidos, a Itália, a França, a Austrália, o Reino Unido, a Espanha, entre outros. Assinou recentemente Memorando de Entendimento sobre cooperação técnica trilateral com Israel e Egito.

No caso dos organismos internacionais, nossa cooperação trilateral não se baseia na doação de recursos, mas sim na elaboração de projetos conjuntos. Nessas situações, as vantagens comparativas da cooperação técnica brasileira somam-se à experiência dos organismos internacionais. Esses, por possuírem representantes no Brasil, conhecem as práticas nacionais e podem recomendá-las para outros países em desenvolvimento. Na cooperação técnica trilateral com organismos internacionais, são sempre instituições brasileiras que transferem conhecimentos.

O Governo brasileiro, no intuito de cumprir com os compromissos que assumiu no ano passado por ocasião do “Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural”, não só ofereceu cursos de capacitação a técnicos africanos, mas também celebrou três programas de parceria com a FAO e o PMA em matéria de cooperação técnica. Os projetos a

serem identificados no âmbito dessas iniciativas serão elaborados pelas instituições brasileiras, com o objetivo de replicar políticas públicas bem sucedidas no Brasil com as adaptações necessárias e sem perder de vista os objetivos da inclusão social e o combate à fome e à pobreza.

Nesse contexto, o Brasil e a FAO estão desenvolvendo um programa de parceria para o fortalecimento da agricultura e de promoção de segurança alimentar e nutricional em vários países da África. Essa iniciativa, financiada com recursos da ABC, contempla, entre outras ações, a implementação de projetos-piloto baseados no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

O Brasil, em parceria com a FAO e o PMA, também tem desenvolvido programas que visam ao fortalecimento das políticas de segurança alimentar e nutricional relacionadas à alimentação escolar. Esses programas contam com recursos do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) e da ABC.

Os recursos destinados ao PMA deverão também contribuir para o funcionamento em Brasília do Centro de Excelência para Alimentação Escolar, Nutrição e Segurança Alimentar do PMA, que se dedicará à capacitação de pessoal de todas as regiões do mundo em desenvolvimento.

No intuito de apoiar a transferência de conhecimento, a EMBRAPA vem estabelecendo escritórios no exterior e conta hoje com representação em Gana, na Venezuela e no Panamá.

Em parceria com a ABC, a EMBRAPA vem desenvolvendo diversos projetos de cooperação técnica na área agrícola. Do início de 2010 até hoje, foram enviados por meio dessa parceria 262 técnicos para participar de atividades de cooperação técnica sul-sul, dos quais 92 à África, 165 à América Latina e 5 à Ásia.

O Governo brasileiro criou, em 2009, o Centro de Estudos Estratégicos e Capacitação

em Agricultura Tropical (CECAT), onde técnicos podem ser formados em sistemas de produção sustentáveis concebidos para regiões com as características da Amazônia, do Cerrado, do Pantanal, do Semi-Árido e dos Tabuleiros Costeiros. Em 2010, o CECAT ofereceu cursos para 43 alunos estrangeiros. Para o período 2011 e 2012, o número de estudantes estrangeiros formados deverá ser superior a 300. Esses alunos terão acesso a cursos que contemplam os mais diversos temas, como produção de oleaginosas e carnes, agroenergia, agroecologia, biotecnologia, economia rural, informática na agropecuária, meio ambiente, monitoramento por satélite, processamento de alimentos e recursos genéticos.

Senhoras e Senhores,

Tudo o que o Brasil apresentará hoje no seminário “Cooperação Técnica Brasileira: agricultura, segurança alimentar e políticas sociais” já é realidade. Falaremos daquilo que sabemos fazer. Abordaremos políticas e soluções que já foram implementadas com êxito. Nesse contexto, teremos hoje três painéis temáticos, intitulados: Agricultura e Desenvolvimento Rural; Agricultura e Meio Ambiente; e Agricultura Familiar e Desenvolvimento Social.

Organizamos esse seminário porque acreditamos que as soluções que encontramos para alimentar 190 milhões de brasileiros podem de alguma forma contribuir para que todos os países possam conjuntamente alimentar mais de 7 bilhões de pessoas.

Em um mundo marcado por um descompasso entre o crescimento populacional e o crescimento da produção de alimentos, por restrições de acesso à água e à expansão da área cultivável, por severas condicionantes climáticas e ambientais, por assimetrias econômicas e carência de liderança política, acreditamos que podemos contribuir para a segurança alimentar de um número crescente de parceiros.

Para promovermos o desenvolvimento sustentável e atingirmos nossos objetivos de prosperidade coletiva em muito dependeremos da capacitação de recursos humanos. Nesse contexto, pomos nossa cooperação técnica à disposição de todos. Ofereceremos hoje vagas em 24 cursos porque acreditamos que somente faremos frente aos desafios do desenvolvimento se soubermos conjuntamente inovar, incluir e compartilhar. E porque acreditamos que a paz se constrói com o desenvolvimento e não há desenvolvimento sem progresso no âmbito da agricultura.

Muito obrigado.

ATOS INTERNACIONAIS

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha-Delegação da Colômbia sobre Apoio Logístico para Fins de Ajuda Humanitária. 05/01/2011

Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Capacitação Jurídica de Formadores e Magistrados”. 19/01/2011

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a Implementação do Projeto “Fortalecimento das Farmacopéias do Brasil e da Argentina e de seus Laboratórios Nacionais de Controle para a Criação de uma Farmacopéia Regional”. 31/01/2011

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para Cooperação em Planejamento Urbano e Habitação. 31/01/2011

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a Promoção Comercial Conjunta. 31/01/2011

Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para Fazer Avançar a Cooperação Bilateral na Área de Massificação do Acesso à Internet em Banda Larga (2011 - 2015). 31/01/2011

Protocolo Adicional ao Acordo para a Criação da Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço (CODEFRO) entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina. 31/01/2011

Declaração Conjunta - Visita oficial da Presidenta da República Federativa do Brasil, Dilma Rousseff, à Presidenta da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner. 31/01/2011

Declaração para a Promoção da Igualdade de Gênero e a Proteção dos Direitos das Mulheres. 31/01/2011

Termo de Referência - Fórum de Empresários Argentina-Brasil. 31/01/2011

Memorando de Entendimento entre o Ministério da Ciência e Tecnologia da República Federativa do Brasil e o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação Produtiva da República Argentina para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Luz Síncrotron. 31/01/2011

Declaração sobre o Aproveitamento dos Recursos Hídricos Compartilhados no Trecho Limitrofe do Rio Uruguai e seu Afluente, o Rio Peperi-Guaçu. 31/01/2011

Memorando de Entendimento entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério de Planejamento Federal, Investimento Público e Serviços da República Argentina sobre Intercâmbio de Energia Elétrica. 31/01/2011

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Gana para Implementação do Projeto “Centro de Hemoterapia e Doença Falciforme de Kumasi”. 09/02/2011

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador para Implementação do Projeto “Apoio Técnico para o Fortalecimento das Funções Regulatórias de Pré e Pós Comercialização de Medicamentos no Equador”. 18/02/2011

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador para Implementação do Projeto “Apoio a Criação de um Sistema de Informação Nacional de Recursos Hídricos e Florestais”. 18/02/2011

Declaração de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa para a Implementação de Projeto de Cooperação Bilateral em Computação de Alto Desempenho (“Supercomputação”). 22/02/2011

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de Timor-Leste para Implementação do Programa “Qualificação de Docentes e Ensino da Língua Portuguesa em Timor-Leste”. 02/03/2011

Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Democrática Socialista do Sri Lanka para o Estabelecimento de um Mecanismo para Consultas Políticas. 07/03/2011

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre a Cooperação para Apoiar a Organização de Grandes Eventos Mundiais. 19/03/2011

Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre a Ampliação de Atividades de Cooperação Técnica em Terceiros Países. 19/03/2011

Acordo de Comércio e Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América. 19/03/2011

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para a Implementação de Cooperação Técnica em Terceiros Países no Âmbito do Trabalho Decente. 19/03/2011

Parceria para o Desenvolvimento de Biocombustíveis de Aviação. 19/03/2011

Emenda, por troca de Notas, ao Acordo por troca de Notas relativa ao Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes de Pessoal Diplomático e Consular. 19/03/2011

Acordo, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Estado Plurinacional da Bolívia para a Criação dos Comitês de Fronteira Boliviano-Brasileiros, de 25 de março de 2011. 25/03/2011

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Benin para Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional da Educação Profissional e Tecnológica do Benin nas Áreas de Agroecologia e Cooperativismo”. 30/03/2011

Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino Unido da Noruega. 30/03/2011

Acordo de Cooperação Brasil-Dinamarca. 31/03/2011

Declaração Conjunta sobre o Intercâmbio na Área de Combustíveis Alternativos e Tecnologias de Propulsão Inovadoras entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério Federal de Transportes, Construção Civil e Desenvolvimento Urbano da República Federal da Alemanha. 31/03/2011

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República da Costa Rica e o Governo

da República Federativa do Brasil para Implementação do Projeto “Análise da Institucionalidade do Sistema Elétrico Brasileiro e sua Aplicabilidade no Novo Modelo do Mercado para o Sistema Elétrico da Costa Rica”. 04/04/2011

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica para Implementação do Projeto “Dinamização e Transferência de Conhecimento para o Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Protegida na Costa Rica”. 04/04/2011

Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e a Academia Diplomática do Ministério das Relações Exteriores da República da Guiné. 05/04/2011

Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Lituânia sobre Consultas Políticas. 11/04/2011

Comunicado Conjunto entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China. 12/04/2011

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto “Transferência de Modelo de Gestão de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Territorial”. 26/04/2011

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto “Apoio Técnico para Criação do Instituto Nacional de Saúde de El Salvador”. 26/04/2011

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto “Transferência de Metodologia do Programas Brasileiros “Projeto” e “Mulheres da Paz” para El Salvador”. 26/04/2011

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto “Capacitação de Técnicos para a Implementação e Desenvolvimento de Ações de Defesa Civil (Prevenção, Preparação, Resposta e Reconstrução)”. 26/04/2011

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto “Apoio à Criação de um Programa de Inserção Social para Crianças, Adolescentes e Jovens Vítimas de Violência Sexual”. 26/04/2011

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a

Implementação do Projeto “Aperfeiçoamento Técnico-Profissional de Bombeiros em Prevenção e Investigação de Incêndios e Busca e Resgate de Vítimas”. 26/04/2011

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto “Transferência de Metodologia do Programa Brasileiro “Projovem-Prisional” para El Salvador”. 26/04/2011

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto “Apoio à Implantação de Unidade Móvel para Capacitação Profissional em El Salvador”. 27/04/2011

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto “Apoio às Ações de Atenção à Saúde e Formação de Conselhos dos Povos Indígenas de El Salvador”. 27/04/2011

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto “Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes”. 27/04/2011

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização Mundial da Saúde relativo à Realização da Conferência

Mundial da Saúde Rio de Janeiro, Brasil, 19 a 21 de outubro de 2011. 27/04/2011

Declaração para a Promoção da Igualdade de Gênero e a Proteção dos Direitos das Mulheres. 28/04/2011

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Marrocos sobre Cooperação em Matéria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural. 30/04/2011

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Camboja sobre Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço. 02/05/2011

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Implementação do Projeto “Apoio Ao Fortalecimento do Sistema Nacional Integrado de Saúde do Uruguai com Ênfase em Localidades com Menos de Cinco Mil Habitantes”. 30/05/2011

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Implementação do Projeto “Diagnóstico das Potencialidades de Desenvolvimento Regional na Área de Restauo do Patrimônio Edificado”. 30/05/2011

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Implementação do Projeto “Capacitação em Português como Língua Estrangeira

Instrumental para Agentes do Governo Uruguaio – Polícia Migratória”. 30/05/2011

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Implementação do Projeto “Transferência de Metodologia do Programa Proteção para o Ministério do Interior do Uruguai”. 30/05/2011

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Implementação do Projeto “Capacitação e Formação Técnico/Jurídicas e Administrativas Proporcionadas pela Defensoria Pública da União”. 30/05/2011

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Implementação do Projeto “Consolidação da capacidade Institucional do Ministério de Saúde do Uruguai e Ampliação do Diálogo Regulatório entre as Autoridades Sanitárias de Brasil e Uruguai”. 30/05/2011

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Implementação do Projeto “Apoio Técnico para Implantação da Televisão Digital no Uruguai”. 30/05/2011

Comunicado Conjunto dos Presidentes da República Federativa do Brasil, Dilma Rousseff, e da República Oriental do Uruguai, José Mujica. 30/05/2011

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai na Área de Assistência Humanitária e Defesa Civil. 30/05/2011

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai na Área da Saúde. 30/05/2011

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte sobre Intercâmbio e Cooperação Cultural. 21/06/2011

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte sobre Parceria para o Desenvolvimento Mundial. 21/06/2011

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Ruanda para A Promoção da Cooperação SUL-SUL relativa ao Fortalecimento da Agricultura e da Segurança Alimentar. 24/06/2011

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para a Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional da Assessoria Jurídica da Presidência da República do Paraguai”. 28/06/2011

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para

a Implementação do Projeto “Apoio à Elaboração e à Implementação do Programa Nacional para o Desenvolvimento da Cadeia Produtiva Leiteira no Paraguai”. 28/06/2011

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para a Implementação do Projeto “Fortalecimento da Transparência e Desenvolvimento de Capacidades dos Governos Locais do Paraguai”. 28/06/2011

COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA É
O NOVO MINISTRO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES
01/01/2011

O Embaixador Patriota foi empossado pela Presidenta Dilma Rousseff como Ministro de Estado das Relações Exteriores em cerimônia no Palácio do Planalto na tarde do dia 1º de janeiro de 2011. A cerimônia de transmissão do cargo será realizada no dia 2 de janeiro, no Palácio do Itamaraty.

A cerimônia de transmissão do cargo de Ministro de Relações Exteriores terá lugar às 14 horas do próximo dia 2, na Sala Portinari do Palácio Itamaraty.

O acesso ao Palácio será franqueado a portadores de credenciais de imprensa permanentes do Palácio do Planalto, do Ministério das Relações Exteriores, ou de credenciais para a cerimônia de posse presidencial emitidas pelo Itamaraty.

ENCONTRO ENTRE O MINISTRO
ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
E O MINISTRO DOS NEGÓCIOS
ESTRANGEIROS, COOPERAÇÃO E
COMUNIDADES DE CABO VERDE,
JOSÉ BRITO
02/01/2011

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota manterá encontro, no dia 2 de janeiro, com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades de Cabo Verde, José Brito. O Ministro cabo-verdiano representou o Presidente Pedro Pires na cerimônia de posse da Presidenta Dilma Rousseff.

Cabo Verde é parceiro tradicional do Brasil na África e membro da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Na última década, houve sete visitas presidenciais entre os dois países.

Brasil e Cabo Verde mantêm importante programa de cooperação técnica. Encontram-se em execução 13 projetos, em diversas áreas, que envolvem recursos brasileiros totais de US\$ 3,5 milhões. Na cooperação educacional, Cabo Verde é um dos principais beneficiários do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), com 39% dos candidatos selecionados. Em 2008 foi inaugurado, em Praia, o Centro Cultural Brasil - Cabo Verde.

ENCONTRO ENTRE O MINISTRO
ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
E O MINISTRO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, COMÉRCIO
INTERNACIONAL E CULTO DA
ARGENTINA, HÉCTOR TIMERMAN
02/01/2011

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota manterá encontro, no dia 2 de janeiro, com o Ministro das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da Argentina, Héctor Timerman. O Chanceler argentino será a primeira autoridade estrangeira a ser recebida pelo novo Ministro das Relações Exteriores do Brasil.

Brasil e Argentina mantêm uma relação estratégica que envolve ampla agenda de diálogo e cooperação. As iniciativas conjuntas contemplam áreas como tecnologia espacial e usos pacíficos da energia nuclear.

O Brasil é o principal destino das exportações argentinas e o maior fornecedor de produtos para o mercado argentino. Em 2010, o comércio bilateral superou a marca histórica de US\$ 32 bilhões, alcançada em 2008, aproximando-se dos US\$ 34 bilhões. Cerca de 95% das exportações brasileiras para a Argentina correspondem a produtos manufaturados.

ENCONTRO ENTRE O MINISTRO
ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
E O MINISTRO DOS NEGÓCIOS
ESTRANGEIROS DA ARMÊNIA,
EDWARD NALBANDIAN
02/01/2011

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota manterá encontro, no dia 2 de janeiro, com o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Armênia, Edward Nalbandian. Em visita ao Brasil para assistir à posse da Presidenta Dilma Rousseff, o Chanceler armênio deverá oficializar a abertura da Embaixada residente da Armênia em Brasília. Em 2006, o Brasil inaugurou sua representação diplomática em Ierevan.

As amistosas relações entre o Brasil

e a Armênia encontram respaldo na empreendedora comunidade de descendentes de armênios residentes no Brasil, estimada em cerca de 40 mil pessoas.

VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE
AGUIAR PATRIOTA À ARGENTINA -
BUENOS AIRES, 10 DE JANEIRO DE 2011
07/01/2011

O objetivo será preparar visita da Presidenta Dilma Rousseff à Argentina - sua primeira viagem ao exterior desde que tomou posse.

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota realizará visita de trabalho, no dia 10 de janeiro, a Buenos Aires, com o objetivo de preparar visita da Presidenta Dilma Rousseff à Argentina. Será a primeira viagem ao exterior da Presidenta desde que tomou posse no dia 1º de janeiro.

O Ministro Patriota manterá encontro de trabalho com o Ministro de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da Argentina, Héctor Timerman, e será recebido pela Presidenta Cristina Fernández de Kirchner e por outros Ministros do Governo argentino.

Os dois Chanceleres passarão em revista a ampla agenda bilateral e intercambiarão opiniões sobre temas regionais e globais.

Os Ministros tratarão, entre outros aspectos relevantes da agenda bilateral, dos próximos passos do Mecanismo de Integração e Coordenação Brasil-Argentina (MICBA), que, sob coordenação das respectivas Chancelarias, prevê reuniões presidenciais semestrais para garantir impulso político aos projetos prioritários nas mais diversas áreas de cooperação.

Os Ministros discutirão, ademais, estratégias para aprofundar a estreita coordenação entre os dois países nos foros

regionais e multilaterais, tendo em vista o objetivo comum de aprofundar a integração regional – em particular o MERCOSUL e a UNASUL –, reforçar o multilateralismo e contribuir ativamente para a democratização dos mecanismos de governança global.

O Brasil é o principal destino das exportações argentinas e o principal fornecedor da Argentina. Em 2010, o intercâmbio bilateral chegou a US\$ 32,9 bilhões, superando a marca histórica de US\$ 30,8 bilhões, registrada em 2008. O comércio bilateral caracteriza-se não apenas pelo seu volume expressivo, mas também pelo alto índice de produtos industrializados de alto valor agregado, refletindo a integração crescente de cadeias produtivas entre os dois países.

REFERENDO SOBRE O STATUS DO SUL DO SUDÃO 08/01/2011

O Governo brasileiro saúda a realização, no período de 9 a 15 de janeiro, do Referendo sobre o status do Sul do Sudão, no qual o povo do Sul daquele país optará pela manutenção da unidade com o Norte ou pela secessão e conseqüente criação de um novo país. Os resultados oficiais deverão ser divulgados no prazo máximo de trinta dias após a conclusão do pleito.

O Referendo constitui o ponto mais alto do processo de implementação do Acordo Abrangente de Paz (AAP), firmado em 2005, entre o Norte e Sul do Sudão, o qual pôs fim a décadas de guerra civil entre as duas regiões do país.

O Governo brasileiro está comprometido em contribuir para a consolidação da estabilidade na região. Em abril de 2010, foram enviados observadores às eleições

nacionais do Sudão, as quais representaram importante etapa no processo de paz. O Governo brasileiro tem contribuído com oficiais para a Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS), estabelecida em 2005 para dar suporte à implementação do AAP. Atualmente, o Brasil mantém 20 observadores militares, dois policiais e dois oficiais na Missão. O Governo brasileiro enviou, ademais, missão de observadores eleitorais, integrada por dois diplomatas, ao Referendo que se inicia no próximo dia 9 de janeiro.

CONTROLE INTEGRADO DE FRONTEIRAS ENTRE BRASIL E PERU 10/01/2011

Serão realizados, entre 10 e 13 de janeiro corrente, os primeiros exercícios de Controle Integrado de Fronteiras entre Brasil e Peru, conforme previsto no Acordo para Criação de Área de Controle Integrado de Fronteiras, firmado em dezembro de 2009.

Durante o período dos exercícios, que ocorrerão no Posto de Fronteira Rodoviária de Assis Brasil, no Acre, agentes brasileiros e peruanos de controle fronteiriço (pelo Brasil, Receita Federal, Polícia Federal, Ministério da Agricultura e ANVISA) trabalharão juntos, o que permitirá a redução do tempo necessário para os trâmites migratórios e alfandegários na zona de fronteira, com impactos positivos para o turismo e o fluxo de comércio entre os dois países.

De 2006 a 2010, as exportações do Estado do Acre para o Peru aumentaram em mais de 60 vezes e o número de operações migratórias no Posto Fronteiriço de Assis Brasil passou de 3.500 para mais de 35.000 no mesmo período.

ADESÃO DO BRASIL AO BANCO DE
DESENVOLVIMENTO DO CARIBE
(BDC) COMO SÓCIO REGIONAL

11/01/2011

O Brasil está formalmente habilitado a aderir como Membro Regional ao Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC), com sede em Bridgetown, Barbados. O Governo brasileiro havia assumido o compromisso de participar do Banco durante a I Cúpula Brasil - Comunidade do Caribe (CARICOM), realizada em 26 de abril de 2010, em Brasília.

A adesão do Brasil foi autorizada pelo Decreto Legislativo nº 801, promulgado pelo Senado Federal em 20 de dezembro de 2010. Com isso, o Brasil estará habilitado a adquirir ações do capital social do Banco no valor de US\$ 28 milhões.

O Banco, criado em 1969 e integrado por países e territórios do Caribe, visa a financiar projetos de desenvolvimento econômico para a redução da pobreza, com especial ênfase nos menos desenvolvidos como o Haiti, e a promover a cooperação e integração na região do Caribe.

A participação do Brasil na instituição será semelhante à da Colômbia, do México e da Venezuela, como sócio regional não tomador de recursos e com direito a voto. Alemanha, Itália, Reino Unido, Canadá e China são sócios extra-regionais não tomadores de recursos. Conforme acordado com o BDC, o País comprará, ao todo, 3.118 ações do capital social, em seis parcelas anuais. O processo de adesão prevê, ainda, que o Brasil contribua com US\$ 5 milhões para o “Fundo Especial de Desenvolvimento” do BDC, destinado a atender os sócios de menor desenvolvimento relativo.

UM ANO DO TERREMOTO NO HAITI

12/01/2011

Ao evocar a memória daquela tragédia, o Governo brasileiro espera que a passagem de um ano enseje a renovação do compromisso internacional com a reconstrução, o desenvolvimento de longo-prazo e a consolidação da democracia do Haiti.

(English version after original in Portuguese)

O Governo brasileiro reafirma sua solidariedade ao povo e ao Governo haitiano na data de hoje, 12 de janeiro, transcorrido um ano desde o terremoto que resultou na perda de milhares de vidas e em danos generalizados.

O Brasil seguirá intensificando a assistência humanitária ao Haiti e apoiando os esforços de reconstrução do país. O Governo brasileiro tem participado das atividades da Comissão Interina para Reconstrução do Haiti, encarregada de coordenar a ajuda internacional ao país, e realizou contribuição pioneira ao Fundo de Reconstrução do Haiti.

Até o momento, o Brasil já efetivou o aporte de aproximadamente 80% dos US\$ 172 milhões de sua promessa de contribuição ao país, referente ao biênio 2010-2011, anunciada na Conferência Internacional de Doadores para o Haiti (Nova York, 31 de março de 2010).

Ao evocar a memória daquela tragédia, o Governo brasileiro espera que a passagem de um ano do terremoto enseje a renovação do compromisso internacional com a reconstrução, o desenvolvimento de longo-prazo e a consolidação da democracia do Haiti, no marco do processo eleitoral atualmente em curso no país.

VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE
AGUIAR PATRIOTA AO PARAGUAI -
ASSUNÇÃO, 17 DE JANEIRO DE 2011
14/01/2011

O Ministro Patriota manterá encontro de trabalho com o Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Héctor Lacognata, e será recebido pelo Presidente Fernando Lugo e por outros Ministros do Governo paraguaio.

(English version after original in Portuguese)

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota realizará visita de trabalho, no dia 17 de janeiro, a Assunção.

O Ministro Patriota manterá encontro de trabalho com o Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Héctor Lacognata, e será recebido pelo Presidente Fernando Lugo e por outros Ministros do Governo paraguaio.

Os Ministros tratarão, entre outros temas relevantes da agenda bilateral, do estado de implementação dos entendimentos consagrados na Declaração Conjunta firmada em Assunção em 25/07/2009, por ocasião de visita do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Deverão ser examinadas, ademais, modalidades para ampliar a cooperação mútua em áreas como segurança e políticas públicas sociais.

Os Ministros também avaliarão fórmulas para aprimorar a coordenação em foros regionais e multilaterais, exercício especialmente relevante neste momento em que o Paraguai exerce a Presidência Pro Tempore do MERCOSUL, que completa 20 anos.

O comércio bilateral chegou a US\$ 3,16 bilhões em 2010, o que representa aumento de 39% com relação a 2009. Segundo estimativas, a economia do Paraguai cresceu 8,9% em 2010, o maior índice de crescimento da América do Sul.

VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE
AGUIAR PATRIOTA AO URUGUAI -
MONTEVIDÉU, 18 DE JANEIRO DE 2011
14/01/2011

O Ministro Patriota manterá encontro de trabalho com o Ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Luis Almagro, e será recebido pelo Presidente José Alberto Mujica e por outros Ministros do Governo uruguaio. English version available after the original in Portuguese

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota fará visita de trabalho, no dia 18 de janeiro, a Montevideu.

O Ministro Patriota manterá encontro de trabalho com o Ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Luis Almagro, e será recebido pelo Presidente José Alberto Mujica e por outros Ministros do Governo uruguaio.

Entre os temas de destaque da agenda bilateral, constam os trabalhos da Comissão Bilateral de Planejamento Estratégico e Integração Produtiva (CBPE), cujas reuniões, sob coordenação das respectivas Chancelarias, asseguram a adequada implementação de projetos conjuntos prioritários em áreas como infra-estrutura, integração produtiva e ciência e tecnologia.

Os Ministros discutirão, ademais, como aprofundar a integração regional – em particular o MERCOSUL e a UNASUL – e buscarão coordenar esforços para que a inserção internacional de ambos os países reflita o compromisso com o multilateralismo e a democratização dos mecanismos de governança global.

O Brasil é o principal parceiro comercial do Uruguai. Em 2010, o intercâmbio bilateral chegou a US\$ 3,1 bilhões, o que representou aumento de 19,4% em relação a 2009. Em virtude do crescimento de quase 27% na exportação de produtos uruguaiois ao Brasil, o intercâmbio

comercial tornou-se também mais equilibrado, com pequeno superávit de US\$ 43 milhões em favor do Uruguai. Merece destaque também a melhoria da qualidade do comércio entre os dois países, com significativo incremento da presença de produtos manufaturados na pauta exportadora uruguaia.

ONDA DE PROTESTOS NA TUNÍSIA 14/01/2011

O Governo brasileiro acompanha com preocupação os incidentes em curso na Tunísia e lamenta profundamente as mortes ocorridas.

O Brasil espera que prevaleça o diálogo, dentro da ordem constitucional.

O Governo brasileiro manifesta o desejo de que a Tunísia possa retornar, o mais breve possível, à calma e à estabilidade.

DECLARAÇÃO DA UNASUL SOBRE AS ENCHENTES E OS DESLIZAMENTOS NA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL 18/01/2011

A UNASUL divulgou, em 17 de janeiro corrente, a seguinte declaração sobre as enchentes e os deslizamentos de terra ocorridos na região sudeste do Brasil:

Os Estados Membros da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) desejam expressar suas sinceras condolências ao Governo e ao povo do Brasil, especialmente aos parentes e amigos daqueles que perderam suas vidas e suas casas e aos feridos nas recentes inundações e deslizamentos de terra ocorridos na região sudeste do Brasil, em 12 janeiro de 2011.

A UNASUL, em reconhecimento da crescente incidência de tais catástrofes, que

continuam a causar grande sofrimento para as pessoas em toda parte, deseja juntar-se à comunidade internacional em apoio ao Governo e ao povo brasileiro em seu esforço para superar a devastação causada pelas recentes chuvas torrenciais.

Os Estados Membros da Unasul também desejam uma rápida recuperação a todos aqueles que foram feridos nesses eventos trágicos, bem como a reconstrução da vida e das comunidades afetadas.

DECLARAÇÃO DO GRUPO DO RIO EM SOLIDARIEDADE AO BRASIL APÓS ENCHENTES NA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL 18/01/2011

O Grupo do Rio divulgou, em 17 de janeiro corrente, a seguinte declaração de solidariedade ao Brasil após as enchentes ocorridas na região sudeste do país:

O Grupo do Rio expressa seu profundo sentimento de pesar e solidariedade ao Governo da República Federativa do Brasil, ao povo brasileiro e aos familiares das vítimas das chuvas torrenciais que provocaram grandes inundações, afetando principalmente as áreas do sudeste do país, causando a morte de centenas de pessoas e incalculáveis danos materiais.

O Grupo do Rio transmite suas mais sinceras condolências aos familiares das vítimas, ao povo e ao governo da República Federativa do Brasil.

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA REDUÇÃO DOS RISCOS DE CALAMIDADES NATURAIS 18/01/2011

O Brasil agradece o oferecimento de ajuda e as manifestações de solidariedade por parte de inúmeros países, instituições e organizações internacionais, com os quais continuará a cooperar para mitigar os efeitos das fortes chuvas e inundações que recentemente atingiram vários municípios brasileiros.

O Governo brasileiro reitera o compromisso com a cooperação internacional para ações sustentáveis de redução do risco de calamidades e com o fortalecimento da capacidade de prevenção e de recuperação de desastres.

O Governo brasileiro envidará esforços para que o Sistema Nacional de Alerta e Prevenção de Desastres Naturais, sob coordenação do Ministério de Ciência e Tecnologia, comece a reduzir os efeitos de desastres naturais já no próximo verão.

FALECIMENTO DO EMBAIXADOR
RAMIRO SARAIVA GUERREIRO
19/01/2011

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota transmitiu, no dia de hoje, à Embaixatriz Maria da Glória Vallim Guerreiro e aos familiares do Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro a seguinte mensagem:

“Foi com profundo pesar que o Itamaraty – e eu pessoalmente – recebeu a notícia do falecimento do Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, que chefiou o Ministério das Relações Exteriores em momento de intensa transformação do Brasil e de importantes desafios para nossa política externa.

O exemplo de profissionalismo e as realizações de Saraiva Guerreiro permanecem como fonte de inspiração diária para o trabalho de todos os funcionários do Itamaraty.

“Receba, juntamente com Rosa e Antoine, o mais afetuoso e solidário abraço que Tânia e

eu enviamos neste momento de tristeza.”

EMBAIXADOR SAMUEL PINHEIRO
GUIMARÃES DESIGNADO ALTO
REPRESENTANTE-GERAL DO
MERCOSUL
19/01/2011

O Conselho do Mercado Comum (CMC) formalizou hoje, 19 de janeiro, a designação do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães para exercer o cargo de Alto Representante-Geral do Mercosul. O Embaixador Pinheiro Guimarães foi Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República e Secretário-Geral do Itamaraty. O cargo foi criado na Cúpula de Foz do Iguaçu, em 16 de dezembro de 2010.

O Alto Representante-Geral do Mercosul cumprirá funções de articulação política, formulação de propostas e representação das posições comuns do bloco. Atuará em áreas como saúde, educação, cultura e divulgação do Mercosul. Também coordenará a implementação das metas previstas no Plano de Ação para um Estatuto da Cidadania do Mercosul, aprovado em Foz do Iguaçu em 16 de dezembro de 2010.

Seu mandato será de 3 anos, renovável por igual período uma única vez.

CANDIDATURA BRASILEIRA À
DIREÇÃO-GERAL DA FAO
21/01/2011

O Governo brasileiro oficializou a candidatura do Professor José Graziano da Silva ao cargo de Diretor-Geral da FAO para o período 2012-2015. A eleição ocorrerá durante a 37ª Sessão da Conferência da Organização, a realizar-se de 25 de junho a 2 de julho, em Roma.

O Governo brasileiro oficializou hoje, 21 de janeiro, na sede da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a candidatura do Professor José Graziano da Silva ao cargo de Diretor-Geral da Organização, no período 2012-2015. A eleição ocorrerá durante a 37ª Sessão da Conferência da FAO, a realizar-se de 25 de junho a 2 de julho, em Roma.

Com a entrega da documentação exigida, o Brasil confirmou o anúncio da candidatura feito em novembro pelo ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em seu nome e da então Presidenta eleita Dilma Rousseff, durante a Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da UNASUL.

A candidatura sobressai diante do êxito do Brasil no domínio agrícola em suas várias vertentes, desde a produção e a pesquisa e, sobretudo, no combate à fome, na promoção da segurança alimentar e do desenvolvimento com inclusão social.

O Brasil reitera a convicção de que o Professor Graziano da Silva reúne importantes qualificações para o exercício da função de Diretor-Geral da FAO, em especial:

(a) credenciais acadêmicas sólidas, em temática afeta à FAO;

(b) credenciais políticas e administrativas, testadas e ampliadas no exercício da função ministerial, como Ministro Extraordinário para Segurança Alimentar e Combate à Fome, encarregado pelo ex-Presidente Lula da implantação do programa Fome Zero; e

(c) conhecimento da FAO, seus mecanismos e potencialidades, acumulado ao longo dos quatro anos em que exerceu a Direção do Escritório Regional da FAO para a América Latina e o Caribe.

O candidato aprofundará o processo de reforma e fortalecimento da Organização, de forma a tornar ainda mais relevante sua contribuição à erradicação da fome e ao desenvolvimento econômico e social mundial.

Informações adicionais sobre a candidatura do Dr. José Graziano à Direção-Geral da FAO podem ser encontradas no endereço www.grazianodasilva.org.

ATENTADO EM MOSCOU

24/01/2011

O Governo brasileiro recebeu com consternação a notícia do ataque ocorrido no aeroporto Domodedovo, em Moscou, que resultou na morte de dezenas de pessoas. O Governo brasileiro transmite sua solidariedade e seu pesar ao Governo da Federação Russa e às famílias das vítimas.

Ao deplorar a ação de grupos radicais que recorrem a atos de violência contra civis, o Governo brasileiro reitera sua veemente condenação a atentados dessa natureza, praticados sob qualquer pretexto.

PROCESSO ELEITORAL HAITIANO

24/01/2011

O Governo brasileiro acompanha atentamente os desdobramentos do primeiro turno das eleições presidenciais e legislativas realizadas no Haiti e reitera sua expectativa de uma transição de poder legítima, em consonância com a vontade popular expressa nas urnas.

O Governo brasileiro acompanha atentamente os desdobramentos do primeiro turno das eleições presidenciais e legislativas realizadas no Haiti em 28 de novembro último e reitera sua expectativa de uma transição de poder legítima, em consonância com a vontade popular expressa nas urnas. A continuidade e a conclusão do processo eleitoral, no marco da legalidade, são essenciais para a manutenção da estabilidade e para a consolidação da democracia

e fortalecimento das instituições haitianas.

Com o intuito de buscar solução construtiva para as dificuldades observadas na apuração do pleito, o Governo brasileiro apoiou o envio da missão técnica da OEA ao Haiti, para auxiliar nos trabalhos de verificação dos resultados. Ao identificar falhas no primeiro turno, o relatório apresentado pela missão aponta caminhos para a correção das dificuldades e para a organização tempestiva do segundo turno das eleições.

O Governo brasileiro apóia os resultados e conclusões da missão de verificação da OEA e renova seu apelo às lideranças políticas e ao povo haitianos para a manutenção de ambiente calmo e pacífico ao longo do processo eleitoral, com vistas, inclusive, à definição do calendário para suas próximas etapas.

O Governo brasileiro reafirma seu compromisso de longo prazo com a estabilidade e o desenvolvimento do Haiti – compromisso que se traduz na atuação do Brasil no âmbito da MINUSTAH, em nosso engajamento no processo de reconstrução haitiano e na disposição brasileira de seguir prestando assistência humanitária ao Haiti, inclusive em apoio aos presentes esforços de combate ao surto de cólera.

PORTARIA QUE REGULAMENTA
A EMISSÃO DE PASSAPORTES
DIPLOMÁTICOS
24/01/2011

A Portaria nº 98, de 24 de janeiro de 2011, do Ministério das Relações Exteriores estabelece normas e diretrizes para concessão de passaportes diplomáticos às pessoas que, embora não relacionadas nos incisos do art. 6º do Decreto nº 5.978, de 4 de dezembro de 2006, devam portá-lo em função do interesse do País. Será publicada amanhã, 25 de janeiro,

no Diário Oficial da União.

“O MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 87, parágrafo único, II, da Constituição e no art. 6º, §3º, do Decreto nº 5.978, de 4 de dezembro de 2006, resolve:

Art. 1º Os pedidos de concessão de passaporte diplomático em função do interesse do País conforme previsto no §3º do art. 6º do Decreto 5.978, de 4 de dezembro de 2006, observarão os seguintes critérios:

I – encaminhar solicitação formal e fundamentada por parte da autoridade máxima do órgão competente que o requerente integre ou represente;

II – demonstrar que o requerente está desempenhando ou deverá desempenhar missão ou atividade continuada de especial interesse do país, para cujo exercício necessite da proteção adicional representada pelo passaporte diplomático.

Parágrafo único. A solicitação deve ser encaminhada ao Ministro de Estado das Relações Exteriores com antecedência mínima de 15 (quinze) dias em relação ao início da missão oficial, contados da data do recebimento da solicitação.

Art. 2º A autorização de que trata o §3º do art. 6º do Decreto 5.978, de 4 de dezembro de 2006, estará condicionada à avaliação, por parte do Ministro de Estado das Relações Exteriores, do efetivo interesse do País na concessão do passaporte diplomático.

Art. 3º O ato de concessão de passaporte diplomático com base no §3º do art. 6º do Decreto 5.978, de 4 de dezembro de 2006, será publicado no Diário Oficial da União.

Parágrafo único. Em caso de deferimento da emissão de passaporte diplomático em função do interesse do País, a solicitação e o respectivo despacho do Ministro das Relações Exteriores serão publicados no sítio do MRE.

Art. 4º A concessão de passaporte diplomático ao cônjuge, companheiro ou companheira e aos dependentes ao abrigo do §3º do art. 6º do Decreto nº 5.978, de 4 de dezembro de 2006, bem como sua utilização, estará vinculada à missão oficial do titular e, portanto, terá validade pelo prazo da missão.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. “6º Revogam-se as disposições em contrário.”

PARTICIPAÇÃO DO MINISTRO
ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
NA REUNIÃO ANUAL DO FÓRUM
ECONÔMICO MUNDIAL
25/01/2011

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota participará da Reunião Anual do Fórum Econômico Mundial, em Davos, Suíça, de 27 a 29 de janeiro, em representação do Governo brasileiro. O Fórum busca engajar líderes e empresários do mundo inteiro em discussões de alto nível sobre os principais temas da agenda internacional. O encontro deste ano discutirá, entre outras questões, a recuperação da economia mundial.

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota participará de eventos do Fórum dedicados ao Brasil e à América Latina e de uma mesa redonda sobre a reconstrução do Haiti, junto com os Presidentes do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Manterá encontros bilaterais com autoridades da África do Sul, China, Índia, Austrália, Reino Unido, Suíça, Alemanha, Estados Unidos e União Européia.

Participará ainda de encontro informal de líderes sobre a Conferência Rio + 20, que será realizada no Brasil em 2012, e de reunião informal de Ministros, convidados pelo Governo suíço para tratar da Rodada Doha.

VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE
AGUIAR PATRIOTA A BRUXELAS –

26/01/2011

25/01/2011

Encontros com o Presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, com a Alta Representante da UE para Relações Exteriores, Catherine Ashton, e com o Presidente da Comissão Européia, José Manuel Durão Barroso.

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota realizará visita de trabalho a Bruxelas, no dia 26 de janeiro.

O Ministro manterá encontros com o Presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, com a Alta Representante da União Européia para Relações Exteriores e Política de Segurança, Catherine Ashton, e com o Presidente da Comissão Européia, José Manuel Durão Barroso.

Entre os principais temas da agenda bilateral encontra-se o seguimento do Plano de Ação Conjunto da Parceria Estratégica Brasil-UE, que contém propostas de atuação concertada no triênio 2009-11 em áreas como promoção da paz e da segurança; parceria econômica, social e ambiental; cooperação em ciência, tecnologia e inovação; cooperação regional e cooperação triangular em benefício de países em desenvolvimento; intercâmbio nas áreas de educação e cultura; e aproximação das sociedades civis. Em seus encontros com as autoridades europeias, o Ministro Patriota tratará, igualmente, da realização da V Cúpula Brasil - União Européia, em Bruxelas, no segundo semestre do corrente ano, e das negociações com vistas a um Acordo de Associação entre o Mercosul e a União Europeia, entre outros.

O salto qualitativo experimentado no âmbito político, com o estabelecimento, em 2007, da

Parceria Estratégica Brasil - União Européia encontra respaldo nos vínculos econômico-comerciais entre as partes. A União Européia é o maior parceiro comercial brasileiro, com um intercâmbio que ultrapassou US\$ 74 bilhões em 2010. Os países membros da UE são responsáveis, ademais, por quase metade do estoque de investimento externo direto no Brasil.

EXPLOSÃO NA MINA LA PRECIOSA,
COLÔMBIA
27/01/2011

Foi com grande pesar que o Governo brasileiro tomou conhecimento do acidente ocorrido ontem na mina La Preciosa, no Departamento do Norte de Santander, Colômbia, que levou ao falecimento de mais de 20 mineiros.

O Governo brasileiro deseja expressar sua solidariedade ao Governo e ao povo colombiano, em especial às famílias das vítimas.

SITUAÇÃO NO EGITO, NA TUNÍSIA
E NO IÊMEN
28/01/2011

O Governo brasileiro acompanha com atenção o desenrolar dos acontecimentos no Egito, na Tunísia e no Iêmen.

O Governo brasileiro expressa sua expectativa de que as nações amigas encontrarão o caminho de uma evolução política capaz de atender às aspirações da população em ambiente pacífico e sem interferências externas, de modo a dar suporte ao desenvolvimento econômico e social em curso.

O Brasil e os países da América do Sul desenvolvem cooperação crescente com os países árabes. Em 16 de fevereiro, em Lima, terá lugar a III Cúpula América do Sul - Países Árabes (ASPA). Será uma oportunidade de renovação do diálogo com lideranças da região.

O Egito é um importante parceiro do Mercosul (em 2010, foi assinado acordo de livre comércio). O bloco tem ampliado seu relacionamento com os países árabes, como se verifica nas negociações em curso com Jordânia, Síria e Palestina.

COMUNICADO DOS MINISTROS DO
BRASIL, CHINA, ÍNDIA E ÁFRICA
DO SUL SOBRE O ESTADO DAS
NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS DA
RODADA DOHA
28/01/2011

Os Ministros do Brasil (Antonio de Aguiar Patriota), da China (Chen Deming), da Índia (Anand Sharma) e da África do Sul (Rob Davies), responsáveis pelas negociações comerciais, reuniram-se em 28 de janeiro em Davos, à margem da 41ª Reunião Anual do Fórum Econômico Mundial.

Os Ministros valeram-se da oportunidade para trocar impressões sobre o atual esforço para concluir a Rodada Doha. Ressaltaram a mensagem política emitida por seus líderes durante a Cúpula do G20, em Seul, e reiteraram seu compromisso com as negociações. Os Ministros reconheceram que, embora o pacote negociador de julho de 2008 represente cuidadoso equilíbrio de concessões negociado exaustivamente desde o lançamento da Rodada, em 2001, ele deve ser aprimorado de modo a ser reforçada sua vertente de desenvolvimento.

Em particular, os Ministros observaram que, sob as modalidades atualmente esboçadas, os países em desenvolvimento seriam obrigados a oferecer contribuições sem precedente para qualquer membro em qualquer uma das rodadas anteriores. Os Ministros também concordaram que tais contribuições não estão sendo recíprocas nos países desenvolvidos, alguns dos quais ainda buscam exceções e flexibilidades adicionais de forma a preservar suas atuais barreiras comerciais e suas políticas distorcivas, afetando de maneira negativa os interesses dos países em desenvolvimento.

Os Ministros consideram que qualquer esforço para concluir a Rodada não pode ignorar concessões intercambiadas no passado nem exigir dos países em desenvolvimento novas concessões desproporcionais e unilaterais, ignorando, assim, o mandato existente. Nesse contexto, os Ministros alertaram acerca de demandas que claramente mudem a natureza e o escopo das negociações, ameaçando assim os esforços atuais para concluir a rodada de Desenvolvimento de Doha.

VISITA DA PRESIDENTA DILMA
ROUSSEFF À ARGENTINA - BUENOS
AIRES, 31 DE JANEIRO DE 2011
28/01/2011

A Presidenta Dilma Rousseff realizará visita de trabalho, no dia 31 de janeiro, a Buenos Aires. Trata-se da primeira viagem da Presidenta da República ao exterior desde que tomou posse, no dia 1º de janeiro.

A escolha da Argentina como primeiro destino internacional da Presidenta Dilma Rousseff reafirma o caráter prioritário que o Brasil confere ao relacionamento com seu principal sócio da América do Sul. No encontro de trabalho que manterá com a Presidenta Cristina Fernández de Kirchner,

a Presidenta Dilma Rousseff reiterará o interesse brasileiro em manter a regularidade dos contatos de alto nível, incluindo os do Mecanismo de Integração e Coordenação Brasil-Argentina (MICBA), e em aprofundar a estreita coordenação entre os dois países nos foros regionais e multilaterais, em particular no MERCOSUL e na UNASUL.

A Presidenta Dilma Rousseff proporá uma ampliação do horizonte temático do relacionamento bilateral, com ênfase na formulação de agenda cidadã, em temas como habitação, saneamento e desenvolvimento urbano, educação, cultura e promoção da igualdade de oportunidades.

O Governo brasileiro pretende manter e aprofundar a cooperação bilateral em áreas estratégicas que já contam com projetos em andamento, em particular em cooperação nuclear e espacial, integração da infra-estrutura física, integração energética, cooperação nos setores aeronáutico e naval, cooperação entre os bancos de fomento e integração produtiva. Será firmado, por ocasião da visita, Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Bioenergia.

As Presidentas Dilma Rousseff e Cristina Fernández de Kirchner deverão lançar, também, a proposta de um Foro Empresarial Brasil-Argentina a ser coordenado pelas respectivas Chancelarias e Ministérios da Indústria e Comércio, de modo a consolidar uma verdadeira cultura da integração entre os empresários de ambos os países. O Foro realizará diagnósticos e oferecerá propostas com vistas a fortalecer os vínculos econômicos e comerciais entre os dois países, aumentar a competitividade das economias, aprofundar a integração produtiva e ampliar iniciativas de promoção comercial conjunta.

O Brasil é o principal destino das exportações argentinas e o principal fornecedor da Argentina. Em 2010, o

intercâmbio bilateral chegou a cerca de US\$ 33 bilhões, superando o recorde histórico de US\$ 30,8 bilhões, registrado em 2008. Mais de 80% do intercâmbio comercial é composto por bens industrializados.

SITUAÇÃO NO EGITO

31/01/2011

O Governo brasileiro acompanha com preocupação a situação no Egito, e espera que não haja atos de repressão violenta contra os manifestantes. Reafirma o desejo de que os acontecimentos evoluam de forma pacífica.

A Embaixada do Brasil no Cairo desestimula qualquer viagem ao Egito até que a situação volte à normalidade, e tem atuado no retorno antecipado dos brasileiros que se encontram no país.

DECLARAÇÃO CONJUNTA POR OCASIÃO DA VISITA DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF À REPÚBLICA ARGENTINA – BUENOS AIRES, 31 DE

JANEIRO DE 2011

31/01/2011

No dia 31 de janeiro de 2011, a Presidenta da República Federativa do Brasil, Dilma Rousseff, e a Presidenta da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner, mantiveram reunião de trabalho na cidade Buenos Aires, na Argentina.

I. A Presidenta Dilma Rousseff e a Presidenta Cristina Fernández de Kirchner:

1. Reafirmaram a importância da aliança estratégica entre Brasil e Argentina como eixo constitutivo da integração regional e reiteraram seu compromisso com o processo de integração bilateral como uma política de

estado em ambos os países, a fim de alcançar as altas aspirações de desenvolvimento e prosperidade de seus respectivos povos.

2. Reiteraram seu compromisso com os valores e objetivos comuns, tais como o desenvolvimento com igualdade, a criação de empregos, a erradicação da fome e da pobreza, o fortalecimento dos mecanismos de participação da sociedade civil e a promoção e permanente aperfeiçoamento da democracia e das instituições do Estado de direito.

3. Destacaram o firme compromisso de seus Governos e povos com a promoção e proteção dos direitos humanos e manifestaram a convicção na defesa dos princípios da universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos, tanto dos direitos civis e políticos, como dos direitos econômicos, sociais e culturais.

4. Consideraram a aliança estratégica como pedra fundamental para o êxito do projeto comum de integração, no qual destacam a importância do aprofundamento do MERCOSUL como principal âmbito de integração política, social, econômica e comercial da região, e a constituição da UNASUL como fator de unidade e de cooperação na América do Sul.

5. Celebraram, ademais, os vinte anos da firma do Tratado de Assunção, que deu início ao MERCOSUL em 26 de março de 1991, e comprometeram-se a continuar trabalhando conjuntamente para a consolidação e aprofundamento do projeto de integração regional.

6. Destacaram o firme compromisso de ambos os países com o Haiti através de sua contínua participação na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH), assim como a necessidade de que a referida missão siga constituindo um fator decisivo para avançar no sentido de uma etapa definitiva de consolidação da paz,

afirmação institucional e desenvolvimento econômico e social no Haiti. Recordaram a necessidade de compromisso renovado da comunidade internacional com a ajuda e reconstrução do país após o terremoto que o assolou em janeiro de 2010, por intermédio do cumprimento dos compromissos assumidos na Conferência Internacional de Doadores para o Haiti (Nova York, 31 de março). Recordaram, ainda, que a continuidade e a conclusão do processo eleitoral haitiano, no marco da legalidade e de acordo com a vontade popular expressa nas urnas, são essenciais para a manutenção da estabilidade e a consolidação da democracia haitiana.

7. Coincidiram quanto à importância prioritária de democratizar os foros de governança global, fortalecer o multilateralismo e avançar o processo de reforma das Nações Unidas e, nesse contexto, concordaram sobre a importância de reformar o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Determinaram que ambas as Chancelarias consolidem e intensifiquem mecanismos bilaterais de consulta sobre temas relativos à agenda e ao funcionamento das Nações Unidas e, especialmente, do Conselho de Segurança.

8. Reiteraram seu apoio ao sistema multilateral de comércio e à Rodada Doha, a fim de alcançar uma maior integração dos países em desenvolvimento à economia internacional. Sublinharam, ainda, a importância de perseverar na demanda de um tratamento justo e equitativo para os países em desenvolvimento, no que respeita ao comércio internacional, e na definição da estrutura e funcionamento das instituições econômicas e financeiras internacionais.

9. Ressaltaram a importância do G-20 como foro de coordenação econômica internacional. Destacaram os progressos alcançados na Reunião de Cúpula de Seul, em novembro último, em particular no que

se refere: ao compromisso de continuar atuando de maneira conjunta e coordenada; ao lançamento do Plano de Ação Plurianual para o Desenvolvimento, baseado no princípio do crescimento inclusivo; à aprovação de reformas ao sistema financeiro, incrementando os requisitos de capital e liquidez para as instituições financeiras; e aos avanços alcançados no processo de reformas do Fundo Monetário Internacional.

Sublinharam a necessidade de se intensificarem os esforços em favor da cooperação monetária internacional, com o objetivo de se evitarem tanto as desvalorizações competitivas das moedas como a volatilidade dos fluxos de capitais para os países emergentes. Concordaram, ademais, que os temas do emprego e do trabalho decente deveriam estar no centro da agenda de coordenação macroeconômica do G20 e que a Organização Internacional do Trabalho deveria desempenhar papel relevante nesse debate.

Valorizaram a significativa coordenação realizada por Brasil e Argentina nos temas mencionados e reafirmaram a importância de continuar atuando em estreita coordenação no marco do G-20, tendo em conta particularmente os interesses da região.

10. Reiteraram o compromisso com o crescimento sustentado das relações econômicas e comerciais bilaterais e com a manutenção da fluidez do comércio bilateral. Manifestaram, ainda, seu compromisso de redobrar esforços para coordenar e elaborar políticas produtivas conjuntas que priorizem a produção de bens de alto valor agregado.

11. Destacaram o alto grau de integração que ambos os países alcançaram em matéria de cooperação nuclear bilateral através de significativos projetos no âmbito da Comissão Binacional de Energia Nuclear (COBEN). Congratularam-se, nesse sentido, pela firma do Acordo de Cooperação entre a

CNEN e a CNEA sobre o Projeto de Novo Reator de Pesquisa Multipropósito, o qual abre a perspectiva de uma cooperação de grande impacto para o desenvolvimento de seus respectivos setores nucleares. Ratificou, ainda, em todos seus termos, a Declaração Presidencial Conjunta sobre Política Nuclear, firmada em San Juan, em 3 de agosto de 2010, e encorajaram o diálogo político instaurado no Comitê Permanente de Política Nuclear (CPPN), com o objetivo de continuar o intercâmbio de informação sobre o estado dos programas nucleares de ambos os países, a coordenação de posições em foros internacionais, como o Grupo de Fornecedores Nucleares, entre outros, e a avaliação política da cooperação nuclear bilateral e do funcionamento da Agência Brasileiro - Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), com vistas a potencializar seu papel.

12. Concordaram em que a chegada de duas mulheres à Presidência dos dois maiores países da América do Sul comprova o amadurecimento do regime democrático na região e representa justo reconhecimento do papel das mulheres na sociedade e na política na América Latina. Nesse contexto, reiteraram o compromisso de ambas às nações com o respeito aos direitos humanos e a eliminação de todas as formas de discriminação e violência contra as mulheres. Ao mesmo tempo, expressaram sua vontade de intensificar ações coordenadas para a promoção da igualdade de gênero e a participação das mulheres em todas as esferas da vida em sociedade, a fim de fortalecer a democracia e o desenvolvimento pleno de seus países.

13. A Presidenta da República Federativa do Brasil reiterou o respaldo de seu país aos legítimos direitos da República Argentina na disputa de soberania com o Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte relativa às

Ilhas Malvinas, Georgias do Sul, Sandwich do Sul e espaços marítimos circundantes, expresso na Declaração Conjunta sobre Malvinas adotada na cidade de San Juan, no dia 3 de agosto de 2010.

Ambas as Presidentas reafirmaram, ademais, o conteúdo das declarações da UNASUL de 12 de outubro de 2010 e de 26 de novembro de 2010, relativas respectivamente às atividades ilegais militares unilaterais e às de prospecção e exploração de hidrocarbonetos que o Reino Unido leva a cabo na área em disputa.

II. Com relação aos temas da agenda bilateral e novos projetos no âmbito do Mecanismo de Integração e Coordenação Bilateral, as Chefes de Estado:

1. Decidiram dar continuidade à prática de manter reuniões semestrais de Chefes de Estado e reuniões trimestrais de Ministros de Relações Exteriores, de Economia e Fazenda, e de Indústria e Comércio.

2. Ratificaram a vigência dos mecanismos de integração e coordenação da cooperação bilateral e determinaram atenção prioritária ao desenvolvimento de novos projetos que consolidem uma vigorosa agenda de cooperação na área social, além da aceleração e intensificação dos projetos existentes nas áreas estratégicas de cooperação nuclear, espacial, defesa, indústria naval, indústria aeronáutica, infraestrutura, energia e TV digital.

3. Congratularam-se pela forte recuperação do intercâmbio comercial verificada em 2010, cujo volume alcançou níveis recorde próximo dos 33 bilhões de dólares. Ressaltaram a qualidade do comércio entre os dois países, que envolve, majoritariamente, bens industriais de alto valor agregado, e reafirmaram a necessidade de continuar trabalhando conjuntamente com vistas a gerar um maior equilíbrio na balança comercial bilateral.

4. Decidiram manter a regularidade das reuniões da Comissão de Monitoramento do Comércio, que desempenha uma importante função como âmbito para o tratamento de questões pontuais no intercâmbio comercial e para o desenvolvimento de iniciativas com o objetivo de promover o crescimento sustentável das relações econômicas e comerciais bilaterais.

5. Determinaram aos respectivos Ministros do Desenvolvimento Social a elaboração de uma agenda de trabalho conjunto na área de inclusão produtiva e economia solidária, com ênfase em programas que estimulem o cooperativismo e o empreendedorismo, como os bancos de microcrédito, a capacitação em micro-empresendimentos e os centros de comercialização.

6. Destacaram o avanço dos trabalhos com vistas a garantir um desenvolvimento produtivo integrado, cujos resultados se traduzam em estratégias conjuntas de produção, comercialização e de complementação produtiva. Com esse objetivo, sublinharam a necessidade de implementar rapidamente mecanismos financeiros que contribuam ou facilitem a participação de pequenas e médias empresas nos processos de integração produtiva.

7. A Presidenta Dilma Rousseff anunciou que o Governo brasileiro examinará a adoção de medidas que permitam ampliar as possibilidades de associação entre empresas dos Estados Partes do MERCOSUL no setor naval, tendo presente, em especial, a demanda de serviços e equipamentos que será gerada pela exploração do pré-sal brasileiro. Nesse sentido, instaram as empresas de navieças argentinas a participar ativamente em tal processo.

8. As Presidentas manifestaram satisfação pela criação de um Fórum de Empresários Argentina-Brasil, sob coordenação de ambas

as Chancelarias, com o propósito de aproximar as respectivas comunidades de negócios da Argentina e do Brasil para discutir questões de interesse mútuo, particularmente formas de fortalecer os laços econômicos, comerciais e de investimentos entre os dois países, com vistas à inclusão social. O Fórum de Empresários comunicará suas recomendações comuns aos dois Governos.

Em consonância com as iniciativas desenvolvidas nos últimos anos em matéria de Promoção Comercial Conjunta e com vistas a lograr um melhor posicionamento da produção de ambos os países nos mercados internacionais, firmou-se o “Memorando de Entendimento (MOU) para a Promoção Comercial Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina”. Tal instrumento está destinado a fomentar o crescimento dos fluxos de exportação de ambas as partes a terceiros mercados, dando ênfase nos bens e serviços de significativo valor agregado, e a desenvolver conjuntamente ações que conduzam ao aprofundamento da associatividade dos empresários de ambos os países.

9. Levando em conta que o Plano de Ação de Seul do G-20, acordado em 12 de novembro passado, estabeleceu o compromisso de orientar os negociadores a entabular negociações para alcançar a conclusão da Rodada de Doha, as Presidentas da Argentina e do Brasil instruíram os funcionários de ambos os Governos a que intensifiquem a coordenação nessa matéria no âmbito do MERCOSUL. Coincidiram, ainda, em que uma estreita colaboração bilateral é fundamental para garantir que as mencionadas negociações alcancem resultados benéficos para ambos os países e para o MERCOSUL em seu conjunto.

10. Tomaram nota da Declaração Conjunta dos Ministros de Defesa de 22 de novembro de 2010, convocando o Grupo de Trabalho

Bilateral de Defesa Argentino-Brasileiro, e reafirmaram a decisão de elevar o nível e aprofundar o diálogo político – estratégico e de cooperação em áreas de políticas de defesa.

11. Coincidiram na necessidade de manter políticas sustentadas relacionadas ao desenvolvimento e integração da fronteira comum, à facilitação da circulação de pessoas e ao desenvolvimento da infra-estrutura na fronteira, e de cooperar na realização de ações integradas e coordenadas em benefício dos residentes naquelas localidades.

12. Congratularam-se pela assinatura do “Memorando de Entendimento sobre a Cooperação na Área de Bioenergia Incluindo Biocombustíveis”, importante passo para a realização de ações conjuntas na promoção da produção e do uso das energias renováveis, tendo em vista a importância do acesso à energia para o crescimento econômico com equidade e inclusão social, bem como para o enfrentamento de desafios globais como a mudança do clima e o desenvolvimento sustentável.

13. Destacaram a criação do Plano Nacional de Banda Larga do Brasil e do Plano Nacional de Telecomunicações Argentina Conectada e o compromisso de envidar esforços e cooperar no sentido de expandir e integrar a infra-estrutura de acesso a Internet em banda larga, em benefício do desenvolvimento e da integração dos dois países, da competitividade e da produtividade econômica e do exercício dos direitos de cidadania em uma Sociedade da Informação inclusiva. Instruíram, para tanto, as áreas responsáveis dos dois Governos a elaborar um Plano de Ação Conjunto para fazer avançar a cooperação bilateral na área de massificação do acesso à Internet em banda larga, as telecomunicações e a inclusão digital.

14. Destacaram a importância de fortalecer a integração do mercado de bens e serviços audiovisuais entre o Brasil e a Argentina.

Nesse sentido, instruíram as respectivas agências de regulação a apresentar propostas que promovam maior liberdade de circulação de bens e serviços de audiovisuais em condições de reciprocidade.

15. Reafirmaram o papel fundamental da cultura como elemento de desenvolvimento econômico, fortalecimento da identidade e construção de cidadania, e determinaram que o Ministério da Cultura do Brasil e a Secretaria de Cultura da Nação argentina fortaleçam o intercâmbio de expressões culturais entre os dois países, bem como o compartilhamento de experiências em políticas públicas de alcance social, tais como os programas Mais Cultura e Cultura Viva, do Brasil, e o Programa de Subsídios para o Desenvolvimento Sociocultural, da Argentina. Nesse sentido instruíram as autoridades da área cultural dos dois países a retomarem a concessão anual do Prêmio Binacional das Artes e da Cultura, dirigido a reconhecer a obra e a trajetória de artistas e intelectuais do Brasil e da Argentina.

16. Enfatizaram a importância de outorgar uma ampla difusão e plena vigência ao Selo MERCOSUL Cultural com vistas a facilitar a circulação de bens que formam parte de projetos culturais e fortalecer, assim, a integração cultural no MERCOSUL. Destacaram, ainda, a recente criação do Fundo MERCOSUL Cultural com o propósito de financiar projetos e programas que fomentem a criação, circulação, promoção, proteção e divulgação de bens e serviços culturais.

17. Registraram com satisfação o aumento do fluxo de turismo e advertiram sobre a possível necessidade de revisar a conexão aérea entre os dois países. Instruíram a suas respectivas autoridades do setor aéreo a iniciar durante o presente ano uma análise detida do Acordo sobre Serviços Aéreos, respeitando as necessidades e interesses de cada Estado, com vistas a considerar a frequência dos vôos

regulares, definir procedimentos comuns de autorização de vôos charter e promover associações operacionais entre as empresas aéreas dos dois países.

18. Ressaltaram a necessidade de fortalecer os mecanismos de cooperação na formação de professores de português e espanhol. Nesse sentido, determinaram aos respectivos Ministros de Educação promover a consolidação de um programa de formação através de parcerias universitárias e financiamento de bolsas de estudo que permitam a estudantes de graduação em letras de um país cursar, com reconhecimento recíproco dos estudos, créditos semestrais ou créditos de verão em instituições universitárias do outro país.

19. Determinaram que as respectivas autoridades educacionais ampliassem a promoção de mobilidade acadêmica de estudantes e professores universitários de graduação e pós-graduação, por meio de programas de intercâmbio.

20. Registraram com satisfação a assinatura do Protocolo de Cooperação para o fomento à co-produção de filmes de longa-metragem, entre a Agência Nacional do Cinema (ANCINE) e o Instituto Nacional de Cine y Artes Audiovisuales (INCAA), bem como o lançamento de concursos de seleção em ambos os países, o que permitirá a escolha, ainda no corrente ano, de projetos a serem co-produzidos.

21. Instaram os bancos centrais e os entes oficiais de financiamento de ambos os países a examinar conjuntamente a possibilidade de revisão dos procedimentos normativos que possam afetar negativamente o desembolso de financiamento para obras de infra-estrutura.

22. Ressaltaram a importância da 34ª Reunião Constitutiva do Tratado Antártico, a realizar-se em Buenos Aires em 2011, no marco dos 50 anos da entrada em vigor do

Tratado. Reiteraram seu compromisso com a paz e a pesquisa científica naquele continente e manifestaram o desejo de aprofundar a cooperação bilateral. Nesse sentido, decidiram instruir suas Chancelarias a levar adiante, em coordenação com as respectivas autoridades nacionais competentes, um amplo exercício de aprofundamento da cooperação bilateral em temas relativos à Antártida, com vistas à consolidação de um programa de trabalho conjunto e à coordenação de posições nos temas de agenda das Reuniões Consultivas do Tratado Antártico e da Comissão para a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos.

23. Ressaltaram a relevância da comunicação social como instrumento para promover a aproximação entre os povos e instruíram os entes responsáveis pela gestão dos sistemas públicos de televisão em ambos os países a agilizar e aprofundar o intercâmbio de conteúdos e cooperação entre suas televisões públicas.

24. Manifestaram sua satisfação com os acordos celebrados durante a visita à Argentina da Presidenta Dilma Rousseff.

III. Com relação aos projetos que compõem o Mecanismo de Integração e Coordenação Bilateral Brasil-Argentina e com o firme propósito de avançar com celeridade na integração entre ambos os países, a Presidenta Dilma Rousseff e a Presidenta Cristina Fernández de Kirchner decidem:

1.a. Coordenação Macroeconômica

Congratular-se pelo processo exitoso de recuperação econômica dos dois países, com geração de emprego e inclusão social, associados a indicadores que expressam o retorno às taxas de crescimento prévias à crise internacional.

Renovar o compromisso de seguir trabalhando conjuntamente, por meio de encontros regulares, com vistas a apoiar

ações orientadas para o aprofundamento do crescimento econômico e social, bem como maior integração produtiva e financeira dos dois países.

Saudar a realização das duas primeiras Reuniões Técnicas Preparatórias ao encontro dos Ministros de Economia e Finanças Públicas da Argentina e da Fazenda do Brasil, no âmbito do Sistema de Reuniões entre as Áreas Econômicas dos dois países (Buenos Aires, 23/08/2010 e Brasília, 07/12/2010).

Reconhecer os avanços nas discussões e o processo de institucionalização desses encontros, em um tempo relativamente curto, com ênfase nos temas de: i) coordenação macroeconômica; ii) integração regional; iii) política comercial; iv) finanças internacionais; e v) política fiscal, impostos e alfândega

Por fim, instruir as Delegações de ambos os países a realizar um terceiro encontro no primeiro semestre de 2011.

1.b. Consultas sobre Comércio Bilateral e Integração

Instruir as respectivas Chancelarias e demais órgãos de Governo a fomentar o intercâmbio de informação comercial a fim de promover a realização de ações de promoção conjunta que permitam a ampliação e diversificação do comércio bilateral e regional, especialmente por intermédio de iniciativas que envolvam os setores privados e favoreça a integração de atividades produtivas dos respectivos mercados, em particular o intercâmbio de produtos regionais de alto valor agregado.

1.c. Consultas sobre Temas da OMC

Dar continuidade à coordenação das posições de ambos os países nas negociações comerciais multilaterais levadas a cabo na Organização Mundial do Comércio e quanto à implementação dos resultados da Rodada São Paulo do Sistema Global de Preferências entre Países em Desenvolvimento (SGPC).

2.a. Sistema de Pagamentos em Moedas

Locais (SML)

Manifestar seu beneplácito pelos dois anos de funcionamento do Sistema de Pagamentos em Moeda Local entre Brasil e Argentina (SML) e destacar o crescimento registrado em sua utilização desde a sua entrada em vigor.

Reiterar a prioridade atribuída pelos dois países ao aprimoramento do Sistema, assegurando aos exportadores e importadores dos dois países, especialmente às micro e pequenas empresas, ferramenta capaz de imprimir simplicidade, agilidade e redução de custos às operações de comércio exterior.

Instruir os órgãos competentes de cada país a continuar trabalhando na divulgação e no aperfeiçoamento do mecanismo, tendo em vista o potencial de expansão do uso do SML para novos usuários e para outras modalidades de comércio.

2.b Sistema Bilateral de Pagamentos de Benefícios de Seguridade Social em Moedas Locais

Registrar sua satisfação com a assinatura do Convênio Interinstitucional sobre o Sistema Bilateral de Pagamentos de Benefícios Previdenciários em Moedas Locais, pelo Instituto Nacional do Seguro Social da República Federativa do Brasil (INSS) e pela Administração Nacional da Seguridade Social da República Argentina (ANSES) e instruir as autoridades dos Bancos Centrais dos dois países a implementar o sistema de pagamento de benefícios de seguridade social em moedas locais com a possível brevidade.

3. Cooperação BNDES, Banco de la Nación Argentina e BICE

Tomar nota, com satisfação, do tratamento pelos Diretores das três entidades financeiras da estrutura básica de um fundo para o financiamento de projetos de investimento com vistas à integração produtiva bilateral, de acordo com os compromissos assumidos.

Registrar o início do trâmite de autorização

à oferta pública, pela Comissão Nacional de Valores da Argentina, do fideicomisso financeiro sob a forma de um fundo de investimento direto, que completará a estrutura do Fundo na República Argentina, em sintonia com os prazos estabelecidos.

Tomar nota, igualmente, dos avanços nas consultas com a Comissão de Valores Mobiliários e com a Secretaria da Receita Federal brasileiras, para o desenho institucional do mecanismo no Brasil, e na identificação dos pontos críticos que deverão ser considerados na avaliação do instrumento financeiro que será proposto pela parte argentina ao BNDES.

Instruir os Gestores do projeto a avançar na definição de certas questões relevantes e detalhes de implementação das estruturas jurídico-contratuais do Fundo em cada país, contemplando os regulamentos locais aplicáveis e as políticas e normas internas de cada Instituição, com o objetivo de submetê-las à consideração final de suas Diretorias no mais breve prazo possível.

4. Cooperação Espacial: Satélite Argentino-Brasileiro de Observação dos Oceanos

Reafirmar o comprometimento com o projeto SABIA-MAR e tomar nota do avanço dos trabalhos relacionados à distribuição de tarefas técnicas da missão e à distribuição de dados satelitais entre os países.

Reiterar a importância que os recursos financeiros para todas as fases do Projeto SABIA-MAR estejam garantidos nos orçamentos dos dois Governos nos próximos anos.

5. Centro Binacional de Nanotecnologia (CBAN)

Tomar nota com satisfação do cumprimento do cronograma acordado para 2010, com a realização de dez escolas.

Registrar a realização, nos últimos anos, de treinamento intensivo com a realização de inúmeras escolas e com a participação

expressiva de estudantes de doutoramento nas áreas de Nanociência e Nanotecnologia (N&N).

Cronograma para 2011:

Realização de quatro escolas e quatro oficinas de trabalho, com foco em N&N, enfatizando possíveis aplicações tecnológicas e contribuindo para o incremento do número de projetos conjuntos Brasil-Argentina.

6. Programa de Energias Novas e Renováveis

Registrar o avanço na elaboração do Plano de Trabalho Científico-Tecnológico, no marco das áreas definidas como prioritárias do Programa Bilateral de Energias Novas e Renováveis, e, em particular, na definição de projetos na área de células de combustíveis, de produção de hidrogênio a partir de alcoóis.

Tomar nota que, em setembro de 2010, realizou-se, como programado, reunião de trabalho em Buenos Aires entre os pesquisadores argentinos e brasileiros quando foram discutidos temas e ações para cooperação em hidrogênio.

7. TV Digital

Ressaltar a realização do III Encontro do Fórum Internacional da Norma ISDB-T no dia 24 de agosto de 2010, em São Paulo, que contou com a presença de autoridades argentinas e brasileiras e com delegações dos demais países da região, assim como do Japão, onde foi aprovada, por unanimidade, sua institucionalização como o foro responsável pela harmonização das normas técnicas do ISDB-T entre os vários países-membros.

Instruir, ainda, as autoridades correspondentes a analisar e considerar a proposta do Conselho Assessor da SATVD-T para a criação de uma Conferência Permanente Governamental sobre televisão digital aberta, composta por representantes dos países que adotaram a norma ISDB-T, com o objetivo de criar um espaço de integração governamental para refletir sobre o impacto social, cultural e

político da Televisão digital aberta.

Cronograma:

Março de 2011: realização de reunião entre os representantes dos países que adotaram o ISDB-T, durante a IV Reunião do Foro Internacional do ISDB-T, em Santiago, a fim de avaliar temas relacionados à institucionalização da referida conferência intergovernamental.

8. Indústria Naval

Tomar nota dos entendimentos existentes entre os setores competentes de ambos os Governos, tanto no plano bilateral quanto no âmbito do Grupo de Integração Produtiva (GIP) do Mercosul, no sentido de promover ações para consolidar as complementaridades produtivas potenciais no setor da construção naval.

Continuar os estudos, por parte do Governo brasileiro, para verificar a possibilidade de outorgar aos produtos argentinos condições que lhes permitam formar parte do conteúdo brasileiro, conforme as exigências da legislação do Brasil.

Instar as Delegações a prosseguir nos esforços com vistas a possibilitar a inclusão de empresas e produtos argentinos no “Catálogo Navieças”, promovendo maior integração no setor.

Instruir as áreas técnicas competentes dos dois países a realizar, até o final do primeiro trimestre de 2011, roadshows na Argentina, para apresentar oportunidades e identificar fornecedores argentinos ao mercado brasileiro no setor naval.

9. Cooperação Nuclear

Reiterar que a cooperação bilateral em matéria nuclear – assentada no diálogo político, na consolidação da confiança e na estreita coordenação em matéria de salvaguardas – constitui um patrimônio comum irrenunciável da parceria estratégica entre o Brasil e a Argentina.

Manifestar satisfação com os avanços logrados nos diversos projetos da Comissão Binacional de Energia Nuclear (COBEN), e salientar a particular relevância da área de reatores de pesquisa multipropósito, em que se identificou a semelhança nos projetos de ambos os países, o que abre a perspectiva de uma cooperação de grande impacto para o desenvolvimento dos respectivos setores nucleares. Instruir a COBEN a continuar avançando na área de educação e formação conjunta de recursos humanos e congratular-se pela assinatura do Convênio de Cooperação entre a CNEN e a CNEA sobre o Projeto de Novo Reator Multipropósito.

Saudar a retomada dos trabalhos do Comitê Permanente Brasileiro-Argentino de Política Nuclear (CPPN), que tem propiciado uma intensificação do diálogo, da cooperação bilateral e da coordenação política sobre os temas da agenda multilateral no campo nuclear.

Reafirmar o objetivo de continuado aprimoramento e fortalecimento da Agência Brasileiro - Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), e instruir o CPPN a examinar as idéias e propostas surgidas no grupo de trabalho criado com esse propósito.

10. Hidroelétrica de Garabi e outros Empreendimentos Hidroelétricos

Registrar, com satisfação, a finalização do estudo de inventário, assim como a definição dos eixos e cotas de dois aproveitamentos hidroelétricos (Garabi – 1150MW, à cota 89 msnm, e Panambi – 1050MW- à cota 130 msnm) no trecho compartilhado do Rio Uruguai.

Destacar que em janeiro de 2011 EBISA e ELETROBRÁS procederam à publicação do edital de Licitação Pública Internacional para a contratação de Consórcios de Empresas especializadas para a realização dos projetos

e documentação técnica licitatória dos dois aproveitamentos hidroelétricos.

Instruir EBISA e ELETROBRAS para que intensifiquem os esforços para desenvolver os estudos de viabilidade técnico-econômicos e sócio-ambiental dos aproveitamentos de Garabi e Panambi, de modo a que, uma vez concluídos esses estudos e obtidas as autorizações pertinentes, realizem a licitação para a construção das obras dos aproveitamentos.

Recomendar às autoridades competentes de ambos os países e às empresas EBISA e ELETROBRAS que concluem, no mais breve prazo possível, os entendimentos com vistas à constituição de um esquema associativo encarregado da construção, operação e manutenção dos aproveitamentos hidroelétricos.

Cronograma

Março de 2011: Abertura da licitação para a contratação de Consórcios de Empresas especializadas para a realização dos estudos de viabilidade técnico-econômicos e sócio-ambiental de ambos os aproveitamentos.

Segundo trimestre de 2011: Adjudicação dos estudos de viabilidade.

11. Interconexão Elétrica

Registrar a assinatura de renovação para 2011 do Memorando de Entendimento entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério do Planejamento Federal, Investimentos Públicos e Serviços da República Argentina sobre intercâmbio de energia elétrica interruptível.

12. Novas Pontes sobre o Rio Uruguai

Registrar com satisfação os avanços alcançados no processo de licitação pública binacional do “Estudo de viabilidade de um programa de investimentos para otimizar a conectividade entre Brasil e Argentina”.

13. Grupo de Trabalho Ponte Uruguiana – Paso de Los Libres

Instruir as autoridades responsáveis, de acordo com os compromissos assumidos no Grupo de Trabalho, a que dêem início, com celeridade, ao processo de licitação relativo ao projeto e à posterior execução das Obras de Recuperação da Ponte.

Cronograma:

Segundo semestre de 2011: conclusão do Projeto de Obras de Recuperação da Ponte.

14. Ponte sobre o Rio Peperi-Guaçu

Tomar nota da firma de um Acordo para constituir uma Comissão Binacional para a construção de uma nova ponte internacional sobre o rio Peperi-Guaçu, com vistas a habilitar o Passo Fronteiriço ao trânsito internacional.

15. Integração Ferroviária

Registrar, com satisfação, a realização da V Reunião do Grupo de Trabalho sobre Integração Ferroviária Bioceânica, no último dia 29 de julho, em Buenos Aires, e da apresentação da versão preliminar do Estudo de Viabilidade do Corredor Ferroviário Bioceânico, contratado pelo BNDES.

Tomar nota de que a próxima reunião do Grupo de Trabalho, a realizar-se em Assunção, no primeiro trimestre de 2011, deverá abordar potencial de demanda, detalhes do traçado, questões institucionais e legais associadas ao funcionamento do Corredor, bem como aspectos relacionados com o financiamento futuro das obras.

Reiterar o compromisso dos dois países em lançar a pedra fundamental das obras para o Corredor no mais breve prazo possível, tendo em conta o caráter estruturante e emblemático desse projeto para o processo de integração da infraestrutura regional.

16. Transporte Ferroviário de Passageiros entre Uruguiana e Paso de los Libres

Tomar nota do andamento dos estudos de oferta e demanda do serviço de transporte de passageiros entre Uruguiana e Paso de los

Libres, cujos resultados permitirão a ambos os países identificar alternativas de melhoria do serviço atualmente prestado entre as duas localidades (modal automotor) e avaliar a viabilidade do modal ferroviário.

17.a. Grupo de Trabalho Conjunto de Defesa

Ressaltar os excelentes vínculos existentes entre as Forças Armadas de Brasil e Argentina, as quais mantêm um intenso programa anual de intercâmbio, cursos, estágios e visitas com o envio e a recepção de militares das Forças de ambos os países, além das diversas operações realizadas em conjunto.

Tomar nota que desde a última Declaração dos Presidentes as quatro Subcomissões (Naval, Terrestre, Aeronáutica e Conjunta de Defesa) interagiram com as suas contrapartes, analisando as propostas, especificando os projetos e avaliando os respectivos interesses em cada assunto.

Destacar as seguintes ações concretas atingidas pelo GTC:

a) Projeto Veículo Gaúcho.

Estima-se que em breve se tenha uma versão final do projeto. A parte argentina manifestou a intenção de iniciar os estudos para a produção de uma pré-série de veículos VLEGA GAÚCHO, a partir da versão final do projeto. Para tal, a Argentina expressou o desejo de efetuar contato com empresas privadas de capital argentino com o propósito de levar adiante este objetivo. A parte brasileira está de acordo com a intenção da parte argentina, mas entende que é fundamental que o veículo seja avaliado antes de iniciar o processo de produção de uma pré-série argentina.

b) Projeto “Pool” Logístico para Aquisição de Sobressalentes (F-103 Mirage brasileiro por Boeing 707 argentino).

O projeto foi concluído, em função de ter atingido o seu objeto principal, não sendo mais necessária a discussão no âmbito do GTC.

c) Projeto de Manutenção de Turbinas Navais a ser executada pelo Arsenal Comandante Espora.

Os detalhes finais necessários para assinatura do Termo de Compromisso, entre as Marinhas, serão acertados por intermédio dos pontos de contato das Subcomissões Navais.

d) Ficha de Projeto Complementaridade na utilização de simuladores de vôo e manutenção de aeronaves de combate A-4.

O Ministério da Defesa Argentino apresentou este novo tema, que vem sendo tratado pelas Subcomissões Navais.

e) Projeto 002SCD09 - Sistema de Certificação/Homologação de Produtos de Defesa.

A Subcomissão Conjunta de Defesa (SCD) argentina informará as necessidades para o SCD brasileira.

f) Ficha de Proposta de Projeto “Simulador de Tiro do Tipo Lounge”.

A SCD brasileira efetuará um estudo do produto argentino e a possibilidade de implementação em âmbito militar brasileiro.

g) Projeto 002SCN08 (ARG) - Recuperação de Motores de Mísseis (MAGIC, ASPIDE, EXOCET, entre outros) – desenvolvimento conjunto CITEDEF/ARA.

As Subcomissões Navais deverão deliberar sobre aspectos mais amplos relacionados aos sistemas que compõem os mísseis como um todo, tais como: sistema de direção de tiro, controle guiado, propulsão e explosivos.

h) Projeto 004SCN08 (ARG) – Cooperação e Intercâmbio de Informações sobre Reparo e Recuperação de “Staves” (transdutores) Sonar.

As Subcomissões Navais estão analisando a possibilidade de cooperação nos aspectos relacionados aos cilindros cerâmicos para os hidrofones dos submarinos.

i) Projeto 010SCN08 (BRA) - Pesquisa e Desenvolvimento Conjunto de Modelos Matemáticos de Propagação do Som em águas

pouco profundas.

As Subcomissões Navais tem avançado nos estudos dos modelos matemáticos.

17b. Cooperação Industrial Aeronáutica

a) Cooperação Aeronáutica com a FAdeA.

Tomar nota que a Embraer emitiu no início do segundo semestre de 2010, pela segunda vez, um “Request for Proposal” - RFP (etapa de processo de escolha de fornecedor e aquisição), no qual estão contempladas peças de estamparia para os programas da família E-Jets, Legacy 450, Legacy 500 e KC-390. Após o término do processo formal de escolha de fornecedor, espera-se consumir a cooperação industrial no fornecimento regular de peças aeronáuticas.

Instruir as autoridades de ambos os Governos que envidem esforços quanto ao avanço das discussões do Regime Comum de Importação de Bens Destinados a Indústria Aeronáutica, no âmbito do MERCOSUL, de fundamental importância para proporcionar a competitividade necessária à relação industrial entre FAdeA e Embraer.

b) Programa Embraer KC – 390.

Saudar a assinatura, em 28 de outubro de 2010, da “Declaração de Intenções entre os Ministérios da Defesa da Argentina e do Brasil relativa à participação no programa KC-390”, na qual se destaca:

- a definição dos termos e condições da participação da Argentina no Programa KC-390, no que se refere à produção na Argentina de peças; e

- as futuras aquisições pelo Governo Argentino de seis (6) aviões KC-390, sujeitas à efetiva participação da Argentina no programa da aeronave.

Registrar que a Embraer e a FAdeA iniciaram os processos de negociações para participação argentina no projeto.

18. Acordo sobre Igualdade de Direitos Cíveis e Políticos e Grupo de Alto Nível para a

Livre Circulação

a) Controle Integrado Fronteiriço

Tomar nota da realização de reunião de trabalho em 25 e 26 de novembro passado, em Buenos Aires, oportunidade em que se definiram cursos de ação a fim de avançar na implementação do controle integrado fronteiriço com registros compartilhados.

Instruir as autoridades competentes de ambos os países a continuar coordenando ações que permitam maior eficiência e agilidade no trânsito fronteiriço.

b) Mecanismo de Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal

Destacar que o projeto de Acordo sobre a Ordem MERCOSUL de Detenção foi acordado no âmbito da Reunião de Ministros de Justiça do MERCOSUL.

Ressaltar a necessidade de disponibilizar para conhecimento dos operadores diretos e indiretos da justiça o Acordo Quadro sobre a Criação de Equipes Conjuntas de Investigação, elaborado no âmbito da Reunião de Ministros de Justiça do MERCOSUL, com a finalidade de que a difusão do mencionado instrumento possibilite, após sua entrada em vigor, sua implementação imediata e posterior utilização, com o objetivo de melhorar a obtenção de provas em matéria penal e outorgar maior celeridade e segurança jurídica.

19. Avaliação de Tecnologias em Saúde

Tomar nota da realização, em setembro de 2010, em Buenos Aires, da primeira reunião bilateral sobre avaliação de tecnologias em saúde (ATS), quando se acordou ampliar o conceito de ATS aos aspectos de incorporação de tecnologias e padronização de processos assistenciais, incluindo, desse modo, a definição de tecnologia à avaliação de programas em saúde.

Saudar a assinatura do compromisso de elaborar Plano de Trabalho conjunto em que se destacam: (i) compartilhamento de

bases de dados de produtos de ATS a nível interministerial; (ii) lista de tecnologias prioritárias a serem avaliadas; e (iii) definição de pontos focais técnicos.

Ressaltar a realização, em 13 de dezembro último, de reunião técnica, em Buenos Aires, quando foi aprovado o Plano de Trabalho e definido cronograma de atividades.

20. Cooperação para a Fabricação da Vacina contra a Febre Amarela

Manifestar satisfação com a conclusão dos entendimentos entre Biomanguinhos (FIOCRUZ) e ANLIS sobre o contrato para transferência de tecnologia para fabricação da vacina contra febre amarela, cujo texto final foi acordado entre as Partes e se encontra pronto para ser firmado.

Registrar, com satisfação, a identificação pela ANLIS das fontes de financiamento necessárias para adaptações de infra-estrutura e capacitação técnica na Argentina (INEVH) com vistas à recepção da tecnologia.

Instruir as áreas competentes de seus respectivos Governos a buscarem o financiamento para adaptações de infra-estrutura e capacitação técnica no Brasil (Biomanguinhos) de modo a permitir pôr em marcha o processo de transferência de tecnologia no primeiro semestre de 2011.

Cronograma:

Primeiro semestre de 2011: definição das fontes de financiamento, firma e execução do contrato de transferência de tecnologia.

21. Fortalecimento das Farmacopéias Brasileira e Argentina

Congratular os dirigentes da ANVISA e da ANMAT pelos avanços alcançados até o momento na implementação do Projeto Estratégico de Fortalecimento das Farmacopéias Brasileira e Argentina e instruir a continuidade dos trabalhos binacionais e de envolvimento dos demais Estados Parte do MERCOSUL.

Instruir as instituições que atuam no Comércio Exterior que trabalhem para o estabelecimento de canais formais diretos e ágeis entre a ANVISA e a ANMAT que possibilitem o intercâmbio físico das Substâncias de Referência e não atrasem a implementação do Projeto.

Reconhecer a importância sanitária das Substâncias de Referência a serem trocadas entre os dois países, ao se tratar de antibióticos, antidepressivos, anti-hipertensivos e antirretrovirais, pertencentes aos Formulários Terapêuticos Nacionais e aos Programas de Saúde.

Registrar a firma do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre ambos Governos para a implementação do Projeto “Fortalecimento das Farmacopéias da Argentina e Brasil e seus Laboratórios Nacionais de Controle para a Criação de uma Farmacopéia Regional”.

A Presidenta Dilma Rousseff agradeceu, em seu nome e de sua comitiva, as atenções e manifestações de apreço e amizade recebidas do governo e do povo argentinos durante sua visita à Argentina.

Buenos Aires, em 31 de janeiro de 2011.

Dilma Rousseff

Presidenta da República Federativa do Brasil

Cristina Fernández de Kirchner

Presidenta da Nação Argentina

FÓRUM DE EMPRESÁRIOS

ARGENTINA-BRASIL

31/01/2011

I. O Ministro das Relações Exteriores, o Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e representante da Presidência da República Federativa do Brasil e o Ministro das Relações Exteriores,

Comércio Internacional e Culto da República Argentina (doravante os “Participantes”), reunirão e presidirão o Fórum de Empresários Argentina - Brasil. O Fórum de Empresários consistirá de membros dos setores público e privado, conforme descrito nos presentes termos de referência. O Fórum de Empresários tem o propósito de aproximar as respectivas comunidades de negócio do Brasil e da Argentina para discutir questões de interesse mútuo, particularmente formas de fortalecer os laços econômicos, comerciais e de investimento entre os dois países, com vistas à inclusão social, e comunicar suas recomendações comuns aos Governos do Brasil e da Argentina. Os presentes Termos de Referência pretendem fornecer uma estrutura geral para guiar o programa de trabalho do Fórum de Empresários.

II. O Fórum de Empresários é projetado para facilitar a troca de informação e incentivar as discussões bilaterais que versam sobre a forma pela qual os Governos da Argentina e do Brasil possam:

A. Promover o comércio, a indústria e o investimento como vias para o crescimento econômico e o desenvolvimento e a inclusão social;

B. Melhorar a competitividade por meio da inovação e do empreendimento;

C. Compartilhar o desenvolvimento de habilidades com vistas a criar soluções no desenvolvimento da educação e capacitação da mão-de-obra; e

D. Promover o intercâmbio de tecnologia nas áreas chave.

III. Os membros do Fórum de Empresários pertencentes ao setor privado devem ser Chefes-Executivos ou Presidentes das companhias do setor privado que tenham demonstrado um forte interesse no comércio, no investimento e no desenvolvimento econômico entre Brasil e Argentina. Os membros do setor privado

não representarão, no Conselho, associações às quais pertençam, mas sim suas respectivas companhias que, atualmente, façam negócios no Brasil e na Argentina. Os membros do setor privado devem representar uma diversidade de setores, serem capazes de oferecer uma perspectiva ampla e experiências empresariais às discussões e ser capazes de dirigir-se às questões transversais que afetam toda a comunidade empresarial. Na medida do possível, os membros do setor privado também devem representar os segmentos de pequenas, médias e grandes empresas.

IV. Os membros do Fórum de Empresários do setor privado devem fornecer, aos dois governos, recomendações conjuntas que reflitam as visões, necessidades e preocupações do setor privado a respeito da criação de um ambiente no qual seus respectivos setores privados possam formar, desenvolver e incrementar as relações comerciais bilaterais, com vistas a promover também uma intensificação nos fluxos de investimento produtivo entre os dois países e, igualmente, fortalecer a posição do Brasil e da Argentina como destinos estratégicos.

A. Os membros do setor privado formarão um único Comitê (o “Comitê”) compreendido de duas Seções (as “Seções”), uma Seção da Argentina e uma Seção do Brasil, que trabalharão próximas uma da outra para preparar recomendações conjuntas aos dois governos. Cada Seção deve ser composta de, aproximadamente, seis a oito membros do setor privado, representando as visões e interesses da comunidade empresarial desse setor.

B. Os Participantes indicarão os membros de suas respectivas Seções e notificarão aos participantes do outro país quais pessoas foram indicadas, com antecedência razoável a qualquer reunião do Fórum de Empresários. Os Participantes nomearão o Presidente de sua

própria Seção (os “Presidentes das Seções”). Em reuniões do Fórum de Empresários, o Comitê será limitado aos membros indicados; não haverá designação de substitutos ou alternos.

C. Todas as recomendações para os dois governos serão fornecidas pelo Comitê por meio do Fórum de Empresários. O Comitê poderá se encontrar de forma separada do Fórum de Empresários, para desenvolver recomendações conjuntas. Cada seção igualmente poderá se encontrar independentemente do Comitê, conforme necessário. Os membros do Comitê devem acatar as designações dos Participantes que os indicaram. O mandato de cada membro será, normalmente, de dois anos, podendo ser renovado.

D. O Departamento de Promoção Comercial e Investimentos do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e a Subsecretaria de Comércio Exterior do Ministério das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da Argentina (os “Pontos Nodais”) serão responsáveis pela coordenação entre os setores públicos e privados em seus países, estabelecendo canais de contato permanentes entre os respectivos Participantes e Seções.

V. Os Participantes devem preparar uma reunião inicial e reuniões subseqüentes, conforme necessário, a fim de receber recomendações conjuntas do Comitê. O Fórum de Empresários prevê dois encontros por ano, uma vez no Brasil e outra na Argentina. O Fórum de Empresários será conduzido com base no consenso e pode se necessário, adotar procedimentos e programas de trabalho. O Fórum de Empresários deve reunir-se nos períodos e lugares determinados pelos Participantes, consultados os Presidentes das Seções. Antes de cada reunião, consultados os Participantes, os membros do Comitê devem trabalhar juntos para preparar um relatório

comum para o Fórum de Empresários, o qual será enviado às autoridades do Brasil e da Argentina, ressaltando-se as recomendações específicas. Consultados os Presidentes das Seções, os Participantes devem estabelecer objetivos específicos para cada reunião do Fórum de Empresários.

VI. Os Presidentes das Seções organizarão reuniões do Comitê, teleconferências, e intercâmbios envolvendo tanto o setor privado do Brasil quanto da Argentina, a fim de desenvolver um conjunto comum de recomendações de políticas. Os Participantes podem pedir ao Comitê que prepare relatórios adicionais. Os Presidentes das Seções serão responsáveis pela garantia de que as orientações de cada seção são compatíveis com o Fórum de Empresários. Todo relatório decidido no âmbito dos trabalhos do Fórum de Empresários será produzido nos idiomas português e espanhol.

VII. Os Participantes são responsáveis pelas operações administrativas do Fórum de Empresários. Os Participantes devem fornecer ao menos um assistente de uma seção ou departamento relevante de cada governo para trabalhar com os Presidentes das Seções, a fim de que possam preparar as matérias organizacionais e outras relacionadas às reuniões do Fórum de Empresários. Os Participantes e Presidentes das Seções devem finalizar as agendas para as reuniões do Fórum de Empresários com uma semana de antecedência da reunião.

VIII. Autoridades de governo, incluindo aquelas que conduzem os grupos bilaterais de trabalho Brasil-Argentina sobre crescimento econômico, agricultura, energia, comércio, ciência e tecnologia, e outros grupos de trabalho, reunir-se-ão com o Fórum de Empresários, se apropriado, para receber e discutir as recomendações conjuntas.

IX. Os membros do Comitê não perceberão

compensação alguma por sua participação nas atividades do Fórum de Empresários. Despesas de viagem e outras relacionadas à participação dos membros em reuniões do Fórum de Empresários, incluindo reuniões do Comitê e das Seções, devem ser custeadas pelos membros. Atividades dos Governos do Brasil e da Argentina, sob estes Termos de Referência, estão sujeitas à disponibilidade de fundos apropriados e às respectivas leis e regulamentos do Brasil e da Argentina.

X. Estes Termos de Referência podem ser modificados pela ação conjunta dos Governos do Brasil e da Argentina, a qualquer momento.

Buenos Aires, 31 de janeiro de 2011.

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Antonio de Aguiar Patriota

Ministro das Relações Exteriores

Fernando Damata Pimentel

Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

PELA REPÚBLICA ARGENTINA

Héctor Marcos Timerman

Ministro de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO
DA VISITA DA PRESIDENTA DILMA
ROUSSEF À ARGENTINA – BUENOS
AIRES, 31 DE JANEIRO DE 2011

31/01/2011

I. DECLARAÇÃO PARA A PROMOÇÃO
DA IGUALDADE DE GÊNERO E A
PROTEÇÃO DOS DIREITOS DAS
MULHERES

II. DECLARAÇÃO SOBRE O
APROVEITAMENTO DOS RECURSOS
HÍDRICOS COMPARTILHADOS NO
TRECHO LIMÍTROFE DO RIO URUGUAI
E SEU AFLUENTE, O RIO PEPERI-GUAÇU

III. AJUSTE COMPLEMENTAR AO
ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO
TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E O GOVERNO DA REPÚBLICA
ARGENTINA PARA A IMPLEMENTAÇÃO
DO PROJETO “FORTALECIMENTO DAS
FARMACOPEIAS DO BRASIL E DA
ARGENTINA E DE SEUS LABORATÓRIOS
NACIONAIS DE CONTROLE PARA A
CRIAÇÃO DE UMA FARMACOPEIA
REGIONAL”

IV. PROTOCOLO ADICIONAL
AO ACORDO PARA A CRIAÇÃO DA
COMISSÃO DE COOPERAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO FRONTEIRIÇO
(CODEFRO) ENTRE O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E O GOVERNO DA REPÚBLICA
ARGENTINA

V. MEMORANDO DE ENTENDIMENTO
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO
DA REPÚBLICA ARGENTINA PARA
COOPERAÇÃO EM PLANEJAMENTO
URBANO E HABITAÇÃO

VI. PLANO DE AÇÃO CONJUNTA
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO
DA REPÚBLICA ARGENTINA PARA
FAZER AVANÇAR A COOPERAÇÃO
BILATERAL NA ÁREA DE MASSIFICAÇÃO
DO ACESSO À INTERNET EM BANDA
LARGA (2011 - 2015)

VII. ACORDO ENTRE O GOVERNO
DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA
ARGENTINA PARA A CONSTRUÇÃO DE
UMA PONTE INTERNACIONAL SOBRE
O RIO PEPERI-GUAÇU, ENTRE AS
CIDADES DE PARAÍSO, BRASIL, E SAN
PEDRO, ARGENTINA

VIII. MEMORANDO DE

ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA ARGENTINA PARA A PROMOÇÃO COMERCIAL CONJUNTA

IX. MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA ARGENTINA SOBRE COOPERAÇÃO NA ÁREA DE BIOENERGIA, INCLUINDO BIOCOMBUSTÍVEIS

X. ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE CNEN E CNEA SOBRE PROJETO DE NOVO REATOR DE PESQUISA MULTIPROPÓSITO

XI. MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O MINISTÉRIO DE PLANEJAMENTO FEDERAL, INVESTIMENTO PÚBLICO E SERVIÇOS DA REPÚBLICA ARGENTINA SOBRE INTERCÂMBIO DE ENERGIA ELÉTRICA

XII. MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O MINISTÉRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PRODUTIVA DA REPÚBLICA ARGENTINA PARA COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM LUZ SÍNCROTRON

XIII. CONVENIO INTERINSTITUCIONAL ENTRE LA CAIXA ECONÓMICA FEDERAL DEL BRASIL Y EL MINISTERIO DE PLANIFICACIÓN FEDERAL, INVERSIÓN PÚBLICA Y SERVICIOS DE LA REPÚBLICA ARGENTINA.

PRESIDÊNCIA DO BRASIL NO
CONSELHO DE SEGURANÇA DAS
NAÇÕES UNIDAS
01/02/2011

O Brasil assume hoje, 1º de fevereiro, a Presidência do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Os seguintes países são membros do Conselho em 2011: África do Sul, Alemanha, Bósnia e Herzegovina, Brasil, China, Colômbia, Estados Unidos, França, Gabão, Índia, Líbano, Nigéria, Portugal, Reino Unido e Rússia. Cabe à Presidência organizar a agenda do Conselho e conduzir sessões formais e informais sobre as grandes questões da paz e segurança internacionais.

Em fevereiro, farão parte da agenda do Conselho de Segurança às situações no Haiti, Oriente Médio, Sudão, Guiné-Bissau, Timor Leste, Somália, Burundi, República Democrática do Congo e Kosovo, além do regime de sanções relativo à Coreia do Norte.

No próximo dia 11, o Brasil promoverá debate temático, presidido pelo Ministro Antonio de Aguiar Patriota, a respeito da interdependência entre segurança e desenvolvimento no tratamento das situações de conflito e pós-conflito.

Estão igualmente previstas discussões sobre aspectos específicos das operações de manutenção da paz, inclusive a proteção de civis, mulheres e crianças em conflitos armados. O Conselho também poderá discutir outras questões, relacionadas à manutenção da paz e segurança internacionais, que venham a exigir a atenção imediata do órgão.

A presidência do Conselho de Segurança é exercida rotativamente por seus quinze membros, em ordem alfabética na língua inglesa. O mandato tem duração de um mês. Em março, o Brasil transmitirá a Presidência à China.

ASSINATURA DO PROTOCOLO
DE NAGOIA SOBRE ACESSO E
REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS
02/02/2011

SITUAÇÃO NO EGITO
03/02/2011

O Brasil assinou hoje, na sede das Nações Unidas em Nova York, o Protocolo de Nagoia sobre Acesso a Recursos Genéticos e a Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Advindos de sua Utilização.

O Protocolo foi adotado na 10ª Conferência das Partes na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), realizada em outubro de 2010 em Nagoia, Japão. Sua adoção representa a conclusão bem-sucedida de processo negociador que durou 4 anos, iniciado na 8ª Conferência das Partes na Convenção, realizada em Curitiba, em 2006.

Uma vez em vigor, o Protocolo estabelecerá as bases para um regime internacional eficaz para acesso e repartição dos benefícios oriundos do uso da biodiversidade, bem como dos conhecimentos tradicionais a ela associados. Como tal, representa um importante passo para a conservação da biodiversidade no plano global e a luta contra a biopirataria, com especial relevância para os países, como o Brasil, detentores de alta diversidade biológica.

Para que entre em vigor, o Protocolo necessita ser ratificado por ao menos 50 países.

Ao assinar o Protocolo de Nagoia na data de hoje, o Brasil torna-se um dos primeiros países a comprometer-se a submetê-lo ao processo interno de aprovação, reafirmando o papel de liderança no âmbito da Convenção de Diversidade Biológica e o compromisso político que assumiu na 10ª Conferência das Partes na Convenção.

O Governo brasileiro deplora os confrontos violentos associados aos últimos desdobramentos da crise no Egito, em particular os atos de hostilidade à imprensa reportados ontem e hoje.

O Governo brasileiro protesta contra a detenção dos jornalistas brasileiros Corban Costa, da Rádio Nacional, e Gilvan Rocha, da TV Brasil, e manifesta a expectativa de que as autoridades egípcias tomem medidas para garantir as liberdades civis e a integridade física da população e dos estrangeiros presentes no país.

Ao reafirmar a solidariedade e amizade do Brasil ao povo egípcio, o Governo brasileiro espera que este momento de instabilidade seja superado com a maior rapidez possível em um contexto de aprimoramento institucional e democrático do Egito.

A Embaixada do Brasil no Cairo continuará prestando assistência a turistas e residentes brasileiros que se encontram no país.

VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE
AGUIAR PATRIOTA À COLÔMBIA -
BOGOTÁ, 4 DE FEVEREIRO DE 2011
03/02/2011

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota realizará, em 4 de fevereiro, visita de trabalho a Bogotá, ocasião em que manterá encontro com a Ministra das Relações Exteriores da Colômbia, Maria Ángela Holguín.

Os dois Chanceleres passarão em revista a agenda de cooperação e diálogo político bilateral. Intercambiarão, também, opiniões sobre temas regionais, com ênfase no fortalecimento da UNASUL, e globais, tendo em vista, inclusive, a presença do Brasil e

da Colômbia no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O comércio bilateral chegou a US\$ 3,27 bilhões de dólares em 2010, aumentando 89,9% em relação a 2009. O Brasil é o quarto maior fornecedor da Colômbia, havendo exportado US\$ 2,19 bilhões para o país em 2010, crescimento de 21,9% em relação a 2009. As exportações colombianas para o Brasil ultrapassaram, pela primeira vez, a marca de US\$ 1 bilhão.

VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE
AGUIAR PATRIOTA À VENEZUELA -
CARACAS, 7 DE FEVEREIRO DE 2011
03/02/2011

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota realizará, em 7 de fevereiro, visita de trabalho a Caracas, ocasião em que manterá encontro com o Ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Nicolas Maduro.

Os dois Chanceleres examinarão temas bilaterais – incluindo o andamento de projetos nas áreas de habitação, agricultura, indústria, energia e desenvolvimento fronteira –, bem como aspectos da agenda regional, com ênfase no fortalecimento da UNASUL.

Há forte presença de empresas brasileiras na Venezuela, notadamente nas áreas mineral e de construção civil. O fluxo do comércio bilateral chegou a US\$ 4,68 bilhões em 2010, o que representa aumento de 9,52% com relação a 2009. O saldo comercial é favorável ao Brasil, tendo alcançado mais de US\$ 3 bilhões no ano passado, quando a Venezuela foi responsável por 15% do superávit brasileiro total. Atualmente, o Brasil é o 3º parceiro comercial da Venezuela.

ELEIÇÕES NO HAITI
04/02/2011

O Governo brasileiro tomou conhecimento do recente anúncio, por parte do Conselho Eleitoral Provisório do Haiti, dos resultados definitivos do primeiro turno das eleições presidenciais e parlamentares e da definição, pelas autoridades eleitorais haitianas, do calendário para as próximas etapas do pleito.

O Governo brasileiro expressa sua expectativa de que o presente processo eleitoral continue a avançar de maneira democrática e construtiva, em ambiente de estabilidade, com vistas à prevalência da vontade soberana do povo haitiano. Ressalta, ainda, a importância de que a comunidade internacional continue a prestar ao Haiti toda a ajuda e cooperação que se fizerem necessárias.

RESULTADOS DO REFERENDO SOBRE
O SUL DO SUDÃO
08/02/2011

O Governo brasileiro saúda o povo do Sudão pelo ambiente pacífico e a forma transparente em que foi conduzido o referendo e cumprimenta as autoridades do Norte e do Sul por sua disposição para o entendimento e o diálogo.

O Governo brasileiro registrou, com satisfação, a conclusão do processo de realização do referendo sobre o Sul do Sudão, com o anúncio, no último dia 7 de fevereiro, dos resultados finais do pleito. A opção pela secessão do Sul foi vitoriosa, com 98,83% dos votos válidos. Inicia-se processo de transição que deverá culminar com o surgimento do novo Estado em 9 de julho de 2011.

O Governo brasileiro saúda o povo do Sudão pelo ambiente pacífico e a forma transparente em que foi conduzido o referendo

e cumprimenta as autoridades do Norte e do Sul por sua disposição para o entendimento e o diálogo. O Governo brasileiro manifesta seu apoio para que as Partes, no mais breve prazo possível e dentro da mesma atmosfera de cooperação que marcou a realização do referendo, alcancem acordo sobre questões ainda pendentes.

INCIDENTES ENTRE TAILÂNDIA E CAMBOJA 08/02/2011

O Governo brasileiro tomou conhecimento com preocupação dos incidentes entre forças militares da Tailândia e Camboja, sexta-feira passada, dia 4 de fevereiro, na região do Templo de Preah Vihear, dos quais resultaram vítimas e feridos de ambos os lados.

O Governo brasileiro conclama as partes a buscarem uma solução pacífica para a situação e a absterem-se de qualquer iniciativa que possa agravá-la.

O Governo brasileiro saúda a decisão da UNESCO de enviar missão para avaliar o estado do Templo de Preah Vihear, que consta desde 2008 da lista de Patrimônio da Humanidade daquela Organização.

ENTRADA EM VIGOR DO NOVO ACORDO INTERNACIONAL DO CAFÉ 09/02/2011

Entrou em vigor, no último dia 2 de fevereiro de 2011, o novo Acordo Internacional do Café. A Delegação brasileira teve participação ativa durante as negociações desse Acordo, cuja posição derivou de coordenação entre representantes dos setores públicos e privados, por meio do Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC).

A Organização Internacional do Café congrega a maioria dos países exportadores e importadores do produto e desempenha papel relevante na promoção de programas de pesquisa e de projetos de desenvolvimento cafeeiro.

O novo Acordo contém inovações em relação a seu antecessor, de 2001, no que diz respeito, sobretudo, à abolição da Junta Executiva e à criação dos Comitês de Finanças e Administração, de Promoção e Desenvolvimento de Mercado, de Projetos e de Estatísticas, o que deverá dinamizar as atividades da OIC. Ademais, criou-se o Fórum Consultivo sobre Financiamento do Setor Cafeeiro, que viabilizará o intercâmbio de informações e a discussão de soluções para questões ligadas ao financiamento da atividade cafeeira e à gestão dos riscos a ela associados, tema de grande interesse dos países produtores.

V DIÁLOGO DE PARCERIA ECONÔMICA ENTRE O MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E O DEPARTAMENTO DE ESTADO NORTE- AMERICANO 09/02/2011

Terá lugar, em Brasília, em 10/02/2011, o V Diálogo de Parceria Econômica (DPE) entre o Ministério das Relações Exteriores e o Departamento de Estado norte-americano. O Diálogo será co-presidido pelo Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos e Financeiros do Itamaraty, Embaixador Pedro Carneiro de Mendonça e pelo Secretário de Estado Assistente para Economia, Energia e Negócios do Departamento de Estado, José Fernandez.

As delegações examinarão, entre outros temas, possibilidades de participação dos

Estados Unidos em projetos de infraestrutura no Brasil relacionados ao Programa de Aceleração do Crescimento, à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016, com ênfase em portos, aviação, petróleo e gás e energia.

Os representantes do Ministério das Relações Exteriores e do Departamento de Estado discutirão, igualmente, iniciativas conjuntas em curso em terceiros países e possível cooperação na África e no Haiti em temas como energia, segurança alimentar e nutrição, biotecnologia, biocombustíveis, habitação, trabalho e inclusão social. Nesse sentido, tomarão nota da visita em curso de delegações dos governos da Guatemala, de El Salvador e da República Dominicana ao Brasil, acompanhados de representantes da OEA e do governo norte-americano, como parte do programa de cooperação bilateral em biocombustíveis.

As delegações discutirão a possibilidade de cooperação entre a Casa Civil da Presidência da República e o Escritório de Informação e Temas Regulatórios da Presidência norte-americana sobre políticas regulatórias.

Na ocasião, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a USAID (United States Agency for Development) assinarão Memorando de Entendimento sobre programa de intercâmbio de profissionais entre as agências.

VISITA DO MINISTRO ANTONIO
DE AGUIAR PATRIOTA ÀS NAÇÕES
UNIDAS – NOVA YORK, 10 E 11 DE
FEVEREIRO DE 2011
09/02/2011

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota presidiu, na manhã do dia 11, debate temático do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) sobre a interdependência entre

segurança e desenvolvimento no tratamento das situações de conflito e pós-conflito.

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota viajará a Nova York para presidir, na manhã do dia 11, debate temático do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) sobre a interdependência entre segurança e desenvolvimento no tratamento das situações de conflito e pós-conflito. A realização do debate foi uma iniciativa do Brasil, que, durante o mês de fevereiro, detém a presidência rotativa daquele órgão (nota 39).

Além de presidir o debate no CSNU, o Ministro Patriota participará, paralelamente, de reuniões ministeriais do G-4 (Brasil, Japão, Alemanha e Índia) e do Foro IBAS (Índia, Brasil e África do Sul). As reuniões se inserem no esforço de ampliar a coordenação com esses países em questões da agenda da ONU. Em 2011, todos os membros do IBAS terão assento no Conselho de Segurança como membros não-permanentes.

No dia 10, o Ministro Patriota manterá encontros com o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, e com o Presidente da Assembléia Geral, Joseph Deiss, além de manter encontros bilaterais.

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO
ENTRE A AGÊNCIA BRASILEIRA DE
COOPERAÇÃO (ABC) DO MINISTÉRIO
DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL E A AGÊNCIA DOS ESTADOS
UNIDOS PARA O DESENVOLVIMENTO
INTERNACIONAL (USAID)
10/02/2011

A União, por intermédio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério

de Relações Exteriores, e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (United States Agency for International Development – USAID) do Governo dos Estados Unidos da América, (doravante denominadas as “Agências”), considerando que:

A República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América compartilham uma longa parceria no campo da cooperação técnica, estabelecida por meio do Acordo de Cooperação Técnica assinado e em vigência desde 19 de dezembro de 1950, e emendado por acordo mútuo em 8 de janeiro de 1952;

A República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América firmaram Memorando de Entendimento sobre Implementação de Atividades de Cooperação Técnica em Terceiros Países, em 03 de março de 2010. As Agências de ambos os países já implementaram, no decorrer dos dois últimos anos, diversas iniciativas visando o fortalecimento e a ampliação da cooperação Brasil - Estados Unidos da América;

As Agências compartilham o desejo de fortalecer a cooperação no intuito de fomentar o desenvolvimento econômico, aprimorar o atendimento médico e promover a inclusão social em países selecionados;

As Agências antecipam que uma maior coordenação e harmonização das atividades de assistência em curso pelos mesmos implicará o aumento da eficiência e do aprimoramento dos resultados;

Ambas as Agências chegaram ao seguinte entendimento:

SEÇÃO I

Objetivo

O Memorando de Entendimento (doravante denominado de “Memorando”) tem por objetivo estabelecer as diretrizes sob as quais a ABC e a USAID poderão realizar programa de

intercâmbio profissional, do qual participarão membros do corpo técnico das Agências.

SEÇÃO II

Diretrizes do Programa

1. Inicialmente, o Programa de Intercâmbio Profissional deverá ser realizado em caráter experimental nos escritórios das respectivas agências, localizados na cidade de Brasília-DF (Brasil), em regime de meio-período, durante 30 (trinta) dias corridos. Posteriormente, com base nos resultados obtidos no âmbito dessa iniciativa inicial, o programa de intercâmbio profissional poderá ser expandido aos escritórios da USAID localizados em outros países, a serem definidos conjuntamente pelas Agências, em regime de período integral, durante um período determinado conjuntamente entre ambas Agências.

2. O pessoal técnico habilitado a participar do programa de intercâmbio deverá ter experiência mínima de 6 (seis) meses no desenvolvimento de projetos e programas de cooperação técnicas bilaterais ou trilaterais das respectivas Agências nas quais trabalham e deverão ser formalmente indicado pelos representantes autorizados de cada Agência, designados na Seção VII deste Memorando.

3. Cada Agência deverá apresentar à outra Agência um planejamento prévio das atividades a serem desenvolvidas pelo técnico designado, no âmbito do Programa de Intercâmbio Profissional.

SEÇÃO III

Custos

1. O Programa de Intercâmbio Profissional a ser realizado na cidade de Brasília-DF não deverá implicar custos adicionais às Agências. Cada Agência deverá ser responsável pela remuneração de seu respectivo técnico durante o intercâmbio profissional a ser realizado à outra Agência, não gerando quaisquer vínculos profissionais ou trabalhistas com a Agência oferecedora do estágio.

2. No caso do Programa de Intercâmbio Profissional ser expandido a escritórios da USAID em outros países, cada Agência ficará responsável por custear o deslocamento e a permanência de seu respectivo técnico durante o período do intercâmbio profissional.

SEÇÃO IV

Comitê Diretivo

1. A implementação do Programa de Intercâmbio Profissional será conjuntamente planejada e coordenada por um Comitê Diretivo, que será composto por 4 (quatro) membros indicados pelos representantes autorizados das Agências.

2. A pedido de qualquer das agências, o Comitê Diretivo deverá reunir-se para acompanhar o andamento do Programa de Intercâmbio Profissional, sanar problemas, identificar novas oportunidades, ou para qualquer outro motivo.

SEÇÃO V

Acompanhamento e Avaliação

As Agências deverão designar funcionários de seus quadros técnicos, responsáveis pela coordenação e gerenciamento de seus programas e projetos, para acompanhar e avaliar o trabalho a ser desenvolvido pelos técnicos.

SEÇÃO VI

Publicidade

1. As Agências pretendem cooperar no sentido de dar publicidade mútua ao Programa de Intercâmbio Profissional. Ambas as Agências aplicarão da discricionariedade no uso de seus logotipos e logomarcas, símbolos ou outras formas de publicizar o Programa de Intercâmbio Profissional, em dimensões equivalentes.

2. Relatórios publicados ou quaisquer outros aspectos relativos à disseminação de informações sobre o Programa de Intercâmbio Profissional resultante do presente Memorando deverão ser anteriormente aprovados por ambas as Agências e deverão

apresentar, em igual proporção, os emblemas oficiais da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID).

SEÇÃO VII

Representantes Autorizados

A USAID poderá ser representada por seu representante legal ou por Diretor em exercício no Brasil e a ABC deverá ser representada por seu Diretor em exercício. Cada Agência poderá, por meio de notificação escrita à outra Agência, indicar outros representantes legais, com autorização para representar o mesmo em quaisquer atos, excetuadas as modificações do presente Memorando. Cada Agência poderá notificar à outra Agência, por via escrita, de quaisquer alterações à relação de representantes legais.

SEÇÃO VIII

Alterações

O presente Memorando poderá ser modificado, por escrito, mediante acordo entre as Agências.

SEÇÃO IX

Solução de Controvérsias

Quaisquer divergências que possam surgir em decorrência da interpretação e/ou implementação do presente Memorando deverão ser dirimidas pelo Comitê Diretivo.

SEÇÃO X

Direitos e Obrigações

O presente Memorando não cria direitos ou obrigações para as Agências no âmbito do Direito Internacional.

SEÇÃO XI

Interrupção

Qualquer das Agências poderá suspender ou interromper o presente Memorando, por meio de notificação, com antecedência de pelo menos 90 (noventa) dias, à outra Agência.

SEÇÃO XII

Vigência

O presente Memorando entrará em vigor na

data de sua assinatura e deverão ser iniciadas as atividades previstas neste instrumento na data provável de 1º de abril de 2011.

Assinado em Brasília, em 10 de fevereiro de 2011, em dois exemplares originais, nos idiomas ingleses e portugueses, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELA AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO- ABC

Marco Farani

Diretor

PELA AGÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS UNIDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL- USAID

Mark Lopes

Vice-Administrador para América Latina e Caribe

SITUAÇÃO POLÍTICA NO EGITO

11/02/2011

Ao tomar conhecimento dos recentes acontecimentos no Egito, o Brasil manifesta sua expectativa de que a transição política naquele país transcorra dentro do respeito às liberdades políticas e civis e aos direitos humanos da população, em ambiente de paz e tranquilidade.

O Brasil acompanha com grande interesse a evolução da situação política no país amigo, que, além de parceiro relevante, desempenha papel importante para a estabilidade do Oriente Médio.

Ao solidarizar-se com a população egípcia na busca da realização de suas aspirações, o Brasil reafirma sua confiança de que as lideranças políticas da sociedade egípcia saberão fazer face a este momento de novas oportunidades e desafios, em ambiente de entendimento e de diálogo democrático.

Em Nova York para presidir sessão do Conselho de Segurança das Nações Unidas

sobre a Interdependência entre Segurança e Desenvolvimento, o Chanceler Antonio de Aguiar Patriota está em consulta com o Secretário-Geral das Nações Unidas e com os membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas para avaliar o impacto dos acontecimentos no Egito sobre a estabilidade no Oriente Médio.

REUNIÃO MINISTERIAL DOS PAÍSES DO G4 (ALEMANHA, BRASIL, ÍNDIA E JAPÃO) - DECLARAÇÃO CONJUNTA À

IMPrensa

11/02/2011

1. O Ministro das Relações Exteriores da Índia, o Ministro Federal para os Negócios Estrangeiros da Alemanha, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil e o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros do Japão encontraram-se em Nova York, no dia 11 de fevereiro de 2011, pela segunda vez nos últimos seis meses, para trocar impressões sobre a reforma do Conselho de Segurança.

2. Os Ministros concordaram que, como democracias com valores políticos compartilhados, incluindo o respeito ao estado de direito, o respeito pelos direitos humanos e o compromisso com o multilateralismo, os países do G-4 mantêm várias posições comuns acerca dos principais desafios contemporâneos à paz e à segurança internacionais. Observaram com satisfação as importantes contribuições que seus países vêm fazendo ao trabalho do Conselho de Segurança e à manutenção da paz e da segurança internacionais. Reafirmaram sua disposição e capacidade de assumir maiores responsabilidades nesse sentido. Afirmaram que o sistema internacional seria beneficiado com a expansão do Conselho de Segurança da ONU, o que asseguraria que o Conselho refletisse verdadeiramente as realidades geopolíticas

atuais, tornando-o mais forte, representativo, legítimo, efetivo e eficiente.

3. Nesse contexto, os países do G-4 reiteraram seus compromissos como aspirantes a novos membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, assim como seu apoio às suas respectivas candidaturas. Os países do G-4 também reafirmaram sua visão da importância de que a África esteja representada na composição permanente de um Conselho ampliado. Reconfirmaram também a necessidade de membros não permanentes adicionais e de aperfeiçoamento dos métodos de trabalho do Conselho.

4. Os Ministros expressaram gratidão pelos esforços realizados pelo Presidente da Assembleia Geral, Sua Excelência Sr. Joseph Deiss, e pelo Embaixador Zahir Tanin, Facilitador das negociações intergovernamentais, por seu papel de facilitação nas negociações entre os Estados-membros. Os Ministros ressaltaram que, durante as negociações intergovernamentais em curso, ficou evidente que a maioria esmagadora dos Estados-membros apoia a expansão de ambas as categorias de membros permanentes e não permanentes do Conselho de Segurança, assim como maior representação dos países em desenvolvimento em ambas.

5. Os Ministros reconheceram que há amplo apoio a uma iniciativa promovida pelos Estados-membros, a fim de levar o processo da necessária reforma do Conselho de Segurança a um resultado concreto na atual sessão da Assembleia Geral da ONU.

6. Os Ministros, conseqüentemente, concordaram em seguir avançando com todos os passos necessários para concretizar com a maior rapidez uma expansão de ambas as categorias de membros permanentes e não permanentes do Conselho de Segurança. Para esse objetivo, os países do G-4 reafirmaram sua disposição de realizar contatos com outros

países e trabalhar em estreita cooperação com eles, com espírito de flexibilidade.

7. Finalmente, os Ministros concordaram em encontrar-se novamente no próximo trimestre para avaliar o progresso no tocante às decisões tomadas.

Antonio de Aguiar Patriota

Ministro das Relações Exteriores do Brasil
Guido Westerwelle

Ministro Federal para os Negócios Estrangeiros da Alemanha

S. M. Krishna

Ministro das Relações Exteriores da Índia
Takeaki Matsumoto

Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros do Japão

VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE
AGUIAR PATRIOTA AO HAITI - PORTO
PRÍNCIPE, 12 E 13 DE FEVEREIRO DE 2011

11/02/2011

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota realizará visita ao Haiti em 12 e 13 de fevereiro, quando se reunirá com o Presidente René Préval, com o Primeiro-Ministro Jean-Max Bellerive e com os candidatos à Presidência Mirlande Manigat e Michel Martelly. O Ministro manterá contatos, também, com a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH).

Serão examinados, na ocasião, o andamento do processo eleitoral atualmente em curso no Haiti, a evolução dos projetos de cooperação conduzidos pelo Brasil e a contribuição da MINUSTAH para a segurança e estabilidade do país.

O Ministro Antonio Patriota deverá, ainda, anunciar a contribuição brasileira de US\$ 300 mil, alocados em 2010, para a realização do segundo turno das eleições haitianas. Os recursos serão repassados às autoridades

eleitorais haitianas por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

DISCURSO DO MINISTRO ANTONIO DE
AGUIAR PATRIOTA NO DEBATE ABERTO
DE ALTO NÍVEL DO CONSELHO DE
SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS
SOBRE A INTERDEPENDÊNCIA ENTRE
SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO -
NOVA YORK, 11 DE FEVEREIRO DE 2011
11/02/2011

Debate aberto do Conselho de Segurança sobre “Manutenção da paz e da segurança internacionais: a interdependência entre segurança e desenvolvimento”

Excelências,

Estou extremamente satisfeito com a reação tão positiva dos membros do Conselho ao debate que propusemos sobre a interdependência entre paz, segurança e desenvolvimento. Antes de examinar alguns dos desafios atuais e sugerir cursos de ação, gostaria de fazer uma breve digressão histórica.

2. Estamos todos plenamente cientes de que a Organização das Nações Unidas foi criada para poupar as gerações futuras da calamidade da guerra, evitando repetir os erros cometidos após a I Guerra Mundial. Um aspecto importante dessa abordagem envolveu iniciativas paralelas voltadas a criar melhores condições econômicas e sociais para a recuperação dos países que haviam sofrido as devastações da II Guerra Mundial com mais intensidade, quer tenham saído vitoriosos quer não. O Plano Marshall foi instrumental para o êxito desses esforços, dando corpo à noção de que uma ordem internacional mais estável e pacífica exigiria não apenas um

sistema de segurança coletiva imbuído de credibilidade, mas também uma “agenda de desenvolvimento”.

3. O termo “desenvolvimento” não era tão comum na época, mas a Carta das Nações Unidas já incorporava a idéia da interdependência entre paz, segurança e desenvolvimento. O Artigo 55, referente à “Cooperação Internacional Econômica e Social”, declara que “com o fim de criar condições de estabilidade e bem-estar, necessárias às relações pacíficas e amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos, as Nações Unidas favorecerão: a) níveis mais altos de vida, trabalho efetivo e condições de progresso e desenvolvimento econômico e social...”

4. Nos anos posteriores, o conceito de desenvolvimento continuou a ser refinado na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e na Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Na esteira do processo de descolonização, as demandas por melhores termos de intercâmbio e maior assistência ao desenvolvimento motivaram, na década de 1970, a adoção de uma resolução da AGNU instando o estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional. O direito ao desenvolvimento foi reconhecido em uma Declaração da Assembléia Geral em 1986. No ano 2000, a AGNU definiu os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, chamando assim atenção à centralidade do combate à pobreza no contexto geral de nossa agenda.

5. Nas últimas duas décadas, os desafios à paz e à segurança apresentados a este Conselho têm seguido novos padrões. Uma vez suplantada a rivalidade Leste-Oeste, muitas situações examinadas pelo Conselho envolveram regiões do mundo em desenvolvimento recém-saídas do colonialismo em condições

de vulnerabilidade. Em alguns casos, suas dificuldades foram exacerbadas pelas “guerras por procuração” do período bipolar.

6. Não estou sugerindo que as ameaças mais graves à paz encontram-se hoje em lugares comparativamente mais pobres e menos desenvolvidos. Essa seria uma leitura muito equivocada tanto do cenário internacional atual como das tendências históricas. Muitas situações de que somos convocados a tratar no Conselho de Segurança – de Timor-Leste ao Haiti, da Libéria à RDC – envolvem sociedades que, em si, não constituem uma ameaça global à paz e à segurança. Mas são países que têm sofrido, em níveis diferentes, com o conflito e a instabilidade no contexto de situações preexistentes de pobreza, desemprego e fragilidade institucional, entre outras condições.

7. Estamos convictos de que estratégias puramente militares ou de segurança por si só não serão capazes de lidar de forma adequada com a vasta maioria das situações de conflito no mundo de hoje. O Conselho já reconheceu isso quando incluiu trabalhos de reconstrução em alguns mandatos de manutenção da paz. Já em 2001, o Conselho de Segurança observou a “necessidade de aprimorar as atividades de consolidação da paz com a formulação de uma estratégia baseada na interdependência entre paz, segurança e desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões” (PRST 2001/5). Mas o ponto principal que gostaria de sublinhar em nosso debate hoje é que podemos fazer mais e que devemos ter a capacidade para fazer melhor.

8. Não estamos propondo uma reconfiguração das responsabilidades dos vários órgãos e agências da ONU nem a transformação deste Conselho em um programa de desenvolvimento. Em nossa visão, o objetivo do debate de hoje será cumprido se contribuir para aumentar a

conscientização sobre a importância de associar o desenvolvimento às estratégias de segurança que concebemos para alcançar uma paz sustentável. Essa questão é relevante, sobretudo quando tratamos de situações na África, no Oriente Médio e da única situação nas Américas que consta de nossa agenda – ou seja, o Haiti. Desde os estágios iniciais do desenvolvimento da MINUSTAH, com o inestimável apoio de nossos parceiros latino-americanos e outros países, o Brasil tem defendido mandatos que incorporem atividades de reconstrução e consolidação da paz em paralelo a ações de manutenção da paz. Embora os desafios no Haiti continuem a ser enormes, devemos perseverar nessa abordagem e aprofundar suas raízes no país. A mesma percepção nos orienta na liderança, nos últimos três anos, da configuração da CCP para a Guiné-Bissau, uma nação irmã lusófona, onde o vínculo entre segurança e desenvolvimento é evidente.

Senhoras e senhores,

9. A paz sustentável implica uma abordagem abrangente de segurança. Sem oportunidade econômica, desarmamento, desmobilização e reintegração como iniciativas independentes, raramente os resultados desejados serão alcançados. As atividades de consolidação da paz, como as de apoio ao emprego dos jovens e a prestação de serviços básicos, desempenham um papel para ampliar o apoio às missões de manutenção da paz e, portanto, afetam sua sustentabilidade política no terreno. Infelizmente, estamos todos cientes dos níveis preocupantes de frustração que às vezes se associam à presença das Nações Unidas em certas regiões do mundo. Acreditamos que essa situação poderia melhorar se o Conselho também enfocasse os impactos positivos de uma estratégia integrada e bem executada pelas agências, fundos, programas e instituições financeiras internacionais.

10. Com essas considerações em mente, fica clara a necessidade de uma cooperação reforçada deste Conselho com o Conselho Econômico e Social, assim como maior interação entre este órgão e a Comissão de Consolidação da Paz. A CCP foi criada para preencher uma lacuna institucional nas Nações Unidas. Resultou das várias lições amargas que a ONU aprendeu com países que entram e recaem em conflito e instabilidade. Sua missão é a de atuar como catalisadora ou coordenadora, dentro e fora do sistema da ONU, de apoio e iniciativas específicas para a consolidação da paz e a promoção do desenvolvimento nos países que emergem de conflitos – para além de seu mandato como fonte de assessoramento quando há risco de conflito.

11. Espero que o debate de hoje aumente a capacidade das Nações Unidas, e em particular deste Conselho, para ajudar as sociedades pós-conflito a fazer a transição de um círculo vicioso de conflito e instabilidade para um círculo virtuoso de paz, segurança e desenvolvimento.

Obrigado.

CANDIDATURA DE ROBÉRIO OLIVEIRA
SILVA AO CARGO DE DIRETOR-
EXECUTIVO DA ORGANIZAÇÃO
INTERNACIONAL DO CAFÉ (OIC)

14/02/2011

O Governo brasileiro oficializou, no último dia 24 de janeiro, na sede da Organização Internacional do Café (OIC), a candidatura de Robério Oliveira Silva ao cargo de Diretor-Executivo da Organização, no período 2011-2016.

O Brasil é o maior contribuinte das receitas financeiras da OIC, bem como o principal produtor e exportador mundial de café, além do segundo consumidor mundial do produto.

O candidato brasileiro reúne todas as qualificações acadêmicas e profissionais necessárias para o desempenho das atividades de Diretor-Executivo da OIC. Já exerceu, por oito anos, o cargo de Secretário-Geral da Associação dos Países Produtores de Café, em Londres. Economista, Robério Silva ocupa, atualmente, o cargo de Diretor do Departamento do Café do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

REUNIÃO MINISTERIAL DO IBAS -
DECLARAÇÃO CONJUNTA - NOVA
YORK, 11 DE FEVEREIRO DE 2011

14/02/2011

O Ministro das Relações Exteriores da República da Índia, Sua Excelência Sr. S. M. Krishna, o Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Sua Excelência Sr. Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, e o representante da Ministra das Relações Internacionais e Cooperação da África do Sul, Sua Excelência Sr. Embaixador Baso Sangqu, encontraram-se em Nova York, no dia 11 de fevereiro de 2011, para trocar impressões sobre as perspectivas de cooperação nas questões atualmente na agenda no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A Índia e a África do Sul expressaram sua profunda satisfação com o debate promovido pelo Brasil, que ocupa a Presidência do Conselho de Segurança no mês de fevereiro, sobre a interdependência entre desenvolvimento e segurança e sua importância para a paz sustentável.

Expressaram, também, grande satisfação com a presença simultânea de todos os três países do IBAS na composição do Conselho de Segurança durante o ano de 2011. Reiteraram o compromisso de seus países de realizar

consultas mútuas e coordenar suas posições acerca de todos os tópicos relevantes à agenda internacional. Expressaram sua disposição, como países em desenvolvimento, de trabalhar em estreita colaboração a fim de incluir suas perspectivas ao trabalho do Conselho.

Reafirmaram o papel-chave das estratégias de desenvolvimento para a consecução da paz sustentável e da segurança nos países em situações de pós-conflito, assim como em países em risco de entrar ou recair em conflito. Nesse contexto, recordaram a importância da Cooperação Sul-Sul, em particular os projetos executados por meio do Fundo IBAS no Haiti, Palestina, Guiné-Bissau, Burundi e Serra Leoa, entre outros países.

Saudaram o anúncio dos resultados do referendo no Sudão em 7 de fevereiro de 2011. Cientes dos imensos desafios que os povos do Sudão irão enfrentar, o IBAS deseja anunciar sua decisão de apoiar, por intermédio do Fundo IBAS, a reconstrução e o desenvolvimento do Sudão, tanto no Norte quanto no Sul. O IBAS irá consultar as autoridades nacionais relevantes para identificar projetos sustentáveis e prioritários nesse sentido.

Reiteraram seu ponto de vista de que as operações de manutenção da paz têm uma contribuição a fazer em atividades antecipadas de consolidação da paz e ao prover um ambiente que conduza à implementação de estratégias de desenvolvimento, como meio de angariar dividendos imediatos da paz nas áreas afetadas e contribuir para um ambiente de cooperação para as missões da ONU. Também observaram que, ao considerar o desdobramento de uma missão ou avaliar e renovar o mandato das missões em andamento, o Conselho de Segurança deveria trabalhar em estreita cooperação com a Comissão de Consolidação da Paz (CCP), com vistas a desenvolver uma sinergia mais forte entre os

dois órgãos.

Os três representantes do IBAS também enfatizaram a necessidade de uma reforma urgente do Conselho de Segurança, incluindo a expansão de ambas as categorias de membros permanentes e não permanentes, com maior participação dos países em desenvolvimento em ambas. Tal reforma é de suma importância para que o Conselho de Segurança reflita as realidades geopolíticas e fortaleça sua representatividade, eficácia e legitimidade, necessárias para enfrentar os desafios contemporâneos. Comprometeram-se a manter uma coordenação estreita entre os três países e os demais Estados-membros da ONU para alcançar progresso substancial nas negociações intergovernamentais sobre a reforma do Conselho de Segurança atualmente em curso em Nova York.

Ao final da reunião, Índia, Brasil e África do Sul expressaram seu compromisso de intensificar as consultas e coordenação do IBAS, tanto em Nova York quanto nas capitais, no tocante aos temas na agenda no Conselho de Segurança. Também concordaram em retomar as discussões e coordenação acerca das questões do Conselho de Segurança durante a VII Comissão Ministerial Conjunta do IBAS, que está programada para os dias 7 e 8 de março de 2011, em Nova Delhi.

ENTRADA EM VIGOR DO TRATADO CONSTITUTIVO DA UNASUL

14/02/2011

A entrada em vigor do Tratado representa passo fundamental para a consolidação da UNASUL.

O Governo brasileiro recebeu com satisfação a notícia de que o Uruguai depositou, em 9 de fevereiro, o instrumento

de ratificação do Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) perante o Governo do Equador, depositário do documento.

Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela haviam ratificado o documento anteriormente. Cumpriu-se, assim, o requisito de nove ratificações para a entrada em vigor do Tratado, a qual se efetivará em 11 de março próximo, trinta dias após a nona ratificação, conforme previsto no instrumento.

No Brasil, o Tratado já foi aprovado nas Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) e Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados.

O Governo brasileiro enviará proximamente ao Congresso Nacional o Protocolo Adicional ao Tratado Constitutivo da UNASUL sobre Compromisso com a Democracia, assinado em novembro de 2010, na Cúpula de Georgetown. O Protocolo Adicional cria a chamada “cláusula democrática”, por meio da qual os Estados Membros reforçam seu compromisso com a promoção, defesa e proteção da ordem democrática na América do Sul.

A entrada em vigor do Tratado Constitutivo representa passo fundamental para a consolidação da UNASUL.

PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA UNIFIL 16/02/2011

O Brasil assumiu o comando da Força-Tarefa Marítima (MTF) da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL). É a primeira vez que o Comando da MTF está a cargo de país não-membro da OTAN.

O Brasil assumiu ontem, dia 15, o comando da Força-Tarefa Marítima (MTF) da Força Interina das Nações Unidas no

Líbano (UNIFIL). A MTF é composta de 800 militares de 33 nacionalidades e 8 embarcações e, a partir de agora, será comandada pelo Contra-Almirante Luiz Henrique Caroli. É a primeira vez que o Comando da MTF está a cargo de país não-membro da OTAN. A participação brasileira na UNIFIL atende a convite das Nações Unidas.

A UNIFIL foi criada em 1978, por decisão do Conselho de Segurança das Nações Unidas, e conta hoje com 11.961 militares, 330 funcionários civis internacionais e 657 nacionais.

Desde 1948, o Brasil participou de mais de 30 operações de manutenção da paz, tendo cedido mais de 17 mil homens.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DE PORTUGAL, LUÍS AMADO – 18 DE FEVEREIRO DE 2011 17/02/2011

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota e o Ministro Luís Amado examinarão temas como o incremento da corrente de comércio e investimentos de parte a parte, o Acordo de Associação Mercosul-União Européia, a superação da crise financeira internacional e a reforma das instituições de governança global.

A convite do Ministro Antonio de Aguiar Patriota, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Luís Amado, realizará visita oficial ao Brasil no dia 18 de fevereiro.

No encontro de trabalho, os dois Ministros examinarão temas diversos das agendas bilateral, regional e multilateral, como o incremento da corrente de comércio e investimentos de parte a parte, o Acordo de Associação Mercosul-União Européia, a superação da crise financeira internacional

e a reforma das instituições de governança global. Tratarão, ainda, de questões relativas às Nações Unidas, particularmente relevantes em decorrência do fato de Brasil e Portugal ocuparem, atualmente, assentos não-permanentes no Conselho de Segurança. Para além dos laços históricos e culturais, os dois países beneficiam-se de um diálogo político marcado por alto grau de convergência.

Desde 1998, Portugal investiu no Brasil cerca de € 25 bilhões e permanece na quarta posição entre os maiores investidores diretos no País. O estoque de investimentos brasileiros em Portugal totaliza hoje aproximadamente € 2,9 bilhões. A corrente de comércio bilateral quase triplicou entre 2003 e 2007. Em 2010, o intercâmbio comercial superou US\$ 2 bilhões, com saldo brasileiro de US\$ 927 milhões.

CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE
COOPERAÇÃO ENTRE O ITAMARATY
E O BNDES PARA A PROMOÇÃO DOS
BIOCOMBUSTÍVEIS EM PAÍSES EM
DESENVOLVIMENTO – BRASÍLIA, 17
DE FEVEREIRO DE 2011
17/02/2011

Em cerimônia realizada hoje no Palácio do Itamaraty, em Brasília, o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, e o Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, firmaram acordo de cooperação com o objetivo de realizar estudos na área de bioenergia em países em desenvolvimento.

Nos entendimentos entre o Itamaraty e o BNDES, ficou acertado que o primeiro desses estudos será conduzido na União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), organização regional da qual

participam oito países da África Ocidental (Benim, Burkina Faso, Côte d'Ivoire, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo). O Brasil celebrou com a UEMOA, em outubro de 2007, Memorando de Entendimento na Área de Biocombustíveis, que prevê a realização de estudo de viabilidade para a produção e uso de biocombustíveis nos países que integram a organização. O estudo determinará os locais mais indicados e as melhores condições de sustentabilidade para a instalação de projetos de bioenergia.

EXPLOSÃO NA TANZÂNIA
17/02/2011

O Governo brasileiro expressa profundo sentimento de pesar pelas mortes ocorridas em decorrência das explosões registradas ontem à noite na base militar Gongola Mboto, em Dar es Salam, e transmite ao governo da Tanzânia e, em particular, aos familiares das vítimas, as condolências e a solidariedade do povo brasileiro.

SITUAÇÃO NO BAREINE
17/02/2011

O Governo brasileiro acompanha com preocupação o agravamento da situação política no Reino do Bareine, onde choques recentes entre forças policiais e manifestantes têm levado a número crescente de vítimas.

O Governo brasileiro conclama as partes a buscarem encaminhamento pacífico para as demandas, e manifesta a expectativa de que as autoridades do Reino do Bareine garantam, sem o recurso à violência, a liberdade de expressão e os direitos civis da população.

SITUAÇÃO NA LÍBIA

18/02/2011

O Governo brasileiro acompanha com apreensão a situação na Líbia e repudia os atos de violência ocorridos durante as recentes manifestações populares, que resultaram em mortes de civis.

Ao expressar sua expectativa de que as aspirações do povo líbio sejam atendidas por meio do diálogo político, o Governo brasileiro exorta as autoridades daquele país a respeitar e garantir os direitos de livre expressão dos manifestantes.

O Embaixador do Brasil na Líbia, George Ney de Souza Fernandes, viajará a Bengazi, principal foco das manifestações, para reunir-se com representantes da comunidade brasileira residente naquela cidade.

VOTAÇÃO NO CONSELHO DE SEGURANÇA SOBRE OS ASSENTAMENTOS ISRAELENSES NOS TERRITÓRIOS PALESTINOS OCUPADOS

18/02/2011

O Governo brasileiro lamenta que o projeto de resolução sobre a ilegalidade dos assentamentos não tenha sido adotado no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O Governo brasileiro lamenta que o projeto de resolução sobre a ilegalidade dos assentamentos israelenses nos Territórios Palestinos Ocupados, incluindo Jerusalém Oriental, não tenha sido adotado no Conselho de Segurança das Nações Unidas, em votação ocorrida na tarde de hoje, dia 18. O projeto recebeu o co-patrocínio de 128 dos 192 membros da ONU, inclusive o Brasil, e o voto afirmativo de 14 dos 15 membros do Conselho de Segurança.

Após a votação, a Representante

Permanente do Brasil junto às Nações Unidas em Nova York, Embaixadora Maria Luiza Viotti, proferiu a seguinte explicação de voto:

“A solução pacífica da Questão da Palestina é possivelmente o objetivo mais importante para a paz e a estabilidade no mundo.

Por sua vez, a continuada expansão dos assentamentos israelenses nos Territórios Palestinos Ocupados tornou-se o obstáculo mais grave a progressos concretos nas negociações para uma solução justa e duradoura da Questão.

É, portanto, natural que o Conselho de Segurança trate deste tema de forma condizente com sua responsabilidade primária pela manutenção da paz e da segurança internacionais. Saudamos um crescente engajamento da comunidade internacional nessa questão, inclusive por meio do Conselho de Segurança.

O projeto de resolução diante de nós reafirmava que todas as atividades israelenses relacionadas aos assentamentos nos Territórios Palestinos Ocupados, inclusive em Jerusalém Oriental, são ilegais e constituem grande obstáculo para alcançar-se a paz com base na solução dos dois Estados.

Recordava as obrigações de Israel nos termos do Mapa do Caminho, aprovado pela Resolução 1515 do CSNU. Também instava à retomada imediata de negociações efetivas.

O Brasil co-patrocinou o texto não apenas por concordarmos integralmente com ele, mas porque a resolução nos ajudaria a alcançar a solução de dois Estados e, portanto, contribuiria para a segurança e estabilidade de longo-prazo de toda região, inclusive de Israel. Ao procurar avançar o processo de paz, também temos em mente o direito de Israel de viver em segurança, livre de agressões e ameaças à sua existência. Brasil e Israel são bons amigos e importantes parceiros, tanto no âmbito bilateral quanto no do Mercosul.

Também co-patrocinamos o projeto de resolução porque sua adoção enviaria mensagens-chave urgentes.

Primeiro, que o desrespeito continuado das obrigações internacionais relacionadas à construção de assentamentos constitui ameaça à paz e à segurança na região.

Segundo, que a interrupção das atividades relacionadas aos assentamentos deve ser vista não como uma concessão, mas como a conduta legal de acordo com o direito internacional.

Terceiro, que ações unilaterais não devem prevalecer.

A defesa do direito internacional será sempre uma postura favorável à paz. O Conselho de Segurança não pode aceitar menos do que isso.

Distintos membros do Conselho de Segurança,

Ao longo dos anos, o Brasil vem apoiando a realização das legítimas aspirações do povo palestino por um Estado coeso, seguro, democrático e economicamente viável, dentro das fronteiras de 1967 e com Jerusalém Oriental como sua capital, vivendo lado a lado e em paz com o Estado de Israel.

À medida que fortalecemos nossas relações diplomáticas com todos os países da região, aprofundamos nosso compromisso com a estabilidade no Oriente Médio, nossa condenação a todas as formas de terrorismo e nossa convicção de que o processo de paz deve ser acelerado.

O recente reconhecimento do Estado Palestino pelo Brasil é plenamente consistente com nossa disposição de contribuir para uma solução justa e duradoura para a Questão da Palestina. Conforme indicado explicitamente naquele momento, tal decisão não significou o abandono da convicção de que negociações entre israelenses e palestinos são indispensáveis. Pelo contrário, nós a vemos como um estímulo a mais para as negociações.

Apenas o diálogo e a coexistência pacífica com todos os vizinhos podem realmente fazer avançar a causa palestina.

Vários anos de esforços de negociação produziram base substancial sobre a qual é possível avançar. Temos a esperança de que a intensificação do cronograma de encontros do Quarteto revele disposição para dar passos concretos que levem a um acordo sobre status final até setembro próximo.

Acreditamos que a inclusão de mais países no processo de paz, inclusive países em desenvolvimento de fora da região e com boas relações com todas as partes, traria ar fresco para o processo de paz. O Brasil está pronto a participar e a apoiar tais esforços. Temos dado nossa contribuição aos esforços da Autoridade Palestina para a construção das instituições do Estado, inclusive por meio de cooperação bilateral e do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul).

Num momento de particular potencial de mudanças no Oriente Médio, é ainda mais urgente que se faça progresso no processo de paz entre israelenses e palestinos. Agora, mais do que nunca, quanto melhores forem as perspectivas para o estabelecimento do Estado palestino, maior será a probabilidade de que a região avance rumo à estabilidade e à democracia. O congelamento da construção de assentamentos seria claro sinal de vontade política de engajar-se em negociações sérias.

Para chegar-se a um acordo, serão necessárias decisões políticas difíceis. O Brasil está confiante em que as lideranças israelenses e palestinas saberão portar-se como estadistas e estarão prontas a fazer as concessões dolorosas necessárias para que as próximas gerações possam usufruir dos benefícios da paz. ”

SITUAÇÃO NA LÍBIA

21/02/2011

Ao tomar conhecimento da deterioração da situação na Líbia, o Governo brasileiro conclama as partes envolvidas a buscarem solução para a crise por meio do diálogo, e reitera o repúdio ao uso da violência.

O Governo brasileiro insta as autoridades líbias a tomarem medidas no sentido de preservar a segurança e a livre circulação dos estrangeiros que se encontram no país. O Governo brasileiro tem a expectativa de que as autoridades líbias dêem atenção urgente à necessidade de garantir a segurança na retirada dos cidadãos brasileiros que se encontram nas cidades de Trípoli e Bengazi.

CONTENCIOSO NA OMC ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS

21/02/2011

O Brasil recebeu com satisfação hoje, 21 de fevereiro, em Genebra, o relatório final do painel da Organização Mundial do Comércio (OMC) que examinou a legalidade de medidas antidumping aplicadas pelos Estados Unidos sobre a importação de suco de laranja brasileiro. Uma vez que o relatório foi entregue às Partes do contencioso em caráter confidencial, o Governo brasileiro não se pronunciará sobre seu conteúdo. Não obstante é possível indicar que o painel manteve os termos de seu relatório provisório apresentado em 20 de dezembro de 2010.

O painel – integrado por Miguel Rodriguez Mendoza (Venezuela), Pierre S. Pettigrew (Canadá) e Reuben Pessah (Israel) – foi estabelecido em setembro de 2009, a pedido do Brasil. Participaram dos procedimentos, na condição de terceiras partes, Argentina, Coreia, Japão, México, Tailândia, Taipé e União Européia.

Neste contencioso, o Brasil questionou a

utilização da metodologia conhecida como “zeroing” (zeroing) em procedimentos antidumping relativos ao suco de laranja brasileiro conduzidos pelo Departamento de Comércio dos Estados Unidos (USDOC). Mais especificamente, o Brasil questionou a utilização do zeroing em revisões administrativas, bem como o uso contínuo dessa metodologia em procedimentos antidumping sucessivos (investigação original e revisões administrativas).

O Brasil defendeu que a prática do zeroing distorce o cálculo da margem de dumping ao ignorar aquelas operações nas quais o valor de exportação do produto é superior ao seu valor normal no mercado doméstico. A prática é, portanto, incompatível com diversos dispositivos do Acordo Antidumping da OMC e do GATT 1994.

A circulação do relatório final para os demais Membros da OMC e para o público ocorrerá quando o texto estiver disponível nas três línguas oficiais da Organização. A partir dessa data, as partes poderão recorrer da presente decisão do Painel ao Órgão de Apelação da OMC no prazo de 60 dias. Não havendo apelação, o relatório será adotado pelo Órgão de Solução de Controvérsias da OMC.

O presente relatório representa significativa vitória do Brasil em tema de relevância para o comércio bilateral. O Brasil espera que esta nova decisão do painel encoraje os Estados Unidos a abandonar definitivamente a prática do zeroing em todos os procedimentos antidumping. O Brasil acompanha com atenção o andamento de proposta de regulamento (proposed rule) do USDOC, o qual prevê alterações no cálculo da margem de dumping em revisões administrativas. O Brasil espera que os EUA se utilizem dessa proposta para dar fim ao zeroing e se adequar às regras da OMC.

VISITA AO BRASIL DA MINISTRA
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA
FRANÇA, MICHÈLE ALLIOT-MARIE
21/02/2011

A Ministra dos Negócios Estrangeiros da França, Michèle Alliot-Marie, realiza visita oficial ao Brasil em 21 e 22 de fevereiro.

A Ministra dos Negócios Estrangeiros da França, Michèle Alliot-Marie, realiza visita oficial ao Brasil em 21 e 22 de fevereiro.

No dia 21, a Chanceler francesa tem agenda de compromissos em São Paulo. No dia 22, em Brasília, manterá reunião de trabalho com Ministro Antonio de Aguiar Patriota. No encontro, que terá lugar no Palácio Itamaraty, serão avaliados os desdobramentos da Parceria Estratégica bilateral em diferentes áreas, como energia e cooperação transfronteiriça. Os dois Ministros também discutirão temas da agenda internacional, como mudança do clima e a reforma das instituições de governança global, com ênfase na expansão do Conselho de Segurança das Nações Unidas e nos debates no âmbito do G20.

Entre 2009 e 2010, as exportações para a França registraram aumento de 23%, o que fez o volume das vendas brasileiras elevar-se de US\$ 2,9 bilhões para US\$ 3,5 bilhões. A França é o 8º parceiro comercial e o 5º maior investidor no Brasil, país que é o principal destino dos investimentos franceses na América Latina.

VISITA AO BRASIL DO SECRETÁRIO-
GERAL DA ORGANIZAÇÃO DOS
ESTADOS AMERICANOS, JOSÉ
MIGUEL INSULZA – BRASÍLIA, 22 DE
FEVEREIRO DE 2011
21/02/2011

Deverão ser examinados pontos da agenda regional, com ênfase no tema da “segurança cidadã”, escolhido para pautar os debates da próxima Assembléia-Geral da Organização, a realizar-se em El Salvador, no mês de junho.

O Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), José Miguel Insulza, visitará o Brasil no dia 22 de fevereiro.

O Secretário-Geral da OEA será recebido pela Senhora Presidenta da República, Dilma Rousseff, e manterá encontro de trabalho com o Ministro Antonio de Aguiar Patriota.

Na ocasião, deverão ser examinados pontos da agenda regional, com ênfase no tema da “segurança cidadã”, escolhido para pautar os debates da próxima Assembléia-Geral da Organização, a realizar-se em El Salvador, no mês de junho. Será reafirmado o compromisso do Brasil com a OEA como instrumento para o desenvolvimento, o fortalecimento da democracia e a promoção e a proteção dos direitos humanos nas Américas.

TERREMOTO NA NOVA ZELÂNDIA
22/02/2011

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com consternação, do terremoto de 6.3 graus na escala Richter, que atingiu a Nova Zelândia, nesta terça-feira, dia 22 de fevereiro.

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com consternação, do terremoto de 6.3 graus na escala Richter, que atingiu a Nova Zelândia, nesta terça-feira, dia 22 de fevereiro, e resultou na morte de pelo menos 65 pessoas.

O Governo brasileiro solidariza-se com as famílias das vítimas e manifesta seu sentido pesar ao Governo e ao povo neozelandês.

VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE
AGUIAR PATRIOTA AOS ESTADOS

UNIDOS – WASHINGTON – 23 E 24 DE
FEVEREIRO DE 2011
22/02/2011

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota realizará visita de trabalho a Washington, nos dias 23 e 24 de fevereiro, ocasião em que manterá reuniões com a Secretária de Estado, Hillary Rodham Clinton, o Conselheiro de Segurança Nacional, Thomas E. Donilon, e o Secretário do Tesouro, Timothy F. Geithner. O Chanceler brasileiro aproveitará a visita para encontrar-se também com o Presidente do Banco Mundial, Robert B. Zoellick.

A viagem se inscreve no contexto dos preparativos da Visita de Estado que o Presidente Barack Obama realizará ao Brasil, nos próximos dias 19 e 20 de março, a convite da Presidenta Dilma Rousseff. O diálogo com as autoridades norte-americanas abarca diversas questões de interesse bilateral, como comércio, investimentos, energia, defesa, ciência e tecnologia, inovação, cooperação espacial, educação, cultura, combate à discriminação racial e de gênero e assuntos consulares, bem como assuntos das agendas regionais e globais, com destaque para a situação no Haiti e no Oriente Médio, OEA, Direitos Humanos e Temas Sociais, Mudança do Clima e Desenvolvimento Sustentável, Desarmamento e Não-Proliferação e Reforma das Instituições de Governança Global.

Os Estados Unidos são o maior investidor estrangeiro no Brasil, o segundo maior importador de produtos brasileiros e o segundo maior parceiro comercial do País, com fluxo de mais de US\$ 46 bilhões em 2010. Entre 2009 e 2010, as exportações brasileiras para aquele mercado registraram aumento de 26,21%, passando de US\$ 15,6 bilhões para US\$ 19,3 bilhões. O Brasil, por sua vez, é o 8º destino das exportações dos EUA.

ATO ASSINADO POR OCASIÃO DA
VISITA DA MINISTRA DE NEGÓCIOS
ESTRANGEIROS DA FRANÇA,
MICHÈLE ALLIOT-MARIE – BRASÍLIA,
22 DE FEVEREIRO DE 2011
22/02/2011

DECLARAÇÃO DE INTENÇÕES
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO
DA REPÚBLICA FRANCESA PARA
A IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETO
DE COOPERAÇÃO BILATERAL EM
COMPUTAÇÃO DE ALTO DESEMPENHO
("SUPERCOMPUTAÇÃO")

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa (doravante denominados "Governos"),

Considerando sua intenção de estreitar os laços de cooperação e de ação conjunta nas áreas de ciência, tecnologia e inovação, especialmente em tecnologias de ponta de alto impacto para o desenvolvimento econômico e industrial;

Considerando o Comunicado Conjunto assinado pelos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Nicolas Sarkozy, em 7 de setembro de 2009, notadamente a passagem do Comunicado relativa às novas vias de cooperação no campo das tecnologias da informação, dos supercomputadores e dos computadores de alto desempenho,

Declaram:

1. Os Governos apóiam, no quadro da parceria estratégica bilateral, o objetivo de instalar uma infraestrutura de computação de alto desempenho no Brasil.

2. Os Governos recomendam a elaboração, no prazo de 90 dias, de Programa de Trabalho visando à implementação desse objetivo, cujas especificações técnicas deverão ficar a cargo do Ministério da Ciência e Tecnologia

da República Federativa do Brasil, por intermédio do Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), pela parte brasileira, e do Ministério de Ensino Superior e Pesquisa da República Francesa, por meio do Comissariado para Energia Atômica e Energias Alternativas (CEA).

3. O projeto terá por objetivo dotar o Brasil, até o ano de 2014, de infraestrutura de supercomputação de classe mundial, para apoiar a pesquisa científica e a prestação de serviços ao Governo brasileiro e à sociedade brasileira, em distintas aplicações, de caráter transversal - sistema que deverá situar o País entre os trinta maiores no mundo em termos de capacidade de processamento de informações.

4. Um elemento fundamental do projeto será a transferência de tecnologia entre a França e o Brasil no campo da tecnologia de supercomputação e sua utilização.

5. Os Governos apoiarão a implementação do projeto de cooperação, especialmente no que tange à:

- formação, treinamento e qualificação acadêmica, técnica, profissional e industrial, para operação de sistemas de computação de alto desempenho, em escalas tera e petaflopica;
- negociação para realização dos investimentos necessários à instalação e operação de sistemas de computação de alto desempenho no Brasil;

- instalação da infraestrutura industrial e de pesquisa em computação de alto desempenho no Brasil; e

- realização de estudos de viabilidade e de pré-viabilidade para identificação de aplicações científicas, industriais e de serviços, existentes e potenciais, nos setores públicos e privados, nas economias do Brasil e da França.

6. Os Governos apóiam e recomendam, no quadro do projeto de cooperação, a realização de atividades de educação, difusão e popularização

científica no campo da computação de alto desempenho, como meio de fortalecer a educação científica em ambos os países.

7. Os Governos registram e saúdam, com satisfação, o apoio de outras instituições governamentais e privadas na elaboração, formulação e execução do projeto de cooperação em tela, notadamente do “Grand Equipement National de Calcul Intensif” (GENCI), pelo lado francês, e dos Ministérios da Ciência e Tecnologia e das Relações Exteriores, pelo lado brasileiro.

Feito em Brasília, em 22 de fevereiro de 2011, nos idiomas português e francês.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

Antonio de Aguiar Patriota

Ministro das Relações Exteriores

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FRANCESA

Michèle Alliot-Marie

Ministra dos Negócios Estrangeiros e Europeus

I REUNIÃO DE DIRETORES DE ÁGUA DOS PAÍSES AMAZÔNICOS –

22 E 23 DE FEVEREIRO DE 2011

23/02/2011

Realiza-se hoje, no Itamaraty, a I Reunião de Diretores Gerais de Água dos Países Membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), com o apoio da Agência Nacional de Águas (ANA) e da Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

Em cumprimento à Agenda Estratégica da OTCA, aprovada na Reunião de Chanceleres Amazônicos em novembro passado, as autoridades de água da região promoverão, pela primeira vez, o diálogo multilateral sobre proteção, gestão e preservação dos recursos hídricos da Bacia Amazônica - maior bacia

hidrográfica do planeta -, que responde por cerca de um quinto da água doce mundial.

A ANA e a ABC apresentarão ação regional de cooperação técnica na área de recursos hídricos, com vistas ao compartilhamento de informações e à capacitação técnica.

Participará da reunião o Secretário-Geral do Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata, o que contribuirá para a construção de uma visão integrada do sistema hídrico sul-americano.

REUNIÃO DE CÚPULA DA COMUNIDADE
DO CARIBE – CARICOM – GRANADA,
25 E 26 DE FEVEREIRO DE 2011
24/02/2011

O Ministro deverá dirigir-se, em plenário, aos Chefes de Governo e Chanceleres dos países da CARICOM. Manterá, também, encontros de trabalho bilaterais com membros da CARICOM, entre os quais Granada, que sedia a Cúpula.

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota realizará viagem a Granada para participar da 22ª Reunião Intersessional da Conferência de Chefes de Governo da Comunidade do Caribe (CARICOM), de 25 a 26 de fevereiro.

O Ministro deverá dirigir-se, em plenário, aos Chefes de Governo e Chanceleres dos países da CARICOM. Abordará a agenda de cooperação e diálogo político do Brasil com o Caribe, com ênfase no seguimento da I Cúpula Brasil-CARICOM, realizada em Brasília no dia 26 de abril de 2010. Anunciará o lançamento do livro “A Herança Africana no Brasil e no Caribe”, publicado pela Fundação Alexandre de Gusmão em cumprimento a mandato que emanou da Cúpula de Brasília. A obra, que reúne ensaios de especialistas do Brasil e de cada um dos membros da CARICOM, busca identificar

e examinar traços comuns à formação das sociedades brasileira e caribenhas e valorizar a participação dos afro-descendentes em sua história comum.

O Ministro Patriota manterá, também, encontros de trabalho bilaterais com membros da CARICOM, entre os quais Granada, que sedia a Cúpula.

OPERAÇÃO DE EVACUAÇÃO DE
CIDADÃOS BRASILEIROS DA LÍBIA
25/02/2011

Neste momento, o Brasil é o único país a ter evacuado todos os próprios nacionais que assim o desejavam, incluindo-se neste grupo aqueles que já se encontram embarcados em navio à espera de condições para zarpar.

Como resultado de esforço conjunto do Itamaraty com suas embaixadas e empresas nacionais que operam na Líbia, foi possível iniciar, no dia 24 de fevereiro, operação em grande escala de retirada dos nacionais brasileiros daquele país.

No dia 24, decolaram do aeroporto de Trípoli dois aviões jumbo, transportando todo o pessoal brasileiro da empresa Odebrecht, em meio a cerca de 900 funcionários da empresa. O grupo já se encontra em Malta, onde o Itamaraty montou equipe de apoio emergencial para acolhê-los. Haverá um terceiro voo nas próximas horas que levará para Malta funcionários de nacionalidade estrangeira da mesma empresa. De Trípoli, já partiram em diferentes voos todos os funcionários da Petrobras e da Andrade Gutierrez. Diplomatas brasileiros vêm acompanhando os embarques no aeroporto, tendo em vista o clima de grande tensão em que vêm ocorrendo.

Funcionários da Odebrecht de outras nacionalidades, bem como alguns brasileiros dispersos que se encontravam em Trípoli

deverão embarcar em navio fretado, em direção a Malta, tão logo as condições climáticas o permitam. Todos os brasileiros identificados têm sido orientados a contactar a Embaixada em Trípoli, que vem logrando incluir nos navios fretados em direção a Malta todos aqueles que manifestam desejo em sair do país. Alguns brasileiros com dupla nacionalidade não manifestaram, contudo, interesse em partir neste momento, muitos dos quais com famílias de nacionalidade líbia.

A operação de resgate de nacionais brasileiros por via aérea e marítima exigiu numerosas gestões das Embaixadas em Trípoli, Atenas e Roma. À primeira, coube obter autorização das autoridades líbias para sobrevôo e pouso de aviões fretados, buscando dar prioridade a essa operação em meio a dezenas de solicitações de igual teor de outros países. Logrou ainda, mediante gestões com funcionários aeroportuários líbios, solucionar uma infinidade de problemas de documentação que poderiam ter dificultado ou impedido a evacuação - tarefa essencial, embora pouco visível, do processo de evacuação. A Embaixada em Atenas logrou que zarpassse navio em direção a Bengazi, em meio à greve geral no país que paralizará também as operações marítimas, tendo êxito nas gestões feitas junto às autoridades gregas ao enfatizar os motivos humanitários. À Embaixada em Roma, coube solicitar ao Governo de Malta facilidades migratórias que permitissem o desembarque ordenado e ágil de centenas de brasileiros e nacionais, por via aérea e marítima.

O grupo de 148 brasileiros em Bengazi, funcionários da empresa Queiroz Galvão, foi embarcado hoje, 25/02/2011, juntamente com funcionários da empresa de outras nacionalidades (48 portugueses, 13 espanhóis e 1 tunisiano). O navio deverá permanecer aportado até a manhã do dia 26, à espera de

condições climáticas que permitam sua partida em direção ao Porto de Pireu, na Grécia. Lá, serão recebidos por equipe de apoio da Embaixada em Atenas, que providenciará documentação e embarque imediato em vôo fretado para o Brasil. A opção de resgate por via aérea, com aviões da FAB ou fretados, mostrou-se inviável, em virtude da total inoperabilidade do aeroporto em Benghazi.

Percebe-se grande solidariedade entre os governos que possuem nacionais na Líbia, com diversos oferecimentos, de parte a parte, de acomodação de estrangeiros nas respectivas operações de evacuação. O Brasil, por exemplo, vem auxiliando no embarque de nacionais de Portugal, Espanha, Tunísia, Ucrânia, Chile, Vietnã, Tailândia e outros países. De sua parte, recebeu ofertas da Turquia e de outros governos. Neste momento, o Brasil é o único país a ter evacuado todos os próprios nacionais que assim o desejavam, incluindo-se neste grupo aqueles que já se encontram embarcados em navio à espera de condições para zarpar.

VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE
AGUIAR PATRIOTA À CHINA – PEQUIM,
3 E 4 DE MARÇO DE 2011
01/03/2011

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota realizará visita oficial à China, nos dias 3 e 4 de março, ocasião em que manterá encontros com o Vice-Presidente, Xi Jinping, com o Chanceler Yang Jiechi, e com o Ministro do Comércio, Chen Deming. A missão se insere no contexto da preparação da visita de Estado que a Senhora Presidenta da República fará à China, em abril, e de sua participação na III Cúpula dos BRIC, a se realizar na Província chinesa de Hainan.

Durante os encontros com as autoridades

chinesas, o Chanceler Patriota discutirá os principais temas da agenda bilateral (comércio, investimentos e cooperação em ciência e tecnologia), assim como questões internacionais de interesse comum.

A China é o maior parceiro comercial do Brasil, com intercâmbio de US\$ 56 bilhões em 2010, representando um crescimento de 55,1% em relação a 2009. O saldo comercial é favorável ao Brasil, tendo alcançado mais de US\$ 5 bilhões no ano passado. Em 2010, a China foi o maior investidor estrangeiro no Brasil.

PARTICIPAÇÃO DO MINISTRO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES NA CÚPULA DA
COMUNIDADE DO CARIBE - GRANADA,
25 E 26 DE FEVEREIRO DE 2011
01/03/2011

Ao dirigir-se, em plenário, aos Chefes de Governo dos países da CARICOM, o Ministro reafirmou o compromisso do Brasil com o estreitamento dos laços de diálogo e cooperação com o Caribe. Salientou também o crescimento do comércio entre o Brasil e os países caribenhos.

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota participou como convidado especial, da 22ª Reunião Intersessional da Conferência de Chefes de Governo da Comunidade do Caribe (CARICOM), realizada em 25 e 26 de fevereiro, em Granada.

Ao dirigir-se, em plenário, aos Chefes de Governo dos países-membro da CARICOM, o Ministro das Relações Exteriores reafirmou o compromisso do Brasil com o estreitamento dos laços de diálogo e cooperação com o Caribe. Salientou também o crescimento do comércio entre o Brasil e os países caribenhos, que, em 2010, excedeu a cifra de 4 bilhões de dólares.

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota, em seus contatos em Granada, anunciou novos projetos de cooperação em matéria de desenvolvimento agrícola que o Brasil põe à disposição dos parceiros caribenhos para execução em 2011. Os projetos puderam ser apresentados em maior detalhe pelo Diretor do Escritório para as Américas da EMBRAPA, com sede no Panamá, e por representante da Agência Brasileira de Cooperação, que acompanhavam o Ministro.

O Ministro Patriota tratou também, com Primeiros Ministros e Chanceleres da região, da candidatura do Professor José Graziano da Silva – que integrou a Delegação brasileira – à Direção Geral da FAO. Como resultado, a Comunidade do Caribe conferiu endosso coletivo à candidatura do Professor Graziano, conforme refletido no Comunicado que emanou da Cúpula de Granada. O Governo brasileiro estende aos 14 membros da CARICOM seu agradecimento por essa demonstração de confiança.

Reproduz-se, a seguir, o original em inglês do texto-base utilizado pelo Ministro das Relações Exteriores em seu pronunciamento perante os Chefes de Governo da CARICOM:

“Let me begin by expressing the gratitude of the Brazilian Government for the possibility of addressing you today. I bring to you warm greetings from President Dilma Rousseff and, as her recently appointed Foreign Minister, I am delighted to be in Grenada and participate in this gathering as a partner and a friend of CARICOM.

Brazil and the Caribbean share important historic, geographic, demographic and cultural traits.

Our common heritage is reflected today in a growing degree of political convergence. Our societies are guided by the same set of core values. We are firmly committed to democracy, to the promotion and protection

of human rights and to economic development with social justice.

Based on this affinity Brazil has been working towards an increasingly closer relationship with the major organizations for Caribbean integration — namely CARICOM and the Organization of Eastern Caribbean States, to which we have accredited our Ambassadors in Georgetown and Castries, as observers.

It is also in this spirit that Brazil has decided to open new permanent diplomatic missions in the Caribbean. Since 2005, we have opened embassies in eight CARICOM nations, and that makes us one of the few countries in the world to have diplomatic missions in all of the 14 members of this Community.

An important milestone in our relationship with the Caribbean was the First Brazil-CARICOM Summit, held in Brasilia on April 26th, 2010. The Brasilia Declaration, adopted at that meeting, enshrines our commitment to the integration of Latin America and the Caribbean. It also stresses our common goal of coordinating positions in international fora and enhancing cooperation in a variety of fields, such as climate change, education, culture, energy, emergency relief, tourism and trade. We also reiterated our commitment to the reconstruction of Haiti.

It is especially encouraging that, in the Brasilia Summit, we were able to sign 48 cooperation agreements in a wide range of areas with CARICOM, OECS and individual countries here represented.

We are now fully committed to implementing the decisions adopted at the Summit. We are already witnessing results in areas such as technical cooperation, humanitarian assistance and transportation. I wish to particularly stress the newly-established flight between Brazil and Barbados.

I would also like to highlight a very specific

and concrete result of the Brazil-CARICOM Summit. You — Heads of Government — established in Brasilia a clear mandate to encourage studies on the impacts of slavery on our national identities. In response to that, the Brazilian Ministry of External Relations has organized a book with articles by authors from each one of our countries about our African roots. We have distributed copies of the book yesterday, at the margins of this meeting, and I believe it will contribute to enhancing mutual knowledge among our societies.

Brazil will be hosting a seminar, in mid 2011, with a view to further pursuing the debate on our shared history. All of the Caribbean intellectuals who have contributed to this book will be invited.

In addition to the Brazil-CARICOM exercise, our partnership has also been strengthened by the Latin America-Caribbean Summits — the first one of which was held in the Brazilian state of Bahia, back in December 2008. This initiative has led to the creation, in the Cancun Summit last year, of the Community of Latin America and Caribbean States — CELAC —, a broad formation which provides a venue for our various sub-regional mechanisms to converge.

Distinguished Heads of Government,

There are a number of significant developments on the economic front worth highlighting. Brazil-CARICOM trade has grown strongly over the last few years, and I am particularly pleased to attest that, after the global economic crisis, two-way trade recovered robustly in 2010, when it exceeded US\$ 4 billion.

We wish to make our trade relations more symmetrical. The Brazilian Government will soon release a study entitled Opportunities for CARICOM Exports in the Brazilian Market, which we hope will help increase imports of goods and services from Caribbean nations

into Brazil.

The Brazilian Congress has recently approved Brazil's accession to the Caribbean Development Bank. Brazil's joining the Bank will open a new set of opportunities for closer cooperation in regional development projects.

Prospects are equally promising in the domain of technical cooperation. As an outcome of the First Brazil-CARICOM Summit, and upon requests by CARICOM members, the Brazilian Cooperation Agency has carried out 14 different missions over the past year, in areas such as health, agriculture and law enforcement. In 2010 we appropriated roughly US\$ 7.5 million to cooperation with Caribbean nations — 10% of the cooperation Brazil provides globally, and a 200% increase relative to 2009.

We continue to provide cooperation in agriculture, especially through the Brazilian Agricultural Research Corporation (EMBRAPA). We have been sharing our know-how in areas such as food production and trade. I have with me the coordinator of EMBRAPA's regional office, located in Panama, who has had talks with many delegations present here today on possible new projects.

I am glad to announce that the Brazilian Government has prepared a broad cooperation program to be executed with the Caribbean countries in 2011. It includes ten capacity building projects in agricultural development and food security, which will be organized by three major Brazilian agricultural institutions: EMBRAPA, the National Service for Rural Learning and the Ministry of Agrarian Development. Specifics about this proposed program are contained in a document that has been circulated by my delegation.

We are also enhancing our cooperation with the Caribbean countries on humanitarian assistance. Our main efforts have been

directed towards Haiti, after the January 2010 earthquake and the more recent cholera outbreak.

We are mindful of how vulnerable the region can be to natural disasters. In 2010, Brazil made a voluntary contribution of over US\$ 500,000 to the FAO humanitarian fund that supports projects run by the Caribbean Disaster Emergency Management Agency.

Part of those funds was allocated to relief programs related to Hurricane Thomas. It was also in the aftermath of Thomas that the Brazilian Government sent a helicopter to carry out humanitarian operations in Saint Lucia.

Distinguished Heads of Government,

Before concluding these remarks, I wish to touch upon the issue of food security and rural development – which continue to represent an important priority for the Brazilian Government.

Brazil has had some success in directly fighting hunger and poverty while creating sustainable conditions to overcome those scourges on the long run. In fact, those two strategies are complementary and mutually reinforcing.

The Zero Hunger strategy, formulated from its inception by Dr. Graziano da Silva, who is also present here today, played a central role in this success story. One of its main elements is the Family Grant program, which today benefits around 50 million people, having contributed to lift over 24 million out of poverty.

The 2008 economic crisis demonstrated that the Brazilian strategy was a sound one. While much of the world suffered recession, our social policies contributed to consolidate a virtual countercyclical shield.

Like Brazil, and with support from the FAO Regional Office, ten countries in Latin America and the Caribbean have enshrined in law their commitment to food security. At the

same time, in Africa, where 200 million still suffer from hunger, 18 nations are benefiting from EMBRAPA's advances in agricultural research and production.

Brazil is now seeking to further increase those partnerships in order to solve the disconcerting mathematics of our times: we are almost 7 billion people in this planet and have enough resources to feed 12 billion; yet 925 million of us still go hungry every day. According to FAO, as little as US\$ 40 billion in contributions would suffice to remedy that situation. Now compare that to the almost US\$ 10 trillion mobilized to rescue financial markets.

As the Brazilian geographer Josué de Castro has taught us, "hunger and war are genuinely human creations". They are not the inevitable results of fate or scarcity, but rather the bitter fruits of history. Hunger can and must be eliminated by adequately mobilizing our resources and our good will.

It is under this firm belief that Brazil aspires to the office of Director General of the United Nations Food and Agriculture Organization. The candidacy of Dr. Graziano da Silva reflects Brazil's commitment to development and social inclusion.

It is in this context that I wish to express our gratitude for the valuable support many CARICOM countries have already extended to us in that regard, and to convey the Brazilian government's desire to be honored by CARICOM's formal endorsement of Dr. Graziano's candidacy.

Distinguished Heads of Government,

I address you today with the firm commitment of opening new and increasingly ambitious cooperation fronts between Brazil and CARICOM.

I thank you once again for distinguishing me with the opportunity to participate in this Summit. I am truly honored.

Thank you very much."

INUNDAÇÕES NA BOLÍVIA

02/03/2011

O Governo brasileiro manifesta ao Governo e ao povo bolivianos sua solidariedade e mais sinceras condolências pelas perdas humanas e econômicas causadas pelas fortes chuvas que afetaram regiões daquele país nas últimas semanas.

VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-MINISTRO DO TIMOR-LESTE, XANANA GUSMÃO - BRASÍLIA, 2 A 5 DE MARÇO

DE 2011

02/03/2011

O Primeiro-Ministro será recebido, no dia 3, pela Presidenta Dilma Rousseff, com quem discutirá os principais pontos da agenda bilateral, com ênfase nas áreas educacional, e de defesa e segurança.

O Primeiro-Ministro, e Ministro da Defesa, do Timor-Leste, Xanana Gusmão, realizará visita oficial ao Brasil de 2 a 5 de março, acompanhado do Ministro da Educação, do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, e do Secretário de Segurança.

A autoridade timorense será recebida, no dia 3, pela Presidenta da República, Dilma Rousseff, com quem discutirá os principais pontos da agenda bilateral, com ênfase nas áreas educacional, e de defesa e segurança. A ampla agenda de cooperação reflete o compromisso do Brasil com o fortalecimento do Estado Nacional timorense e a promoção da língua portuguesa. Timor-Leste é o único país da Ásia e Oceania que tem o Português como língua oficial.

No quadro da visita deverão ser assinados instrumentos de cooperação nas áreas de justiça; educação; inclusão social; segurança e defesa.

Em 4 e 5 de março, o Primeiro-Ministro manterá agenda de trabalho em São Paulo.

VISITA DO PRIMEIRO-MINISTRO
DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE
TIMOR-LESTE, XANANA GUSMÃO, AO
BRASIL - 2 A 5 DE MARÇO DE 2011 -
DECLARAÇÃO CONJUNTA
03/03/2011

O Primeiro-Ministro de Timor-Leste, Kay Rala Xanana Gusmão, que também exerce a função de Ministro da Defesa, em visita oficial a Brasília e a São Paulo, de 2 a 5 de março de 2011, manteve encontro com a Senhora Presidenta da República, Dilma Rousseff. Integrou a comitiva o Ministro da Educação, João Cândia Freitas; o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Antonio Xavier Pereira Carlos; e o Secretário de Segurança, Francisco Guterres.

2. A Presidenta Dilma Rousseff manifestou sua grande satisfação em receber o Primeiro-Ministro Xanana Gusmão, recordando que Timor-Leste e Brasil compartilham uma herança histórica cuja especificidade maior reside na língua portuguesa, como idioma oficial de ambos os países. Sublinhou o espírito de solidariedade que une os Povos timorenses e brasileiros, e externou apreço pela determinação demonstrada pelas lideranças timorenses com a consolidação da democracia. Ressaltou, ademais, o interesse brasileiro em ampliar a cooperação brasileira a Timor-Leste, hoje centrada em atividades essenciais ao fortalecimento das instituições nacionais, nas áreas de educação, justiça, segurança, capacitação de mão-de-obra, inclusão social e infraestrutura. Agradeceu a doação de 500mil dólares do Governo timorense para as vítimas

das inundações e dos deslizamentos de terra na região serrana do Estado do Rio de Janeiro.

3. O Primeiro-Ministro Xanana Gusmão manifestou seu grande apreço pela cooperação recebida do Brasil para a preservação da herança lusófona e para a construção e o desenvolvimento do Estado Nacional Timorense. Sublinhou, em especial, a capacitação de professores de português; a formação de servidores públicos, no domínio da língua portuguesa; e a presença de bolsistas timorenses no curso de preparação de diplomatas do Instituto Rio Branco, como importante contribuição para o aperfeiçoamento institucional da Chancelaria timorense. Enalteceu a contribuição brasileira para a consolidação da tradição civilista no ordenamento jurídico nacional, para a estruturação do setor de defesa, para o adestramento de forças de segurança, e para a capacitação de mão-de-obra básica. Agradeceu, também, a disposição brasileira em ampliar o alcance da cooperação técnica prestada.

4. Dentre as novas áreas de cooperação, os dois mandatários coincidiram na importância de projetos de inclusão social, de apoio ao empreendedorismo, da capacitação em pesca e aqüicultura, de projetos de infraestrutura, e de fortalecer ainda mais a base institucional das relações, por meio da celebração de novos instrumentos. Saudaram a intensificação do intercâmbio bilateral na área militar e de defesa, que consideram elemento integrante das relações entre os dois países. Reiteraram a importância que atribuem à cooperação no campo da Justiça, como forma de consolidar as instituições de Estado de Timor-Leste, e a continuação de iniciativas na área de educação, com o novo envio de professores brasileiros a Timor-Leste.

5. Registraram a recente extensão, pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas,

em sessão sob presidência do Brasil, do mandato da Missão das Nações Unidas em Timor-Leste (UNMIT), até fevereiro de 2012.

6. A Presidenta Dilma externou seu profundo agradecimento pelo apoio de Timor-Leste ao pleito brasileiro por um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas e à candidatura do Dr. Francisco Graziano ao cargo de Diretor-Geral da FAO, anunciado no âmbito da VIII Cimeira da CPLP, em Luanda, em julho de 2010.

7. Durante a visita, foram assinados os seguintes atos:

-Ajuste Complementar para implantação do Programa de Fortalecimento do Setor da Justiça de Timor-Leste;

-Ajuste Complementar para implementação do Projeto “Casa Brasil – Timor-Leste - Apoio à Inclusão Social de Jovens;

-Ajuste Complementar para implementação do Projeto “Capacitação Técnica da Polícia Nacional de Timor-Leste”;

-Ajuste Complementar para Implementação do Programa de Qualificação e Formação de Docentes e Ensino de Língua Portuguesa;

8. O Primeiro-Ministro Xanana Gusmão expressou sincero agradecimento à Presidenta Dilma Rousseff, ao Governo e ao Povo brasileiros pela hospitalidade e calorosa acolhida recebida durante a visita.

VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE
AGUIAR PATRIOTA AO ESTADO DO
CATAR - DOHA, 9 DE MARÇO DE 2011
04/03/2011

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota realizará visita oficial ao Estado do Catar no próximo dia 9 de março.

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota realizará visita oficial ao Estado do Catar no próximo dia 9 de março.

A visita dará continuidade a serie de encontros de alto nível entre os dois países.

O relacionamento Brasil-Catar, que conta com amplo potencial de diversificação, insere-se no diálogo que o Brasil mantém com os diferentes atores de relevância no Oriente Médio e na constante troca de experiências entre países em desenvolvimento.

O Ministro Patriota deverá manter encontros, na capital catariana, com Sua Alteza o Emir, Xequê Hamad Bin Khalifa al Thani, e com Sua Alteza o Primeiro-Ministro e Chanceler, xequê Hamad Bin Jassim Bin Jabr Al-Thani, além de conceder entrevista à emissora Al Jazira.

O relacionamento comercial entre o Brasil e o Catar cresceu cerca de 1300% entre 2003 e 2010, tendo passado de US\$ 37 milhões para US\$ 514 milhões. O Catar tem demonstrado interesse crescente em realizar investimentos no Brasil.

VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE
AGUIAR PATRIOTA À ÍNDIA - NOVA
DELHI, 5 E 8 DE MARÇO DE 2011

04/03/2011

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota realizará visita à Índia nos dias 5 e 8 de março.

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota realizará visita à Índia nos dias 5 e 8 de março.

Durante a visita, o Ministro Patriota manterá encontro com o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Índia, S. M. Krishna, ocasião em que passará em revista os temas da agenda bilateral e examinará formas de fortalecer o diálogo e a cooperação em áreas como energia, agricultura, ciência e tecnologia, educação, cultura e defesa, entre outras.

O Ministro Patriota co-presidirá, ainda, com o Assessor de Segurança Nacional da Índia, Shivshankar Menon, a III Reunião do

Mecanismo de Diálogo Estratégico Brasil-Índia. Ambos os eventos terão lugar em paralelo à VII Reunião da Comissão Mista Ministerial do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS).

O Brasil é o maior parceiro comercial da Índia na América Latina. A Índia é o 4º maior parceiro comercial do Brasil na Ásia, depois de China, Japão, e Coreia do Sul. O intercâmbio comercial entre o Brasil e a Índia mais do que triplicou nos últimos cinco anos, passando de US\$ 2,3 bilhões (2005) a US\$ 7,7 bilhões (2010).

CONSULTAS ENTRE BRASIL E
EUA SOBRE OS COMPROMISSOS
ASSUMIDOS NO ÂMBITO DO
ACORDO-QUADRO DECORRENTE DO
CONTENCIOSO DO ALGODÃO
04/03/2011

Realizou-se nos dias 3 e 4 de março, no Palácio Itamaraty, reunião de consultas entre representantes do Governo do Brasil e dos Estados Unidos da América, no âmbito do “Acordo-Quadro para uma Solução Mutuamente Acordada para o Contencioso do Algodão na Organização Mundial do Comércio (WT/DS267)”, assinado entre os dois países em 25 de junho de 2010. Esse Acordo-Quadro não constitui a solução final da controvérsia, mas contém conjunto de parâmetros que pautará os entendimentos entre os dois países até que sejam plenamente implementadas as determinações do Órgão de Solução de Controvérsias da OMC.

Ao início das consultas, o Presidente do Instituto Brasileiro de Algodão (IBA), convidado para a reunião, fez apresentação das atividades realizadas até o momento pela entidade, a qual foi criada para gerir um

fundo de apoio a programas que beneficiem a cotonicultura nacional. Esse fundo, no valor de US\$ 147,3 milhões anuais, vem recebendo pagamentos dos EUA em parcelas mensais, a título de compensação pelas perdas dos produtores brasileiros de algodão devido aos subsídios agrícolas norte-americanos.

A agenda da reunião concentrou-se principalmente nas medidas de apoio doméstico dos EUA e o andamento do processo de revisão da legislação agrícola norte-americana (Farm Bill), assim como nos parâmetros e operação do programa de garantia de crédito à exportação (GSM-102).

No mesmo encontro, o Governo brasileiro reafirmou sua expectativa de finalização dos trâmites técnicos necessários para dar início às exportações de carne suína de Santa Catarina, que teve seu status sanitário de área livre de febre aftosa sem vacinação reconhecido pelos EUA em novembro de 2010.

Com relação às exportações de carne “in natura” de outros Estados brasileiros, o Governo brasileiro manifestou sua preocupação com a passagem do prazo inicialmente indicado pelo Departamento de Agricultura norte-americano para a publicação de proposta de regulamento sobre o tema. A delegação brasileira gestionou por uma célere conclusão das várias etapas do processo regulatório que viabilizará o início das exportações do produto brasileiro para aquele mercado.

Nos termos do Acordo Quadro, as próximas consultas deverão acontecer nos Estados Unidos, possivelmente no mês de abril de 2011.

SITUAÇÃO NOS PAÍSES ÁRABES
04/03/2011

O Governo e o povo brasileiros se solidarizam com as eloquentes manifestações

das sociedades no mundo árabe em favor da realização de suas justas aspirações e anseios por maior participação nas decisões políticas, em ambiente democrático, com perspectivas de crescimento econômico e inclusão social, capaz de gerar oportunidades de emprego, liberdade de expressão e dignidade humana.

No momento em que o mundo árabe passa por período de profundas mudanças, é importante reafirmar a parceria existente entre América do Sul e países árabes, conforme consignado na Declaração de Brasília por ocasião da Primeira Cúpula América do Sul-Países Árabes, em 2005.

Nessa ocasião, com base nos laços humanos e culturais, bem como nas aspirações que as unem, as duas regiões afirmaram que, para promover a paz, a segurança e a estabilidade mundiais, a cooperação bi-regional deve ser norteada pelo compromisso com o multilateralismo, o respeito ao Direito Internacional e a observância dos Direitos Humanos e do Direito Internacional Humanitário; com o desarmamento e a não-proliferação de armas nucleares e de outras armas de destruição em massa.

O Governo e o povo brasileiros se solidarizam com as eloqüentes manifestações das sociedades no mundo árabe em favor da realização de suas justas aspirações e anseios por maior participação nas decisões políticas, em ambiente democrático, com perspectivas de crescimento econômico e inclusão social, capaz de gerar oportunidades de emprego, liberdade de expressão e dignidade humana. Manifestam, ainda, a expectativa de que as transformações em curso ocorram em ambiente pacífico, sem arbitrariedade ou uso da força.

A suspensão da Líbia do Conselho de Direitos Humanos pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em resolução co-patrocinada pelo Brasil e adotada por consenso, com apoio

dos países árabes e africanos, foi decisão sem precedentes, que afirma a expectativa de pleno respeito dos direitos humanos dos manifestantes líbios.

Conforme ressaltou a Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República, Ministra Maria do Rosário, na abertura da 16ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos (CDH) - Segmento de Alto Nível da Organização das Nações Unidas (ONU), em Genebra, na Suíça, em fevereiro último, “eventuais ondas migratórias devem ser tratadas com humanidade, com respeito aos direitos humanos, com compreensão pela diversidade e sem xenofobia.”

Onde surjam situações de emergência humanitária, faz-se necessário assegurar acesso tempestivo e irrestrito aos prestadores de assistência humanitária. Igualmente, devem ser respeitados os direitos dos jornalistas, inclusive estrangeiros, de reportar e de circular livremente, sem constrangimentos ou intimidações.

Os recentes eventos nos países árabes oferecem oportunidade para se levar adiante iniciativas que possam contribuir para a paz e a segurança mundiais, a exemplo da proposta de estabelecimento de zonas livres de armas nucleares, especialmente em regiões com focos de tensão, como o Oriente Médio, como consta do documento final da Conferência de Revisão do Tratado de Não-Proliferação Nuclear, de maio de 2010.

O Brasil considera que o debate sobre proposta de estabelecimento de zona de proibição de vôos no espaço aéreo líbio, ou acerca de qualquer iniciativa militar naquele país, só terá legitimidade no marco estrito do respeito à Carta da ONU, no âmbito do Conselho de Segurança.

O Brasil privilegiará a diplomacia, o diálogo e a negociação no encaminhamento de situações de tensão, em que haja risco de

conflagração ou quadro de violência.

O Brasil tem mantido consultas permanentes sobre a situação no Norte da África e no Oriente Médio com os demais membros do Conselho de Segurança da ONU e com o Secretário Geral das Nações Unidas.

Durante a visita do Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, a Pequim, em 3 e 4 de março, o tema foi suscitado nas conversas com o Ministro de Negócios Estrangeiros da China, Yang Jiechi. O assunto deverá ser tratado, igualmente, em reunião com o Assessor de Segurança Nacional da Índia, Embaixador Shiv Shankar Menon, em encontro no sábado, 5 de março, em Nova Delhi. Além disso, o Ministro Patriota tenciona coordenar-se com seus homólogos da Índia e da África do Sul, em reunião Ministerial do IBAS, a realizar-se na capital indiana, em 8 de março, em momento em que os três países têm assento no Conselho de Segurança da ONU.

VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE
AGUIAR PATRIOTA AO SRI LANKA -
COLOMBO, 7 DE MARÇO DE 2011
06/03/2011

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota realizará visita bilateral a Colombo, no dia 7 de março, onde se encontrará com o Presidente do Sri Lanka, Mahindra Rajapaksa, bem como com o Ministro das Relações Exteriores, G. L. Peiris. Será a primeira visita de um Chanceler brasileiro ao Sri Lanka.

Serão discutidos aspectos do relacionamento bilateral, particularmente na área de cooperação técnica, em áreas como agricultura, biocombustíveis e turismo, bem como programas de cunho social, e examinadas formas de ampliar o comércio e os investimentos bilaterais. Serão passados

em revista os principais temas da agenda internacional e a coordenação de posições nos foros políticos e econômicos multilaterais, como o G-15, cuja próxima Cúpula deverá ocorrer no Sri Lanka, em 2012.

Entre 2008 e 2009, o comércio bilateral mais do que duplicou, passando de US\$ 44,6 milhões para US\$ 109,2 milhões. Em 2010, o Brasil exportou US\$ 110,3 milhões para o Sri Lanka e importou US\$ 23,6 milhões, totalizando um comércio bilateral de US\$ 133,9 milhões. Entre os produtos exportados pelo Brasil, destaca-se o açúcar, que respondeu por 93,2% da pauta, e a borracha, com 1,2%. O Brasil importa do Sri Lanka, sobretudo, pneus e produtos de borracha.

SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO
MISTA TRILATERAL DO FÓRUM IBAS
- NOVA DELHI, 8 DE MARÇO DE 2011 -
DECLARAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO DO
ORIENTE MÉDIO E NORTE DA ÁFRICA
08/03/2011

The Ministers of External Relations of India, Brazil and South Africa, gathered in New Delhi, on March 8th 2011, for the VII Ministerial Meeting of the IBSA Dialogue Forum, closely attentive to the present political unrest in several Middle Eastern and northern African countries, stressed their expectation that the changes sweeping the region follow a peaceful course. They expressed their confidence in a positive outcome in harmony with the aspirations of the peoples.

Referring to the IBSA Ministerial Declaration, issued in Brasilia, on April 15th 2010, on the occasion of the Fourth IBSA Summit, when a meeting with the Palestinian Foreign Minister Riad Malki was held, they stated their conviction that the recent

developments in the Region may offer a chance for a comprehensive peace in the Middle East. This process should include the solution of the Israeli-Palestinian conflict through the resumption of negotiations that will lead to a two-state solution, with the creation of a sovereign, democratic, independent, united and viable Palestinian State, coexisting peacefully alongside Israel, within secure, pre-1967 borders, and with East Jerusalem as its capital.

In line with the Joint Statement of the IBSA Ministerial Meeting, held in New York, February 11th 2011, concerning countries that risk of lapsing or relapsing into conflict, they underlined the key role of development strategies for the achievement of sustainable peace. In that sense, they recalled that IBSA countries are sponsoring projects in Palestine, such as the construction of a Multipurpose Sports Center in Ramallah and the creation of a Palestinian Youth Sports League. Recalling their condition of developing countries, who share therefore the same challenges for ensuring sustainable development, they are willing to cooperate with other Arab countries in order to address social and economic issues aiming at long term stability and recovery, according to regional demands, whenever requested.

Taking into consideration the presence of the three countries in the Security Council during 2011, they stated their intention to assess areas for further cooperation and discuss the current security situation with a view to making a positive contribution.

SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO
MISTA TRILATERAL DO FÓRUM IBAS
– COMUNICADO MINISTERIAL – NOVA
DELHI, NO DIA 8 DE MARÇO DE 2011
08/03/2011

The Minister of External Affairs of the Republic of India, H.E. Mr. S. M. Krishna, the Minister of External Relations of the Federative Republic of Brazil, H.E. Ambassador Antonio de Aguiar Patriota, and the Minister of International Relations and Cooperation of South Africa, H.E. Ambassador Maite Nkoana-Mashabane, met in New Delhi on 8th March 2011 for the VII IBSA Trilateral Ministerial Commission.

2. The Ministers reaffirmed the commitment of their respective countries to further deepening the dialogue and cooperation within the IBSA framework at inter-governmental, social, people-to-people and business-to-business levels. They underscored the important role IBSA is playing in strengthening political coordination among the three countries on global issues of mutual interest. In this rapidly changing global order, the Ministers underscored the increased strategic importance of IBSA as a Forum of developing country democracies from three different continents based on shared values which play a critical role as an influential mechanism for further strengthening and fostering South-South cooperation and safeguarding and advancing the interests of the South, particularly in regard to reform of global governance.

3. The three Ministers confirmed their countries' commitment to democratic values, inclusive social development and economic growth and their belief in multilateralism as the guiding principle to deal with peace, security and development issues. The Ministers emphasized the growing interdependence between development and security and its importance for sustainable peace.

4. The Ministers noted with satisfaction that there is a wide range of global issues on which the three countries share common positions. In this context, they stressed the common

objective of making structures of global governance more democratic, representative, transparent, and to enhance their legitimacy by ensuring a more effective role for developing countries.

I Global Issues

United Nations Reform and Security Council Reform

5. The Ministers noted that this meeting was taking place when the three countries are non-permanent members of the UN Security Council. They reiterated their firm commitment to multilateralism and reaffirmed the need for the UN to become more responsive to and coherent with the priorities of developing countries. They emphasized the need for urgent reform of the UN Security Council, including expansion of permanent and non-permanent categories of its membership, with increased participation of developing countries in both categories. Towards this end, the representation of developing countries from Africa, Asia and Latin America is essential. Such reform in the Security Council is of utmost importance to reflect contemporary geopolitical realities and to enhance its representativeness, effectiveness and legitimacy. The Ministers reaffirmed their resolve to maintain their close coordination as well as to reach out to the broader UN membership, in order to advance towards concrete results in the on-going intergovernmental negotiations on Security Council reform, by the end of the current session of the UNGA.

6. The Ministers underscored that the concurrent presence of all three IBSA countries in the Security Council during the year 2011, provides a unique opportunity to work closely together in order to bring their perspectives into the work of the Council and strengthen the voice of the South. They reiterated the commitment of their countries to consult and

coordinate their approaches and positions in New York, Geneva and in capitals, on issues on the agenda of the Security Council.

7. The Ministers emphasized the central role of peacekeeping operations and the need to accompany them with peacebuilding programmes so as to enhance stability.

International Terrorism 8. The Ministers agreed that terrorism constitutes one of the most serious threats to international peace and security, hinders the enjoyment of human rights, and undermines social and economic development of democratic societies. They reiterated their strong condemnation of terrorism in all its forms and manifestations and stressed that there can be no justification, whatsoever, for any acts of terrorism. They reaffirmed the central role of the United Nations in coordinating the international action against terrorism within the framework of the UN Charter and in accordance with the international law. The Ministers stressed that the fight against terrorism needs strong international cooperation and agreed to enhance their mutual cooperation to prevent terrorist attacks and punish perpetrators, financiers and others involved in such acts, according to international and domestic legislations. In this context, the leaders urged all UN member states to urgently conclude and adopt the Comprehensive Convention on International Terrorism.

Climate Change

9. The Ministers reiterated the importance of working towards the establishment of an equitable outcome for the current climate change negotiations at the 17th Conference of the Parties (COP 17) to the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC) and the 7th Meeting of the Parties (CMP7) to the Kyoto Protocol to be held in Durban, South Africa in November/December 2011. They stressed that the

result should be reached in an inclusive and transparent manner, and that the Bali Road Map should guide the future work of the Parties. Furthermore, the outcomes of COP17 should build on the agreements reached at COP16 in Cancun, Mexico in accordance with the principles of common but differentiated responsibilities and respective capabilities. In this respect, the Ministers called for the speedy operationalisation of the Green Climate Fund, Technology Mechanism and the Adaptation Committee.

International Financial and Economic Crisis

10. The Ministers remained concerned about the sustainability of the current global economic recovery. They noted that coordinated response in the aftermath of the global crisis, and the resultant recovery, even if it is not complete, has clearly demonstrated the merits of a coordinated approach. They urged the G-20 and like-minded countries to take further steps towards achieving the shared objective of ensuring a full return to growth and employment, and reformed and strengthened global financial system, and sustainable and balanced growth. They also emphasized that it was important to explore ways to improve the international monetary system to ensure systemic stability in the global economy.

11. The Ministers underscored the importance of sustaining long-term capital flows to developing countries to stimulate investment, especially in infrastructure, to address the development deficit and increase global demand. They called upon Multilateral Development Banks and Regional Development Banks to play a major role in this regard.

12. The Ministers welcomed the decisions of the G20 Leaders in the Seoul Summit in November 2010, including on International

Financial Institutions reforms, financial regulatory reforms and development agenda embodied in the Multi-Year Action Plan. They emphasized that reforming international financial institutions, should aim for achieving equitable distribution of voting power between developed and developing countries. While recognizing the importance of continuing on repairing financial sector and reforming financial regulation for global financial stability, they welcomed the Multi-Year Action Plan comprising nine development pillars.

Multilateral Trade Negotiations

13. The Ministers reaffirmed their commitment to an open, transparent and rule-based international trading regime and called for an early conclusion of the Doha Development Round with a balanced outcome which ensures the development needs of the developing countries, especially the least developed countries.

14. They recognized that the existing draft modalities, which should be the basis for ongoing negotiations, already require the developing countries to offer unprecedented levels of concessions. Keeping in mind the terms of the Doha Development Agenda, they urged WTO members to ensure that any additional requests by developed countries must be matched by equivalent concessions, in order to maintain the general balance and preserve the development dimension of the Round.

15. The Ministers reaffirmed their commitment toward trade liberalization and enhanced South-South cooperation.

Intellectual Property Rights

16. The Ministers emphasised the need for an equitable international system of rules governing intellectual property, allowing among others, for the protection of the indigenous knowledge systems against abuse

and for preventing the misappropriation of genetic resources, and associated traditional knowledge.

17. They warned against attempts at developing new international rules on intellectual property outside the appropriate fora of WTO and World Intellectual Property Organisation (WIPO). They also called upon a comprehensive implementation of the Development Agenda by WIPO.

Disarmament and non-proliferation

18. The Ministers renewed their support for global nuclear disarmament and nuclear non-proliferation and for the complete, non-discriminatory and verifiable elimination of all weapons of mass destruction, including nuclear weapons, within a specified timeframe. They committed to work in close cooperation in order to help the international community to expedite the achievement of this goal globally. Brazil and South Africa welcomed India's engagement with and interest in participation in the relevant international multilateral export control regimes and utilization of their guidelines.

South-South cooperation

19. The Ministers reaffirmed the role of development as an instrument for the achievement of sustainable peace and security as well as in preventing conflict and checking the relapse of countries into conflict. In this context, they reaffirmed the importance of South-South Cooperation, being implemented jointly through the IBSA Facility for Hunger and Poverty alleviation.

20. The Ministers reiterated that South-South cooperation is complementary to and not a substitute for North-South cooperation. In this context, they called upon the developed countries to fulfill their commitments by achieving the target of 0.7% GNI as ODA to developing countries.

Disaster Management

21. The Ministers underscored the need to enhance disaster management cooperation to enhance disaster prevention and response capabilities of IBSA countries as well as to learn from each other's experience in this field. In this context, they urged their respective officials to explore the areas for cooperation in disaster management.

Global Internet Governance

22. The IBSA countries are committed to improving the Internet Governance Forum (IGF) and its outcomes, with a view to linking it to the broader dialogue and policy making on global internet governance, including through more effective interface with relevant inter-governmental organizations and other institutions. The Ministers noted with satisfaction the advances in coordinating positions for the World Summit on Information Society (WSIS) follow-up mechanisms, for example, with the IBSA Joint Statement about Enhanced Cooperation on Internet Governance. They acknowledge the value of multi-stakeholder participation on internet governance discussions and reaffirmed their commitment to continuously improve it - with the special aim to achieve full and equal participation of stakeholders from developing countries - and to contribute to the improvement of openness, transparency, diversity of ideas and accountability in the decision making and decision shaping processes regarding global internet governance.

II Regional Issues

Middle East Peace Process

23. The Ministers reviewed the situation in the Middle East following their previous statement on the situation in the Middle East that was made at the 4th IBSA Summit in April 2010, and expressed deep concern regarding the deteriorating situation, also in view of recent incidents and regional political developments. They reiterated their call for

the urgent resumption of negotiations that will lead to a two-state solution, with the creation of a sovereign, democratic, independent, united and viable Palestinian State, coexisting peacefully alongside Israel, within secure, pre-1967 borders, with East Jerusalem as its capital.

24. In the context of mass protests in countries of the Middle East and North Africa, as an expression of the aspirations of the peoples of these countries for reform, the Ministers expressed the hope that the situation will be resolved in a peaceful manner, in the best interests of the respective peoples. The Ministers expressed their deep concern with the present situation in Libya and manifested hope that a peaceful solution for the crisis may be found, in the best interests of the Libyan people. They underscored that a no-fly zone on the Libyan air space or any coercive measures additional to those foreseen in Resolution 1970 can only be legitimately contemplated in full compliance with the UN Charter and within the Security Council of the United Nations.

Afghanistan

25. The Ministers emphasized the imperative for the international community to maintain its commitment to render assistance to the Government and people of Afghanistan in ensuring security and development and to make concerted efforts to restore peace and stability in Afghanistan. They underlined the need for adequate development of the Afghan National Security Forces to enable Afghanistan to defend its sovereignty and independence and for strengthening Afghan capacities to deliver public goods to its citizens. They expressed concern at the resurgence of the Taliban, Al Qaeda and other terrorist groups and the continuing existence of safe havens and sanctuaries.

26. While reaffirming their long term

commitment to a democratic, pluralistic and stable Afghanistan, the Ministers highlighted the need for strict observance of the sanctions regime against persons and entities listed by UNSC Committee 1267’.

India-LDC (Least Developed Countries) Ministerial Conference

27. Brazil and South Africa appreciated India’s hosting of India-LDC (Least Developed Countries) Ministerial Conference on 18-19 February 2011 under the theme, “Harnessing the positive contribution of South-South Cooperation for development of the Least Developed Countries (LDCs)” to provide inputs to the 4th UN-LDC Conference to be hosted by Turkey in Istanbul during 9-13 May 2011.

AU and NEPAD

28. The Ministers extended warm congratulations to the African Union (AU) as 2011 marks ten years since the adoption of New Partnership for African Development (NEPAD) as the AU flagship socio-economic programme in Lusaka in July 2001. The Ministers welcomed the establishment of the NEPAD High-Level Sub-Committee on Infrastructure and South Africa’s championing of the North-South Rail and Road projects, amongst other regional projects. They noted with satisfaction the growing cooperation of Brazil and India with AU.

Sudan

29. The Ministers welcomed the delivering of a peaceful and credible referendum for the people of Southern Sudan and the immediate acceptance of the results by the Government of Sudan which would lead to the establishment of an independent and viable state of South Sudan. The Ministers also called for the early conclusion of outstanding issues such as the referendum for Abyei, border demarcation, natural resources and economic issues, citizenship, security and other issues. The

Ministers urged the international community to honour their commitments towards Sudan. 30. The Ministers announced their intention that the IBSA Fund will identify reconstruction and development project proposals for discussion with both North and South Sudan.

Côte d'Ivoire

31. The Ministers indicated their support for the AU High Level Panel for the Resolution of the Crisis in Côte d'Ivoire which was established per AU Peace and Security Council (PSC) of the African Union (AU) at the Assembly of Heads of State and Government held in Addis Ababa on 28 January 2011. They urged all parties to refrain from violence and to cooperate with the AU in finding a lasting solution for the country.

Madagascar

32. The Ministers expressed their continued support for the mediation efforts by the SADC to find an amicable and acceptable solution to the political crisis in that country and called on all parties to cooperate with the Head of the mediation team, i.e. former President J Chissano of Mozambique.

Somalia

33. The Ministers remained deeply concerned at the prevailing situation in Somalia and its impact on the countries of the East African region and the Horn of Africa. The increasing instability and lack of progress in the internal reconciliation process is much regretted and they called on all role players in Somalia to commit themselves to an all inclusive process that will usher in an era of peace in Somalia. IBSA stands ready to support international efforts towards reconciliation, reconstruction and development of Somalia.

III IBSA Sectoral Cooperation: Progress Report

34. The Ministers took note with satisfaction of the report of the Focal Points on the progress made by the working groups

which met in the New Delhi prior to the Trilateral Commission, namely, Culture, Trade and Investment, Public Administration, Agriculture, Environment, and Information Society. They stressed the importance of regular meeting of the working groups and emphasized the need for all Working Groups to hold at least one meeting a year.

Energy

35. The Ministers noted that energy is an area of great mutual interest for cooperation under IBSA. They welcomed the signing of an MoU for cooperation on solar energy at the 4th IBSA Summit in April 2010. The Ministers expressed satisfaction at holding of a Workshop on production and use of bio-fuels by Brazil in September 2010 as well as a Workshop on Technical specifications and standards for bio-fuels hosted by South Africa in December 2010. In order to fulfill this cycle of activities, they would welcome the holding of a Workshop on Biofuels Production Technologies to be organized by the Indian Government, as previously agreed during the VI Energy WG Meeting.

Agriculture

36. The Ministers underscored the need for further deepening of cooperation in the field of agriculture and, in this context, appreciated the decision of the Joint Working Group on Agriculture, to undertake collaborative activities in the areas of diagnostics and control of transboundary diseases of animals, training programmes in viticulture, integrated pest management and soya bean production and value addition would be of mutual interest and benefit.

Public Administration & Governance

37 The Ministers noted that IBSA is uniquely placed to cooperate in the areas of public administration, governance and service delivery. The Joint Working Group on Public Administration actively engaged in promoting

transparency, accountability, efficiency and quality of service rendered to citizens by implementing the IBSA Memorandum of Understanding (MoU) through an Annual Plan of Action, identifying various projects/programmes for exchange and cooperation among IBSA countries.

Defence

38. The Ministers noted progress made under the Joint Working Group on Defence particularly the successful holding of 2nd IBSA Naval Military Exercise – IBSAMAR-II along the South African southern and eastern coast from 8-27 September 2010 with the participation from all three countries and India as the lead nation. They noted that IBSAMAR III is scheduled to take place in 2012 with Brazil as the rotating lead nation. The Ministers recommended further deepening of cooperation in areas such as exchange of information in the areas of piracy, international terrorism, cybernetic security, etc.

Revenue Administration

39. The Ministers noted the holding of 5th Heads of Revenue Administration Working Group (HRAWG) in Salvador, Brazil from 4-7 October 2010 and welcomed the signing of a MoU for exchange of tax information through a centre located in India. They noted that the three countries could benefit from exchange of information in the areas of transfer pricing/international taxation, risk profiling, barriers in tax laws and procedures, tax avoidance and abuse of double taxation agreements and capacity building in revenue administration.

Transport

40. The Ministers underscored that connectivity is at the core of strengthening trilateral cooperation. Cooperation between Maritime Educational Institutes of the three countries for human resource development and capacity building is of mutual interest.

Three countries can also explore possibilities of mutually beneficial investment in maritime infrastructure. They urged Working Group to come up with concrete suggestions to deepen cooperation in this area.

Trade and Investment

41. Appreciating the work of the Trade and Investment Joint Working Group, the Ministers expressed satisfaction that the three nodal agencies in the field of standardization, viz. Bureau of Indian standards (BIS), South African Bureau of standards (SABS) and the Brazilian Association of Technical Norms (ABNT) have initiated discussion in order to devise a suitable frame work for structured implementation of the MOU on Trade Facilitation for Standards, Technical and Conformity Assessment. They noted that a Tri- Nation Summit on Micro, small and Medium Enterprises (MSME) being organized by NSIC of India, SEBRAE of Brazil and SEDA of South Africa has now become a part of the IBSA Summit. They endorsed the recommendation of the Joint Working Group for strengthening of the existing business linkages by having regular membership in the IBSA Business Forum; enhancing interaction between the financial stakeholders in the three countries; and regular exchange of information about the trade and investment promotion events in the three countries.

Tourism

42. The Ministers highlighted the considerable potential for cooperation in tourism and noted suggestions to hold a Workshop on Beach Tourism (Brazil), a Workshop on National parks and Eco-Tourism (South Africa) and a Workshop on Rural Tourism (India).

Science and Technology

43. The Ministers noted with appreciation the work of the Joint Working Group on Science & Technology which has identified

R&D projects for joint funding and has agreed on fresh joint projects. They also noted with satisfaction successful holding of three 'Nano-schools' – one each in India, Brazil and South Africa - during 2009-10 for training of young researchers towards human capacity development. The Ministers recommended the scheduled IBSA satellite technical meetings to take place prior to the Summit.

44. The Ministers also converged on the idea that there should be increased dialogue on the existing modalities of innovation in the three countries. In this regard, the Working Group on Science & Technology shall entail initiatives aimed at better exchanging information and knowledge about innovation programmes, processes and policies in the three countries, mainly those that promote the direct transfer of scientific and technological knowledge to the productive sector.

Information Society

45. The Ministers noted that information and technology holds significant potential for mutually beneficial trilateral cooperation. The Ministers noted the importance of projects/activities including, measurement of e-readiness in IBSA countries, e-governance standards, IBSA Digital Inclusion Award etc, identified for cooperation in this area.

46. The Ministers also noted that the IBSA Website could be developed into an interactive tool and platform for exchange of information among the working groups and other departments engaged in IBSA cooperation as well as for disseminating information to the public to create awareness about IBSA.

47. The Ministers took note of the meeting of the Joint Working Group on Information Society which has identified bridging digital divide, collaboration in FOSS (Free and Open Source Software), e-governance, Quality Assurance in e-governance, measurements of e-readiness and exchange of experts, etc

as areas for cooperation. For development of industry-to-industry cooperation, the IT and software industry association of India, Brazil and South Africa, the Ministers suggested increased participation in each other's annual events, forums and conferences on ICT.

Environment

48. The Ministers underlined that cooperation on environment and climate has the potential to forge common stand on various related issues being discussed and negotiated in the international conventions and agreements. The Ministers noted that there exists significant potential of knowledge and information sharing between scientific and research organisations of the three member countries, especially in the field of forestry, environment and community development.

Health

49. The Ministers stressed on the need for further strengthening cooperation and sharing of experiences in Public health sector. They noted the Seminar on counterfeit medicines that was held in Geneva in October 2010.

Culture

50. The Ministers expressed satisfaction at the progress in the work of the Joint Working Group on Culture. They affirmed that it is an important mechanism to further deepen cooperation in this field among the three countries. India has proposed to host an IBSA Poetry Festival in India 2011. South Africa would consider this to be included as one of the side events of the next IBSA Summit. South African side has also proposed to enhance the visibility of IBSA cultural cooperation by organizing cultural events during the Summit in which India and Brazil shall also participate. The three side also agreed to actively promote participation in each other's cultural festivals to reflect IBSA partnership in the cultural field.

People-to-People cooperation

51 The Ministers stressed that people-to-people cooperation plays an important role in enhancing the importance and visibility of the IBSA Dialogue Forum among the peoples of the three countries. In this context, they encouraged all IBSA Forums including Women's Forum, the Parliamentary Forum, the Business Forum, Tri Nation Forum, the Editor's Forum, the Academic Forum and Local Government Forum to meet before the next Summit. The Ministers complemented the Government of Brazil for bringing out a catalogue of Books of Reference on India, Brazil and South Africa.

IV IBSA Facility for Poverty and Hunger Alleviation

52. The Ministers took note of the achievements of IBSA Facility for Poverty and Hunger Alleviation through various developmental projects such as in Haiti, Palestine, Guinea-Bissau, Cambodia, Burundi, and Cape Verde. They called upon the concerned parties to take expeditious steps for early implementation and completion of developmental projects. They reiterated their commitment to contribute at least US\$ 1 million per year to the IBSA Trust Fund.

53. The Ministers furthermore endorsed the decision of the 15th IBSA Focal Points meeting to review the guidelines and to discuss ways and means for IBSA Member States to ensure that there is greater effectiveness, visibility and greater utilization of their own resources wherever possible. They also decided to support the construction of a Center for People with Special Needs in Nablus, Palestine.

V Final Remarks

54. The Ministers of Brazil and India accepted with gratitude the South African proposal to host the 8th IBSA Trilateral

Commission Meeting in the year 2012 on mutually convenient dates.

55. The Ministers of Brazil and South Africa thanked the External Affairs Minister of India for hosting the meeting and warm hospitality extended to their delegations.

PARTICIPAÇÃO DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA NO ENCONTRO EMPRESARIAL BRASIL- URUGUAI 11/03/2011

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota participará, no dia 14 de março de 2011, do encontro empresarial “Brasil-Uruguai: oportunidades de integração produtiva e de comércio bilateral”, na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). O evento contará com a presença do Presidente do Uruguai, José Alberto Mujica, de Ministros de seu Governo – entre os quais o Chanceler Luis Almagro – e de empresários brasileiros e uruguaios de diferentes setores.

O Ministro das Relações Exteriores, além de acompanhar o Presidente José Mujica em seus compromissos na FIESP, manterá encontro de trabalho com o Ministro Almagro. Na ocasião, os dois Chanceleres passarão em revista os principais aspectos da agenda bilateral.

O programa do evento inclui um seminário com exposições sobre o ambiente de negócios no Uruguai e as perspectivas de desenvolvimento nos seguintes setores: automotivo, naval, energias renováveis, pecuária, agricultura e biotecnologia. Está também programada uma rodada de negócios multissetorial em que empresários buscarão explorar oportunidades concretas de ampliação do comércio, dos investimentos

e da associação entre empresas dos dois países.

O Brasil é o principal parceiro comercial do Uruguai. Em 2010, o intercâmbio bilateral alcançou US\$ 3,1 bilhões, o que representou um aumento 19,4% em relação ao ano anterior.

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO
CONSELHO DE MINISTROS DAS
RELAÇÕES EXTERIORES DA UNASUL –
QUITO, 11 DE MARÇO DE 2011
11/03/2011

O Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira, chefiará a Delegação brasileira à Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros das Relações Exteriores da UNASUL, em 11 de março, em Quito.

Na ocasião, será realizado ato comemorativo da entrada em vigor do Tratado Constitutivo da UNASUL, que ocorrerá no próprio dia 11. Será também lançada a pedra inaugural da sede da Organização, a ser construída ao longo de 2011, em Quito.

Desde a assinatura do Tratado Constitutivo da UNASUL, em maio de 2008, em Brasília, a Organização tem desempenhado importante papel na promoção do diálogo político e da mediação diplomática na América do Sul. Por meio dos trabalhos de oito Conselhos Ministeriais, tem, igualmente, fortalecido a integração social, física e econômica da região.

Em 2010, a América do Sul absorveu US\$ 37 bilhões das exportações brasileiras. O volume total de comércio com os parceiros sul-americanos foi de US\$ 63 bilhões no mesmo período.

TERREMOTO NO JAPÃO
11/03/2011

O Governo brasileiro acompanha, com preocupação, os desdobramentos após o terremoto e o conseqüente tsunami que atingiu a costa do Japão na tarde do dia 11 de março.

O Governo brasileiro acompanha, com preocupação, os desdobramentos após o terremoto e o conseqüente tsunami que atingiu a costa do Japão às 14h46 (horário japonês) na tarde do dia 11 de março.

O Governo e o povo brasileiro manifestam sua solidariedade e mais sinceras condolências pelas perdas humanas causadas pelo abalo sísmico de mais de 8 pontos na escala Richter, um dos maiores tremores já registrados na história do Japão.

A Embaixada do Brasil no Japão e os Consulados Gerais em Tóquio, Nagoia e Hamamatsu até o momento não têm notícia de mortos ou feridos brasileiros.

A comunidade brasileira no Japão é de 254 mil habitantes, sendo que a maior concentração de nacionais situa-se na região centro-sul do país, área menos atingida pelo terremoto.

A Embaixada do Brasil em Tóquio está trabalhando em regime de plantão 24 horas e solicita que pedidos de informação sejam dirigidos ao endereço eletrônico comunidade@brasemb.or.jp, já que há dificuldades de comunicação por telefone, especialmente em linhas de celular.

APROVAÇÃO DA RESOLUÇÃO 1973 DO
CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU
SOBRE A LÍBIA
17/03/2011

Intervenção da Representante Permanente do Brasil junto à ONU, Embaixadora Maria Luisa Viotti, na sessão do Conselho.

O Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas aprovou, hoje, 17/03/2011, a Resolução 1973 que autoriza o uso da força na Líbia com base no Capítulo VII da Carta da ONU. A Resolução foi aprovada por 10 votos a favor, nenhum contra e 5 abstenções - da Alemanha, Brasil, China, Índia e Rússia.

Segue, abaixo, a intervenção da Representante Permanente do Brasil junto à ONU, Embaixadora Maria Luisa Viotti, na sessão do Conselho.

“Senhor Presidente,

O Brasil está profundamente preocupado com a deterioração da situação na Líbia. Apoiamos as fortes mensagens da Resolução 1970 (2011), adotada por consenso por este Conselho.

O Governo do Brasil condenou publicamente o uso da violência pelas autoridades líbias contra manifestantes desarmados e exorta-as a respeitar e proteger a liberdade de expressão dos manifestantes e a procurar uma solução para a crise por meio de diálogo significativo.

Nosso voto de hoje não deve de maneira alguma ser interpretado como endosso do comportamento das autoridades líbias ou como negligência para com a necessidade de proteger a população civil e respeitarem-se os seus direitos.

O Brasil é solidário com todos os movimentos da região que expressam suas reivindicações legítimas por melhor governança, maior participação política, oportunidades econômicas e justiça social.

Condenamos o desrespeito das autoridades líbias para com suas obrigações à luz do direito humanitário internacional e dos direitos humanos.

Levamos em conta também o chamado da Liga Árabe por medidas enérgicas que dêem fim à violência, por meio de uma zona de exclusão aérea. Somos sensíveis a esse

chamado, entendemos e compartilhamos suas preocupações.

Do nosso ponto de vista, o texto da resolução em apreço contempla medidas que vão muito além desse chamado. Não estamos convencidos de que o uso da força como dispõe o parágrafo operativo 4 (OP4) da presente resolução levará à realização do nosso objetivo comum – o fim imediato da violência e a proteção de civis.

Estamos também preocupados com a possibilidade de que tais medidas tenham os efeitos involuntários de exacerbar tensões no terreno e de fazer mais mal do que bem aos próprios civis com cuja proteção estamos comprometidos.

Muitos analistas ponderados notaram que importante aspecto dos movimentos populares no Norte da África e no Oriente Médio é a sua natureza espontânea e local. Estamos também preocupados com a possibilidade de que o emprego de força militar conforme determinado pelo OP 4 desta resolução hoje aprovada possa alterar tal narrativa de maneira que poderão ter sérias repercussões para a situação na Líbia e além.

A proteção de civis, a garantia de uma solução duradoura e o atendimento das legítimas demandas do povo líbio exigem diplomacia e diálogo.

Apoiamos os esforços em curso a esse respeito pelo Enviado Especial do Secretário-Geral e pela União Africana.

Nós também saudamos a inclusão, na presente resolução, de parágrafos operativos que exigem um imediato cessar-fogo e o fim à violência e a todos os ataques a civis e que sublinham a necessidade de intensificarem-se esforços que levem às reformas políticas necessárias para uma solução pacífica e sustentável. Esperamos que tais esforços continuem e tenham sucesso.

Obrigada.”

SITUAÇÃO NO BAREINE

17/03/2011

O Governo brasileiro acompanha com preocupação a evolução da crise no Reino do Bareine, na qual as mortes registradas desde o envio de tropas do Conselho de Cooperação do Golfo para Manama, no dia 14 de março corrente, constituem grave desdobramento.

O Governo brasileiro insta as autoridades barainis a privilegiar o diálogo com manifestantes e setores de oposição como forma de solucionar o impasse político vigente no país. O recurso a soluções de força poderá acirrar os ânimos de parte a parte, levando a uma escalada da crise.

O Brasil reitera a necessidade de respeito aos direitos civis e políticos e à liberdade de expressão pacífica dos cidadãos de Bareine.

TERREMOTO NO JAPÃO - DOAÇÃO BRASILEIRA ÀS VÍTIMAS E ATENDIMENTO AOS BRASILEIROS

18/03/2011

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota anunciou a doação do Governo brasileiro de US\$ 500 mil para viabilizar atividades humanitárias de atendimento emergencial à população atingida pelo terremoto e maremoto de 11 de março. Por indicação do Governo japonês, os recursos serão destinados à Cruz Vermelha japonesa, que os utilizará para a aquisição de suprimentos de primeira necessidade, como alimentos, água, medicamentos, artigos de vestuário e abrigos provisórios.

Em telefonema ao Ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão, Takeaki Matsumoto, o Ministro Patriota renovou ontem a solidariedade e as condolências do povo e do Governo brasileiro pelas perdas humanas

causadas pelo abalo sísmico. O Chanceler japonês agradeceu o apoio e, principalmente, a serenidade com que o Governo brasileiro e a comunidade brasileira no Japão vêm enfrentando este momento difícil.

O Ministério das Relações Exteriores está trabalhando prioritariamente para atender às necessidades dos membros da comunidade brasileiro no Japão residentes nas áreas afetadas. Foi realizado hoje, 18 de março, consulado itinerante em Joso, província de Ibaraki, para averiguar as condições da comunidade brasileira e emissão de passaportes. Nova missão à Província de Miyagi está em curso neste momento (informações disponíveis em www.consbrasil.org).

A Embaixada do Brasil em Tóquio, bem como os Consulados-Gerais do Brasil em Tóquio, Nagóia e Hamamatsu continuarão trabalhando em esquema de plantão durante o fim de semana e segunda-feira, 21, feriado nacional no Japão, para resposta a mensagens eletrônicas e telefonemas. Em Tóquio, o Consulado estará aberto no sábado e na segunda-feira, das nove às catorze horas, exclusivamente para a emissão de passaportes.

Em coordenação com a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), são constantemente monitoradas informações sobre a crise nuclear japonesa e seus eventuais riscos.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, BARACK OBAMA - BRASÍLIA, 19 DE MARÇO DE 2011

18/03/2011

O Presidente dos Estados Unidos da América, Barack Obama, realizará Visita de Estado ao Brasil nos dias 19 e 20 de março, acompanhado de sua esposa, Michelle Obama,

e de suas duas filhas. A delegação presidencial será ainda integrada, entre outras autoridades, pelo Conselheiro de Segurança Nacional, Thomas Donilon; pelo Secretário do Tesouro, Timothy Geithner; pela Secretária de Meio Ambiente, Lisa Jackson; pelo Secretário de Comércio, Gary Locke; pelo Representante de Comércio Exterior, Ron Kirk; pelo chefe de Gabinete da Casa Branca, William Dalley; pelo Vice-Diretor do Conselho de Segurança Econômica, Michael Froman; e pelo Presidente do Eximbank, Fred Hochberg.

Em Brasília, o mandatário estadunidense manterá reuniões de trabalho com a Presidenta Dilma Rousseff, quando deverão ser tratadas questões de interesse mútuo nas agendas bilateral, regional e global, com destaque para a cooperação em matéria de comércio e investimentos recíprocos, energia, meio ambiente, ciência, tecnologia e inovação e educação, entre outros.

A visita se inscreve no contexto da primeira viagem do Presidente Barack Obama à América do Sul, em roteiro que inclui ainda passagens pelo Chile e, posteriormente, El Salvador.

Os Estados Unidos são o maior investidor estrangeiro no Brasil, o segundo maior importador de produtos brasileiros e o segundo maior parceiro comercial do País, com fluxo de mais de US\$ 46 bilhões em 2010. Entre 2009 e 2010, as exportações brasileiras para aquele mercado registraram aumento de 26,21%, passando de US\$ 15,6 bilhões para US\$ 19,3 bilhões. O mercado brasileiro, por sua vez, vem aumentando sua importância para os EUA, havendo-se tornado o 8º destino das exportações estadunidenses.

SITUAÇÃO NO IÊMEN

18/03/2011

O Governo brasileiro manifesta grande preocupação com os episódios de violência registrados hoje no Iêmen, em que choques ocorridos durante manifestações resultaram em dezenas de vítimas fatais e centenas de feridos.

O Governo brasileiro reitera o repúdio ao uso de violência contra manifestantes pacíficos e conclama o Governo e a oposição iemenitas a se engajarem em diálogo com vistas a uma solução negociada para a crise.

MERCOSUL-UE, XX CNB - BRUXELAS,

14 A 18 DE MARÇO DE 2011

19/03/2011

Bruxelas, 18 de março de 2011

No contexto do XX Comitê de Negociações Birregionais (XX CNB), o MERCOSUL e a União Européia reuniram-se em Bruxelas entre 14 e 18 de março de 2011, para uma rodada de negociações sobre o futuro Acordo de Associação entre ambas as regiões.

Ambos os lados reafirmaram seu compromisso de negociar um Acordo de Associação abrangente, equilibrado e ambicioso.

Essa foi a quarta rodada desde o anúncio oficial de relançamento das negociações birregionais na Cúpula MERCOSUL-UE de Madri, em 17 de maio de 2010.

Onze Grupos de Trabalho se reuniram durante o XX CNB. As discussões permitiram progresso na parte normativa de diversas áreas das negociações, incluindo regras de origem, compras governamentais, serviços e investimentos, política da concorrência e solução de controvérsias, entre outras. Também se reconheceu que será necessário intenso trabalho adicional em todas as áreas da negociação.

Com relação aos próximos passos nas

negociações, ambos os lados continuarão agora seu trabalho interno para preparar ofertas melhoradas de acesso a mercado. Quando esse trabalho estiver completo, decidirão então conjuntamente sobre a data para o intercâmbio simultâneo de ofertas.

Além disso, acordou-se também que a próxima rodada negociadora será realizada entre 2 e 6 de maio de 2011, em Assunção. Outra rodada negociadora terá lugar em Bruxelas, entre 4 e 8 de julho de 2011.

COMUNICADO CONJUNTO DA
PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF E
DO PRESIDENTE BARACK OBAMA -
BRASÍLIA, 19 DE MARÇO DE 2011
19/03/2011

A convite da Presidenta Dilma Rousseff, o Presidente dos Estados Unidos da América, Barack Obama, realizou Visita de Estado ao Brasil nos dias 19, 20 e 21 de março de 2011.

BRASIL E ESTADOS UNIDOS COMO
PARCEIROS GLOBAIS

A Presidenta Rousseff e o Presidente Obama, observando a interdependência entre paz, segurança e desenvolvimento, reafirmaram seu desejo de construir uma ordem mundial justa e inclusiva, que promova a democracia, os direitos humanos e a justiça social.

Reconhecendo a importância de reformar as instituições internacionais, a fim de refletir as realidades políticas e econômicas atuais, os dois mandatários saudaram a designação do G-20 como o mais alto foro para coordenação de políticas econômicas, e os esforços para reformar a governança das instituições financeiras internacionais. Os Presidentes concordaram que, da mesma forma que outras organizações internacionais precisaram mudar para se tornarem mais aptas a responder

aos desafios do Século XXI, o Conselho de Segurança das Nações Unidas também precisa reformar-se, e expressaram seu apoio a uma expansão limitada do Conselho de Segurança que aprimore suas efetividade e eficiência, bem como sua representatividade. O Presidente Obama manifestou seu apreço à aspiração do Brasil de tornar-se membro permanente do Conselho de Segurança e reconheceu as responsabilidades globais assumidas pelo Brasil. Os dois mandatários concordaram em manter consulta e cooperação contínuas entre os dois países com vistas a alcançar a visão delineada na Carta das Nações Unidas de um mundo mais pacífico e seguro.

Destacaram a maturidade e a profundidade do relacionamento entre Brasil e Estados Unidos, baseado em valores e princípios comuns e marcado por laços de amizade que têm aproximado suas sociedades multiculturais ao longo de suas histórias como estados independentes.

Decidiram elevar ao nível presidencial os diálogos mais importantes entre os dois países, incluindo o Diálogo de Parceria Global, o Diálogo Econômico Financeiro e o Diálogo Estratégico de Energia. Os mandatários instruíram os ministros envolvidos a convocar os respectivos diálogos e a mantê-los informados regularmente.

Economia, Comércio, Investimentos, G-20 e Rodada Doha

Os Presidentes sublinharam os benefícios mútuos criados por uma maior cooperação econômica, financeira e comercial. Ao reconhecerem as altas qualidade e diversificação do comércio entre Brasil e Estados Unidos, destacaram a importância de avançar, aprofundando e ampliando essa relação. Reconheceram o grande potencial dos investimentos recíprocos, particularmente nas áreas de infraestrutura, energia e alta tecnologia.

Ressaltaram o relevante trabalho realizado pelo Diálogo de Parceria Econômica, pelo Mecanismo de Consultas Bilaterais sobre política comercial e pelo Diálogo Comercial. Destacaram também a importância de aprimorar o envolvimento do setor privado, por meio da VI Reunião do Fórum de Altos Executivos e do lançamento da Cúpula de Negócios entre o Brasil e os Estados Unidos, realizados no contexto da presente visita presidencial, e receberam com interesse suas contribuições e recomendações.

Os mandatários saudaram a série de importantes acordos alcançados hoje, inclusive o Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de uma Comissão para Comércio e Cooperação Econômica, e o Acordo em Transporte Aéreo e o correspondente Memorando de Consultas em Transporte Aéreo. Expressaram também expectativa com relação à entrada em vigor do Acordo sobre Transportes Marítimos e do Acordo de Intercâmbio de Informação Tributária no futuro próximo.

Os Presidentes tomaram nota de que as boas práticas regulatórias e a cooperação regulatória aprimorada podem contribuir para a competitividade e o bem-estar econômico tanto do Brasil, quanto dos Estados Unidos, tais como as iniciativas que estão sendo consideradas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) com o Consumer Product Safety Commission (CPSC) e com o National Institute of Standards and Technology (NIST).

Considerando a realização, no Brasil, da Copa do Mundo de Futebol da FIFA, em 2014, e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, em 2016, e recordando a experiência dos Estados Unidos na preparação de eventos desse porte e o interesse do Governo norte-americano em compartilhá-la com o Brasil, os mandatários

saudaram a assinatura do Memorando de Entendimento sobre Megaeventos Esportivos Mundiais, destinado a dinamizar a cooperação bilateral, em particular em matéria de infraestrutura, segurança e proteção.

Os Presidentes reiteraram a importância da consolidação do G-20 e de seu papel na coordenação para a cooperação econômica internacional, incluindo encorajar a adoção de políticas necessárias para evitar grandes desequilíbrios econômicos e financeiros.

Avançando com base na firme cooperação alcançada na coordenação da resposta global à crise econômica global por meio do G-20, os Presidentes decidiram formalizar um Diálogo Econômico e Financeiro Brasil – Estados Unidos. O Diálogo buscará coordenar posições em matéria de políticas econômicas globais e encontrar oportunidades para maior cooperação econômica bilateral. Recomendaram, também, que as altas autoridades responsáveis pelo G-20 em ambos os países, incluindo os Ministros da Fazenda e os Sherpas, continuem a manter consultas regulares sobre os temas da agenda do foro como forma de aprofundar a coordenação bilateral.

Reafirmaram o imperativo de modernizar as instituições financeiras internacionais de modo a refletir as mudanças da economia mundial e a atuar em prol da estabilidade financeira global, do desenvolvimento sustentável e da redução da pobreza.

No tocante à discussão do G-20 sobre a volatilidade dos preços das commodities agrícolas, reconheceram a necessidade de maior transparência nos mercados de commodities e de aperfeiçoamento da regulação dos instrumentos financeiros que afetam a formação de preços. Recomendaram cuidado ao considerar medidas que poderiam distorcer o funcionamento dos mercados de commodities.

Os Presidentes reafirmaram seu firme compromisso de levar a Rodada Doha da OMC a uma conclusão exitosa, ambiciosa, abrangente e equilibrada. Em consonância com a conclusão da Cúpula do G-20 em Seul, instruíram seus negociadores a intensificar e a ampliar seu engajamento direto com vistas a concluir as negociações com base no progresso alcançado até o presente. Concordaram que uma conclusão bem sucedida das negociações da Agenda do Desenvolvimento de Doha poderia aumentar a credibilidade e a legitimidade do sistema multilateral de comércio e poderia desempenhar um papel útil para estimular o crescimento da economia global, especialmente criando empregos.

Energia, Meio Ambiente, Mudança do Clima e Desenvolvimento Sustentável

Os Chefes de Estado coincidiram em que há interesses convergentes dos dois países em matéria de energia, inclusive nos setores de petróleo, gás natural, biocombustíveis e outras fontes renováveis. O Presidente Obama afirmou que os Estados Unidos buscam ser um Parceiro Estratégico do Brasil em energia. Saudaram o Grupo de Trabalho de Energia e o Memorando de Entendimento para Avançar a Cooperação em Biocombustíveis e decidiram que seus trabalhos serão levados a cabo no quadro de um Diálogo Estratégico em Energia bilateral.

Apoiaram os progressos alcançados no âmbito do Memorando de Entendimento para Avançar a Cooperação em Biocombustíveis, particularmente no que se refere à cooperação em terceiros países. Saudaram a participação da Organização dos Estados Americanos (OEA) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento na cooperação trilateral. Sublinharam a importância de mobilizar instituições públicas e privadas de pesquisa dos dois países com vistas a intensificar a cooperação para o desenvolvimento de tecnologias inovadoras

para a produção de biocombustíveis avançados e comprometeram-se a aprofundar o diálogo bilateral e multilateral em matéria de produção e uso sustentável de bioenergia.

Os Presidentes tomaram nota, com satisfação, do lançamento, no âmbito do Memorando de Entendimento para Avançar a Cooperação em Biocombustíveis, da Parceria para o Desenvolvimento de Biocombustíveis para Aviação, que prevê a coordenação para o estabelecimento de padrões e especificações comuns e que busca facilitar a cooperação bilateral reunindo especialistas de instituições de pesquisas, da academia e do setor privado.

Saudaram o fortalecimento da colaboração em matéria de meio ambiente e mudança do clima, inclusive no âmbito da Agenda Comum de Meio Ambiente e do Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Mudança do Clima, e concordaram em incluir na Agenda Comum discussão sobre o conceito de economia verde.

Concordaram com a importância de uma economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável como um meio de gerar crescimento econômico, de criar emprego decente, de erradicar a pobreza e de proteger o meio ambiente. Nesse sentido, acordaram iniciar diálogo sobre iniciativa conjunta em sustentabilidade urbana, que servirá como plataforma para ações voltadas para os desafios e oportunidades de desenvolvimento de infraestruturas urbanas que promovam o desenvolvimento sustentável com benefícios econômicos, sociais e ambientais concretos.

Expressaram satisfação com a conclusão, em setembro de 2010, do Acordo para a Conservação de Florestas Tropicais, que permite a conversão de dívida externa em créditos para a conservação de florestas tropicais.

Ressaltaram a importância da “Parceria

em Energia e Clima para as Américas” (ECPA) e reconheceram a relevância do projeto “Planejamento Urbano Sustentável e Construção Eficiente em Energia para Áreas de Baixa Renda das Américas”. O Brasil manifestou sua intenção de sediar uma reunião ministerial da ECPA no futuro.

Os Chefes de Estado reafirmaram sua satisfação com os acordos de Cancun na 16a Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Afirmaram seu compromisso com a implementação dos resultados da Reunião de Cancun e com a intensificação de esforços com vistas a resultado exitoso em Durban, na África do Sul.

Reiteraram a importância da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), a ter lugar no Rio de Janeiro, em 2012, e comprometeram-se a trabalhar em estreita coordenação para assegurar seu sucesso.

Democracia, Direitos Humanos, Igualdade Racial e Inclusão Social

Os mandatários destacaram o compromisso comum com a promoção e proteção dos direitos humanos e com o apoio à consolidação da democracia no mundo. De acordo com a Carta Democrática Interamericana, reafirmaram que a democracia é essencial para o desenvolvimento político, econômico e social. Reiteraram que os valores de liberdade, igualdade e justiça social são intrínsecos à democracia, e que a promoção e a proteção dos direitos humanos é um requisito básico para a existência de uma sociedade democrática.

Concordaram em que a experiência do Brasil na construção de um modelo bem sucedido de desenvolvimento democrático poderia ser útil para países em processo de construção de suas próprias democracias e de superação de suas desigualdades sociais históricas. Nesse sentido, o Presidente Barack

Obama aplaudiu o sucesso do Brasil na formulação de políticas públicas e programas para combater a pobreza, a desigualdade e a marginalização. A Presidenta Rousseff saudou a possibilidade de ampliar atividades de cooperação internacional por meio da reprodução de melhores práticas brasileiras em matéria de desenvolvimento social.

Os Presidentes decidiram trabalhar estreitamente para ampliar a segurança alimentar global. Destacaram a importância do Programa Global de Agricultura e Segurança Alimentar como um mecanismo multilateral inovador para financiar planos agrícolas liderados pelos próprios países. A Presidenta Rousseff enfatizou a disposição do Brasil de prover liderança em temas alimentares internacionais, inclusive na Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO).

Os Presidentes congratularam-se pelos resultados do Plano de Ação Conjunta para a Eliminação da Discriminação Étnico-Racial e Promoção da Igualdade, de 2008, em justiça e segurança pública, relações de trabalho, saúde, educação e equidade ambiental, com o envolvimento da sociedade civil e da iniciativa privada no combate à discriminação.

Salientaram que a violação dos direitos humanos de crianças e adolescentes não será tolerada pelos dois países e que o reconhecimento e o empoderamento das mulheres constituem uma prioridade de ambos os governos. Registraram, com satisfação, os progressos alcançados no âmbito do Memorando de Entendimento para o Avanço da Condição da Mulher e comprometeram-se a expandir a cooperação nos temas de gênero tanto na esfera bilateral quanto na multilateral. Destacaram, nesse contexto, o projeto “Mulheres e Ciência”.

Concordaram em cooperar na promoção da democracia, dos direitos humanos e da

liberdade para todos os povos, bilateralmente e por meio das Nações Unidas e de outros foros multilaterais, inclusive assegurando o respeito aos direitos humanos no contexto de movimentos e transições democráticos; fortalecendo o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, como demonstrado recentemente no caso da criação de uma Comissão de Inquérito sobre a situação na Líbia; promovendo o respeito pelos direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros, por meio do estabelecimento de uma Relatoria Especial na OEA e aprimorando a realização de eleições livres e justas nas esferas regional e global, inclusive por meio da promoção dos direitos humanos no contexto de eleições e do aumento da acessibilidade para indivíduos portadores de necessidades especiais.

Reafirmaram o compromisso com a transparência e a prestação de contas pelo governo como elementos-chave para o fortalecimento da democracia, incluindo a boa governança e a prevenção da corrupção e a promoção e proteção dos direitos humanos, e comprometeram-se com o lançamento de um Diálogo Brasil – Estados Unidos sobre Combate à Corrupção com vistas a facilitar uma cooperação mais estreita nos esforços internacionais. Lembraram seu compromisso com o Plano de Ação do G-20 Contra a Corrupção e congratularam-se por seus papéis como co-presidentes de uma iniciativa global para a promoção da transparência governamental, avançando com base nos compromissos conclamados pelo Presidente Obama por ocasião da Assembléia Geral das Nações Unidas, em setembro passado.

Educação, Saúde e Cultura

Os Chefes de Estado determinaram a criação de um diálogo sobre educação e pesquisa, dentro do mecanismo ministerial apropriado, para revisar os programas de cooperação

bilateral existentes e propor um plano de ação com objetivo de melhorá-los e expandi-los. Enfatizaram, em particular, a importância da expansão do intercâmbio, em ambas as direções, de estudantes envolvidos nas áreas de ciências, saúde, tecnologia, engenharia, ciências da computação e matemática, e concordaram com a necessidade de aumentar a disponibilidade de bolsas de estudo, tanto na graduação como na pós-graduação.

Recomendaram aumentar os elos entre instituições educacionais de ambos os países, e decidiram fortalecer as parcerias bilaterais por meio de, dentre outras, a Fulbright Foundation, o Fund for the Improvement of Postsecondary Education, a National Science Foundation, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e encorajar contribuições adicionais do setor privado para promover a cooperação bilateral em educação.

O Presidente Obama tomou nota, com satisfação, do interesse brasileiro na implementação de um programa amplo para ensino de inglês à distância, que abrange desde a formação de professores a projetos que visem à formação de profissionais e outros prestadores de serviços para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Os Chefes de Estado reconheceram os resultados positivos do III Encontro do Grupo de Trabalho sobre Saúde. Elogiaram o plano de ação abrangente que está sendo preparado sobre temas relativos à saúde pública nos dois países.

Destacaram a importância da cultura como um fator de aproximação entre as nações. Decidiram ampliar a cooperação bilateral em matéria de cultura e rever as iniciativas existentes, sob o mecanismo ministerial apropriado, para encorajar a troca de acervos,

exposições e programas educacionais entre instituições culturais.

Ciência, Tecnologia, Inovação e Cooperação Espacial

Os Presidentes afirmaram que a inovação e o investimento em ciência e tecnologia, bem como o capital humano associado, são as chaves para o crescimento econômico sustentado e a competitividade. Expressaram seu apoio ao trabalho da Comissão Conjunta para Cooperação Científica e Tecnológica, e elogiaram os resultados das Cúpulas de Inovação. Estimularam o incremento da comunicação entre estas iniciativas.

A Presidenta Rousseff saudou a ênfase atribuída pela Política Espacial Norte-Americana à cooperação internacional e expressou o desejo de expandir o diálogo com os Estados Unidos, tendo em mente as diretrizes das políticas espaciais brasileiras, voltadas para a construção da capacidade tecnológica e o uso comercial da infraestrutura e tecnologia.

Nesse contexto, congratularam-se com a assinatura do novo Acordo-Quadro Bilateral para Cooperação sobre os Usos Pacíficos do Espaço Exterior, e expressaram o desejo de iniciar tratativas para um novo acordo, com vistas a proteger tecnologias de operação de lançamento.

Ademais, afirmaram o compromisso de seus países com a segurança no espaço e decidiram iniciar um diálogo nessa área. Instruíram, igualmente, as agências competentes nos dois países a discutirem o estabelecimento de um Grupo de Trabalho Brasil-Estados Unidos para observação da Terra, monitoramento ambiental, medição de precipitações, e mitigação e respostas a desastres naturais, por satélites, o qual facilitaria o diálogo e a cooperação futura nesses campos.

Defesa, Desarmamento, Não Proliferação e Usos Pacíficos da Energia Nuclear

Os Presidentes recordaram o progresso alcançado em questões de defesa em 2010, com a assinatura do Acordo-Quadro de Cooperação na Área de Defesa e, mais recentemente, do Acordo Geral de Segurança da Informação Militar. Comprometeram-se em envidar esforços para dar prosseguimento ao diálogo estabelecido nessa área, principalmente sobre novas oportunidades de cooperação.

Reconheceram a importância de aprofundar esforços de coordenação regional para resposta a desastres e de gestão de crises, e tomaram nota da proposta apresentada à IX Conferência dos Ministros da Defesa das Américas para apoio militar coordenado na resposta civil a catástrofes nas Américas.

Reafirmaram os compromissos de ambos os países com o desarmamento, a não-proliferação nuclear e os usos pacíficos da energia nuclear, com vistas a alcançar a paz e a segurança em um mundo livre de armas nucleares. Nesse sentido, os Presidentes saudaram a oportunidade de avançar com base nos resultados exitosos da recente Cúpula sobre Segurança Nuclear, da VIII Conferência de Exame do Tratado de Não Proliferação e da ratificação do novo tratado START entre os Estados Unidos e a Rússia. Decidiram, igualmente, haver necessidade de pôr em vigor o Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares, de iniciar negociações sobre um Tratado sobre Material Físsil e de alcançar êxito na Conferência de Revisão sobre Armas Biológicas em dezembro de 2011, bem como ressaltaram a importância do cumprimento e implementação integrais de todas as obrigações internacionais referentes ao desarmamento e à não-proliferação, inclusive as resoluções pertinentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas e da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), instando os países a demonstrar a natureza exclusivamente pacífica de seus programas

nucleares.

Tomaram nota, com satisfação, de que o Plano de Ação sobre Cooperação Energética inclui a energia nuclear, com foco nos seguintes aspectos: avaliação probabilística do risco, sustentabilidade da vida do reator, desenvolvimento de recursos humanos, licenciamento, gestão de acidentes graves, reação a emergências, prevenção e eficiência de combustão.

Os mandatários concordaram em fortalecer o diálogo e a cooperação bilateral e multilateral no âmbito da segurança nuclear e da utilização pacífica da energia nuclear. Nesse contexto, decidiram iniciar conversações sobre a participação brasileira na “Parceria para a Segurança Nuclear”, que poderá amparar peritos dos dois países em atividades relacionadas a pesquisa e desenvolvimento, bem como treinamento e educação, nas áreas de proteção física das instalações e de segurança nuclear, e tomaram nota do interesse do Brasil em se unir aos Estados Unidos para apoiar a “Iniciativa Usos Pacíficos” da AIEA, campanha lançada no ano passado para promover o uso da energia nuclear no mundo em desenvolvimento, nos campos da saúde humana, segurança alimentar, gestão de recursos hídricos e infraestrutura. Os mandatários propuseram, igualmente, explorar a cooperação em um Centro de Excelência regional que serviria como um foro para compartilhar informações, boas práticas e treinamento em parceria com organizações multilaterais relevantes, e notaram a intenção dos dois governos de concluir um Memorando de Entendimento sobre a Iniciativa Megaports, para prevenir o tráfico ilícito de materiais nucleares e de outros materiais radioativos.

Comunidades no Exterior

Os Presidentes notaram, com satisfação, os laços crescentes entre os povos de ambos

os países e instruíram o Diálogo Bilateral Consular a avaliar medidas com vistas a facilitar as viagens de negócios, educacionais e turísticas.

Concordaram em intensificar o diálogo sobre a implementação, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, da Convenção da Haia sobre Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças, de 1980.

Cooperação em Terceiros Países

Os Presidentes realçaram o papel significativo da cooperação trilateral com países de Menor Desenvolvimento Relativo como um dos elementos prioritários e transversais da parceria global entre as duas maiores democracias das Américas.

Expressaram sua satisfação com os projetos executados no âmbito do Memorando de Entendimento sobre a Implementação de Atividades de Cooperação Técnica em Terceiros Países, em particular no Haiti, em outros países da América Latina e Caribe e na África.

Congratularam-se, igualmente, pela expansão da parceria Brasil-Estados Unidos para construir capacidade de desenvolvimento de pesquisa e de regulação na África Oriental e Ocidental, com o intuito de encorajar a inovação, a regulação transparente com base científica e permitir marco claro para a biotecnologia agrícola, protegendo o meio ambiente e a população.

Manifestaram o interesse de ambos os países no fortalecimento do diálogo na promoção da Agenda do Trabalho Decente, com vistas a desenvolver projetos de cooperação com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a compartilhar as boas práticas brasileiras no combate ao trabalho infantil especialmente na África. Saudaram o progresso nas negociações de um projeto conjunto para cooperação técnica entre o Brasil, os Estados Unidos, o Haiti e a OIT, para prevenção do trabalho infantil e geração

de renda para trabalhadores em situação vulnerável naquele país caribenho.

Haiti

Os Chefes de Estado ressaltaram a importância da realização do segundo turno das eleições no Haiti, em consonância com a vontade popular expressa nas urnas e com o calendário eleitoral divulgado pelo Conselho Eleitoral Provisório. Reconheceram, nesse contexto, o apoio relevante da OEA e da Missão de Observação Eleitoral OEA - Comunidade do Caribe na organização do pleito. Reiteraram seu compromisso com a manutenção da estabilidade, o fortalecimento das instituições democráticas e o desenvolvimento de longo prazo do Haiti. Salientaram a importância do cumprimento tempestivo dos compromissos assumidos pela comunidade internacional no apoio à reconstrução do Haiti, e do papel desempenhado pelo Comitê Interino para a Reconstrução do Haiti e pela Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH).

Reafirmaram o compromisso de ambos os países com um enfoque capaz de aliar o trabalho de estabilização efetuado pela MINUSTAH no apoio ao fortalecimento político-institucional e o desenvolvimento econômico e social do Haiti.

OEA, Cúpula das Américas, MERCOSUL e UNASUL

Os Presidentes reiteraram o compromisso de ambos os países com a OEA e saudaram os esforços que vêm sendo empreendidos no sentido de torná-la mais transparente e eficiente, capaz de enfrentar os desafios do Século XXI e, assim, poder corresponder às expectativas de seus membros. Assinalaram a importância da Cúpula das Américas como instância de coordenação regional, no mais alto nível. Salientaram a necessidade de se promover uma melhor articulação entre a Cúpula das Américas, a OEA e os demais

órgãos do sistema interamericano, com vistas a conferir maior coesão aos esforços regionais e a fortalecer as sinergias entre as instituições das Américas.

Os mandatários afirmaram a valiosa contribuição para a democracia, paz, cooperação, segurança e desenvolvimento prestada pelos esforços e acordos de integração regional e sub-regional, incluindo a União Sul-Americana de Nações (UNASUL) e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), e valorizaram diálogo entre a UNASUL e os Estados Unidos.

VISÃO COMPARTILHADA DE FUTURO

A Presidenta Rousseff e o Presidente Obama manifestaram sua satisfação com o estado das relações entre o Brasil e os Estados Unidos como parceiros globais, plenamente comprometidos com o estabelecimento de uma ordem mundial mais democrática, justa e sustentável. Nesse contexto, a Presidenta brasileira aceitou convite para realizar visita aos Estados Unidos, no decorrer do segundo semestre de 2011.

VISITA AO BRASIL DO
REPRESENTANTE ESPECIAL DO
SECRETÁRIO-GERAL DAS NAÇÕES
UNIDAS NA GUINÉ-BISSAU,
EMBAIXADOR JOSEPH MUTABOBA
20/03/2011

O Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas na Guiné-Bissau, Embaixador Joseph Mutaboba, realiza visita a Brasília, ocasião na qual será recebido, no dia 31 de março, pelo Ministro Antonio de Aguiar Patriota.

O objetivo da visita do Embaixador Mutaboba é discutir formas de fortalecer a

cooperação na Guiné-Bissau, em particular nas áreas de reforma do setor de segurança, fortalecimento do estado de direito e combate ao narcotráfico.

O Brasil permanece comprometido com a estabilidade e o desenvolvimento da Guiné-Bissau e preside, desde dezembro de 2007, a configuração da Comissão de Consolidação da Paz das Nações Unidas para a Guiné-Bissau. Realiza, ademais, extensa cooperação bilateral com o país, com iniciativas nas áreas de segurança, desenvolvimento socioeconômico, agrícola, educação e saúde, entre outras.

SITUAÇÃO NA LÍBIA

21/03/2011

Ao lamentar a perda de vidas decorrente do conflito no país, o Governo brasileiro manifesta expectativa de que seja implementado um cessar-fogo efetivo no mais breve prazo possível.

Ao lamentar a perda de vidas decorrente do conflito no país, o Governo brasileiro manifesta expectativa de que seja implementado um cessar-fogo efetivo no mais breve prazo possível, capaz de garantir a proteção da população civil, e criar condições para o encaminhamento da crise pelo diálogo.

O Brasil reitera sua solidariedade com o povo líbio na busca de uma maior participação na definição do futuro político do país, em ambiente de proteção dos direitos humanos.

O Governo brasileiro reafirma seu apoio aos esforços do Enviado Especial do Secretário-Geral da ONU para a Líbia, Abdelilah Al Khatib, e do Comitê ad hoc de Alto Nível estabelecido pela União Africana na busca de solução negociada e duradoura para a crise.

SEGUNDO TURNO DAS ELEIÇÕES

HAITIANAS

22/03/2011

O Governo brasileiro acompanhou com atenção o segundo turno das eleições presidenciais e parlamentares no Haiti, realizado em 20/03/2011. O transcurso do pleito reflete o compromisso do povo haitiano com a democracia e os esforços do Conselho Eleitoral Provisório do Haiti no sentido de aperfeiçoar procedimentos a partir da experiência do primeiro turno.

Ao reiterar sua solidariedade e sua disposição de seguir cooperando com o Haiti, o Governo brasileiro manifesta a expectativa de que o presente processo eleitoral seja concluído com a legítima transição do poder, em conformidade com a vontade popular expressa nas urnas.

VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA À BOLÍVIA - 25 DE

MARÇO DE 2011

24/03/2011

O Ministro Patriota manterá reunião com o Ministro das Relações Exteriores da Bolívia. No plano bilateral, será conferida ênfase a áreas como integração fronteiriça, produção agrícola, integração energética e combate ao problema mundial das drogas.

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota realizará visita de trabalho a La Paz em 25 de março, quando manterá reunião com o Ministro das Relações Exteriores da Bolívia, David Choquehuanca.

Serão examinados temas das agendas bilateral, regional e multilateral. No plano bilateral, será conferida ênfase a áreas como integração fronteiriça, produção agrícola, integração energética e combate ao problema

mundial das drogas.

Os Chanceleres assinarão ajustes complementares ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica Brasil-Bolívia em matéria de capacitação profissional e produção agropecuária. Está prevista, ainda, a assinatura de acordo por troca de notas para a criação de Comitês de Integração na região fronteira.

O Brasil é o principal parceiro comercial da Bolívia. Em 2010, o intercâmbio comercial atingiu US\$ 3,3 bilhões, o que representou aumento de 32% em relação a 2009.

SAQUE DE SALDO DE CONTAS DO FGTS POR BRASILEIROS RESIDENTES NO EXTERIOR 24/03/2011

O Ministério das Relações Exteriores e a Caixa Econômica Federal (CEF) firmaram Termo Aditivo a Termo de Compromisso adotado em julho de 2010, que permitirá a ampliação da possibilidade de saque de saldos de contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para brasileiros residentes no exterior.

Atualmente, conforme o Termo de Compromisso de 2010 (ver Nota à Imprensa nº 448/2010), somente os Consulados-Gerais do Brasil no Japão estão aptos a receber a documentação necessária para o saque de contas do FGTS. O Termo Aditivo assinado hoje dará flexibilidade para a gradual expansão desse serviço aos brasileiros residentes nos demais países.

CONTENCIOSO NA OMC ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS SOBRE MEDIDAS ANTIDUMPING APLICADAS

SOBRE A IMPORTAÇÃO DE SUCO DE LARANJA BRASILEIRO (DS382) - DIVULGAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DO PAINEL 25/03/2011

Divulgado relatório final do painel que examinou legalidade de medidas antidumping aplicadas pelos EUA sobre a importação de suco de laranja brasileiro.

Foi divulgado hoje, em Genebra, para todos os Membros da Organização Mundial do Comércio (OMC), o relatório final do painel que examinou a legalidade de medidas antidumping aplicadas pelos Estados Unidos sobre a importação de suco de laranja brasileiro. Como já indicado em ocasiões anteriores, o Brasil recebeu com satisfação as determinações do painel, que acolheu as principais teses brasileiras.

O painel considerou que o uso do zeroing em duas revisões administrativas, bem como o “uso contínuo” dessa metodologia em procedimentos antidumping sucessivos relativos ao suco de laranja é incompatível com o Artigo 2.4 do Acordo Antidumping. Para o painel o requisito da fair comparison, contido na primeira sentença desse Artigo, aplica-se não somente à seleção adequada dos preços, mas também ao próprio processo de comparação. Em suma, nas palavras do painel, “uma metodologia de comparação (tal como o simple zeroing) que ignora transações, que se tivessem sido levadas em conta resultariam em uma margem menor de dumping, deve ser considerado “injusto” (unfair) e, portanto, incompatível com o Artigo 2.4”.

Em relação aos demais pleitos apresentados, o painel exerceu economia processual, por entender que não seria necessário, para efeitos de solução da disputa, decidir sobre eles. Com base em suas conclusões, recomendou que os

Estados Unidos tomem as medidas necessárias para tornar suas medidas compatíveis com suas obrigações sob o Acordo Antidumping.

Além do Brasil, outros nove países (Canadá, União Européia, Japão, Equador, Tailândia, México, Coréia, Vietnã e China) já abriram contenciosos contra os Estados Unidos na OMC a respeito do mesmo assunto, o que demonstra o interesse sistêmico e o impacto comercial que a medida ilegal norte-americana vem ocasionando.

O Governo brasileiro espera que os Estados Unidos dêem cumprimento às determinações do painel no menor prazo possível, em sinal claro de respeito às disciplinas multilaterais de comércio. O Brasil acompanha com atenção o andamento de proposta de regulamento (proposed rule) do USDOC, a qual prevê alterações no cálculo da margem de dumping em revisões administrativas e espera que os EUA se utilizem dessa proposta para abandonar definitivamente a prática do zeroing em todos os procedimentos antidumping.

O relatório do painel deverá ser adotado pelo Órgão de Solução de Controvérsias da OMC entre 20 e 60 dias a contar de hoje, a menos que haja recurso ao Órgão de Apelação.

II REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA BRASIL-ZÂMBIA - BRASÍLIA, 23 E 24 DE MARÇO DE 2011 28/03/2011

Realizou-se em Brasília, entre os dias 23 e 24 de março, a II Reunião da Comissão Mista de Coordenação Brasil-Zâmbia.

Realizou-se em Brasília, entre os dias 23 e 24 de março, a II Reunião da Comissão Mista de Coordenação Brasil-Zâmbia.

As delegações brasileira e zambiana, chefiadas, respectivamente, pelo Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade

Pinto, Subsecretário-Geral para Assuntos Políticos III, e pelo Senhor Dominic Sichinga, Secretário Permanente do Ministério das Comunicações e dos Transportes, reuniram-se com o objetivo de fazer intercâmbio de informações, avaliação do atual estágio dos diversos projetos e programas que compõem a agenda de cooperação bilateral e discutir novas ações possíveis.

Além de discutir temas que já integram a agenda Brasil-Zâmbia, como saúde, esporte, educação, biocombustíveis, comércio e combate à fome, as delegações brasileira e zambiana aproveitaram a ocasião para uma troca de informações em novas áreas, como as de energia elétrica, ciência e tecnologia e desenvolvimento urbano.

Durante o evento foi assinado o Projeto “Fortalecimento do Plano Estratégico Nacional para HIV/AIDS”, em conformidade com o Ajuste Complementar assinado em 2010, que promoverá iniciativas de capacitação dos profissionais de saúde e auxiliará no desenvolvimento de políticas públicas de combate ao HIV na Zâmbia.

Ainda no primeiro semestre de 2011 deverá ser realizada missão da ABC à Zâmbia, a ser integrada por representantes de várias áreas, entre as quais alimentação escolar, agropecuária e energia. A missão deverá dar seguimento aos projetos de cooperação já acordados, bem como realizar prospecção “in loco” sobre novas áreas que poderão vir a ser objeto de novas iniciativas de cooperação bilateral.

VIAGEM DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF A PORTUGAL - COIMBRA E LISBOA, 29 E 30 DE MARÇO DE 2011 28/03/2011

Em Lisboa, a Presidenta manterá

encontros com o Presidente Aníbal Cavaco Silva e com o Primeiro-Ministro José Sócrates.

A Presidenta Dilma Rousseff realizará viagem a Portugal nos próximos dias 29 e 30 de março. Na ocasião, participará, na Universidade de Coimbra, de cerimônia de concessão do título de Doutor Honoris Causa ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em Lisboa, a Presidenta manterá encontros com o Presidente Aníbal Cavaco Silva e com o Primeiro-Ministro José Sócrates.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA
NORUEGA, JONAS GAHR STØRE –
BRASÍLIA, 30/03/2011
29/03/2011

O Chanceler norueguês, acompanhado do Ministro do Meio Ambiente e Desenvolvimento Internacional, Erik Solheim, manterá encontro de trabalho com o Ministro Antonio de Aguiar Patriota e participará, no Itamaraty, de seminário sobre Paz e Reconciliação.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Noruega, Jonas Gahr Støre, realizará visita oficial ao Brasil amanhã, 30 de março. Na ocasião, o Chanceler norueguês, acompanhado do Ministro do Meio Ambiente e Desenvolvimento Internacional, Erik Solheim, manterá encontro de trabalho com o Ministro Antonio de Aguiar Patriota e participará, no Itamaraty, de seminário sobre Paz e Reconciliação. Os Ministros assinarão Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas Bilaterais.

O Governonorueguês lançou recentemente a “Estratégia Brasil”, iniciativa que confere prioridade à relação bilateral e abarca os

setores econômico, comercial, tecnológico, cultural, educacional e ambiental.

Em 2010, o comércio bilateral atingiu US\$ 1,422 bilhão, com pequeno saldo em favor do Brasil. O volume indica crescimento de 370% em relação ao valor registrado em 2002. A Noruega é hoje o 7º maior investidor direto no país.

VISITA AO BRASIL DA MINISTRA
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA
DINAMARCA, LENE ESPERSEN
30/03/2011

A Ministra dos Negócios Estrangeiros da Dinamarca, Lene Espersen, realiza visita oficial ao Brasil no período de 30 de março a 1º de abril, com passagens por São Paulo e Brasília. Em São Paulo, participará de seminário na FIESP, à frente de delegação empresarial dinamarquesa. Em Brasília, no dia 31 de março, manterá encontro com o Ministro Antonio de Aguiar Patriota. Na ocasião, será assinado Acordo de Cooperação, cobrindo as áreas econômica e comercial, de energia, mudança do clima e consultas políticas.

Em 2010, o comércio bilateral atingiu o volume recorde de US\$ 911 milhões, com saldo de US\$ 175,5 milhões favorável à Dinamarca. O montante representa crescimento de 390% em relação aos valores registrados em 2002.

VISITA DO MINISTRO ANTONIO
DE AGUIAR PATRIOTA AO CHILE -
SANTIAGO, 1º DE ABRIL DE 2011
31/03/2011

Na ocasião, será realizada a II Reunião da Comissão Bilateral, cujo principal objetivo é dar seguimento ao diálogo político de alto nível e impulsionar iniciativas de cooperação

em diversas áreas.

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota realizará visita de trabalho a Santiago em 1º de abril, quando manterá reunião com o Ministro de Relações Exteriores do Chile, Alfredo Moreno.

Na ocasião, será realizada a II Reunião da Comissão Bilateral, mecanismo de consultas anuais, presidido pelos Chanceleres de ambos os países, cujo principal objetivo é dar seguimento ao diálogo político bilateral de alto nível e impulsionar iniciativas de cooperação em diversas áreas.

Previamente à Comissão Bilateral, serão realizadas reuniões preparatórias sobre temas que incluem cooperação em assuntos antárticos, energéticos e agrícolas, além da negociação de acordo sobre investimentos e do interesse brasileiro no projeto “E-ELT” – o maior telescópio terrestre do mundo, a ser instalado no Chile. No plano regional, será conferida ênfase à atuação de ambos os países no Haiti e à coordenação no âmbito da UNASUL.

Em 2010, o Chile foi o segundo maior mercado para produtos brasileiros na América Latina. O Brasil, por sua vez, foi o quarto principal parceiro comercial do Chile. O intercâmbio comercial atingiu US\$ 8,3 bilhões, o que representou aumento de 58% em relação a 2009.

Os investimentos do Brasil no Chile, que somam US\$ 2 bilhões, são crescentes, com participação expressiva de grandes empresas brasileiras dos setores de energia, mineração, financeiro e construção civil. O estoque estimado dos investimentos chilenos no Brasil é de US\$ 10 bilhões, fazendo do País o principal destino dos investimentos chilenos no exterior pelo segundo ano consecutivo.

ATO ASSINADO POR OCASIÃO DA
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO
DOS TRANSPORTES, CONSTRUÇÕES

E DESENVOLVIMENTO URBANO DA
ALEMANHA, PETER RAMSAUER -
BRASÍLIA, 31 DE MARÇO DE 2011
31/03/2011

DECLARAÇÃO CONJUNTA SOBRE
O INTERCÂMBIO NA ÁREA DE
COMBUSTÍVEIS ALTERNATIVOS
E TECNOLOGIAS DE PROPULSÃO
INOVADORAS ENTRE O MINISTÉRIO
DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E O MINISTÉRIO FEDERAL DE
TRANSPORTES, CONSTRUÇÃO CIVIL
E DESENVOLVIMENTO URBANO DA
REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

O Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério Federal de Transportes, Construção Civil e Desenvolvimento Urbano da República Federal da Alemanha apreciam a cooperação bilateral de longos anos entre os dois Estados, benéfica para ambos os lados.

A garantia do abastecimento de energia, a importância de promover o desenvolvimento sustentável, a necessidade de reduzir as emissões de gases do efeito estufa e a viabilidade econômica da mobilidade fazem com que o setor de transportes no Brasil, na Alemanha, e no mundo todo se depare com grandes desafios.

À luz do exposto, o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério Federal de Transportes, Construção Civil e Desenvolvimento Urbano da República Federal da Alemanha tencionam aprofundar a cooperação em curso no que tange às questões fundamentais de combustíveis alternativos e tecnologias de propulsão inovadoras em prol de uma mobilidade apta para o futuro, no contexto do “Acordo entre Brasil e Alemanha sobre Cooperação no Setor de Energia, com

Foco em Energias Renováveis e Eficiência Energética”.

Ambos os parceiros concordam que é necessário contemplar todas as opções de combustíveis e tecnologias com base em energias renováveis.

A cooperação deve ser realizada, primeiramente, no âmbito de um foro conjunto de especialistas que deve tratar das seguintes questões:

Intercâmbio sobre o potencial de tecnologias de propulsão inovadoras e combustíveis alternativos nos transportes rodoviário, ferroviário, marítimo e aéreo. Neste contexto, opções promissoras, que dispõem de grande potencial quantitativo, devem ser identificadas e as demandas dos diversos meios de transporte especialmente consideradas.

Entendimento sobre as perspectivas de médio e longo prazo dos combustíveis fósseis e daqueles com base em energias renováveis, bem como sobre as tecnologias de propulsão e infraestruturas necessárias para tal.

Planejamento e execução de atividades conjuntas para esclarecimento e promoção dos biocombustíveis e de veículos flex-fuel.

Intercâmbio de experiências relativas à produção sustentável e à comercialização de biocombustíveis.

Envolvimento de personalidades importantes do setor privado e da academia.

Ambos os lados declaram que:

dentro de 60 dias, será constituído grupo bilateral de especialistas, que aconselhará sobre os temas de trabalho e os demais aspectos do processo;

o presente instrumento representa intenção política das partes e não é juridicamente vinculante.

Esta Declaração Conjunta será assinada em dois exemplares, respectivamente nos idiomas português e alemão.

Brasília, em 31 de março de 2011.

PELO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PELO MINISTÉRIO FEDERAL DE TRANSPORTES, CONSTRUÇÃO CIVIL E DESENVOLVIMENTO URBANO DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DE RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA COSTA RICA, RENÉ CASTRO SALAZAR

01/04/2011

A Costa Rica ocupa a posição de maior parceiro comercial do Brasil na América Central. Em 2011, Brasil e Costa Rica celebrarão 105 anos de relações diplomáticas.

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota manterá reunião de trabalho com o Ministro de Relações Exteriores e Culto da Costa Rica, René Castro Salazar, no dia 4 de abril. Serão examinados os principais pontos da agenda política, econômica e de cooperação bilateral, assim como temas regionais.

A reunião dos Chanceleres insere-se no contexto da visita oficial que o Ministro René Castro realiza ao Brasil entre os dias 30 de março e 5 de abril, ocasião em que, além de Brasília, cumprirá programa de trabalho nas cidades de São Paulo, São José dos Campos e Rio de Janeiro, que inclui encontros com interlocutores governamentais e do setor privado.

A Costa Rica ocupa a posição de maior parceiro comercial do Brasil na América Central (o volume do comércio bilateral correspondeu a US\$ 678 milhões em 2010). O intercâmbio com o país destaca-se pela presença de produtos com alto valor agregado, como máquinas, veículos, componentes eletrônicos e aparelhos elétricos.

Em 2011, Brasil e Costa Rica celebrarão 105 anos de relações diplomáticas.

ATAQUE ÀS NAÇÕES UNIDAS NO
AFEGANISTÃO
01/04/2011

O Governo brasileiro condena com veemência os recentes atos de violência que resultaram na morte de 12 funcionários da Missão de Assistência das Nações Unidas no Afeganistão (UNAMA) e deixaram mais de vinte de feridos, na cidade de Mazar-i-Sharif, no norte do país.

Ao manifestar seu pesar e solidariedade aos familiares das vítimas, bem como ao Secretário-Geral das Nações Unidas, o Governo brasileiro reafirma seu repúdio a ataques contra civis e funcionários de organismos internacionais. Da mesma forma, reitera seu apoio aos esforços do Governo e do povo afegãos e da comunidade internacional em prol da restauração da paz e da estabilidade no Afeganistão.

SOLICITAÇÃO DA COMISSÃO
INTERAMERICANA DE DIREITOS
HUMANOS (CIDH) DA OEA
05/04/2011

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com perplexidade, das medidas que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) solicita sejam adotadas para “garantir a vida e a integridade pessoal dos membros dos povos indígenas” supostamente ameaçados pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

O Governo brasileiro, sem minimizar a relevância do papel que desempenham os sistemas internacionais de proteção dos

direitos humanos, recorda que o caráter de tais sistemas é subsidiário ou complementar, razão pela qual sua atuação somente se legitima na hipótese de falha dos recursos de jurisdição interna.

A autorização para implementação do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte foi concedida pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 788/2005, que ressaltou como condição da autorização a realização de estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental, em especial “estudo de natureza antropológica, atinente às comunidades indígenas localizadas na área sob influência do empreendimento”, com a devida consulta a essas comunidades. Coube aos órgãos competentes para tanto, IBAMA e FUNAI, a concretização de estudos de impacto ambiental e de consultas às comunidades em questão, em atendimento ao que prevê o parágrafo 3º do artigo 231 da Constituição Federal.

O Governo brasileiro está ciente dos desafios socioambientais que projetos como o da Usina Hidrelétrica de Belo Monte podem acarretar. Por essa razão, estão sendo observadas, com rigor absoluto, as normas cabíveis para que a construção leve em conta todos os aspectos sociais e ambientais envolvidos. O Governo brasileiro tem atuado de forma efetiva e diligente para responder às demandas existentes.

O Governo brasileiro considera as solicitações da CIDH precipitadas e injustificáveis.

VISITA DE ESTADO DA PRESIDENTA
DA REPÚBLICA, DILMA ROUSSEFF,
À REPÚBLICA POPULAR DA CHINA –
PEQUIM, 12 E 13 DE ABRIL DE 2011
08/04/2011

A Presidenta manterá reunião com o Presidente Hu Jintao, na qual será discutido o aprofundamento da Parceria Estratégica sino-brasileira, com foco na ampla agenda bilateral, em particular comércio, investimentos e ciência e tecnologia e em temas da agenda multilateral.

A Presidenta Dilma Rousseff realizará Visita de Estado à República Popular da China, nos dias 12 e 13 de abril.

Em Pequim, no dia 12 de abril, a Presidenta manterá reunião com o Presidente Hu Jintao, na qual será discutido o aprofundamento da Parceria Estratégica sino-brasileira, com foco na ampla agenda bilateral, em particular comércio, investimentos e ciência e tecnologia e em temas da agenda multilateral. A Presidenta manterá, também, encontros com o Presidente do Comitê Permanente da Assembléia Nacional Popular, Wu Bangguo, e com o Primeiro-Ministro Wen Jiabao, no dia 13 de abril.

A Presidenta Dilma Rousseff abrirá, no dia 12 de abril, o “Diálogo de Alto Nível Brasil-China em Ciência, Tecnologia e Inovação” e encerrará o “Seminário Empresarial Brasil-China: para além da complementaridade”, no qual é esperada a presença de numerosos representantes empresariais brasileiros e da República Popular da China.

Por ocasião da Visita de Estado, deverão ser assinados atos bilaterais nas áreas de ciência e tecnologia, defesa, agricultura, energia, educação, esportes, entre outras. No campo empresarial, serão celebrados atos nos setores de energia, telecomunicações e eletrônica.

A China é o maior parceiro comercial do Brasil, com intercâmbio de US\$ 56 bilhões em 2010, o que representou crescimento de 52,7% em relação a 2009. O saldo comercial foi favorável ao Brasil em 2010, em mais de US\$ 5 bilhões. Em 2010, a China foi igualmente o maior investidor estrangeiro no Brasil.

1) Visitas presidenciais Brasil-China:

Presidentes brasileiros:

1984 – Presidente João Figueiredo

1988 - Presidente José Sarney

1995 - Presidente Fernando Henrique Cardoso

2004 - Presidente Lula (maio)

2008 – Presidente Lula (Jogos Olímpicos, agosto)

2009 - Presidente Lula (maio)

Presidentes chineses:

1993 - Presidente Jiang Zemin

2001 - Presidente Jiang Zemin

2004 - Presidente Hu Jintao (novembro)

2010 - Presidente Hu Jintao (abril)

2) Relações diplomáticas: estabelecidas em 1974

3) Parceria estratégica: estabelecida em 1993

4) Comércio bilateral

- No decênio 2000-2010, as trocas comerciais entre o Brasil e a China aumentaram mais de vinte vezes (24,5 vezes). O intercâmbio bilateral cresceu de US\$ 2,3 bilhões, em 2000, para US\$ 56,4 bilhões, em 2010.

- No primeiro trimestre de 2011, as exportações brasileiras à China somaram US\$ 7,14 bilhões, valor 53,5% superior a jan-mar/2010. As importações alcançaram US\$ 7,19 bilhões, 36,7% acima de jan-mar/2010.

III CÚPULA DO BRICS - SANYA,

14 DE ABRIL DE 2011

08/04/2011

A Presidenta Dilma Rousseff participará, no dia 14 de abril, na cidade chinesa de Sanya, da III Cúpula do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), juntamente com o Presidente da China, Hu Jintao, com o Presidente da Rússia, Dmitri Medvedev, com o Primeiro-Ministro da Índia, Manmohan Singh, e com o Presidente da África do Sul,

Jacob Zuma. As edições anteriores foram realizadas em Ecatimburgo (junho de 2009) e em Brasília (abril de 2010).

A Cúpula marcará o ingresso da África do Sul no agrupamento, o que ampliará a representatividade geográfica do mecanismo em momento em que se busca, no plano internacional, a reforma do sistema financeiro e, de modo geral, maior democratização da governança global.

Os cinco líderes manterão diálogo sobre temas econômicos, financeiros e comerciais, sobre questões relacionadas ao desenvolvimento, tais como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, sobre a situação internacional, sobre mudança do clima e ainda sobre a cooperação intra-bloco, em áreas como agricultura, energia, estatística e cooperativas.

Antecedendo à Cúpula o Seminário de Think Tanks do BRICS (Pequim, 24 e 25 de março). Serão realizados, ainda, os seguintes eventos: Encontro de Bancos de Desenvolvimento dos BRICS (13 de abril) e o Fórum Empresarial do BRICS (13 e 14 de abril), ambos em Sanya.

O acrônimo que designa o agrupamento, originalmente formulado em 2001 pela Goldman Sachs, tem seu foco na esfera econômico-financeira, mas seu escopo de atuação tem abarcado temas comerciais e questões políticas.

Entre 2003 e 2010, o crescimento dos países do BRICS representou cerca de 40% da expansão do PIB mundial, e seu PIB, calculado pela paridade de poder de compra, atingiu US\$ 19 trilhões, o que corresponde a 25% da economia mundial. No período de 2003 a 2010, registrou-se aumento de 575% na corrente de comércio entre o Brasil e os países do BRICS (as trocas passaram de US\$ 10,71 bilhões em 2003 para US\$ 72,23 bilhões em 2010). Já o comércio total entre os países do BRICS passou de US\$ 38 bilhões em 2003 para US\$ 143 bilhões em 2009 e para US\$

220 bilhões em 2010 (estimativa).

RELATÓRIO DO DEPARTAMENTO DE
ESTADO DOS EUA SOBRE DIREITOS
HUMANOS
08/04/2011

O Governo brasileiro tomou conhecimento da publicação, hoje, 8 de abril, do relatório anual do Departamento de Estado dos EUA sobre Direitos Humanos.

O Governo brasileiro não se pronuncia sobre o conteúdo de relatórios elaborados unilateralmente por países, com base em legislações e critérios domésticos, pelos quais tais países se atribuem posição de avaliadores da situação dos direitos humanos no mundo. Tais avaliações não incluem a situação em seus próprios territórios e outras áreas sujeitas de facto à sua jurisdição.

O Brasil reitera seu forte comprometimento com os sistemas internacionais de direitos humanos, dos quais participa de maneira transparente e construtiva. O Brasil permanecerá engajado, em particular, no mecanismo de Revisão Periódica Universal do Conselho de Direitos Humanos, instância criada para avaliar situações de direitos humanos nos países membros das Nações Unidas.

PARTICIPAÇÃO DA PRESIDENTA DA
REPÚBLICA, DILMA ROUSSEFF, NO
FÓRUM DE BOAO PARA A ÁSIA -
15 DE ABRIL DE 2011
08/04/2011

A Presidenta Dilma Rousseff participará, no próximo dia 15 de abril, da abertura da X Conferência Anual do Fórum de Boao para a Ásia, cujo tema este ano será

“Desenvolvimento Inclusivo: agenda comum e novos desafios”.

O Fórum de Boao foi criado em 1998, como organização não-governamental, pelos ex-Primeiros-Ministros da Austrália e Japão, Robert Hawke e Morihiro Hosokawa; e pelo ex-Presidente das Filipinas, Fidel Ramos. Busca estabelecer-se como o “Davos asiático” e é, atualmente, o mais prestigiado fórum de líderes de governos, empresas e academia daquele continente. Formalmente inaugurado em 2001, o Fórum mantém, desde 2002, encontros anuais em Boao, na província de Hainan, no sul da China.

A participação da Presidenta Dilma Rousseff na edição 2011 do Fórum de Boao possibilitará contatos de alto nível com importantes líderes da Ásia e outras regiões. Participarão da cerimônia de abertura do Fórum de Boao, além do Presidente da República Popular da China, Hu Jintao, os Presidentes de África do Sul e Rússia; os Primeiros-Ministros de Coreia do Sul, Espanha e Ucrânia; e o Vice-PM da Nova Zelândia. A conferência deste ano enseja oportunidade para que se compartilhe a experiência brasileira na promoção do crescimento econômico com inclusão social.

ATENTADO NO METRÔ DE MINSK
12/04/2011

O Governo brasileiro manifesta grande pesar pelo atentado a bomba em uma estação do Metrô de Minsk, capital da República de Belarus, registrado ontem, que resultou em onze mortos até o momento, além de pelo menos 100 feridos.

O Governo brasileiro reitera o repúdio a todas as formas de terrorismo e envia suas mais sinceras condolências às famílias das vítimas e ao governo da República de Belarus.

REUNIÃO DE DIRETORES DE
ASSUNTOS INDÍGENAS DOS PAÍSES
AMAZÔNICOS - BRASÍLIA, 13 E 14 DE
ABRIL DE 2011
12/04/2011

Realiza-se, nos dias 13 e 14 de abril, no Hotel Carlton, em Brasília, Reunião de Diretores de Assuntos Indígenas dos Países Membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA, apoiada pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

Em cumprimento à Agenda Estratégica da OTCA, aprovada na Reunião de Chanceleres Amazônicos em novembro passado, os responsáveis pelos assuntos indígenas da região promoverão diálogo sobre políticas públicas de proteção aos povos indígenas da região amazônica, onde se encontram 98% das terras indígenas brasileiras.

A FUNAI apresentará proposta de ação regional de cooperação na área de definição de terras indígenas, com vistas ao compartilhamento de informações e à capacitação técnica.

A OTCA, única Organização Internacional sediada no Brasil, foi fundada em 1998, para institucionalizar o Tratado de Cooperação Amazônica, de 1978. Integrada por Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, a OTCA tem como mandato principal a cooperação para o desenvolvimento sustentável da região amazônica.

COMUNICADO CONJUNTO ENTRE A
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA -
PEQUIM, EM 12 DE ABRIL DE 2011
12/04/2011

1. Atendendo a convite do Presidente da República Popular da China, Hu Jintao, a Presidenta da República Federativa do Brasil, Dilma Rousseff, realizou visita de Estado à China, entre os dias 12 e 13 de abril de 2011.

2. Durante a visita, a Presidenta Dilma Rousseff e o Presidente Hu Jintao mantiveram reunião em clima cordial e amistoso. Trocaram opiniões sobre as relações bilaterais e os temas regionais e internacionais de interesse comum e obtiveram consensos importantes. A Presidenta encontrou-se respectivamente com o Presidente do Comitê Permanente da Assembléia Popular Nacional da China, Wu Bangguo, e o Primeiro-Ministro do Conselho de Estado, Wen Jiabao. Participou também do seminário empresarial sino-brasileiro “Brasil e China: Para Além da Complementaridade” e da primeira edição do “Diálogo de Alto Nível Brasil-China sobre Ciência, Tecnologia e Inovação”.

3. Foram assinados documentos de cooperação nas áreas de política, defesa, ciência e tecnologia, recursos hídricos, inspeção e quarentena, esporte, educação, agricultura, energia, energia elétrica, telecomunicações e aeronáutica, entre outros. As duas partes consideraram positivamente os resultados alcançados com a visita, cujo sucesso contribuirá para dar renovado impulso ao desenvolvimento da Parceria Estratégica Brasil-China.

4. Os dois Presidentes passaram em revista e avaliaram positivamente a Parceria Estratégica Brasil-China na reunião. Consideraram que o Brasil e a China, dois grandes países em desenvolvimento, têm atuação crescente em suas respectivas regiões e no plano internacional. As relações sino-brasileiras adquirem cada vez mais conteúdo estratégico e significado global. Reiteraram o compromisso de continuar a avaliar e promover o desenvolvimento das

relações bilaterais com visão estratégica e de longo alcance. Comprometeram-se a manter estreito contato de alto nível entre os dois países para fortalecer ainda mais a confiança mútua estratégica, promover ativamente o intercâmbio e a cooperação entre os órgãos dos poderes legislativo e judiciário, entre partidos políticos, e estimular a ampliação da rede de cidades e estados irmãos. Coincidiram em estender a cooperação para novas áreas, com base nos princípios de respeito mútuo, igualdade e benefício recíproco.

5. Ambas as partes deram grande importância ao papel positivo desempenhado pela Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Cooperação e Concertação (COSBAN) na orientação e coordenação da cooperação bilateral em suas diversas áreas. Manifestaram satisfação com a implementação do Plano de Ação Conjunta 2010-2014 entre os dois Governos e enfatizaram a necessidade de continuá-la de forma acelerada. Concordaram em realizar a II Reunião da COSBAN no Brasil, no segundo semestre do ano corrente, e realizar tempestivamente reuniões de suas Subcomissões, o que contribuirá para a progressiva implementação do PAC.

6. As duas partes avaliaram positivamente os grandes avanços alcançados na cooperação econômico-comercial entre os dois países nos últimos anos e expressaram satisfação com a rápida expansão dos fluxos de comércio e de investimentos bilaterais. Em 2009, a China tornou-se o principal parceiro comercial brasileiro e, em 2010, uma das principais origens dos investimentos estrangeiros no Brasil. Nos últimos anos, os investimentos brasileiros na China aumentaram progressivamente. Reconheceram a necessidade de intensificar o diálogo sobre as estruturas de comércio e de investimentos e sobre a diversificação do comércio bilateral. A parte chinesa manifestou disposição de incentivar suas empresas a

ampliar a importação de produtos de maior valor agregado do Brasil. A parte brasileira reafirmou o compromisso de tratar de forma expedita a questão do reconhecimento da China como economia de mercado nos termos estabelecidos no Plano de Ação Conjunta 2010-2014. Comprometeram-se a ampliar e diversificar investimentos recíprocos, em particular na indústria de alta tecnologia e automotiva e nos setores de energia, mineração e logística, sob a forma de parcerias entre empresas chinesas e brasileiras. A parte brasileira acolhe positivamente a realização, no primeiro semestre de 2011, de missão empresarial ao Brasil chefiada pelo Sr. Chen Deming, Ministro do Comércio da China, com o intuito de promover a diversificação do comércio bilateral e o investimento recíproco.

7. Os dois lados concordaram sobre a importância do diálogo empresarial para o relacionamento econômico-comercial e recomendaram às empresas dos dois países que promovam novas parcerias. As duas partes saudaram a realização, por ocasião da visita, de seminário empresarial e reunião do Conselho Empresarial Brasil-China.

8. As duas partes assinalaram a importância do desenvolvimento contínuo da cooperação no setor aeronáutico, particularmente nas áreas de aviação executiva e regional, aprofundando a parceria estabelecida entre a AVIC, as empresas de transporte aéreo da China e a EMBRAER.

9. As duas partes reconheceram o elevado potencial de cooperação dos dois países na área de infra-estrutura, sobretudo em projetos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento do Brasil, nos setores de transporte e energia, entre outros. Coincidiram quanto à importância da execução de projetos conjuntos em infra-estrutura, com atenção especial àqueles que contribuam para a integração sul-americana. A parte brasileira

acolhe positivamente o interesse de empresas chinesas em participar do processo de licitação referente ao trem de alta velocidade brasileiro. Reconheceram o potencial para o estabelecimento de parcerias brasileiras e chinesas em projetos de construção de infraestrutura relacionados à Copa do Mundo de 2014 e aos Jogos Olímpicos de 2016.

10. As duas partes manifestaram sua satisfação com os entendimentos alcançados pelas autoridades dos dois países no campo das medidas sanitárias e fitossanitárias e sobre segurança alimentar e comprometeram-se a estimular o fortalecimento do diálogo nessas áreas com o firme propósito de promover o desenvolvimento seguro e fluido do comércio de alimentos e produtos agrícolas entre os dois países. Nesse sentido, saudaram a autorização dada aos primeiros estabelecimentos brasileiros para exportar carne suína e concordaram em acelerar o andamento do registro de novos estabelecimentos brasileiros de carne de aves e bovinos. Comprometeram-se a concluir de forma expedita todos os trâmites regulamentares para permitir a inclusão de novos itens na pauta comercial, entre eles produtos como gelatina, milho, folha de tabaco dos Estados da Bahia e Alagoas, embriões e sêmen de bovinos, frutas cítricas, do Brasil, e peras, maçãs e frutas cítricas, da China. Nesse espírito, coincidiram sobre a importância de estratégias comuns para agregar valor a produtos alimentares e agrícolas voltados aos mercados de ambos os países.

11. As duas partes registraram com satisfação os avanços na cooperação no âmbito da Subcomissão Econômico-Financeira, em especial a cooperação entre os órgãos financeiros e os Bancos Centrais dos dois países, com vistas a intensificar o intercâmbio e o diálogo sobre assuntos tais como política macro-econômica, cooperação monetária,

estabilidade financeira e reforma do sistema financeiro internacional. Reafirmaram o compromisso de fortalecer a comunicação e o intercâmbio na Subcomissão Econômico-Financeira, incluindo contatos entre os órgãos financeiros dos dois países, com base na confiança mútua e benefício recíproco, a fim de ampliar as áreas de cooperação. Nesse sentido, assinalaram a importância da solicitação, por instituições financeiras dos dois países, para abertura de agências no Brasil e na China. Manifestaram, ademais, sua satisfação com os entendimentos de cooperação entre a BM&F Bovespa e a Bolsa de Xangai, ressaltando a importância de fomentar o intercâmbio e a cooperação entre os mercados de capitais dos dois países.

12. As duas partes avaliaram positivamente a cooperação na área de investimentos recíprocos, reconhecendo seu papel em impulsionar o desenvolvimento sócio-econômico nos dois países. Reafirmaram que continuarão a incentivar as empresas dos dois países a ampliar e diversificar ainda mais os investimentos mútuos, sob a forma de parcerias mutuamente benéficas entre empresas brasileiras e chinesas.

13. As duas partes assinalaram os avanços positivos da cooperação em ciência, tecnologia e inovação e comprometeram-se a imprimir um renovado impulso à cooperação bilateral nesse campo, a partir da ampliação do diálogo sobre políticas e planos para a área de inovação. Expressaram satisfação com os resultados positivos do Diálogo de Alto Nível realizado durante a visita presidencial, durante o qual foram discutidos os seguintes temas centrais: políticas para inovação, tecnologia agrícola e segurança alimentar, nanociências e nanotecnologias, energias renováveis, tecnologias da informação e das comunicações (TICs) e ciências espaciais. A parte brasileira ofereceu sediar a segunda

reunião do Diálogo.

14. As duas partes reafirmaram a disposição de estimular a cooperação na área agrícola, entre as instituições de pesquisa científica e empresas relevantes dos dois países, em campos como ciência, tecnologia e inovação agrária. Nesse sentido, saudaram a inauguração do laboratório conjunto em Pequim entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa e a Academia de Ciências Agrárias da China (Labex-China).

15. As duas partes reafirmaram a elevada importância que atribuem à cooperação espacial e manifestaram a disposição de ampliar e diversificar a cooperação no Programa Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres - CBERS. Os órgãos relevantes dos dois países promoverão a conclusão da pesquisa e fabricação dos CBERS 03 e 04, conforme planejado, assim como planificarão o programa de cooperação aero-espacial sino-brasileiro conforme as necessidades do desenvolvimento aero-espacial dos dois países, iniciando as consultas sobre a continuidade da cooperação.

16. As duas partes coincidiram sobre o grande potencial de cooperação e de investimentos entre o Brasil e a China na área de Tecnologias de Informação e Comunicação. Concordaram em estimular maior aproximação entre atores nos setores público e privado, assim como incentivar mecanismos que favoreçam a realização de associações (“joint ventures”) e parcerias tecnológicas entre as empresas do Brasil e da China. Considerando a positiva trajetória de crescimento econômico de ambos os países, manifestaram o interesse de promover ainda mais a diversificação dos investimentos mútuos, a exemplo dos anunciados por empresas chinesas, no desenvolvimento tecnológico do setor de telecomunicações e produtos eletrônicos no Brasil. Saudaram a

assinatura de memorandos de entendimento entre empresas da China e contrapartes brasileiras durante a visita.

17. As duas partes avaliaram positivamente os grandes progressos alcançados na cooperação na área de energia e mineração e a realização bem-sucedida da II Reunião da Subcomissão de Energia e Mineração da COSBAN durante a visita. Reiteraram o desejo de aprofundar ainda mais a cooperação na área de comércio e financiamento de petróleo, prospecção e exploração de petróleo e gás, energia elétrica, equipamentos de energia, uso pacífico da energia nuclear, e energias renováveis, incluindo biocombustíveis, a fim de aprofundar a cooperação na área ambiental e nos projetos na área de economia verde. Os dois lados acolhem a crescente cooperação entre os dois países nas áreas de mineração e infra-estrutura relacionada e no processamento de produtos de minérios. Manifestaram ainda o interesse em abrir novas áreas de cooperação em energia e mineração.

18. As duas partes reiteraram seu compromisso com o aprofundamento do intercâmbio educacional e atribuíram importância ao intercâmbio de estudantes, docentes e pesquisadores, a exemplo da cooperação entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o China Scholarship Council (CSC). Apontaram, como exemplo de iniciativas relevantes, a realização do Primeiro Fórum dos Reitores de Universidades Brasil-China, a ser organizado pelo Hanban/Instituto Confúcio junto com a parte brasileira. Manifestaram satisfação pelo estabelecimento de Institutos Confúcio no Brasil. Reafirmaram a elevada importância da difusão da língua portuguesa na China e do mandarim no Brasil.

19. Concordaram em examinar medidas para o futuro estabelecimento de Centro Cultural do Brasil na China e de Centro

Cultural da China no Brasil. Concordaram em definir, em breve prazo, os períodos para a realização do Mês da China no Brasil e do Mês do Brasil na China. Ressaltaram a importância de ampliar e intensificar o intercâmbio e a cooperação nos setores da economia criativa e da indústria cultural.

20. As duas partes constataram o elevado potencial para a cooperação esportiva, tendo em vista a experiência chinesa na organização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2008 e a futura realização dos Jogos Olímpicos Juvenis de 2014, e a realização no Brasil da Copa do Mundo FIFA (2014) e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos (2016). As duas partes concordaram em promover a cooperação e a troca de experiências sobre a preparação e organização de grandes eventos internacionais na área esportiva e assinaram Memorando de Entendimento a respeito. Concordaram, ademais, em fomentar o intercâmbio de atletas, com o intuito de promover a cooperação esportiva e o aprimoramento do nível do esporte nos dois países.

21. Os dois Presidentes constataram o alto potencial para cooperação na área do turismo, e afirmaram seu compromisso de intensificar a troca de informações sobre o turismo bilateral e sua regulamentação, com vistas a encorajar investimentos no setor e a promover parcerias nas áreas de educação em turismo e treinamento de pessoal. Tendo em vista a esperada ampliação nos fluxos de pessoas, coincidiram na necessidade de intensificar a comunicação e a cooperação entre os órgãos consulares e de imigração para o estudo das possibilidades de simplificação e melhoria dos serviços e trâmites regulamentares de vistos e permanência, com vistas a facilitar o fluxo de pessoas. Concordaram em buscar resolver tempestivamente, com medidas efetivas, os eventuais problemas que possam surgir no fluxo de pessoas e continuar a observar os

direitos e interesses legítimos dos cidadãos da outra parte no seu território.

22. Os dois mandatários registraram o interesse mútuo em elevar a relação nas áreas militar e de defesa a novo patamar, por meio de atividades de cooperação no âmbito do Comitê Conjunto de Defesa Brasil-China, estabelecido em 2010, e saudaram a assinatura, durante a visita de Estado, do Acordo sobre Cooperação em Matéria de Defesa.

23. As duas partes fortalecerão consultas bilaterais em matéria de direitos humanos e promoverão o intercâmbio de experiências e boas práticas. Decidiram intensificar a cooperação na área social, em especial sobre políticas e programas de combate à pobreza. Neste sentido, decidiram criar o Grupo de Trabalho sobre temas sociais e combate à pobreza, a ser liderado, do lado brasileiro, pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e outros órgãos competentes, e, do lado chinês, pelo Gabinete de Políticas de Combate à Pobreza do Conselho de Estado, e examinar a conveniência de criar um mecanismo de cooperação dedicado aos temas sociais. Saudaram ainda a disposição dos Ministérios da Saúde dos dois países de reforçar a cooperação no setor e de examinar a conveniência de criar um mecanismo de cooperação dedicado ao tema da saúde.

24. As duas partes reafirmaram a disposição de manter estreita coordenação em foros multilaterais com vistas a ampliar a representatividade e legitimidade desses foros, assim como a fortalecer a multipolaridade e promover a paz, a segurança e o desenvolvimento. Ressaltaram, nesse sentido, a importância da coordenação no G-20 e no âmbito do BRICS. Assinalaram a relevância dos entendimentos no âmbito do BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China) para o sucesso da próxima Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-17/

CMP-7), a ser realizada em Durban, na África do Sul. Manifestaram, ainda, o compromisso dos dois países com o êxito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a realizar-se no Rio de Janeiro em junho de 2012, na qual serão discutidos os temas “a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza” e “o marco institucional para desenvolvimento sustentável”. Reiteraram seu compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, em especial aqueles relacionados ao desenvolvimento sustentável e à segurança alimentar e nutricional.

25. Coincidiram quanto à interdependência entre paz, segurança e desenvolvimento e reafirmaram seu desejo de construir uma ordem internacional mais justa, equitativa, inclusiva e ordenada com vistas a salvaguardar a paz e a segurança internacionais e promover o desenvolvimento, a democracia, os direitos humanos e a justiça social. Reiteraram seu comprometimento com o multilateralismo e expressaram seu apoio ao papel central da ONU na solução de grandes questões internacionais. Reafirmaram a necessidade da reforma da ONU, de forma a torná-la mais eficiente e capaz de tratar dos desafios globais atuais. Nesse contexto, a China e o Brasil apoiam uma reforma abrangente da ONU, incluindo o aumento da representação dos países em desenvolvimento no Conselho de Segurança como uma prioridade. A China atribui alta importância à influência e ao papel que o Brasil, como maior país em desenvolvimento do hemisfério ocidental, tem desempenhado nos assuntos regionais e internacionais, e compreende e apóia a aspiração brasileira de vir a desempenhar papel mais proeminente nas Nações Unidas. Tendo em mente a necessidade de salvaguardar os legítimos direitos e interesses

dos países em desenvolvimento, as duas partes comprometeram-se com a contínua intensificação do diálogo e intercâmbio sobre a reforma das Nações Unidas.

26. Concordaram em aprofundar a cooperação no âmbito do G-20, com vistas à reforma do sistema financeiro e monetário internacional. Reforçaram seu compromisso com a implementação do Processo de Avaliação Mútua de forma igualitária e construtiva para promover um crescimento forte, sustentado e equilibrado da economia mundial. Reconheceram que os esforços para recuperação global devem vir acompanhados de avanços regulatórios, para que sejam evitadas novas crises e saudaram os trabalhos que vêm sendo feitos no Financial Stability Board (FSB), na International Organization of Security Comissions (IOSCO) e no Comitê da Basiléia. Concordaram que a reforma da governança econômica global e das instituições financeiras internacionais deve prosseguir em linha com as transformações na economia mundial. Recomendaram que as autoridades responsáveis pelo G-20 em ambos os países continuem a manter consultas regulares sobre os temas da agenda do foro, como forma de aprofundar a coordenação bilateral.

27. As duas partes reiteraram seu compromisso com as negociações para a conclusão da Rodada de Doha e sublinharam que o pacote negociador de julho de 2008 representa cuidadoso equilíbrio de concessões negociado exaustivamente desde o lançamento da Rodada, em 2001. Os dois mandatários coincidiram quanto à importância de buscar um resultado abrangente e equilibrado, com base no mandato da Rodada de Doha, que leve em plena consideração as preocupações dos membros em desenvolvimento, sobretudo dos de menor desenvolvimento relativo, e preserve os resultados já alcançados, com vistas a concluir, o mais breve possível, a

Rodada de Doha.

28. A parte brasileira manifesta seu elevado apreço pelos amplos trabalhos preparatórios realizados pela parte chinesa como anfitriã da III Cúpula BRICS e expressa seus melhores votos para o pleno êxito da Cúpula. Manifesta também votos de sucesso para a Conferência Anual do Fórum Asiático Bo’Ao de 2011, a realizar-se em Hainan. A parte chinesa agradeceu a participação da Presidenta Dilma Rousseff na Sessão de Abertura do Fórum.

29. A Presidenta Dilma Rousseff expressou sincero agradecimento pela calorosa e amistosa acolhida dispensada pelo Presidente Hu Jintao e pelo Governo chinês durante sua visita.

Declaração de Sanya – Reunião de Líderes do BRICS Sanya, China, 14 de abril de 2011
2011-04-14

1. Nós, os Chefes de Estado e de Governo da República Federativa do Brasil, da Federação Russa, da República da Índia, da República Popular da China e da República da África do Sul, reunimo-nos em Sanya, Hainan, na China, para a Reunião dos Líderes do BRICS em 14 de abril de 2011.

2. Os Chefes de Estado e de Governo do Brasil, Rússia, Índia e China expressam sua satisfação com o ingresso da África do Sul no BRICS, e registram sua expectativa de reforçar o diálogo e a cooperação com a África do Sul no âmbito do Fórum.

3. É o forte desejo comum por paz, segurança, desenvolvimento e cooperação que uniu os países do BRICS, com uma população de cerca 3 bilhões de cidadãos de diferentes continentes. O BRICS visa a contribuir para o desenvolvimento da humanidade e para o estabelecimento de um mundo mais justo e equânime.

4. O século XXI deve ser marcado pela paz, harmonia, cooperação e desenvolvimento científico. Sob o tema “Visão Ampla,

Prosperidade Compartilhada”, conduzimos discussões francas e aprofundadas, alcançando abrangente consenso sobre o fortalecimento da cooperação no BRICS, bem como sobre a promoção da coordenação em questões internacionais e regionais de interesse comum.

5. Constatamos que o BRICS e outros países emergentes têm desempenhado importante papel, ao contribuir de maneira significativa para a paz mundial, a segurança e a estabilidade, ao impulsionar o crescimento econômico global, ao reforçar o multilateralismo e ao promover maior democratização das relações internacionais.

6. Nos planos econômico, financeiro e de desenvolvimento, o BRICS é uma importante plataforma de diálogo e cooperação. Estamos determinados a reforçar a parceria BRICS para o desenvolvimento comum e a avançar, de forma gradual e pragmática, a cooperação intrabloco, refletindo os princípios de transparência, solidariedade e assistência mútua. Reiteramos que essa cooperação é inclusiva e sem elemento de confronto. Estamos abertos a um crescente engajamento e cooperação com terceiros-países, em especial os emergentes e em desenvolvimento, assim como organizações internacionais e regionais.

7. Compartilhamos a visão de que o mundo está passando por amplas, complexas e profundas mudanças, marcadas pelo fortalecimento da multipolaridade, pela globalização econômica e pela crescente interdependência. Ao enfrentar esse ambiente global em transição e uma infinidade de ameaças e desafios globais, a comunidade internacional deve unir esforços para fortalecer a cooperação em benefício do desenvolvimento comum. Com base em normas universalmente reconhecidas pelo direito internacional e com espírito de respeito mútuo e decisão coletiva, a governança econômica global deve ser reforçada, a

democracia nas relações internacionais deve ser estimulada, e a voz dos países emergentes e em desenvolvimento deve ganhar maior ressonância nas relações internacionais.

8. Manifestamos o nosso forte compromisso com a diplomacia multilateral, com a Organização das Nações Unidas desempenhando papel central no trato dos desafios e ameaças globais. Nesse sentido, reafirmamos a necessidade de uma reforma abrangente das Nações Unidas, incluindo seu Conselho de Segurança, para assegurar maior eficácia, eficiência e representatividade de modo a que possa melhor enfrentar os desafios globais da atualidade. China e Rússia reiteram a importância que atribuem a Brasil, Índia e África do Sul em assuntos internacionais, e compreendem e apóiam sua aspiração de desempenhar papel mais protagônico nas Nações Unidas.

9. Destacamos que a presença simultânea dos cinco países do BRICS no Conselho de Segurança durante o ano de 2011 oferece valiosa oportunidade de se trabalhar de forma conjunta e estreita sobre questões de paz e segurança, com vistas a reforçar as abordagens multilaterais e a facilitar futura coordenação sobre temas da agenda do Conselho de Segurança da ONU. Manifestamos nossa profunda preocupação com a turbulência no Oriente Médio, no Norte e no Oeste da África e desejamos sinceramente que os países afetados alcancem paz, estabilidade, prosperidade e progresso e que recuperem sua posição e sua dignidade no mundo de acordo com as legítimas aspirações de seus povos. Compartilhamos o princípio de que o uso da força deve ser evitado. Afirmamos que a independência, a soberania, a unidade e a integridade territorial de cada nação devem ser respeitadas.

10. Desejamos dar continuidade a nossa cooperação no Conselho de Segurança das

Nações Unidas sobre a questão na Líbia. Concordamos que todas as partes devem resolver suas divergências por meios pacíficos e pelo diálogo com a ONU e organizações regionais competentes desempenhando os papéis que lhes cabem. Expressamos igualmente apoio ao Painel de Alto Nível da União Africana sobre a Líbia.

11. Reiteramos nossa firme condenação ao terrorismo em todas suas formas e manifestações e enfatizamos não haver justificativa alguma a quaisquer atos de terrorismo. Acreditamos que as Nações Unidas têm papel central na coordenação de ações internacionais contra o terrorismo, de acordo com a Carta das Nações Unidas e em conformidade com os princípios e normas do direito internacional. Nesse contexto, instamos a rápida conclusão das negociações, no âmbito da Assembléia Geral da ONU, da Convenção Global sobre Terrorismo Internacional e sua adoção por todos os Estados-Membros. Estamos determinados a reforçar nossa cooperação na luta contra essa ameaça global. Manifestamos nosso compromisso de cooperar para o reforço da segurança internacional da informação. Conferiremos especial atenção à luta contra o crime cibernético.

12. Observamos que a economia mundial se está recuperando gradualmente da crise financeira, mas ainda enfrenta incertezas. As principais economias devem continuar a reforçar a coordenação de suas políticas macroeconômicas e trabalhar conjuntamente para alcançar um crescimento forte, sustentável e equilibrado.

13. Estamos empenhados em garantir que os países BRICS continuarão a ter crescimento econômico forte e sustentado, apoiado por nossa crescente cooperação nas áreas econômica, financeira e comercial, o que contribuirá para o crescimento de longo

prazo estável, consistente e equilibrado da economia mundial.

14. Apoiamos o Grupo dos Vinte (G20), para que tenha papel cada vez maior nas questões de governança econômica global como o principal fórum para a cooperação econômica internacional. Esperamos da Cúpula do G20 em Cannes, em 2011, resultados positivos nos campos da economia, finanças, comércio e desenvolvimento. Apoiamos os esforços em curso dos membros do G20 para estabilizar os mercados financeiros internacionais, para conseguir um crescimento forte, sustentável e equilibrado e para atingir o crescimento e desenvolvimento da economia global. A Rússia se oferece para ser anfitriã da Cúpula do G20 em 2013. Brasil, Índia, China e África do Sul expressam sua satisfação e apreço em relação à oferta russa.

15. Instamos a que sejam atingidas de maneira rápida as metas de reforma do Fundo Monetário Internacional, acordadas em Cúpulas anteriores do G20, e reiteramos que a estrutura de direção das instituições financeiras internacionais deve refletir as mudanças na economia mundial, ampliando a voz e a representação dos países emergentes e em desenvolvimento.

16. Ao reconhecer que a crise financeira internacional evidenciou as inadequações e deficiências do sistema monetário e financeiro internacional existente, apoiamos a reforma e aperfeiçoamento do sistema monetário internacional, por meio de um sistema de reservas internacionais abrangente e capaz de proporcionar estabilidade e segurança. Vemos com satisfação o debate em curso sobre o papel dos Diretos Especiais de Saque (SDR, na sigla em inglês) no sistema monetário internacional, incluindo a composição da cesta de moedas dos SDRs. Sublinhamos a necessidade de maior atenção para os riscos que os volumosos fluxos transnacionais de capitais representam para os

países emergentes. Propugnamos por reforma e supervisão regulatória financeira internacional adicional, por meio do fortalecimento da coordenação de políticas, da regulação financeira e de cooperação na supervisão, bem como por meio da promoção de um desenvolvimento consistente dos mercados financeiros globais e dos sistemas bancários.

17. A volatilidade excessiva dos preços das commodities, particularmente no caso dos alimentos e energia, apresenta novos riscos para a recuperação em curso da economia mundial. Apoiamos a comunidade internacional no reforço da cooperação para garantir a estabilidade e o forte desenvolvimento de mercados físicos, reduzindo distorções e ampliando a regulação do mercado financeiro. A comunidade internacional deve trabalhar em conjunto para aumentar a capacidade de produção, fortalecer o diálogo entre produtores e consumidores para equilibrar a oferta e a demanda e aumentar o apoio aos países em desenvolvimento em termos de financiamento e tecnologias. A regulação do mercado de derivativos de commodities deverá ser adequadamente reforçado de modo a evitar atividades capazes de desestabilizar os mercados. Também é necessário abordar o problema da escassez de informação confiável e atualizada sobre a oferta e a demanda em nível internacional, regional e nacional. O BRICS promoverá cooperação mais estreita em matéria de segurança alimentar.

18. Apoiamos o desenvolvimento e o uso de recursos energéticos renováveis. Reconhecemos o importante papel das energias renováveis como meio para fazer face à mudança do clima. Estamos convencidos da importância da cooperação e do intercâmbio de informações na área do desenvolvimento de fontes de energias renováveis.

19. A energia nuclear deverá ser elemento importante na composição da

matriz energética dos países do BRICS. A cooperação internacional no desenvolvimento seguro da energia nuclear para fins pacíficos deve ter continuidade em condições de estrita observância dos pertinentes requisitos e padrões no que se refere ao desenho, construção e operação de usinas nucleares.

20. Acelerar o crescimento sustentável dos países em desenvolvimento é um dos principais desafios para o mundo. Acreditamos que o crescimento e o desenvolvimento são fundamentais para enfrentar a pobreza e alcançar as Metas de Desenvolvimento do Milênio. Erradicar a pobreza extrema e a fome é um imperativo moral, social, político e econômico da humanidade e um dos maiores desafios globais que o mundo enfrenta hoje, especialmente os países de menor desenvolvimento relativo na África e em outros continentes.

21. Instamos a comunidade internacional a implementar ativamente o documento final adotado pelo Plenário da Reunião de Alto Nível da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento do Milênio realizada em setembro de 2010 e a alcançar as Metas de Desenvolvimento do Milênio até 2015, como previsto.

22. A mudança do clima é uma das ameaças globais que desafia comunidades e países. Brasil, China, Rússia e Índia apreciam e apóiam a África do Sul como sede da COP17/CMP7 da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima. Apoiamos os acordos de Cancun e estamos prontos a concertar esforços com a comunidade internacional com vistas à conclusão exitosa das negociações na Conferência de Durban, de acordo com o mandato do “Mapa do Caminho de Bali” e em consonância com o princípio da equidade e das responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Nós nos comprometemos a trabalhar para um resultado global, equilibrado e vinculante

com vistas a reforçar a implementação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e seu Protocolo de Quioto. O BRICS intensificara a cooperação na Conferência de Durban. Reforçaremos nossa cooperação pragmática com vistas a adaptar nossas economias e sociedades às mudanças do clima.

23. A realização do desenvolvimento sustentável, como ilustram a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Agenda 21, o Plano de Implementação de Joanesburgo e os tratados multilaterais ambientais, deve ser importante veículo para a promoção o desenvolvimento econômico. China, Rússia, Índia e África do Sul manifestam seu apoio para a realização no Brasil da Conferência das Nações Unidas de 2012 sobre Desenvolvimento Sustentável e estão dispostos a trabalhar com o Brasil para chegar a um compromisso político novo e alcançar resultados positivos e práticos nas áreas de crescimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental no quadro do desenvolvimento sustentável. Brasil, Rússia, China e África do Sul apreciam e apóiam a Índia como sede da XI Conferência das Partes (COP-11) da Convenção sobre Diversidade Biológica e da VI Conferência das Partes - Reunião das Partes (CoP/MoP-6) do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, a ser realizada em outubro de 2012.

24. Sublinhamos nosso firme compromisso em reforçar o diálogo e a cooperação nos domínios da proteção social, trabalho decente, igualdade de gênero, juventude e saúde pública, incluindo a luta contra o HIV / AIDS.

25. Apoiamos o desenvolvimento de infra-estruturas na África e sua industrialização no quadro da NEPAD (Nova Parceria para o Desenvolvimento da África).

26. Concordamos em continuar expandindo e aprofundando a cooperação, econômico-

comercial e em investimentos entre nossos países. Encorajamos todos os países a se absterem de recorrer a medidas protecionistas. Congratulamo-nos com os resultados da reunião de Ministros do Comércio do BRICS, realizada em Sanya, em 13 de abril de 2011. Brasil, China, Índia e África do Sul continuam empenhados – e instam outros membros a segui-los – na promoção de um sistema multilateral de comércio forte, aberto e apoiado em sistema multilateral baseado em regras e centrado na organização mundial de comércio. Da mesma forma, defendem a conclusão bem sucedida, abrangente e equilibrada da Rodada de Doha de desenvolvimento, a partir dos progressos já alcançados e em consonância com seu mandato de promoção do desenvolvimento. Brasil, Índia, China e África do Sul estendem seu total apoio para a rápida adesão da Rússia à Organização Mundial do Comércio.

27. Analisamos os progressos da cooperação no BRICS em vários campos e compartilhamos a percepção de que essa cooperação tem sido enriquecedora e mutuamente benéfica e que há um vasto campo para o estreitamento da cooperação no âmbito do BRICS. Estamos concentrados na consolidação da cooperação intra-BRICS e no desenvolvimento de uma agenda própria. Estamos determinados a traduzir nossa visão política em ações concretas e endossamos o Plano de Ação em anexo, que servirá como base para a cooperação futura. Revisaremos a implementação do Plano de Ação durante nossa próxima Reunião de Cúpula.

28. Tencionamos explorar a cooperação na esfera da ciência, tecnologia e inovação, incluindo a utilização pacífica do espaço exterior. Felicitamos o povo russo e o governo sobre o 50º aniversário do vôo de Yuri Gagarin ao espaço, que inaugurou uma nova era no desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

29. Expressamos nossa confiança no

sucesso da Universíada de 2011, em Shenzhen; os Jogos Mundiais Estudantis de 2013, em Kazan; os Jogos Olímpicos da Juventude em Nanjing, em 2014; os Jogos Olímpicos de Inverno e Jogos Paraolímpicos em Sochi, em 2014; a Copa do Mundo da FIFA no Brasil, em 2014; os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos no Rio de Janeiro, em 2016; e da Copa do Mundo da FIFA de 2018, na Rússia.

30. Estendemos nossas mais profundas condolências ao povo do Japão pela grande perda de vidas na catástrofe que assolou o país. Continuamos a apoiar o Japão a superar as conseqüências dessas catástrofes.

31. Os líderes de Brasil, Rússia, Índia e África do Sul estendem seus mais sinceros agradecimentos à China por sediar a Reunião de Cúpula do BRICS e ao Governo Provincial de Hainan e ao Governo Municipal de Sanya e a seu povo por seu apoio ao encontro.

32. Brasil, Rússia, China e África do Sul agradecem a Índia pela oferta de sediar a Reunião de Líderes do BRICS em 2012, oferecem-lhe seu apoio total.

Plano de Ação

Formulamos o “Plano de Ação”, que estabelece as bases para a cooperação no âmbito do BRICS e que tem como objetivo fortalecer a cooperação no BRICS e beneficiar nossos povos.

I. Reforçar os programas de cooperação existentes

1. Realizar o III Encontro de Altos Representantes para questões de segurança no segundo semestre de 2011, na China.

2 Realizar a reunião dos Ministros das Relações Exteriores à margem da Sessão 66ª. da Assembléia Geral da ONU.

3. Manter reunião de sherpas / sub-sherpas no devido tempo.

4. Promover reuniões periódicas e informais de representantes de organizações internacionais com sede em Nova York e

Genebra.

5. Realizar reuniões Ministros das Finanças e Governadores dos Bancos Centrais no âmbito do G20 e durante as reuniões anuais do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional.

6. Realizar o Encontro de Peritos em Agricultura e a Segunda Reunião de Ministros da Agricultura, em 2011, na China, com vistas à cooperação em temas agrícolas incluindo a criação do Sistema de Informação Agrícola do BRICS e a realização de seminário sobre segurança alimentar.

7. Realizar Encontro dos Chefes de Instituições Nacionais de Estatística em setembro de 2011, na China.

8. Realizar a II Conferência Internacional do BRICS sobre Concorrência em setembro de 2011, na China, e explorar a possibilidade de assinar um acordo de cooperação entre agências de anti-monopólio.

9. Continuar a realizar simpósios de think-tanks do BRICS.

10. Promover o estabelecimento de contatos entre instituições empresariais e realizar outro Foro Empresarial previamente à próxima Cúpula do BRICS

11. Fortalecer a cooperação financeira entre os bancos de desenvolvimento do BRICS.

12. Implementar o Protocolo de Intenção entre as Cortes Supremas do BRICS.

13. Lançar a Publicação Conjunta Estatística por países do BRICS.

14. Continuar a realizar o Encontro de Cooperativas.

II. Novas áreas de cooperação

1. Realizar o primeiro encontro de Cidades Irmãs e Governos Locais do BRICS em 2011, na China.

2. Realizar reunião de Ministros da Saúde em 2011, na China.

3. Fomentar pesquisas conjuntas sobre questões econômicas e comerciais.

4. Atualizar, quando cabível, o Catálogo Bibliográfico do BRICS.

III. Novas propostas

1. Implementar cooperação no campo cultural, em consonância com a determinação dos líderes BRICS;

2. Incentivar a cooperação esportiva;

3. Explorar a viabilidade da cooperação no domínio da economia verde;

4. Realizar uma reunião de Altos Funcionários para explorar as possibilidades de promover a cooperação científica, tecnológica e de inovação no âmbito do BRICS, incluindo o estabelecimento de um grupo de trabalho sobre cooperação na indústria farmacêutica;

5. Estabelecer, na UNESCO, o “Grupo BRICS-UNESCO”, com vistas a desenvolver estratégias comuns no âmbito do mandato da Organização.

VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA AO JAPÃO – TÓQUIO, 16 DE ABRIL DE 2011

14/04/2011

O Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, visitará Tóquio no dia 16 de abril, quando manterá encontro com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Takeaki Matsumoto. Na ocasião, o Ministro Patriota expressará a solidariedade do Governo brasileiro às vítimas das tragédias ocorridas nas últimas semanas no Japão e encontrará representantes da comunidade brasileira.

As relações entre o Brasil e o Japão foram estabelecidas em 1895 e em 1908 teve início a imigração nipônica ao País. Vive no Japão a terceira maior comunidade brasileira no exterior, da ordem de 254 mil pessoas.

VISITA AO BRASIL DA SECRETÁRIA DE INCLUSÃO SOCIAL E PRIMEIRA DAMA DE EL SALVADOR, SENHORA VANDA PIGNATO - 25 DE ABRIL A 3 DE MAIO

DE 2011
25/04/2011

A Secretária de Inclusão Social e Primeira Dama de El Salvador, Senhora Vanda Pignato, realiza visita oficial ao Brasil entre os dias 25 de abril e 3 de maio, com agenda nas cidades de Brasília, Salvador e São Paulo. Durante a visita, manterá contato com setores governamentais e visitará projetos sociais.

A Senhora Vanda Pignato faz visita de cortesia ao Ministro Antonio de Aguiar Patriota, em 25 de abril, na qualidade de Secretária de Inclusão Social.

O programa de cooperação técnica com El Salvador é um dos mais densos e estruturados que o Brasil possui. Há, em andamento, projetos nas áreas de Agricultura, Certificação Digital, Turismo, Saúde, Esportes, Empreendedorismo, Segurança Pública, Desenvolvimento Territorial, Proteção à Criança e ao Adolescente, Defesa Civil, Segurança Alimentar, Formação Profissional, entre outros.

REUNIÃO DE CHANCELERES DA CALC - CARACAS, 26 DE ABRIL DE 2011

25/04/2011

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota participará da Reunião de Chanceleres da Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), a ser realizada no dia 26 de abril, em Caracas.

A Reunião de Chanceleres tem como objetivo principal preparar a III CALC, que será realizada no início de julho, também em Caracas. Naquele encontro presidencial, o Grupo do Rio e a própria CALC, hoje em processo de convergência, serão

formalmente substituídos pela Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). O novo mecanismo regional, que se decidiu instituir por ocasião da Cúpula da Unidade (México, fevereiro de 2010), reunirá todos os países da América Latina e do Caribe com o objetivo de promover o diálogo político e a cooperação para o desenvolvimento.

SITUAÇÃO NA SÍRIA

25/04/2011

O Governo brasileiro manifesta preocupação com a escalada de violência na Síria, que ocasionou, nos últimos dias, elevado número de mortos, principalmente em Deraa, Homs e nos arredores de Damasco. O Governo brasileiro reitera o repúdio ao uso da força contra manifestantes desarmados e expressa a expectativa de que a crise seja equacionada pela via do diálogo.

O Governo brasileiro sublinha que as aspirações legítimas das populações do mundo árabe devem ser equacionadas por processos políticos inclusivos e não pela via militar.

O Governo brasileiro reafirma o entendimento de que a responsabilidade pelo tratamento dos impactos das crises no mundo árabe sobre a paz e segurança internacionais recai sobre o Conselho de Segurança das Nações Unidas e ressalta a importância do papel dos organismos regionais - em particular a Liga dos Estados Árabes e a União Africana - nos esforços de mediação diplomática.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL SOBRE A AMÉRICA LATINA - RIO DE JANEIRO,

27 A 29 DE ABRIL DE 2011

27/04/2011

Nos dias 28 e 29 de abril, o Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, participará da sexta edição do Fórum Econômico Mundial sobre a América Latina, cujo tema central é “Estabelecendo o Alicerce para uma Década Latino-Americana”.

O evento no Rio de Janeiro é um dos encontros regionais organizados anualmente pelo Fórum Econômico Mundial, além da reunião anual que ocorre em Davos, na Suíça.

O Ministro das Relações Exteriores manterá, ainda, encontros bilaterais com autoridades presentes ao evento.

CONSELHO DE INFRAESTRUTURA E PLANEJAMENTO (COSIPLAN) DA

UNASUL - RIO DE JANEIRO, 28 DE

ABRIL DE 2011

28/04/2011

Realizou-se hoje no Palácio Itamaraty, no Rio de Janeiro, a Primeira Reunião do Comitê Coordenador do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL). O COSIPLAN foi criado em agosto de 2009 durante encontro presidencial da UNASUL, quando foi decidida a substituição do Comitê de Direção Executiva da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) por um Conselho em nível de Ministros dentro da estrutura institucional da União. Com a medida, os países membros buscaram conferir maior suporte político às atividades desenvolvidas na área de integração da infraestrutura, de forma a assegurar os investimentos necessários para a execução de projetos prioritários.

O encontro foi aberto pela Ministra do

Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belquior, e contou com a presença da Secretária-Geral designada da UNASUL, María Emma Mejía; dos Coordenadores Nacionais dos países da América do Sul e representantes de instituições multilaterais da região (BID, CAF, FONPLATA e CEPAL).

A Reunião inaugurou nova etapa nas discussões para a integração da infraestrutura física na região. Avançou-se na definição de um Plano de Ação Estratégica para os próximos 10 anos e na conformação de uma Agenda Prioritária de Projetos, que funcionará como verdadeiros indutores do desenvolvimento.

A integração da infraestrutura física regional é uma das prioridades da política externa brasileira e um dos temas mais importantes na agenda multilateral dos países da América do Sul, desde a criação, em 2000, da IIRSA. Concebida como foro de coordenação e intercâmbio de informações sobre infraestrutura entre os Governos dos 12 países da Região, a IIRSA, em seus 10 anos de existência, desenvolveu importante trabalho, com uma carteira de 520 projetos, ordenada ao longo de Eixos de Integração e Desenvolvimento.

ATENTADO NO MARROCOS

28/04/2011

O Governo brasileiro expressa solidariedade ao governo do Reino do Marrocos e às famílias das vítimas do atentado terrorista cometido hoje na cidade de Marraqueche, no Marrocos, que resultou na morte de pelo menos 14 pessoas e em dezenas de feridos.

O Governo brasileiro reitera seu repúdio a todas as formas de terrorismo, praticado sob qualquer pretexto.

MESA REDONDA SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - RIO DE JANEIRO, 29 DE ABRIL DE 2011 28/04/2011

O Ministério das Relações Exteriores realizará às 9h00 do próximo dia 29 de abril, sexta-feira, no Palácio Itamaraty, no Rio de Janeiro, mesa redonda intitulada “Rio+20: Os Novos Desafios do Desenvolvimento Sustentável”.

O evento, a ser co-presidido pelo Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, e pela Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, é o primeiro de uma série de diálogos com representantes do Executivo, do Legislativo e do Judiciário e de diferentes setores da sociedade, com vistas à construção do pensamento brasileiro para a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (“Rio+20”), a ser organizada pelo Brasil, no Rio de Janeiro, entre 28 de maio e 6 de junho de 2012.

A Mesa Redonda deverá contar com a presença do Diretor-Executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Achim Steiner, representantes da sociedade brasileira, assim como convidados internacionais.

VISITA AO BRASIL DA SECRETÁRIA- GERAL-DESIGNADA DA UNASUL, MARÍA EMMA MEJÍA

29/04/2011

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota mantém reunião de trabalho, em 25 de abril, com a Secretária-Geral-designada da UNASUL, María Emma Mejía. Constam da agenda do encontro as prioridades do Brasil para a Organização no ano de 2011

– em especial em matéria de infraestrutura, combate ao problema mundial das drogas e consolidação institucional – e os planos da Secretária-Geral-designada para seu mandato.

A visita ao Brasil insere-se no contexto de périplo que a Secretária-Geral-designada vem realizando aos países sul-americanos para consultas prévias a sua homologação no cargo, prevista para 9 de maio próximo.

María Emma Mejía, ex-Chanceler da Colômbia, foi indicada para a função pelos Ministros das Relações Exteriores da América do Sul em 11 de março, em reunião no Equador na qual se celebrou a entrada em vigor, naquela data, do Tratado Constitutivo da UNASUL. Na ocasião, foi aprovada fórmula segundo a qual o mandato de dois anos de Secretário-Geral da Organização será dividido, em iguais períodos de um ano, entre a ex-Chanceler Mejía e o Ministro de Energia Elétrica da Venezuela, Alí Rodríguez.

Em Brasília, a Secretária-Geral-designada da UNASUL cumprirá programa de trabalho que inclui, também, encontros com outros interlocutores do Executivo, com parlamentares, com o Secretário-Geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (organismo internacional sediado na capital brasileira) e com a Chefe do Escritório no Brasil da Corporação Andina de Fomento. Em seguida, viajará ao Rio de Janeiro, onde manterá contatos com representantes da sociedade civil e, no dia 28 de abril, participará, no Palácio Itamaraty, de reunião do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), presidida pela Ministra do Planejamento.

VISITA DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA ANTIGA REPÚBLICA IUGOSLAVA DA

MACEDÔNIA, ANTONIO MILOSOSKI -
BRASÍLIA, 2 E 3 DE MAIO DE 2011
29/04/2011

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Antiga República Iugoslava da Macedônia, Antonio Milososki, realizará visita ao Brasil no período de 2 a 3 de maio.

No dia 2, em Brasília, será recebido pelo Ministro Antonio de Aguiar Patriota, ocasião em que serão examinados os principais pontos da cooperação bilateral, bem como temas da agenda internacional. Ao final do encontro, os dois Chanceleres deverão assinar Acordo para Supressão de Vistos de Curta Duração.

A visita do Chanceler Antonio Milososki será a primeira de uma alta autoridade daquele país ao Brasil.

PRIMEIRA REUNIÃO DO MINISTÉRIO
DAS RELAÇÕES EXTERIORES COM O
CONSELHO DE REPRESENTANTES DE
BRASILEIROS NO EXTERIOR
29/04/2011

Entre os dias 2 e 6 de maio estará reunido em Brasília o Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior (CRBE). As atividades programadas pela Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (SGEB) do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) incluem ciclo de palestras sobre o Itamaraty e suas atribuições em matéria consular, além de encontros com representantes de outros órgãos públicos envolvidos no atendimento de reivindicações da diáspora brasileira nas áreas de educação, comunicação, cultura, saúde, trabalho, previdência, remessas e outras. Serão examinadas as ações desenvolvidas até aqui pelo Conselho e será elaborado Plano de

Trabalho conjunto para o período até o final de 2012. As sessões não estarão abertas ao público.

O CRBE foi instituído pelo Decreto nº 7.214, de 15 de junho de 2010, como um órgão de assessoramento do Itamaraty e de interlocução com as comunidades brasileiras no exterior. Seus membros foram empossados em 3 de dezembro de 2010 pelo então Presidente da República e atuam em caráter voluntário, sem remuneração.

MESA-REDONDA “RIO+20: OS NOVOS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL”

29/04/2011

Realizou-se no Palácio Itamaraty, no Rio de Janeiro, em 29 de abril de 2011, a Mesa Redonda “Rio+20: Os Novos Desafios do Desenvolvimento Sustentável”. Tratou-se do primeiro debate sobre a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável entre representantes do Governo federal, estadual e municipal, Poderes Legislativo e Judiciário, setor acadêmico, organizações não-governamentais, empresas e imprensa, em que se buscou colher propostas de temas a serem considerados durante a Rio+20. A mesa-redonda foi coordenada pela Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, e pelo Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, com participação do Diretor-Executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), Achim Steiner.

Neste início da contagem regressiva para a Conferência, que será realizada em maio e junho de 2012, os participantes foram convidados a refletir e expor, de seu ponto de vista, quais seriam os principais desafios para o desenvolvimento sustentável nos próximos

vinte anos, e a propor sugestões para a Conferência e a seu processo preparatório. Entre os pontos mencionados pelos diversos participantes, figuram os seguintes:

- O Brasil terá muito a contribuir para o êxito da Conferência, exercendo efetivo papel de liderança, a partir de sua experiência no combate ao desmatamento, à pobreza e à miséria, e da participação de fontes renováveis em sua matriz energética;

- A paz é condição imprescindível do desenvolvimento sustentável e o Brasil tem credenciais para propor a inclusão dessa dimensão nos debates da Conferência;

- A Conferência representa oportunidade única para a criação de modelo inovador de desenvolvimento para o século XXI, que não se atenha a aspectos econômicos, mas inclua a proteção ambiental, a erradicação da pobreza e a inclusão social;

- A economia verde, tema a ser discutido na Conferência, constitui importante ferramenta do desenvolvimento sustentável e deverá facilitar a integração de elementos ambientais ao desenvolvimento (empregos verdes, PIB verde, economia de baixo carbono). Deverá ser estabelecida de forma harmônica, sem ignorar setores mais pobres da população, devendo sempre apoiar a redução das desigualdades. A economia verde não poderá aumentar a desigualdade entre os países, por exemplo, ao favorecer as tecnologias criadas por países que já se encontram em patamar mais elevado de desenvolvimento;

- O desenvolvimento, segundo esse novo paradigma, não poderá ser mensurado de acordo com os parâmetros tradicionais, mas por novos critérios de sustentabilidade;

- A Conferência poderá ter como resultado o estabelecimento de metas de sustentabilidade, a exemplo dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Áreas como redução de emissões nos transportes, eficiência energética, uso da

água e de energias renováveis poderiam ser contempladas;

- Essas metas deveriam ser monitoradas após a Conferência;

- Os resultados da Conferência devem ser eficientemente comunicados à sociedade;

- A Conferência deveria dar visibilidade a iniciativas exitosas na área de sustentabilidade, que poderão ser compartilhadas/replicadas em outros países, de acordo com suas características e necessidades. Mecanismo permanente de avaliação e identificação de novos projetos deveria ser estabelecido;

- Ainda no que se refere a resultados concretos da Conferência, os participantes enfatizaram a importância de que seja fortalecida a implementação das normas já adotadas;

- Sobre o processo preparatório da Conferência, destacou-se a necessidade de ampla divulgação prévia; a necessidade de que o Governo auxilie e engaje a sociedade civil brasileira, com especial menção aos povos indígenas e comunidades tradicionais;

- Sobre governança, os participantes preconizaram: a melhor integração e coordenação entre as instituições internacionais responsáveis pelos três pilares do desenvolvimento sustentável - ambiental, social e econômico – por exemplo, entre órgãos e agências do sistema das Nações Unidas. Temas de sustentabilidade devem ser incorporados à agenda das instituições de Bretton Woods e ao G-20;

- As instituições internacionais devem ser atualizadas de acordo com o novo contexto internacional, refletindo, entre outros, a necessidade de participação mais efetiva dos diversos setores da sociedade. Internamente, há necessidade de fortalecimento das instâncias governamentais na área ambiental;

- Deve-se evitar a fragmentação no tratamento internacional dos temas ambientais,

com a promoção do diálogo entre os acordos multilaterais ambientais;

- Desafio mais amplo sobre governança envolve o descompasso entre a perspectiva de curto prazo da política e das expectativas da sociedade e a implementação, no longo prazo, das medidas que promovem o desenvolvimento sustentável. Trata-se de desafio que não se limita a uma geração;

- O tema das cidades sustentáveis foi recordado por diversos participantes. Aspectos referentes a transportes, construções sustentáveis, urbanização, entre outros, foram mencionados;

- Os padrões insustentáveis de consumo foram lembrados. O modelo de produção de energia vigente, baseado em combustíveis fósseis, e a crescente demanda foram mencionados. Para além do aspecto energético, é necessário mobilizar todos os setores da sociedade (Governos, empresas, indivíduos) a operar as mudanças necessárias em seus padrões de consumo. Divulgação de boas práticas, bem como dos impactos do consumo insustentável, foram ressaltados.

VISITA AO BRASIL DO VICE-CHANCELER DO CAMBOJA, EMBAIXADOR LONG

VISALO - BRASÍLIA, 29 DE ABRIL A 3 DE
MAIO DE 2011

02/05/2011

O Secretário de Estado (Vice-Chanceler) do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional do Reino do Camboja, Embaixador Long Visalo, realiza visita de trabalho a Brasília, de 29 de abril a 3 de maio.

O Vice-Chanceler cambojano manterá encontros no Ministério das Relações Exteriores, no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no Ministério de

Minas e Energia, na Companhia Nacional de Abastecimento, e na EMBRAPA. Será também portador de mensagem do Primeiro-Ministro Hun Sen à Senhora Presidenta da República, a respeito das relações bilaterais.

Durante a visita, deverão ser assinados os primeiros instrumentos entre os dois países: Acordo de Cooperação Educacional e Acordo sobre Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Oficiais e de Serviço.

As relações diplomáticas com o Reino do Camboja foram restabelecidas em 1994, após 28 anos de interrupção. Além da oportunidade que oferece à intensificação das relações bilaterais, a visita propiciará um intercâmbio de informações sobre o processo de aproximação entre o Brasil a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), que terá o Camboja como presidente de turno, em 2012.

VISITA DO MINISTRO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES DO
PARAGUAI, JORGE LARA CASTRO -
BRASÍLIA, 3 DE MAIO DE 2011
02/05/2011

O Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, receberá para reunião de trabalho, em 3 de maio, o Chanceler do Paraguai, Jorge Lara Castro.

Na ocasião, os Ministros, com vistas à preparação da visita da Presidenta Dilma Rousseff a Assunção prevista para o próximo dia 15 de maio, passarão em revista os avanços consolidados da relação bilateral e examinarão as perspectivas para uma nova e ampliada agenda, com conteúdo social fortalecido. O momento positivo que atravessam as economias de ambos os países (o Paraguai cresceu 14,5% em 2010) cria também ambiente especialmente propício a iniciativas conjuntas

que envolvam os respectivos setores privados.

No âmbito regional, a agenda dos Ministros deverá contemplar temas afetos à UNASUL e ao MERCOSUL, cuja Presidência Pro-Tempore, no corrente semestre, é exercida pelo Paraguai.

O Chanceler Lara Castro será igualmente recebido, em Brasília, pelo Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e pela Ministra-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário Nunes, entre outras autoridades.

O comércio bilateral chegou a US\$ 3,16 bilhões em 2010, o que representa aumento de 39% com relação a 2009.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA
REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA,
CHRISTIAN WULFF
04/05/2011

O Presidente da República Federal da Alemanha, Christian Wulff, realiza visita de Estado ao Brasil no período de 4 a 7 de maio. O Presidente Wulff viaja acompanhado de importante delegação empresarial e visitará Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro. Em Brasília, manterá reunião de trabalho com a Presidenta Dilma Rousseff, ocasião em que deverá ser discutido o aprofundamento da Parceria Estratégica entre Brasil e Alemanha, estabelecida em 2002.

Os dois países têm interesse em intensificar cooperação na área de ciência, tecnologia e inovação. Brasil e Alemanha buscam estimular iniciativas para o emprego de novas tecnologias em áreas tais como engenharia de produção e pesquisa de materiais. Há hoje mais de 20 programas de engenharia orientados a esses setores.

Serão tratadas também questões da agenda internacional, tendo presente, em particular, a participação concomitante dos dois países no

Conselho de Segurança das Nações Unidas e sua atuação no G-20.

O Brasil é o maior parceiro comercial da Alemanha na América Latina. A Alemanha, por sua vez, é o quarto principal parceiro comercial do Brasil. O intercâmbio em 2010 totalizou US\$ 20,6 bilhões, o que representou 23% do comércio entre o Brasil e a União Européia.

No primeiro trimestre de 2011, as exportações brasileiras com destino à Alemanha alcançaram US\$ 2,1 bilhões, o que representa aumento de 31% em relação ao mesmo período de 2010. Mais de 1.200 empresas alemãs estão instaladas no Brasil. Estima-se que a contribuição destas empresas para a formação do PIB brasileiro em torno de 8% a 10%.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA
REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA,
CHRISTIAN WULFF

04/05/2011

O Presidente da República Federal da Alemanha, Christian Wulff, realiza visita de Estado ao Brasil no período de 4 a 7 de maio. O Presidente Wulff viaja acompanhado de importante delegação empresarial e visitará Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro. Em Brasília, manterá reunião de trabalho com a Presidenta Dilma Rousseff, ocasião em que deverá ser discutido o aprofundamento da Parceria Estratégica entre Brasil e Alemanha, estabelecida em 2002.

Os dois países têm interesse em intensificar cooperação na área de ciência, tecnologia e inovação. Brasil e Alemanha buscam estimular iniciativas para o emprego de novas tecnologias em áreas tais como engenharia de produção e pesquisa de materiais. Há

hoje mais de 20 programas de engenharia orientados a esses setores.

Serão tratadas também questões da agenda internacional, tendo presente, em particular, a participação concomitante dos dois países no Conselho de Segurança das Nações Unidas e sua atuação no G-20.

O Brasil é o maior parceiro comercial da Alemanha na América Latina. A Alemanha, por sua vez, é o quarto principal parceiro comercial do Brasil. O intercâmbio em 2010 totalizou US\$ 20,6 bilhões, o que representou 23% do comércio entre o Brasil e a União Européia.

No primeiro trimestre de 2011, as exportações brasileiras com destino à Alemanha alcançaram US\$ 2,1 bilhões, o que representa aumento de 31% em relação ao mesmo período de 2010. Mais de 1.200 empresas alemãs estão instaladas no Brasil. Estima-se que a contribuição destas empresas para a formação do PIB brasileiro em torno de 8% a 10%.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE
DA VENEZUELA, HUGO CHÁVEZ -
BRASÍLIA, 10 DE MAIO DE 2011

05/05/2011

Os Presidentes deverão revisar os principais tópicos da agenda bilateral, com ênfase no comércio bilateral, na evolução dos programas de cooperação nas áreas de agricultura, desenvolvimento regional, habitação popular, universalização de serviços bancários e integração Amazônia-Orinoco.

A convite da Presidenta Dilma Rousseff, o Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, realizará visita ao Brasil, no dia 10 de maio.

Os Presidentes deverão revisar os principais tópicos da agenda bilateral, com ênfase no comércio bilateral, na evolução

dos programas de cooperação nas áreas de agricultura, desenvolvimento regional, habitação popular, universalização de serviços bancários e integração Amazônia-Orinoco.

Em 2010, o intercâmbio comercial bilateral totalizou US\$ 4,6 bilhões, dos quais as exportações brasileiras representaram US\$ 3,8 bilhões. No primeiro trimestre de 2011, as trocas entre Brasil e Venezuela já superaram US\$ 1 bilhão. De janeiro a março, as exportações brasileiras somaram US\$ 822,7 milhões.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
E CULTURA E A “TEMPORADA
ALEMANHA NO BRASIL” - BRASÍLIA, 5
DE MAIO DE 2011
05/05/2011

Com base no Plano de Ação da Parceria Estratégica, acordado em maio de 2008, e na declaração conjunta emitida em dezembro de 2009, e com o intuito de fortalecer e dar novo impulso às históricas relações bilaterais, a Presidenta da República Federativa do Brasil, Dilma Rousseff, e o Presidente da República Federal da Alemanha, Christian Wulff, expressaram plena concordância sobre a intensificação da cooperação e do diálogo político em alto nível, entre outras, nas áreas de inovação, cooperação científica, tecnológica e cultural e sobre a realização da “Temporada Alemanha no Brasil”.

Ambos os Presidentes realçaram a importância da cooperação em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, como forma de estreitar os laços entre empresas e instituições dos dois países e promover o desenvolvimento sustentável.

A cooperação Brasil-Alemanha em ciência, tecnologia e inovação é das mais tradicionais e profícuas e os resultados positivos do “Ano

Brasil-Alemanha de Ciência, Tecnologia e Inovação 2010-2011” deverão elevá-la a novo patamar.

Nesse contexto, congratularam-se com a criação do Programa Brasil-Alemanha para o Fomento à Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação e do Fundo Bilateral de Fomento para desenvolver produtos inovadores, de alto conteúdo tecnológico, que atendam aos mercados nacionais e internacionais. Inicialmente estará dedicado a projetos-piloto em setores estratégicos como os de terras raras e setores de alta agregação de conhecimento e valor como no âmbito médico.

Ambos os Presidentes manifestaram satisfação pela assinatura do Acordo de Cooperação entre o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS), o “Deutsches Elektronen-Synchrotron” (DESY) e o “European X-ray Laser Project (XFEL)”, para cooperação em pesquisa e desenvolvimento de aceleradores, o qual abrirá novas perspectivas na dinâmica da química, ciência dos materiais e biologia estrutural.

Ambos os mandatários coincidiram quanto ao excelente momento para a cooperação bilateral, destacaram em particular a intensificação da colaboração com a Sociedade Fraunhofer em tecnologias inovadoras, em campos como biotecnologia/tecnologia alimentar; meio ambiente/energia; saúde; tecnologia da produção e educação. Nesse sentido, saudaram a possibilidade de instalação de um escritório de representação da Sociedade Fraunhofer no Brasil.

Os Presidentes mencionaram, com satisfação, ação conjunta bilateral no campo da popularização, difusão e educação para a ciência mediante a apresentação da exposição “Túnel da Ciência”, que deverá percorrer treze cidades brasileiras a partir de 2012.

À luz da decisão do Governo brasileiro de

intensificar a formação de recursos humanos na área de tecnologia e inovação, ambos os Chefes de Estado saudaram o fortalecimento do intercâmbio de estudantes dos dois países, por meio, entre outras instituições, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD) e Fundação Alexander Von Humboldt.

Expressaram satisfação pela assinatura do acordo entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD) e a Sociedade Alemã para Cooperação Internacional (GIZ) para apoio a projetos conjuntos nas áreas de “Proteção e Uso Sustentável das Florestas Tropicais” e “Energias Renováveis e Eficiência Energética no Brasil”.

A Senhora Presidenta da República expressou ainda satisfação pelo convite estendido ao Brasil pela “Deutsche Messe” para participar, na qualidade de “país-parceiro”, da maior feira da tecnologia da informação do mundo, a CeBIT, em Hannover, em 2012.

Ambos os Presidentes expressaram satisfação com a cooperação empresarial por meio do Encontro Econômico Brasil-Alemanha, que se realizará no Rio de Janeiro (18-20 de setembro de 2011), e ressaltaram a importância de intensificar a cooperação entre as pequenas e médias empresas alemãs e brasileiras como veículo para a inovação, aumento da competitividade, e para promoção da sustentabilidade.

Ambos os Presidentes saudaram e apoiaram a iniciativa “Temporada Alemanha no Brasil 2013/2014”, que prevê a realização de eventos culturais, científicos, educacionais e econômicos no Brasil entre o segundo

semestre de 2013 e o primeiro semestre de 2014. Tal iniciativa deverá contribuir para estreitar a parceria estratégica e o diálogo entre a Alemanha e o Brasil, por meio da atualização das imagens recíprocas e da valorização do patrimônio acumulado desde o início da imigração alemã para o Brasil, no começo do século XIX, intensificado pela presença dos investimentos alemães no Brasil. O alcance das boas relações culturais reflete-se também na presença do Brasil, na condição de país convidado de honra, na Feira do Livro de Frankfurt de 2013. Nesse sentido, ressaltam a importância de somar esforços para a realização da Temporada e dos eventos culturais no contexto da Feira de Frankfurt de 2013 e auspiciam a participação de entidades culturais, educacionais, científicas e empresariais brasileiras e alemãs em tais iniciativas, em favor da promoção das culturas de ambos os países e do estreitamento da parceria estratégica.

Ambas as iniciativas se propõem refletir a diversidade da Parceria Estratégica, bem como franquear novas oportunidades de cooperação entre estados, cidades e instituições de ambos os países.

VISITA AO BRASIL DO VICE-
PRESIDENTE DE GANA, JOHN
DRAMANI MAHAMA

06/05/2011

O Vice-Presidente da República de Gana, John Dramani Mahama, visitará o Brasil, pela segunda vez, entre os dias 7 e 10 de maio. A delegação que acompanha o Vice-Presidente é composta pelo Ministro de Transporte e Rodovias, Joe Gidisu, pelo Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Chris Kodo, e pelo Vice-Ministro das Finanças, Seth Terpker.

No dia 9 de maio, em Brasília, o Vice-

Presidente ganense se reunirá com seu homólogo brasileiro, Michel Temer, para repassar temas da agenda bilateral. A delegação ganense será recebida também pelo Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Fernando Pimentel, para avaliar a participação de empresas brasileiras em projetos de infraestrutura em Gana.

Atualmente, Gana é o oitavo mercado africano para produtos brasileiros. Em 2010, as exportações brasileiras para o país chegaram a US\$ 317 milhões; este ano, devem passar de US\$ 400 milhões, resultado recorde.

MERCOSUL – EU: XXI REUNIÃO
DO COMITÊ DE NEGOCIAÇÕES
BIRREGIONAIS, ASSUNÇÃO, 2 A 6 DE
MAIO DE 2011 - COMUNICADO DE
IMPrensa - ASSUNÇÃO, 6 DE MAIO DE
2011
06/05/2011

No marco da XXI Reunião do Comitê de Negociações Birregionais (CNB), as delegações do MERCOSUL e da União Europeia realizaram reuniões de trabalho de 2 a 6 de maio do ano corrente, com vistas a um futuro Acordo de Associação Birregional.

Trata-se da quinta rodada de negociações desde seu relançamento, no marco da Cúpula MERCOSUL- União Europeia, levada a cabo em 17 de maio de 2010 em Madrid.

No XXI CNB, os Negociadores Chefes de ambos os blocos reafirmaram o compromisso de avançar nas negociações a fim de alcançar um Acordo de Associação abrangente, equilibrado e ambicioso. Realizaram-se negociações nos pilares político, comercial e de cooperação do Acordo.

Com respeito aos pilares político e de cooperação, textos normativos foram

revisados e intercambiaram-se pontos de vista sobre diversos temas. Alcançou-se progresso substantivo nos textos negociadores.

Onze Grupos de Trabalho do pilar de Comércio reuniram-se durante o XXI CNB e obtiveram considerável avanço nos textos normativos que formarão parte do Acordo Birregional. Para o XXII CNB, ambas as Partes farão uma avaliação dos progressos alcançados em todos os Grupos de Trabalho, a fim de estabelecer prioridades nos temas relevantes que se encontrem pendentes, com vistas à finalização do marco normativo do Acordo. Além disso, as Partes acordaram continuar com os trabalhos internos a fim de apresentar suas ofertas melhoradas de acesso a mercado.

Finalmente, foi confirmada a realização das próximas reuniões do CNB neste ano, que terão lugar em Bruxelas (4 a 8 de julho), e no Uruguai (7 a 11 de novembro).

VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE
AGUIAR PATRIOTA AO EGITO – CAIRO,
7 E 8 DE MAIO DE 2011
06/05/2011

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota realizará visita ao Cairo, em 7 e 8 de maio de 2011, quando manterá encontros com o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Egito, Nabil al-Araby, com o Secretário-Geral da Liga dos Estados Árabes, Amr Moussa, e com a Ministra do Planejamento e da Cooperação Internacional, Fawza Aboul Naga.

A visita constituirá oportunidade para retomar o diálogo político com as novas autoridades egípcias e para tratar de temas relativos ao comércio e à cooperação bilateral. Deverão ser discutidos, ainda, o momento atual no Norte da África e no Oriente Médio, os últimos desdobramentos do processo de

paz Israel-Palestina e as questões do Sul do Sudão e de Darfur.

O Egito é interlocutor de grande influência no mundo árabe, sede da Liga dos Estados Árabes, e tem envolvimento crescente nas negociações relativas à questão israelo-palestina, do que é demonstração a assinatura, no Cairo, no último dia 4, do acordo de reconciliação entre o Fatah e o Hamas (além de outros 11 grupos políticos palestinos).

Em 2010, o Egito tornou-se o segundo parceiro extra-regional a assinar Acordo de Livre Comércio com o Mercosul. Nesse ano, o Egito despontou como terceiro maior parceiro comercial do Brasil na África e o principal destino das exportações brasileiras para aquele continente. O intercâmbio comercial foi de US\$ 2,13 bilhões e as exportações brasileiras, de US\$ 1,96 bilhão.

ADIAMENTO DA VISITA DO
PRESIDENTE DA REPÚBLICA
BOLIVARIANA DA VENEZUELA, HUGO
CHÁVEZ, AO BRASIL
09/05/2011

O Governo brasileiro tomou conhecimento, por intermédio do Chanceler Nicolás Maduro, que chegou a Brasília a pouco, de que o Presidente Hugo Chávez não poderá viajar ao Brasil para a visita prevista para amanhã, 10 de maio, por recomendação médica, para tratamento de lesão no joelho, que exigirá repouso nos próximos dias.

Também foram suspensas as visitas que o Presidente venezuelano faria ao Equador e a Cuba.

O Ministro das Relações Exteriores receberá o Chanceler Maduro, na manhã do dia 10 de maio, para examinar os principais temas das agendas bilateral e regional.

Nova data para a visita do Presidente Hugo

Chávez ao Brasil será acordada tão logo se conclua o restabelecimento do mandatário venezuelano.

PASSAPORTES DIPLOMÁTICOS
09/05/2011

O Ministério das Relações Exteriores concedeu passaportes diplomáticos até 24 de janeiro de 2011, sob o amparo legal do § 3º do artigo 6º do Anexo ao Decreto número 5.978, de 6 de dezembro de 2006.

A Portaria nº 98, de 24 de janeiro de 2011, do Ministério das Relações Exteriores, que estabeleceu novas normas e diretrizes para concessão de passaportes diplomáticos às pessoas não relacionadas nos incisos do art. 6º do Decreto nº 5.978, de 4 de dezembro de 2006, não torna ilegais as concessões de passaportes já realizadas.

Todos os passaportes diplomáticos expedidos pelo Ministério das Relações Exteriores até 24 de janeiro de 2011 foram concedidos em estrito cumprimento às regras do Decreto nº 5.978/2006. Não existem, no entendimento deste Ministério, quaisquer elementos que justifiquem questionamentos à motivação ou à legalidade dos referidos atos.

SISTEMA GERAL DE PREFERÊNCIAS
TARIFÁRIAS DA UNIÃO EUROPÉIA
10/05/2011

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com preocupação, de proposta da Comissão Européia de modificação do Sistema Geral de Preferências (SGP) europeu, em princípio a partir do início de 2014.

A proposta prevê que os países classificados pelo Banco Mundial, nos últimos três anos, como de “renda alta” ou “renda média-alta”

não possam mais beneficiar-se das preferências comerciais concedidas ao amparo do SGP. Com base nos dados atuais, os critérios propostos resultariam na exclusão do Brasil, entre vários outros países, do regime.

A exclusão do SGP poderá levar à concentração ainda mais significativa de bens primários na pauta exportadora do Brasil para a UE, na medida em que os bens de maior valor agregado representam a maioria dos produtos beneficiados pelo Sistema. Além de contribuir para a geração de empregos, as preferências do SGP são relevantes para os investimentos europeus no Brasil em diferentes setores, entre os quais o automotivo, em razão do comércio intrafirma. A participação do Brasil no SGP assegura, ademais, diversidade de fontes de suprimento para a UE. A eventual exclusão do País poderá levar a aumento de custos para produtores e consumidores europeus.

Ainda que o objetivo da reforma do SGP seja concentrar as preferências nos países de menor desenvolvimento relativo, o perfil exportador brasileiro ao amparo do Sistema europeu não coincide com o dos PMDRs. Além disso, a manutenção de economias altamente competitivas na reforma proposta põe em dúvida a adequação dos critérios adotados.

O Governo brasileiro continuará a examinar as implicações econômicas, comerciais e jurídicas da proposta e seguirá mantendo contatos com as autoridades européias a respeito da matéria.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DO
COMÉRCIO DA REPÚBLICA POPULAR
DA CHINA, CHEN DEMING

11/05/2011

O Ministro do Comércio da República

Popular da China, Chen Deming, realizará visita ao Brasil entre os dias 14 e 17 de maio. O Ministro da RPC manterá encontros com o Chanceler Antonio de Aguiar Patriota e com o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel.

No dia 16 de maio, o Ministro Chen Deming, presidirá, pela parte chinesa, reunião da Subcomissão Econômico-Comercial da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN). Pelo lado brasileiro, a reunião será co-presidida pelo Chanceler Antonio Patriota e pelo Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel.

O Ministro Chen Deming virá ao Brasil acompanhado de expressiva delegação empresarial, composta por representantes dos setores de infra-estrutura, agricultura, energia, automobilístico e ferroviário, entre outros, que participarão do Seminário Empresarial China-Brasil, também no dia 16 de maio, em Brasília.

A visita do Ministro do Comércio da RPC ao Brasil, prevista no Comunicado Conjunto da Visita de Estado da Presidenta Dilma Rousseff à China, em abril passado, insere-se no contexto do aprofundamento da Parceria Estratégica entre Brasil e China e da execução do Plano de Ação Conjunta 2010-2014. Possui, entre seus objetivos, o de promover a diversificação do comércio bilateral e o investimento recíproco.

A China é o maior parceiro comercial do Brasil, com intercâmbio de US\$ 56 bilhões e saldo positivo para o Brasil de US\$ 5 bilhões em 2010. Nos quatro primeiros meses de 2011, o comércio bilateral apresentou um aumento de 45% em relação ao mesmo período do ano anterior, alcançando US\$ 20,4 bilhões, com superávit brasileiro de US\$ 1,6 bilhão. Em 2010, a China foi o maior investidor estrangeiro no Brasil.

AÇÕES EM BENEFÍCIO DOS
BRASILEIROS NO EXTERIOR
13/05/2011

Foi realizada, entre 2 e 6 de maio, a primeira reunião de trabalho entre a Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior do MRE (SGEB) e o Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior (CRBE). Seu principal resultado foi a aprovação de um “Plano de Ação” para o biênio 2011-2012, compreendendo a realização conjunta de cerca de 100 atividades voltadas ao atendimento de demandas da diáspora brasileira. O Plano cobre as áreas de serviço e assistência consulares; políticas para as comunidades expatriadas; educação; previdência social; trabalho; saúde; assistência social e direitos humanos; cultura e comunicação; temas econômicos; e ciência e tecnologia.

Dentre as ações no Plano destacam-se a realização de semanas do trabalhador brasileiro em quatro regiões diferentes do mundo, em colaboração com o Ministério do Trabalho e Emprego; curso-piloto de capacitação de professores de português que lecionam no exterior (EUA); novo mapeamento da comunidade brasileira e de suas associações; e projeto experimental em posto na Europa de eleição de membros do Conselho de Cidadãos. Planejam-se, ainda, a participação do Ministério da Saúde em projeto-piloto para prestar assistência a brasileiros em regiões de fronteira e iniciativas destinadas a dar maior apoio às atividades culturais, ao trabalho da mídia comunitária e a empreendedores brasileiros no exterior.

A política do Governo brasileiro para seus nacionais no exterior vem sendo aprimorada nos últimos anos, por meio de uma série de iniciativas, para responder ao fenômeno do aumento da emigração brasileira.

V COMISSÃO BRASILEIRO-RUSSA
DE ALTO NÍVEL DE COOPERAÇÃO –
MOSCOU, 16 E 17 DE MAIO DE 2011
13/05/2011

Será realizada, em Moscou, nos dias 16 e 17 de maio, a V Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação (CAN). A delegação brasileira será chefiada pelo Vice-Presidente da República, Michel Temer.

A CAN constitui o foro mais elevado de diálogo, concertação política e acompanhamento do conjunto das relações bilaterais entre Brasil e Rússia. É responsável por supervisionar os trabalhos da Comissão Intergovernamental Brasil-Rússia para Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica (CIC), que se dedica a estimular a cooperação bilateral nas áreas de economia e comércio, finanças, agricultura, energia, espaço, defesa, ciência, tecnologia e inovação, educação, cultura e esportes.

No dia 16, serão realizadas reuniões da CIC e da Comissão de Assuntos Políticos e, no dia 17, o Vice-Presidente Michel Temer copresidirá a sessão de alto nível, ao lado do Primeiro-Ministro da Federação Russa, Vladimir Putin. Na ocasião, serão avaliados, entre outros temas, os progressos na implementação do Plano de Ação da Parceria Estratégica (2002) e da Aliança Tecnológica (2004) estabelecidas entre os dois países.

Em 2010, as trocas comerciais entre Brasil e Rússia atingiram US\$ 6,063 bilhões, dos quais US\$ 4,152 bilhões corresponderam a exportações brasileiras.

CELEBRAÇÕES DO BICENTENÁRIO
DA INDEPENDÊNCIA DO PARAGUAI -
ASSUNÇÃO, 14 DE MAIO DE 2011
13/05/2011

A Senhora Presidenta da República, Dilma

Rousseff, designou para representá-la nas celebrações do Bicentenário da Independência do Paraguai, em 14 de maio, Missão Especial de Alto Nível chefiada pelo Senador José Sarney. A Missão é integrada, também, pelo Ministro das Relações Exteriores e outras autoridades do Estado brasileiro.

Em Assunção, o Ministro das Relações Exteriores manterá encontro de trabalho com o Chanceler do Paraguai, Jorge Lara Castro, para examinar os principais temas das agendas bilateral e regional.

CONSULADOS NOS EUA COMEÇAM A
OPERAR SERVIÇO DE SAQUE DO FGTS
NO DIA 16 DE MAIO
13/05/2011

Cerimônias de lançamento do serviço de saque do FGTS: 14 de maio no Consulado-Geral do Brasil em Boston, e 15 de maio no Consulado-Geral do Brasil em Nova York

Os dez Consulados-Gerais do Brasil nos Estados Unidos começarão a operar o serviço de solicitação de saque do FGTS a partir do dia 16 de maio. O serviço, uma parceria entre o Ministério das Relações Exteriores e a Caixa Econômica Federal, permite que o brasileiro no exterior resgate os recursos existentes em sua conta no FGTS. Até então, era preciso que o brasileiro no exterior viesse ao Brasil e fizesse seu pedido em uma agência bancária para obter o resgate.

O procedimento que passa a ser adotado é bem simples. Após verificar que tem direito ao saque do FGTS, o brasileiro deve levar o formulário pertinente de solicitação ao Consulado mais próximo, bem como os documentos necessários, e assinar a solicitação na frente do atendente consular. O formulário e os documentos necessários, bem como as condições de habilitação ao saque do FGTS,

são encontrados nos endereços “www.caixa.gov.br” ou “www.fgts.gov.br”.

A resposta à solicitação é enviada ao endereço de correio eletrônico informado pelo brasileiro e os recursos são depositados em conta existente em banco brasileiro em nome do interessado ou de uma terceira pessoa por ele indicada.

CERIMÔNIA DE LANÇAMENTO
DO SERVIÇO DE SAQUE DO FGTS EM
BOSTON E NOVA YORK

Os Consulados-Gerais em Boston e Nova York realizarão cerimônia de lançamento do serviço de saque do FGTS, respectivamente, nos dias 14 e 15 de maio, com a presença do Embaixador Extraordinário para Assuntos Migratórios, Affonso Massot, de representantes do Ministério do Trabalho e Emprego, e da Caixa Econômica Federal, dos Cônsules-Gerais em cada Posto, de membros do CRBE e de lideranças comunitárias. Na ocasião, estarão presentes funcionários da Caixa Econômica Federal para esclarecer dúvidas quanto ao serviço.

Cerimônia de lançamento do serviço de saque do FGTS:

Data: 14 de maio

Local: sede do Consulado-Geral do Brasil em Boston (20 Park Plaza, Suite 1420 Boston, MA)

Data: 15 de maio

Local: sede do Consulado-Geral do Brasil em Nova York

(1185 Avenue of the Americas, 21st Fl New York, NY).

VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-
MINISTRO DA SUÉCIA, FREDRIK
REINFELDT – 16 A 18 DE MAIO DE 2011
16/05/2011

Em Brasília, no dia 17, o Chefe de Governo

sueco manterá encontro de trabalho com a Presidenta Dilma Rousseff.

O Primeiro-Ministro da Suécia, Fredrik Reinfeldt, realiza visita oficial ao Brasil no período de 16 a 18 de maio. Em Brasília, no dia 17, o Chefe de Governo sueco manterá encontro de trabalho com a Presidenta Dilma Rousseff.

A visita do Primeiro-Ministro Reinfeldt oferece oportunidade para avaliar a implementação do Plano de Ação da Parceria Estratégica bilateral, estabelecido em 2009, em particular as iniciativas nas áreas de ciência, tecnologia e inovação; cooperação educacional; e biocombustíveis, inclusive projetos de cooperação triangular. Os dois Chefes de Governo examinarão igualmente temas relevantes da agenda multilateral, como a preparação da Conferência Rio+20, os acontecimentos recentes no norte da África e no Oriente Médio e a reforma das instituições de governança global.

Em 2010, o comércio bilateral registrou volume total superior a US\$ 2 bilhões. Nos três primeiros meses de 2011, as exportações do Brasil para a Suécia cresceram 21%, e as importações tiveram aumento de 30,7%, em comparação ao mesmo período de 2010. A Suécia é o 19º maior investidor no Brasil.

DECLARAÇÃO CONJUNTA ASSINADA
POR OCASIÃO DA V REUNIÃO DA
COMISSÃO RUSSO-BRASILEIRA DE
ALTO NÍVEL DE COOPERAÇÃO -
MOSCOU, 17 DE MAIO DE 2011
17/05/2011

Co-presidida pelo Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República Federativa do Brasil, Michel Temer, e pelo Excelentíssimo Senhor Presidente do Governo da Federação

da Rússia, Vladimir V. Putin, realizou-se em Moscou, em 17 de maio de 2011, a Quinta Reunião da Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação (CAN).

1. Co-presidida pelo Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República Federativa do Brasil, Michel Temer, e pelo Excelentíssimo Senhor Presidente do Governo da Federação da Rússia, Vladimir V. Putin, realizou-se em Moscou, em 17 de maio de 2011, a Quinta Reunião da Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação (CAN).

2. Antecederam a Reunião da CAN a VII Reunião da Comissão Intergovernamental de Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica - CIC, presidida pela Excelentíssima Senhora Subsecretária-Geral I do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Embaixadora Vera Barrouin Machado, e pelo Excelentíssimo Senhor Primeiro Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia, Andrey I. Denisov, bem como a Reunião da Comissão Política, presidida pela Excelentíssima Senhora Subsecretária-Geral I do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Embaixadora Vera Barrouin Machado, e pelo Excelentíssimo Senhor Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia, Sergey A. Ryabkov.

3. As Partes salientaram que o fortalecimento da Parceria Estratégica bilateral constitui uma das prioridades de suas políticas externas. As principais áreas de cooperação, constantes do Plano de Ação da Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a Federação da Rússia, assinado pelos Presidentes dos dois países em 14 de maio de 2010, foram reafirmadas no decorrer da reunião entre a Excelentíssima Senhora Presidenta da República Federativa do Brasil, Dilma Rousseff, e o Excelentíssimo

Senhor Presidente da Federação da Rússia, Dmitry A. Medvedev, realizada em 14 de abril de 2011, à margem da Cúpula dos BRICS, em Sanya, República Popular da China.

4. Durante a Reunião da Comissão Política, as Partes reiteraram a sua determinação em promover, conjuntamente, o multilateralismo, a primazia do direito internacional, o papel central e coordenador da Organização das Nações Unidas nos assuntos mundiais, o desarmamento e a não-proliferação, a proteção dos direitos humanos, a preservação do meio ambiente, a segurança energética e o desenvolvimento sustentável com igualdade social. Foram discutidas detalhadamente formas para a promoção de uma cooperação ainda maior no âmbito dos BRICS, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, do G-20 e de outros foros internacionais.

5. As Partes reconhecem a necessidade de fortalecer e reformar a Organização das Nações Unidas e seu Conselho de Segurança para refletir de modo adequado as realidades políticas e econômicas contemporâneas. As transformações do Conselho de Segurança devem ter como objetivo ampliar sua representatividade e reforçar sua eficácia. A Parte Russa considera o Brasil como um participante relevante e influente das relações internacionais e reafirma seu apoio à candidatura do Brasil como um merecedor e forte candidato a um assento permanente em um Conselho de Segurança das Nações Unidas ampliado. As Partes concordaram que uma decisão sobre modelo da ampliação do Conselho, inclusive das categorias de membros, deve ser aprovada no contexto de acordo, o mais amplo possível, dos países-membros das Nações Unidas, conforme os termos da Carta das Nações Unidas. As partes reiteraram sua determinação de intensificar o diálogo político entre as Chancelarias com vistas à reforma das Nações Unidas e seu

Conselho de Segurança.

6. Ao abordarem a situação na Líbia, as Partes frisaram a necessidade de que todas as partes interessadas ajam em conformidade com as resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas. As Partes consideram que, no momento, as tarefas prioritárias são a segurança da população civil, a cessação do derramamento de sangue e o relançamento do diálogo político para a resolução da situação naquele país.

7. As Partes reiteraram a disposição de agir conjuntamente com vistas ao cumprimento das decisões da VIII Conferência de Exame do Tratado de Não Proliferação Nuclear, realizada em New York, em 2010, com base em um enfoque equilibrado dos três pilares do Tratado: desarmamento, não-proliferação nuclear e usos pacíficos da energia nuclear. As Partes sublinharam a importância do aprimoramento das normas internacionais de segurança nuclear. Nesse contexto, saudaram a convocação, pelo Diretor-Geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), da Conferência Ministerial sobre Segurança Nuclear, a realizar-se de 20 a 24 de junho próximo, em Viena.

8. A Parte Brasileira reiterou seu apoio à pronta conclusão das negociações referentes à acessão da Rússia à Organização Mundial do Comércio (OMC). Ambas as Partes expressaram sua disposição de trabalhar em conjunto, buscando fazer com que o processo de acesso da Rússia à OMC possa ser concluído em 2011. Para tanto, intensificarão as consultas sobre as questões ainda pendentes, de modo a alcançarem um acordo mutuamente satisfatório no mais breve prazo.

9. As Partes registraram, com satisfação, a recuperação do comércio bilateral, em 2010, ainda que o volume das trocas não tenha atingido os valores anteriores à crise financeira global. Reiteraram o empenho

em elevar as trocas comerciais bilaterais à cifra de US\$ 10 bilhões ao ano. As Partes manifestaram a disposição mútua de equilibrar as relações comerciais e diversificar as pautas de exportação e importação, a fim de ampliar a parcela de bens de alto valor agregado.

10. As Partes expressaram sua satisfação pelo desenvolvimento da cooperação bilateral na área de agricultura. Intensificarão consultas regulares sobre questões de segurança alimentar de interesse comum e darão prioridade, de forma recíproca, a solicitações de registro e de habilitação tanto de produtos quanto de estabelecimentos.

11. As Partes estimularão a cooperação mútua na área de investimentos, inclusive por meio do engajamento dos respectivos empresariados.

12. As Partes reafirmaram seu compromisso com a promoção da cooperação em ciência, tecnologia e inovação, ao amparo da Aliança Tecnológica bilateral, lançada em 2004, inclusive por meio da produção conjunta de bens de alto valor tecnológico agregado e de modalidades de transferência de tecnologia. As Partes prestarão apoio à implementação do Programa de Cooperação Científico-Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia para o Período de 2010 e 2012, assinado em 14 de maio de 2010, em áreas como nanotecnologia, metrologia, biotecnologia e biomedicina, matemática, física e saúde pública, bem como à implementação do Memorando de Entendimento entre o Ministério da Ciência e Tecnologia da República Federativa do Brasil e o Ministério da Educação e Ciência da Federação da Rússia sobre Cooperação na Área de Nanotecnologias, assinado em 7 de outubro de 2010. As Partes promoverão a participação mútua nos projetos de criação do Centro de Inovações “Skolkovo”, na Rússia,

e do Parque Tecnológico “Cidade Digital”, no Brasil.

13. As Partes reiteraram a disposição em continuar a adensar o relacionamento bilateral na área de defesa, dando seguimento ao disposto no Plano de Ação da Parceria Estratégica e no Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação Técnico-Militar, celebrado em 26 de novembro de 2008. As Partes congratularam-se, nesse sentido, com a cooperação em curso e saudaram a realização, em julho vindouro, de pioneira visita à Federação da Rússia de representantes da Escola Superior de Guerra (ESG) brasileira.

14. A Parte Brasileira expressou satisfação pela decisão da Parte Russa de designar representante da Agência Espacial Federal Russa (Roscosmos) junto à Representação Comercial da Federação da Rússia em Brasília. As Partes reafirmaram sua disposição de continuar a promover a cooperação na área espacial, especialmente no que se refere ao aperfeiçoamento do veículo lançador de satélites brasileiro (VLS-1) e sua modernização com o auxílio de estágio russo de combustível líquido; à possível utilização e desenvolvimento do sistema de navegação por satélites GLONASS no Brasil e aos estudos relativos a parceria no desenvolvimento de satélites brasileiros meteorológico e de comunicações.

15. As Partes manifestaram sua disposição de prestar apoio a empresas de seus países em temas relacionados ao fornecimento de aeronaves na Rússia e no Brasil.

16. As Partes expressaram sua disposição em ampliar a cooperação na área de energia. Nesse sentido, as Partes saúdam a participação das empresas russas da área de energia Power Machines e Inter RAO EES em licitações organizadas por empresas brasileiras para

construção e fornecimento de equipamentos para centrais termoelétricas e hidroelétricas de diferentes potências. As Partes exploraram a possibilidade de aprofundar a parceria no que se refere à realização de projetos de prospecção e produção de petróleo e gás natural, transporte e refino de hidrocarbonetos, plantas de liquefação de gás natural e petroquímica.

17. As Partes reiteraram o interesse de desenvolver projetos concretos nas seguintes áreas identificadas pelo Memorando de Entendimento CNEN-ROSATOM, de 21 de julho de 2009: tecnologias de exploração de urânio, tecnologias de reatores de nova geração, projeto e construção de reatores de pesquisa, produção de radioisótopos para uso na medicina, na indústria e na agricultura; educação e treinamento de pessoal. As Partes concordaram com a realização de seminário técnico com vistas à identificação de projetos específicos de cooperação. A Parte brasileira manifestou interesse, igualmente, na cooperação para o desenvolvimento de conjunto de aceleradores de elétrons e de kits de primeiros socorros para casos de emergência nuclear ou radiológica.

18. As Partes reafirmaram sua disposição de cooperar na área da eficiência energética. Nesse sentido, as Partes explorarão a possibilidade de que seja assinado Memorando de Entendimento sobre o tema entre a Agência de Energia da Rússia e instituição designada pela Parte brasileira. As Partes manifestaram seu apoio ao desenvolvimento da parceria entre a Corporação de Biotecnologias da Rússia com suas contrapartes brasileiras em projetos conjuntos na área de biocombustíveis.

19. As Partes intensificarão as atividades do Grupo de Trabalho de Cooperação Interbancária e Financeira no âmbito da Comissão Intergovernamental Russo-Brasileira de Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica. As

Partes examinarão questões referentes à implementação do uso de moedas nacionais dos dois países em contratos comerciais.

20. As Partes tencionam promover a cooperação entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Brasil, e a Corporação Estatal da Rússia “Banco para o Desenvolvimento e Atividades Econômicas Internacionais (Vnesheconombank)”, conforme o Acordo-Quadro de Cooperação Financeira Interbancária do mecanismo BRICS, assinado pelos Bancos autorizados dos países membros dos BRICS em 14 de abril de 2011, em Sanya, de forma a apoiar empresas na implementação de projetos de investimentos e de exportações destinadas ao território da outra Parte.

21. Na área de transporte aéreo, as Partes reiteraram a importância que atribuem ao estabelecimento de linhas aéreas comerciais entre os dois países e esperam que a operação regular de vôos seja inaugurada em breve.

22. As Partes destacaram a importância de dinamizar a troca de experiências na organização de grandes eventos esportivos, no contexto da realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Inverno, em Sochi, 2014; da Copa do Mundo de Futebol FIFA, no Brasil, em 2014; dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, no Rio de Janeiro, em 2016; e da Copa do Mundo de Futebol FIFA, na Rússia, em 2018. Para esse fim, as Partes manifestaram sua disposição de celebrar, no mais breve prazo possível, Memorando de Entendimento e Cooperação em Matéria de Governança e Legados Relativos à Organização de Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, e aprovar Programa Conjunto de Atividades em Esportes Olímpicos para 2011-12, com previsão de realização de treinamentos conjuntos, seminários, intercâmbio e estágios de treinadores e convites para participação de atletas da outra Parte em competições

esportivas internacionais.

23. As Partes manifestaram a disposição de prestar todo o apoio a iniciativas de cooperação cultural. As Partes ressaltaram a importância da atividade da Escola de Ballet do Teatro Bolshoi em Joinville, Santa Catarina, a única do gênero fora da Federação da Rússia.

24. As Partes concordaram em convocar, em breve, reunião de especialistas para discutir a organização dos Dias da Cultura da Rússia no Brasil e dos Dias da Cultura do Brasil na Rússia, no biênio 2012-2013.

25. Com vistas a fortalecer a cooperação na área de educação, as Partes salientaram a importância de incentivar contatos diretos entre entidades de ensino superior e instituições públicas de fomento dos dois países, visando ao incremento do intercâmbio de professores, pesquisadores e estudantes, bem como de pesquisa científica, tecnológica e laboratorial.

26. As Partes acordaram em se empenhar para concluir em futuro próximo todos os procedimentos internos necessários para a entrada em vigor do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Proteção Mútua da Propriedade Intelectual e Outros Resultados da Atividade Intelectual Utilizados e Obtidos no Curso da Cooperação Técnico-Militar Bilateral e do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia para a Cooperação no Campo da Segurança Internacional da Informação e da Comunicação, assinados em 14 de maio de 2010, em Moscou.

27. As Partes intensificarão as consultas visando à assinatura do Acordo de Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal e do Tratado de Transferência de Condenados para a Execução de Sentenças Privativas de Liberdade.

28. As Partes expressaram sua satisfação pelo estreitamento das relações bilaterais

e reafirmaram a importância da Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação. As Partes acordaram que a próxima reunião será realizada no Brasil até o fim de 2012, conforme ao princípio da alternância de sedes.

Vice-Presidente da República Federativa do Brasil

M. Temer

CANDIDATURA DO PROFESSOR JOSÉ
GRAZIANO DA SILVA AO CARGO DE
DIRETOR-GERAL DA FAO; VISITA DO
MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
A ROMA – 19 E 20 DE MAIO DE 2011

18/05/2011

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota realiza visita a Roma, nos dias 19 e 20 de maio, no contexto dos eventos preparatórios para a eleição do novo Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota realizará visita a Roma, nos dias 19 e 20 de maio, no contexto dos eventos preparatórios para a eleição do novo Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), que terá lugar em 26 de junho, na capital italiana.

Além de reunir-se com o atual Diretor-Geral, Jacques Diouf, o Ministro participará, ao lado do Professor José Graziano da Silva, de eventos relacionados à promoção da candidatura brasileira.

CURSO INTERNACIONAL PARA
TREINADORES DE FUTEBOL

20/05/2011

O Itamaraty, em parceria com o Sindicato

de Treinadores Profissionais do Estado de São Paulo, realizará mais uma edição do curso, no âmbito da política brasileira de cooperação esportiva.

O Itamaraty, em parceria com o Sindicato de Treinadores Profissionais do Estado de São Paulo, realizará mais uma edição do Curso Internacional para Treinadores de Futebol, no âmbito da política brasileira de cooperação esportiva.

Em maio de 2008, a primeira edição do Curso, realizada em Brasília, capacitou 31 treinadores dos países africanos de língua portuguesa e do Timor-Leste. Em maio de 2010, em São Paulo, 16 técnicos africanos foram convidados para a atividade, que contou com conferência do técnico Zico. Para a edição de novembro de 2010, foram convidados 21 treinadores de países africanos e do Haiti. Paralelamente, realizou-se curso de capacitação para 20 árbitros de países africanos, da Jamaica e da Palestina.

Para edição a ser iniciada no próximo dia 23 de maio, na sede da Federação Paulista de Futebol, com encerramento previsto para o dia 27 de maio, no Museu do Futebol, foram convidados a enviar representantes países africanos e asiáticos, dentre esses, todos os membros da vertente asiática do Fórum de Cooperação América Latina - Ásia do Leste (FOCALAL). Está confirmada a participação de 19 treinadores estrangeiros no evento, que contará com palestras de técnicos consagrados, como Tite e Luis Felipe Scolari.

DECLARAÇÃO DOS ESTADOS PARTES
DO MERCOSUL E VENEZUELA SOBRE
O ACORDO DE CARTAGENA DAS
ÍNDIAS SOBRE A SITUAÇÃO EM
HONDURAS
24/05/2011

Divulgado, em Assunção, Comunicado de Imprensa sobre o Acordo de Cartagena das Índias relativo à situação em Honduras.

Os Estados Partes do MERCOSUL e Venezuela divulgaram, em Assunção, o seguinte Comunicado de Imprensa sobre o Acordo de Cartagena das Índias relativo à situação em Honduras:

“COMUNICADO À IMPRENSA

Assinatura do Acordo de Cartagena das Índias sobre a situação em Honduras

Os países membros do MERCOSUL acompanharam, com satisfação, a assinatura, no dia 22 de maio de 2011, em Cartagena das Índias, Colômbia, do Acordo entre o Governo de Honduras e o ex-Presidente Manuel Zelaya, que abre caminho para o retorno do ex-Presidente a seu país, em pleno gozo de seus direitos e livre das perseguições ocorridas como consequência do golpe de Estado de 28 de junho de 2009.

A assinatura do Acordo constitui passo fundamental para a normalização do convívio internacional de Honduras.

Os países membros do MERCOSUL congratulam-se com os Governos da Colômbia e Venezuela pelo apoio e mediação que viabilizaram a assinatura do Acordo, que reafirma o compromisso de toda a América Latina com a preservação e a consolidação da democracia. Reiteram, ademais, sua convicção de que, conforme o Protocolo de Ushuaia, de 1998, a plena vigência das instituições democráticas é condição essencial para o desenvolvimento dos processos de integração em que estão engajados.”

VISITA AO BRASIL DA MINISTRA
DOS ASSUNTOS EXTERIORES E DA
COOPERAÇÃO DA ESPANHA, TRINIDAD
JIMÉNEZ – BRASÍLIA, 26 DE MAIO DE 2011
25/05/2011

A Ministra dos Assuntos Exteriores e da Cooperação da Espanha, Trinidad Jiménez, realizará visita a Brasília no dia 26 de maio, ocasião em que manterá encontro com o Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota.

Os Ministros passarão em revista os principais assuntos da pauta bilateral, como a intensificação das trocas comerciais e incremento da cooperação em diferentes domínios, sobretudo nos campos da educação, da cultura e da ciência e tecnologia. Como desdobramento do “Plano de Ação em Ciência e Tecnologia entre Brasil e Espanha”, assinado em fevereiro de 2008, deverão ser discutidas as perspectivas de realização da I Comissão Conjunta Brasil-Espanha de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, possivelmente ainda no segundo semestre de 2011, em Madri.

Serão tratadas questões migratórias, objeto de Reuniões Consulares de Alto Nível entre os dois países.

Os Ministros trocarão impressões sobre as negociações entre o MERCOSUL e à União Europeia e tratarão, igualmente, de temas atuais da agenda global, com destaque para a situação no mundo árabe.

A corrente de comércio entre Brasil e Espanha, em 2010, foi de US\$ 6,6 bilhões, o que representou aumento de 44% em relação a 2009. Trata-se de recorde histórico nas trocas comerciais entre os dois países. Durante o período de 2001 a 2010, o fluxo de investimentos diretos da Espanha para o Brasil totalizou US\$ 18,6 bilhões, o que torna o país o quarto maior investidor no Brasil durante o período.

VISITA DA PRESIDENTA DILMA
ROUSSEFF AO URUGUAI -
MONTEVIDÉU, 30 DE MAIO DE 2011
26/05/2011

A Presidenta Dilma Rousseff realizará visita de trabalho, no dia 30 de maio, a Montevideú, para dar continuidade ao diálogo com o Presidente José Mujica sobre temas de interesse comum.

A Presidenta Dilma Rousseff realizará visita de trabalho, no dia 30 de maio, a Montevideú, para dar continuidade ao diálogo com o Presidente José Mujica sobre temas de interesse comum.

Além de examinarem assuntos da agenda global e regional, os dois presidentes discutirão o andamento dos principais projetos da agenda bilateral. Receberá atenção prioritária dos Presidentes o conjunto de iniciativas e obras de infra-estrutura que pretendem criar novo dinamismo no processo de desenvolvimento integrado do norte uruguaio e da metade sul do Rio Grande do Sul, em particular a construção de uma nova ponte sobre o Rio Jaguarão, a reativação da interconexão ferroviária e a implantação da Hidrovia Uruguai-Brasil. Ainda na área de infra-estrutura, os mandatários examinarão as possibilidades de cooperação em energia e a construção da linha de transmissão elétrica entre os dois países. Durante a visita, também será criado um novo mecanismo para coordenar a cooperação em ciência, tecnologia e inovação.

Está prevista a assinatura de acordos e memorandos de entendimento sobre iniciativas que já se encontram em andamento e novas áreas que ampliarão o horizonte temático do relacionamento bilateral. Os acordos incluem ciência e tecnologia, cooperação para a instalação de laboratórios de conteúdos de TV Digital e aplicações interativas no Uruguai, um plano de ação conjunto relativo à massificação do acesso à internet em banda larga e diversos

documentos nas áreas de cultura, saúde, segurança pública e habitação.

O Brasil consolidou-se nos últimos anos como principal destino das exportações uruguaias e o principal fornecedor do Uruguai. Em 2010, o intercâmbio bilateral ultrapassou os US\$ 3 bilhões, o que representou um aumento 19,4% em relação ao ano anterior. O intercâmbio comercial foi equilibrado, com aproximadamente o mesmo valor de US\$ 1,5 bilhão tanto de exportações para o Uruguai quanto de importações provenientes do país vizinho.

ATENTADO A BOMBA CONTRA
COMBOIO DAS NAÇÕES UNIDAS NO
LÍBANO
27/05/2011

27/05/2011 – No Dia Internacional dos Trabalhadores das Forças de Paz, o Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, participou, hoje, de cerimônia de reconhecimento da valorosa ação das Forças de Paz das Nações Unidas, a convite do Ministério da Defesa. Na ocasião, o Ministro das Relações Exteriores e os Comandantes das Forças Armadas prestaram homenagem aos soldados brasileiros que faleceram a serviço da Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti.

Subseqüentemente, o Governo brasileiro tomou conhecimento, com consternação, do ataque realizado nesta sexta-feira ao comboio de patrulha da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL) na cidade de Sidon, no sul do país.

O Governo brasileiro se associa às palavras do Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon, em sua condenação ao ataque e manifesta condolências aos familiares das vítimas, ao Governo italiano e aos integrantes

das Forças de Paz.

VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE
AGUIAR PATRIOTA A WASHINGTON –
31 DE MAIO E 1º DE JUNHO DE 2011
30/05/2011

O Ministro Patriota participará do II Diálogo de Parceria Global Brasil – Estados Unidos. A visita terá como objetivo dar seguimento aos resultados da visita do Presidente Barack Obama ao Brasil, em março deste ano.

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota realizará visita há Washington nos dias 31 de maio e 1º de junho, para participar do II Diálogo de Parceria Global Brasil – Estados Unidos. A visita terá como objetivo dar seguimento aos resultados da visita do Presidente Barack Obama ao Brasil, em março deste ano.

O Ministro Patriota manterá reunião de trabalho com a Secretária de Estado Hillary Clinton. Na ocasião, deverão ser tratadas questões das agendas bilateral, regional e global, com destaque para temas de paz e segurança, como a situação no Oriente Médio e no Norte da África, além da cooperação em matéria de comércio e investimentos, educação, ciência, tecnologia e inovação, energia, meio ambiente, entre outros. O Ministro Patriota proferirá palestra no Instituto Brasil do Woodrow Wilson Center.

Os Estados Unidos são o maior investidor estrangeiro no Brasil, o segundo maior importador de produtos brasileiros e o segundo maior parceiro comercial do País, com fluxo de mais de US\$ 46 bilhões em 2010.

FUNDO DE FINANCIAMENTO DO SETOR
EDUCACIONAL DO MERCOSUL (FEM)
31/05/2011

Entrou em vigor no Brasil, em 19 de maio, o Fundo de Financiamento do Setor Educacional do Mercosul (FEM).

Um dos principais objetivos do Fundo será apoiar programas de mobilidade de estudantes e professores entre os países do Mercosul, por meio da oferta de bolsas de intercâmbio. Dessa forma, o Fundo cumprirá um papel importante de estímulo à integração acadêmica entre os sócios do bloco.

Além dos Estados Partes do Mercosul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai), poderão participar do FEM os Estados Associados (Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela). As contribuições iniciais previstas para o fundo estão estimadas em US\$ 1 milhão, às quais poderão somar-se aportes dos Estados Associados, de terceiros países, de organismos internacionais e do setor privado.

O FEM é o primeiro fundo social do Mercosul a iniciar sua operação. Outras áreas a serem contempladas são a agricultura familiar, a cultura e a promoção do turismo.

VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE
AGUIAR PATRIOTA À ITÁLIA - ROMA, 2
DE JUNHO DE 2011
01/06/2011

O Ministro Patriota representa o Governo brasileiro nas cerimônias de comemoração dos 150 anos da Unificação italiana.

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota representará o Governo brasileiro nas cerimônias de comemoração dos 150 anos da Unificação italiana, que acontecerão em Roma, no próximo dia 2 de junho.

Brasil e Itália têm elevado nível de diálogo político e ampla proximidade social e cultural. Cerca de 30 milhões de brasileiros têm origem italiana.

DIÁLOGO DE PARCERIA GLOBAL
BRASIL-ESTADOS UNIDOS -
WASHINGTON, 31 DE MAIO E 1º DE
JUNHO DE 2011 - COMUNICADO
CONJUNTO
02/06/2011

Em seu Comunicado Conjunto de 19 de março de 2011, a Presidenta Dilma Rousseff e o Presidente Barack Obama determinaram a realização de reuniões regulares dos mais importantes diálogos entre os dois países. Nesse contexto, o Ministro das Relações Exteriores Antonio de Aguiar Patriota e a Secretária de Estado Hillary Clinton convocaram, em 1º de junho de 2011, a segunda edição do Diálogo de Parceria Global (DPG), antecedida por reuniões de alto nível sobre ciência, tecnologia e meio ambiente; educação e cultura; cooperação trilateral e segurança alimentar; e assuntos regionais.

A segunda reunião do DPG levou adiante os resultados da Visita de Estado do Presidente Obama ao Brasil no último mês de março. O Ministro Patriota e a Secretária Clinton reconheceram o DPG como fórum para fortalecer a cooperação entre as duas maiores democracias e economias das Américas em assuntos bilaterais, regionais e globais. Ressaltaram a interdependência entre paz, segurança e desenvolvimento, e reafirmaram que Brasil e Estados Unidos compartilham os objetivos comuns de fortalecer sua parceria bilateral e de promover a democracia, os direitos humanos, o desenvolvimento sustentável e a inclusão social.

Os participantes do DPG passaram em revista os progressos realizados desde a reunião do Diálogo de Parceria Econômica no último mês de fevereiro, ressaltando a implementação do Memorando de Consultas sobre Transporte Aéreo, a entrada em vigor do Acordo de

Transporte Marítimo, e a importância do Acordo de Cooperação Econômica e Comercial (ACEC) e do Memorando de Entendimento sobre Megaeventos Esportivos Mundiais, assinados recentemente, como ferramentas para promover oportunidades de negócios e investimentos. Os participantes discutiram a possibilidade de um programa conjunto em aviação entre Brasil e Estados Unidos, com vistas a aumentar o engajamento do setor privado e a melhor permitir a nossas economias se colocarem à altura dos desafios da globalização.

Os participantes notaram a relevância da Parceria para o Desenvolvimento de Biocombustíveis de Aviação, no âmbito do Memorando de Entendimento para Avançar a Cooperação em Biocombustíveis, cujo Comitê Coordenador também se reunirá no dia 1º de junho, em Washington, e ressaltaram a importância da Parceria em Clima e Energia para as Américas (ECPA). O Brasil reafirmou sua intenção de sediar uma reunião Ministerial da ECPA no futuro.

Os participantes renovaram sua decisão de fortalecer sua cooperação em matéria de segurança alimentar e apoio ao desenvolvimento de terceiros países. Discutiram estratégias para incrementar os esforços de cooperação trilateral em curso, incluindo diálogo com outros parceiros sobre biotecnologia agrícola. Saudaram os progressos em direção à conclusão de programas no Haiti e na África, e expressaram sua intenção de desenvolver programa no Egito, na área de trabalho decente, com a cooperação da Organização Internacional do Trabalho. Tomaram nota da implementação exitosa de iniciativas conjuntas em Moçambique nas áreas de segurança alimentar e agricultura.

Os participantes demonstraram disposição para planejar, com a possível brevidade, a próxima reunião da Comissão Conjunta em

Cooperação em Ciência e Tecnologia Brasil-EUA, que tem inovação como tema-chave de sua agenda. Sublinharam o papel da inovação na promoção de crescimento econômico sustentado, competitividade e criação de empregos, e expressaram seu desejo de explorar sinergias entre as iniciativas bilaterais existentes nessa área e de fortalecer a colaboração entre Governo, Academia, setor privado e sociedade civil.

Os participantes discutiram a criação de um grupo de trabalho para impulsionar a cooperação bilateral no uso de satélites para observação da Terra, monitoramento ambiental, medição de precipitações e prevenção, mitigação e resposta a desastres naturais.

Seguindo a decisão da Presidenta Rousseff e do Presidente Obama de expandir intercâmbios educacionais e promover cooperação em pesquisa e desenvolvimento, os Participantes conceberam um Plano de Ação com medidas concretas para fortalecer substancialmente o intercâmbio de estudantes nos níveis de graduação e pós-graduação, nas áreas de ciência e tecnologia e outras disciplinas relevantes, bem como para engajar a sociedade civil e o setor privado no treinamento de uma força de trabalho capacitada.

Os Participantes reafirmaram sua intenção de promover a cooperação cultural bilateral e trocaram impressões sobre projetos específicos nas áreas de música, museus e bibliotecas.

Os participantes reiteraram sua intenção de trabalhar de forma estreita na preparação da Conferência das Nações Unidas (ONU) sobre Desenvolvimento Sustentável, a realizar-se no Rio de Janeiro, Brasil, em 2012 (Rio+20). Os Participantes intercambiaram idéias sobre economia verde e reafirmaram seu propósito de trabalhar conjuntamente na Parceria sobre Economia Verde e na Iniciativa Conjunta

sobre Sustentabilidade Urbana, no contexto dos preparativos para a Rio+20. Também discutiram a 17ª Conferência das Partes da Convenção Quadro da ONU sobre Mudança do Clima, a realizar-se em Durban, África do Sul, e reafirmaram sua intenção de trabalhar conjuntamente com vistas à implementação do acordo alcançado em Cancun, México. Tendo em vista seu interesse comum em enfrentar um tema concreto de saúde e meio ambiente, os Participantes exploraram a possibilidade de somar esforços no âmbito da Aliança Global para Fogareiros Limpos, iniciativa em que os Estados Unidos são um dos parceiros líderes, e da Iniciativa para Uso Doméstico do Etanol, liderada pelo Brasil.

Os Participantes saudaram os progressos alcançados sob o Plano de Ação Conjunta para a Eliminação da Discriminação Étnico-Racial e Promoção da Igualdade e do Memorando de Entendimento (MdE) para o Avanço da Condição da Mulher. Encorajaram as agências relevantes dos dois países a desenvolver planos de trabalho, em preparação para a reunião de alto nível do Comitê Coordenador do Plano de Ação, a realizar-se em Brasília em julho de 2011. Os participantes congratularam o trabalho em curso nos dois países para implementar o MdE para o Avanço da Condição da Mulher, em particular os esforços voltados para aumentar a participação de mulheres e meninas em atividades de ciência e tecnologia, fortalecer sua condição econômica e combater a violência baseada em gênero, nacionalmente e em terceiros países.

Procurando avançar no objetivo comum dos dois países de combater todas as formas de discriminação, os Participantes também ressaltaram a importância de proteger indivíduos que sofrem discriminação em função de sua orientação sexual. Os Participantes expressaram sua intenção de continuar colaborando para avançar na

defesa dos direitos humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT), no âmbito da comunidade internacional e de organizações internacionais.

Os Participantes receberam com satisfação a criação de um grupo de trabalho para discutir a implementação, no Brasil e nos Estados Unidos, da Convenção da Haia de 1980 sobre Aspectos Cíveis do Seqüestro Internacional de Crianças e tomaram nota dos resultados das reuniões bilaterais que se realizaram em Brasília nos dias 18 e 19 de maio de 2011.

Notaram o crescente fluxo de viajantes entre os dois países e decidiram trabalhar conjuntamente para facilitar esse fluxo.

Tomaram nota do próximo encontro do Diálogo Político-Militar, a realizar-se em Brasília, em 3 de junho de 2011, no qual Brasil e Estados Unidos estreitarão seu diálogo em assuntos bilaterais e regionais relativos a defesa e segurança.

Os Participantes reafirmaram seu objetivo comum de promover e proteger a democracia nas Américas. Reconheceram o sucesso das eleições presidenciais realizadas no Haiti em março último e notaram, com satisfação, a posse do Presidente Michel Joseph Martelly, em maio de 2011. Reafirmaram a intenção de ambos os países em trabalhar para facilitar o acesso a mercados de produtos originários do Haiti. O Ministro Patriota reiterou que o Brasil pretende oferecer àquele país um programa de comércio preferencial, nos moldes do programa estadunidense Haiti Economic Lift Program (HELP).

Os Participantes saudaram o retorno de Honduras à Organização dos Estados Americanos (OEA). Destacaram a necessidade de construir um Sistema Interamericano mais transparente e eficiente, e de fortalecer e dar maior fluidez ao relacionamento entre o processo de cúpulas, a OEA e outras instituições do sistema.

Os Participantes afirmaram a valiosa contribuição para a democracia, paz, cooperação, segurança e desenvolvimento dada pelos esforços e acordos de integração regional e sub-regional, incluindo a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), e assinalaram o valor do diálogo entre a UNASUL e os Estados Unidos.

Os Participantes decidiram continuar discussões sobre democracia, desenvolvimento, paz, segurança e outras prioridades em comum na África e no Oriente Médio.

Os Participantes ressaltaram a necessidade de maior cooperação em esforços de combate ao narcotráfico e a crimes transnacionais.

Os Participantes intercambiaram impressões sobre desarmamento, não-proliferação e usos pacíficos da energia nuclear. Os dois lados demonstraram interesse em discutir mais esses temas nos próximos meses.

Os dois lados discutiram importantes questões e a cooperação no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), incluindo áreas do mundo afetadas por conflitos e a Missão das Nações Unidas de Estabilização do Haiti (MINUSTAH).

CURSO INÉDITO PARA PROFESSORES
DE PORTUGUÊS NOS ESTADOS
UNIDOS
02/06/2011

O Itamaraty está organizando, pela primeira vez, programa voltado ao apoio e difusão do ensino de português a descendentes de brasileiros, a chamada língua de herança.

O Itamaraty está organizando, pela primeira vez, programa voltado ao apoio e difusão do ensino de português a descendentes de brasileiros, a chamada língua de herança. A

iniciativa é motivada pelo crescente interesse de brasileiros radicados no exterior em reforçar os laços de identidade dos seus filhos com o Brasil.

No âmbito do programa, o Departamento Cultural, em parceria com o Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior, oferecerá curso gratuito a professores de português residentes nos Estados Unidos, preferencialmente nas jurisdições dos Consulados-Gerais em São Francisco, Los Angeles e Houston.

As aulas serão ministradas no Consulado-Geral do Brasil em São Francisco, de 17 a 19 de junho. Os interessados deverão enviar seus currículos à Divisão de Promoção da Língua Portuguesa do Itamaraty (dplp@itamaraty.gov.br) até o dia 3 de junho. A íntegra do projeto poderá ser consultada no sítio eletrônico do Departamento Cultural (<http://www.dc.mre.gov.br/>).

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA
REPÚBLICA DA VENEZUELA, HUGO
CHÁVEZ - BRASÍLIA, 6 DE JUNHO DE
2011
04/06/2011

O encontro entre a Presidenta Dilma Rousseff e o Presidente Hugo Chávez será oportunidade para lançar novas iniciativas de cooperação bilateral, com atenção especial para a integração fronteiriça.

A convite da Presidenta Dilma Rousseff, o Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, realizará visita ao Brasil, no dia 6 de junho.

O encontro entre a Presidenta Dilma Rousseff e o Presidente Hugo Chávez será oportunidade para lançar novas iniciativas de cooperação bilateral, com atenção especial para a integração fronteiriça.

Brasil e Venezuela estabeleceram parceria

estratégica em 2005, no âmbito da qual se desenvolveram iniciativas inovadoras nas áreas de planejamento econômico, desenvolvimento regional, cooperação industrial, produção agropecuária, gestão de crises de abastecimento, habitação e financiamento habitacional, e acesso a serviços bancários.

A Venezuela e a região Norte do Brasil têm economias complementares. Existe grande potencial para o desenvolvimento de iniciativas de integração fronteiriça, com benefícios para as populações dos dois países. Já se encontram em operação a extensão da rede de fibra ótica venezuelana ao território brasileiro, que tem permitido acesso a conexões de alta velocidade em Roraima e no Amazonas; e a linha de transmissão proveniente da hidrelétrica de Gúri, que fornece quase 90% da eletricidade consumida em Roraima. Agências da Caixa Econômica Federal e do Banco da Venezuela foram abertas na região fronteiriça, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento de pequenos negócios e do comércio exterior. A Venezuela adotou o padrão nipo-brasileiro de TV Digital.

O encontro presidencial ocorre em momento de recuperação do comércio bilateral - após a retração, em 2009, em consequência da crise econômica mundial. Em 2010, o comércio bilateral totalizou US\$ 4,6 bilhões (aumento de 11,8% em relação a 2009). As exportações brasileiras alcançaram US\$ 3,8 bilhões (aumento de 6,7%), ao passo que as importações provenientes da Venezuela somaram US\$ 832 milhões (incremento de 43,2%), com superávit de US\$3 bilhões em favor do Brasil. Nos quatro primeiros meses de 2011, a corrente de comércio já superou US\$ 1,5 bilhão, dos quais mais de US\$ 1 bilhão correspondem a exportações do Brasil.

O Brasil tem investimentos na Venezuela nas áreas de infraestrutura (hidrelétricas,

estradas, metrô), siderurgia, petroquímica, construção naval e indústria de processamento de alimentos.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA VENEZUELA, HUGO CHÁVEZ - BRASÍLIA, 6 DE JUNHO DE 2011

06/06/2011

A convite da Presidenta Dilma Rousseff, o Presidente Hugo Chávez Frías realizou visita oficial a Brasília, em 6 de junho de 2011.

Os Presidentes reafirmaram o caráter estratégico da parceria bilateral, tal como declarado em 2005, e manifestaram sua determinação em aprofundá-la.

Os Presidentes concordaram em continuar os Encontros Periódicos, que levaram a significativos avanços na relação bilateral.

Os Presidentes expressaram a sua satisfação com os acordos e projetos assinados, que refletem o compromisso dos dois Governos em fortalecer as relações bilaterais.

Ao final do encontro, os Presidentes:

I – COMPLEMENTAÇÃO ECONÔMICA, PRODUTIVA E COMERCIAL

Ressaltaram os expressivos números do comércio bilateral, que praticamente quadruplicou entre 2002 e 2008.

Manifestaram sua satisfação com a clara tendência de recuperação das trocas comerciais em 2010, revertendo a diminuição do ritmo de crescimento em 2009, em função da crise econômica mundial.

Reafirmaram sua intenção de promover um comércio mais equilibrado entre os dois países.

Saudaram, nesse particular, o aumento das importações pelo Brasil de produtos provenientes da Venezuela, que alcançaram US\$ 832 milhões em 2010 (aumento de 43,16% em relação a 2009), maior valor dos

últimos dez anos.

Registraram o estabelecimento, em agosto de 2010, da Comissão de Monitoramento do Comércio Bilateral, que realizou sua segunda reunião em 6 de maio deste ano. Concordaram sobre a importância desse foro de encaminhamento das questões comerciais bilaterais.

Nesse sentido, reiteraram a importância de que as autoridades competentes cumpram todas as etapas previstas no “Memorando de Entendimento sobre Monitoramento do Comércio” com vistas ao aprofundamento das relações econômico-comerciais bilaterais.

Instruíram as áreas competentes a convocar, no segundo semestre de 2011, a III Reunião da Comissão de Monitoramento do Comércio Bilateral.

Saudaram a realização, no dia 6 de maio, do “Primeiro Encontro Econômico, Produtivo e Comercial Brasil-Venezuela”, com o objetivo de realizar encontro de negócios com empresas e associações setoriais brasileiras.

Destacaram a importância da visita de uma missão empresarial brasileira durante os dias 29 e 30 de junho a Caracas, com o objetivo de explorar oportunidades concretas no marco da Gran Misión Vivienda Venezuela.

Congratularam-se pelos avanços alcançados no marco da cooperação entre a Corporação de Indústrias Intermediárias da Venezuela (CORPIVENSA) e a Fundação CERTI do Brasil para o desenvolvimento dos projetos de implementação e operação de fábricas de equipamentos para refrigeração industrial e para o processamento de alimentos.

Quanto à conveniência de seguir estimulando o equilíbrio nas relações comerciais bilaterais, destacaram as negociações em curso entre empresas dos dois países a respeito do fornecimento de diesel sulphur, coque, ureia e metanol venezuelanos ao mercado brasileiro.

Assinalaram a significativa participação de empresas brasileiras da área de infra-estrutura e energia em diversas obras na Venezuela.

Ressaltaram a importância de garantir a continuidade dos projetos em execução, que incluem hidrelétricas, estradas, trechos do metrô de Caracas, siderúrgica e indústria de processamento de alimentos, entre outros.

II – COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Constataram um salto na intensidade e qualidade da cooperação bilateral, que passou a incorporar diferentes iniciativas inovadoras, implementadas por várias instituições brasileiras e venezuelanas.

1. Cooperação Caixa Econômica Federal (CAIXA) – Banco da Venezuela

Instruíram as autoridades competentes a:

- Continuar aprofundando a relação entre essas duas instituições nas áreas já estabelecidas (bancarização e desenvolvimento fronteiriço), bem como em novas vertentes, como produtos e serviços de comércio exterior;

- Implementar as ações previstas na mesa de trabalho CAIXA-Banco da Venezuela sobre atuação na fronteira, conforme diretrizes aprovadas na missão técnica a São Paulo, Boa Vista e Pacaraima, nos dias 15 a 21 de março de 2011;

- Somar esforços para a inauguração, ao longo de 2011, de mais de 200 correspondentes não bancários na cidade de Caracas e no estado Vargas.

2. Cooperação na área de habitação popular (CAIXA – Ministério do Poder Popular para Habitação e Vivienda-MPPHV e Ministério do Poder Popular para Ciência, Tecnologia e Indústrias Intermediárias – MPPCTII.)

Determinaram às autoridades competentes:

- Dar seguimento ao projeto de cooperação técnica “Apoio ao Plano de Desenvolvimento Sustentável para Favelas de Caracas”, mediante o teste, em San Agustín, da

metodologia já elaborada em 2010;

- Dar início à cooperação da CAIXA com o Ministério do Poder Popular para Habitação e Vivenda na estruturação de um plano de financiamento habitacional nos moldes do programa “Minha Casa, Minha Vida”.

3. Cooperação Agropecuária (EMBRAPA – Instituto Nacional de Investigações Agrícolas-INIA)

Instruíram as autoridades competentes a:

- Promover a continuidade da participação da Embrapa em projetos de produção agrícola que contribuam para elevar a área plantada e a capacidade de produção de alimentos na Venezuela, em particular no que se refere à cooperação com o Ministério do Poder Popular para Agricultura e Terras na Missão Agrovenezuela e nos projetos a serem desenvolvidos em cooperação com o IPEA e Caixa, conforme os acordos assinados hoje com a PDVSA;

- Dar seguimento aos Acordos de cooperação firmados no encontro presidencial de agosto de 2010, em Caracas, em especial aqueles referentes ao combate à febre aftosa e ao distrito-motor de desenvolvimento no sul do estado Bolívar.

4. Cooperação em planejamento e políticas públicas (IPEA – Petróleos de Venezuela S.A.-PDVSA)

Determinaram às autoridades competentes:

- Dar continuidade à execução do “Programa de Trabalho de Cooperação entre o IPEA e a PDVSA para o Planejamento Territorial para o Desenvolvimento Integral da Faixa Petrolífera do Orinoco e da Área Gasífera do estado Sucre”, aprovado durante o presente encontro, que estende a cooperação entre o IPEA e a PDVSA até dezembro de 2012;

- Nesse sentido, destacaram a realização e divulgação do Informe Técnico Conjunto IPEA e Ministério do Poder Popular para Ciência,

Tecnologia e Indústrias Intermediárias da Venezuela “Região Norte do Brasil e Sul da Venezuela: Esforço Binacional para a Integração das cadeias Produtivas”;

- Dar continuidade aos estudos sobre integração entre o Norte do Brasil e o Sul da Venezuela;

- Dar continuidade aos cursos de formação em planejamento e políticas públicas com apoio do IPEA e a participação de diferentes instituições venezuelanas;

- Realizar videoconferência, em junho de 2011, com participação de especialistas da CAIXA e de outros órgãos do Governo brasileiro e suas respectivas contrapartes venezuelanas, com o objetivo de intercambiar informações sobre o Cadastro Único dos Programas Sociais do Brasil e mecanismos semelhantes empregados na Venezuela.

5. Cooperação técnica

Destacaram a negociação e início da execução dos seguintes projetos, além do projeto de Desenvolvimento Sustentável de Favelas: (i) Produção de Mandioca nos estados Venezuelanos Anzoátegui e Monagas; (ii) Produção de Mudanças e Beneficiamento Ecológico de Café; (iii) Desenvolvimento de Tecnologias Alternativas para o Processamento de Cítricos em Pequena Escala; (iv) Desenvolvimento Institucional do Instituto de Altos Estudos de Saúde Pública Dr. Arnoldo Gabaldón; (v) Apoio Técnico para Implantação e Implementação de Bancos de Leite Humano na Venezuela; (vi) Capacitação da Controladoria Sanitária da Venezuela em controle de produtos de consumo humano; (vii) Fortalecimento da Vigilância e Controle dos Resíduos e Contaminantes nos Alimentos; e (viii) Fortalecimento da Sanidade Agropecuária na República Bolivariana da Venezuela.

6. Cooperação em matéria de indústrias básicas e mineração

Acordaram avançar em ações concretas na área técnica e produtiva, a fim de suprir os requerimentos de cal agrícola tanto do Estado de Roraima como de outros Estados do Norte do Brasil;

Saudaram as conversações entre o Ministério de Minas e Energia do Brasil e o Ministério do Poder Popular para as Indústrias Básicas e Mineração da Venezuela, a fim de estabelecer cooperação voltada à integração produtiva na área de exploração mineral, de maneira a fortalecer o desenvolvimento dessa importante área econômica.

III – EIXO AMAZÔNIA-ORINOCO (NORTE DO BRASIL – SUL DA VENEZUELA)

Ressaltaram que os estados do Norte do Brasil e do Sul da Venezuela têm economias complementares, de maneira que a integração das cadeias produtivas das duas regiões beneficiará as populações locais.

Nesse contexto, instruíram as autoridades competentes a:

- Realizar o II Seminário, em Puerto Ordaz, a fim de complementar as propostas do I Seminário, realizado em Manaus, e subsidiar a formulação de um Plano de Desenvolvimento Integrado para as regiões que promova os fluxos comerciais e o estabelecimento de alianças e encadeamentos produtivos entre os países;

- Seguir com o cronograma de videoconferências entre o Ministério do Poder Popular para a Ciência, Tecnologia e Indústrias Intermediárias venezuelano e a SUFRAMA para a identificação de oferta e demanda de produtos para a ampliação dos fluxos comerciais com vistas à integração produtiva entre os dois países;

- Incorporar ao cronograma de videoconferências outras instituições do governo venezuelano, tais como o Ministério do Poder Popular para as Indústrias Básicas e

Mineração e o Ministério do Comércio;

- Avançar nos estudos para o aproveitamento da complementaridade de regimes hidrológicos entre o norte do Brasil e o sul da Venezuela, para a geração de energia elétrica, com vistas à futura interconexão de sistemas de transmissão de eletricidade.

Saudaram a inauguração da segunda etapa (trecho Manaus-Boa Vista), no dia 11 de fevereiro de 2011, da interconexão fronteiriça entre ambos os países, reconhecendo os esforços da parte venezuelana para permitir que aproximadamente 2,4 milhões de cidadãos brasileiros tenham a possibilidade de se conectar à internet com banda larga de alta velocidade.

IV – TEMAS FRONTEIRIÇOS E CONSULARES

Reafirmaram a importância da fronteira como espaço de integração real entre os dois países. Manifestaram satisfação com os avanços obtidos no desenvolvimento da fronteira, bem como os avanços em aspectos consulares, com impacto direto na melhoria das condições de vida da população que vive na região fronteiriça.

1. Dispensa de Uso de Passaportes

- Congratularam-se pela implementação, a partir de dezembro de 2010, da dispensa de passaportes para viagens entre Brasil e Venezuela, no marco do Acordo sobre Documentos de Viagem do MERCOSUL (Decisão 18/08);

- Instruíram as autoridades competentes a dar publicidade à implementação do Acordo sobre dispensa de passaportes (Decisão 18/08) para viagens de turismo entre o Brasil e a Venezuela.

2. Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento Fronteiriço (GTDF)

- Ressaltaram a importância da retomada das atividades do GTDF, que realizou reuniões anuais em 2008, 2009 e 2010 e determinaram

às autoridades competentes realizar a próxima reunião do GTDF no segundo semestre de 2011, na Venezuela.

3. Subgrupo de Trabalho sobre Saúde na Fronteira (STSF)

- Saudaram a criação do Subgrupo, que realizou duas reuniões em 2009, nas quais foram tratados temas como a atenção à saúde (sobre o qual está sendo elaborada pelo Brasil proposta de instrumento bilateral) e saúde indígena;

- Instruíram as autoridades competentes a realizar, na Venezuela, a III Reunião do Subgrupo, em data a ser definida no segundo semestre de 2011.

4. Acordos Fronteiriços

Congratularam-se pela:

- Assinatura, em abril de 2010, do Acordo de Localidades Fronteiriças Vinculadas, que concede os direitos de residência, acesso à educação pública e acesso a serviços e bens públicos de saúde em ambos os lados da fronteira aos cidadãos de Pacaraima e Santa Elena de Uairén;

- Assinatura, em agosto de 2010, do Acordo para o Estabelecimento de Regime Especial Fronteiriço, para simplificar e regulamentar o comércio de subsistência e o transporte entre as localidades de Pacaraima e Santa Elena de Uairén.

5. Atendimento às mulheres migrantes

- Saudaram a assinatura, em abril de 2010, de Acordo prevendo cooperação bilateral na matéria, bem como a instalação de centros de atendimento às mulheres migrantes dos dois lados da fronteira, já iniciada;

- Determinaram às autoridades competentes a dar seguimento à instalação dos centros de atendimento às mulheres migrantes em Pacaraima e Santa Elena do Uairén.

V – TEMAS SOCIAIS

Saudaram a realização da I Reunião Técnica do Gabinete Social Brasil-Venezuela,

realizada em julho de 2010, que objetiva a realização de trabalhos conjuntos nos diversos temas sociais, tais como Proteção Social, Trabalho, Saúde, Direitos Humanos, Educação e Mulheres. Destacaram, ainda, a videoconferência, realizada em 16 de março último, que visou dar continuidade ao intercâmbio de informações e experiências na área social. Na videoconferência, foram identificadas algumas áreas de interesse para o trabalho conjunto: Cadastro Único, Ministério do Desenvolvimento Social; Estágio em Psiquiatria, Prevenção ao Uso do Crack e Gravidez na Adolescência, Ministério da Saúde; Economia Solidária e Combate ao Trabalho Infantil, Ministério do Trabalho e Emprego.

Instaram suas respectivas Chancelarias a definir, juntamente com os Ministérios competentes, as datas das referidas missões, a serem realizadas ao longo do segundo semestre de 2011.

VI – TEMAS REGIONAIS

Referiram-se com satisfação à perspectiva da pronta conclusão do processo de adesão da Venezuela ao MERCOSUL.

Manifestaram a importância do papel desempenhado pela União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) no processo de consolidação da América do Sul como espaço de paz, cooperação, democracia e crescimento com justiça social.

Destacaram que Brasil e Venezuela estão empenhados em obter resultados concretos em suas respectivas Presidências do Conselho de Infra-Estrutura e de Energia da UNASUL.

Saudaram a decisão, no âmbito da IV Cúpula Ordinária da UNASUL, realizada na cidade de Georgetown, em 26 de novembro de 2010, de aprovar o Protocolo Adicional ao Tratado Constitutivo da UNASUL sobre Compromisso com a Democracia. O Protocolo servirá como eficiente salvaguarda

da estabilidade democrática na América do Sul.

Congratularam-se pela decisão de repartir os dois anos de mandato da Secretaria-Geral da UNASUL entre a colombiana María Emma Mejía e o venezuelano Ali Rodríguez Araque. Celebraram a investidura da Senhora María Emma Mejía como Secretária-Geral da UNASUL em evento realizado, na Guiana, no dia 9 de maio de 2011.

Tendo em vista a realização da III Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento, nos dias 5 e 6 de julho de 2011, na Venezuela, manifestaram a importância de consolidar a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), como espaço para consultas políticas e promoção da cooperação entre os países da região.

A Presidenta Dilma Rousseff congratulou o Presidente Hugo Chávez pela mediação, juntamente com o Presidente Santos, do Acordo de Cartagena, que permitiu a volta do ex-Presidente Manuel Zelaya a Honduras.

A Presidenta Dilma Rousseff cumprimentou o Presidente Hugo Chávez, e, por seu intermédio, todo o povo venezuelano, pela celebração do Bicentenário da Independência.

O Presidente Hugo Chávez agradeceu a hospitalidade do povo e do governo brasileiro durante sua estada em Brasília.

PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA EM
REUNIÃO DE ALTO NÍVEL DA ONU
SOBRE HIV/AIDS - NOVA YORK, 8 A 10
DE JUNHO DE 2011
07/06/2011

Passados 30 anos do surgimento da doença, a ONU reunirá autoridades governamentais e especialistas para avaliar as estratégias de prevenção e combate à epidemia.

O Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, e o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, participarão, em Nova York, da Reunião de Alto Nível da Sessão Especial da Assembléia-Geral das Nações Unidas sobre HIV/AIDS, a realizar-se de 8 a 10 de junho próximos.

Passados 30 anos do surgimento da doença, a ONU reunirá autoridades governamentais e especialistas para avaliar as estratégias de prevenção e combate à epidemia, e atualizar as diretrizes para uma resposta mundial de prevenção contra a AIDS. Mais de 30 Chefes de Estado, de Governo e Vice-Presidentes confirmaram presença na reunião.

A Declaração final tratará de questões como métodos de prevenção, acesso a medicamentos, transferência de tecnologia e financiamento.

O Brasil mostrará os resultados de políticas pioneiras que asseguram o acesso universal e gratuito ao tratamento antirretroviral a mais de 200 mil pessoas, além de um conjunto de medidas que minimizaram de forma significativa a incidência da doença no País.

Experiências de cooperação no âmbito regional e com terceiros países, em especial no Haiti e em países africanos, também estarão em destaque, por oferecerem meios eficazes de lidar com os desafios relacionados ao HIV/AIDS.

VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE
AGUIAR PATRIOTA AO PANAMÁ – CIDADE
DO PANAMÁ, 13 DE JUNHO DE 2011
10/06/2011

O Ministro Patriota manterá reunião com o Chanceler e Vice-Presidente Juan Carlos Varela Rodríguez e será recebido pelo Presidente Ricardo Martinelli. Será a primeira visita do Ministro a um país da América Central.

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota realizará visita ao Panamá no dia 13 de junho de 2011, onde se reunirá com o Chanceler e Vice-Presidente Juan Carlos Varela Rodríguez e será recebido pelo Presidente Ricardo Martinelli. Será a primeira visita do Ministro Patriota a um país da América Central.

Em virtude da sua localização geográfica e da sua vocação econômica – com ênfase em transporte marítimo, logística portuária, aviação e administração aeroportuária, serviços financeiros e comércio –, as parcerias entre Brasil e Panamá oferecem grande potencial de aprofundamento. A frequência de 50 vôos semanais entre os países demonstra as oportunidades no relacionamento entre os países.

O Panamá foi escolhido como sede da Embrapa Américas. Esse escritório tem como objetivo apoiar iniciativas voltadas à segurança alimentar e à produção de alimentos para gerar energia. Há possibilidades de cooperação na área de biocombustíveis. O Panamá recentemente adotou nova legislação prevendo percentual obrigatório de mistura de etanol à gasolina. Também a Eletrobrás anunciou a abertura de escritório no Panamá, para apoiar sua crescente atuação na América Central.

O Panamá é o segundo maior parceiro comercial do Brasil na América Central e vive momento de expressivo dinamismo econômico, impulsionado por obras públicas, o que cria oportunidades comerciais e de investimentos para empresas brasileiras. Em 2010, o intercâmbio bilateral totalizou US\$ 382 milhões, com superávit de US\$ 325 milhões para o Brasil.

BRASIL DOARÁ US\$ 20 MILHÕES À
ALIANÇA GLOBAL PARA VACINAS E
IMUNIZAÇÃO
11/06/2011

Iniciativa internacional lançada em 2000, a Aliança busca garantir a democratização do acesso à imunização em nível mundial e já conseguiu prevenir mais de 5 milhões de óbitos.

Será anunciada em Londres, em 13 de junho, doação brasileira de US\$ 20 milhões para a “Aliança Global para Vacinas e Imunização” (GAVI), iniciativa internacional lançada em 2000 que busca garantir a democratização do acesso à vacinação e imunização em nível mundial. A Aliança já conseguiu prevenir mais de 5 milhões de óbitos nos últimos 10 anos.

Inserida no contexto da ação global de combate à fome e pobreza, a doação brasileira, autorizada pela Lei 12.413, será realizada por meio de parcelas iguais e subseqüentes ao longo de 20 anos, e utilizada no financiamento do Mecanismo de Financiamento Internacional para Imunização (IFFim), responsável pela vacinação e imunização em países de baixa renda.

A Conferência de doadores da GAVI buscará compromissos para o financiamento da imunização em países de menor desenvolvimento relativo. O objetivo é o de acelerar o acesso às vacinas sub-utilizadas; fortalecer os sistemas de saúde e imunização nos países e introduzir novas tecnologias de imunização, a fim de contribuir para o cumprimento dos “Objetivos do Milênio”, com a redução em dois terços, até 2015, do número de óbitos em crianças menores de cinco anos.

Parceiros, doadores, co-financiadores e fabricantes de vacinas discutirão a necessidade de levantar recursos da ordem de US\$ 3.7 bilhões para os programas de imunização a serem implementados pela Aliança entre 2011 e 2015.

Embora tenha havido progressos significativos na redução da mortalidade infantil, cerca de 2 milhões de crianças morrem

anualmente de doenças para cuja prevenção existem vacinas. A maior parte dos óbitos ocorre em países de menor desenvolvimento em função de enfermidades como pneumonia e diarreia, que causam cerca de 40% do total de mortes.

VISITA AO BRASIL DO SECRETÁRIO-GERAL
DAS NAÇÕES UNIDAS, BAN KI-MOON –
BRASÍLIA, 16 E 17 DE JUNHO DE 2011

15/06/2011

Serão discutidos objetivos compartilhados em matéria de desenvolvimento sustentável, combate à fome e à pobreza, paz e segurança e reforma da governança global.

O Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, realizará visita oficial ao Brasil nos dias 16 e 17 de junho, acompanhado de altos funcionários da Organização.

O Secretário-Geral será recebido, em Brasília, pela Presidenta Dilma Rousseff. O encontro possibilitará tratar do processo de reforma e fortalecimento das Nações Unidas, além de outros temas como a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), em 2012, os progressos alcançados pelo Brasil no cumprimento das metas de desenvolvimento do milênio e questões de paz e segurança, como a participação brasileira no Haiti no âmbito da Minustah.

O Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, manterá reunião de trabalho com o Secretário-Geral das Nações Unidas e oferecerá almoço em sua homenagem. Serão discutidos objetivos compartilhados em matéria de desenvolvimento sustentável, combate à fome e à pobreza, paz e segurança e reforma da governança global.

O Secretário-Geral Ban Ki-moon será recebido no Congresso Nacional pelos

Presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara dos Deputados, Marco Maia.

Deverá, ainda, encontrar-se com representantes da sociedade civil, sob a coordenação de Gilberto Carvalho, Ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, bem como com a Ministra do Desenvolvimento Social, Teresa Campelo, e a Ministra do Meio Ambiente, Isabela Teixeira.

CATÁLOGO BIBLIOGRÁFICO DO BRICS

16/06/2011

Organizada em conjunto com os demais países do grupo, o Catálogo contém lista ilustrada, com sinopses, de livros de referência sobre o Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

Está sendo lançada, hoje, a versão eletrônica da obra “Catálogo Bibliográfico do BRICS”. Organizada em conjunto com os demais países do grupo, o Catálogo contém lista ilustrada, com sinopses, de livros de referência sobre o Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

As obras incluídas abrangem as áreas de Economia, História, Literatura, Política, Sociologia, Biografias e trabalhos acadêmicos sobre os BRICS. O Catálogo tem por objetivo aumentar o conhecimento mútuo e promover a aproximação das sociedades desses países.

O Catálogo estará disponível na página do Itamaraty (<http://www.itamaraty.gov.br/bric>). A primeira edição impressa do Catálogo Bibliográfico foi apresentada por ocasião da III Cúpula do BRICS, na ilha de Sanya, China, em abril passado.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE
DA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES

UNIDAS, JOSEPH DEISS - BRASÍLIA,

20/06/2011

17/06/2011

A convite do Governo brasileiro, o Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas, Joseph Deiss, visitará o Brasil em 20 de junho de 2011.

O Presidente da Assembleia Geral manterá encontro com o Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, e também proferirá palestra aos alunos do Instituto Rio Branco.

A visita é oportunidade para tratar de assuntos da agenda política internacional, em particular, direitos humanos, e o processo de reforma e de fortalecimento das Nações Unidas, assim como os preparativos para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

O Brasil participa da ONU desde sua fundação. É, atualmente, um dos dez membros não permanentes do Conselho de Segurança.

CONTENCIOSO NA OMC ENTRE
BRASIL E ESTADOS UNIDOS SOBRE
MEDIDAS ANTI-DUMPING APLICADAS
SOBRE A IMPORTAÇÃO DE SUCO DE
LARANJA BRASILEIRO (DS382)

17/06/2011

O Órgão de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC) adotou hoje, em Genebra, o relatório do Painel no contencioso movido pelo Brasil contra os Estados Unidos (EUA) acerca de medidas anti-dumping aplicadas sobre a importação de suco de laranja brasileiro (DS382).

Os EUA tinham prazo até a presente data para apelar da decisão do Painel. Em

importante mudança de atitude, os EUA, de modo inédito em casos referentes à prática de “zeramento” (zeroing) em revisões de processos anti-dumping, decidiram não interpor recurso de apelação da decisão do Painel. O Brasil recebe com satisfação esta decisão, que reforça o sistema multilateral de comércio, em geral, e o mecanismo de solução de controvérsias da OMC, em particular.

Nesse painel, iniciado em setembro de 2009, o Brasil questionou a utilização em procedimentos anti-dumping da metodologia conhecida como zeroing, por meio da qual as operações de venda em que o valor de exportação do produto é superior ao seu valor normal no mercado doméstico são ignoradas no cálculo da margem de dumping.

O Painel, em relatório divulgado em 25 de março de 2011, considerou o zeroing incompatível com o Acordo Anti-dumping. Para o Painel, “uma metodologia de comparação [...] que ignora transações, que se tivessem sido levadas em conta resultariam em uma margem menor de dumping, deve ser considerada “injusta” (unfair) e, portanto, incompatível com o Artigo 2.4”. O Painel também concluiu que o “uso contínuo” dessa prática é ilegal.

O desfecho exitoso desse litígio confirma o acerto da estratégia brasileira de iniciar o caso na OMC, o qual se somou a casos semelhantes abertos por outros nove Membros da Organização e contribuiu para consolidar jurisprudência multilateral contrária a essa prática.

Desenvolvimentos recentes nos EUA, como consulta pública sobre alterações nessa prática, revelam disposição das autoridades norte-americanas em resolver a questão do zeroing de maneira construtiva. O Brasil confia em que os EUA darão pleno

cumprimento às determinações do Painel no prazo de 9 meses acordado entre as partes para implementação.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E
COOPERAÇÃO DE MOÇAMBIQUE,
OLDEMIRO BALÓI
17/06/2011

O Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação da República de Moçambique, Oldemiro Júlio Marques Balói, visitará o Brasil no dia 17 de junho de 2011.

O relacionamento bilateral tem demonstrado grande dinamismo. Do lado brasileiro, desde 2003, foram realizadas três visitas presidenciais (2003, 2008 e 2010) a Maputo. O Presidente Chissano visitou o Brasil em 2004 e o Presidente Guebuza em 2007 e 2009.

Moçambique e Brasil desenvolvem importantes projetos de cooperação em educação, saúde, agricultura, segurança alimentar e energia.

O intercâmbio comercial entre Brasil e Moçambique atingiu US\$ 42 milhões em 2010, com superávit brasileiro de US\$ 38 milhões. De janeiro a maio de 2011, a corrente de comércio bilateral somou US\$ 34 milhões, o que representou um aumento de 111% em relação ao mesmo período de 2010. Nos últimos anos, os investimentos brasileiros em Moçambique cresceram de modo expressivo, com destaque para a mineradora Vale, que recebeu concessão para explorar jazida de carvão mineral no norte do país. O interesse das empresas brasileiras por Moçambique é crescente, a ponto de justificar a abertura, em 2009, de linha de crédito do BNDES para exportação de produtos e serviços brasileiros ao país africano, no valor de US\$ 300 milhões.

VISITA AO BRASIL DO VICE-PRIMEIRO-
MINISTRO DO REINO UNIDO, NICK
CLEGG
20/06/2011

O Vice-Primeiro-Ministro do Reino Unido, Nick Clegg, visitará o Brasil entre os dias 21 e 22 de junho de 2011. Em Brasília, no dia 21, será recebido pelo Vice-Presidente da República, Michel Temer, pelo Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, e proferirá palestra no Instituto Rio Branco. Nos dias 21 e 22, visitará São Paulo e Rio de Janeiro.

Iniciativas recentes têm contribuído para intensificar o sólido relacionamento bilateral, tais como a assinatura do Acordo de Cooperação em Assuntos de Defesa, a criação do Diálogo de Alto Nível na Área de Energia, a criação de Fórum de CEOs paralelo ao Comitê Econômico e de Comércio Conjunto e do Instituto Brasil no “King’s College” de Londres.

Por ocasião da visita, o Ministro Patriota e o Vice-Primeiro-Ministro Clegg assinarão dois memorandos de entendimento: um dedicado ao fortalecimento do intercâmbio e da cooperação cultural; outro, intitulado “Parceria para o Desenvolvimento Global”, voltado aos esforços bilaterais para promover a redução da pobreza mundial.

A relação entre Brasil e Reino Unido oferece grande potencial de cooperação, especialmente nas áreas de educação, ciência, tecnologia e inovação. No dia 21, será realizada em Brasília Mesa Redonda Brasil-Reino Unido sobre Parcerias em Educação Superior. Entre 2007 e 2008, realizou-se o Ano de Ciência-Inovação Brasil-Reino Unido, que resultou em importantes convênios entre instituições de pesquisa de ambos os países.

Considerando que o Reino Unido sediará

as Olimpíadas de 2012 e o Brasil sediará a de 2016, além da Copa do Mundo de Futebol de 2014, existe grande interesse recíproco no desenvolvimento da cooperação bilateral em temas relacionados à organização de megaeventos esportivos – como infraestrutura, segurança, e logística.

O intercâmbio comercial entre Brasil e Reino Unido atingiu a cifra recorde de US\$ 7,7 bilhões em 2010, com superávit brasileiro de US\$ 1,4 bilhões. Segundo registros do Banco Central do Brasil, o volume de investimentos do Reino Unido no Brasil é de US\$ 974 milhões – representando, portanto, o 11º maior investidor no Brasil. O fluxo de investimento direto brasileiro no Reino Unido alcançou US\$ 216 milhões em 2009.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA
VISITA AO BRASIL DO VICE-PRIMEIRO
MINISTRO DO REINO UNIDO, NICK
CLEGG – BRASÍLIA, 21 DE JUNHO DE 2011
21/06/2011

I) MEMORANDO DE ENTENDIMENTO
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O REINO
UNIDO DA GRÃ-BRETANHA E IRLANDA
DO NORTE SOBRE INTERCÂMBIO E
COOPERAÇÃO CULTURAL

II) MEMORANDO DE ENTENDIMENTO
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO
DO REINO UNIDO DA GRÃ-BRETANHA E
IRLANDA DO NORTE SOBRE PARCERIA
PARA O DESENVOLVIMENTO MUNDIAL

COMUNICADO CONJUNTO ASSINADO
POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL
DO VICE-PRIMEIRO-MINISTRO DO

REINO UNIDO, NICK CLEGG
21/06/2011

Em 21 e 22 de junho de 2011, o Governo brasileiro recebeu Delegação Ministerial do Reino Unido liderada pelo Vice-Primeiro-Ministro Nick Clegg. Os dois Governos realizaram consultas abrangentes e identificaram áreas de cooperação ao longo dos próximos quatro anos, com o objetivo geral de elevar a forte parceria que já possuem a níveis ainda mais altos.

Brasil/Reino Unido: áreas-chave de cooperação

Bilateral

Comércio e Investimento

O Reino Unido e o Brasil celebraram o aumento significativo no comércio bilateral em 2010, embora reconheçam o potencial para muito mais, e comprometeram-se a encorajar maior investimento em ambas as direções. A próxima reunião do Comitê Econômico e de Comércio Conjunto (JETCO) será realizada em Londres em setembro de 2011.

Esportes

Os dois países reconheceram as oportunidades singulares decorrentes da incumbência de realizar os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2012 em Londres e de 2016 no Rio de Janeiro. Eles concordaram em utilizar o planejamento, preparação e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos para desenvolver a já forte cooperação em grandes eventos esportivos, inclusive nas áreas de sustentabilidade, segurança e legado – com base em dois acordos bilaterais já celebrados – por meio de conferência intitulada “De Londres para o Rio: um Legado Olímpico” e mediante ações decorrentes de futuras visitas a Londres por parte do Conselho Público Olímpico brasileiro.

Ciência e Inovação

O Ministro britânico para Universidades

e Ciência, David Willetts, e o Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia do Brasil, Aloizio Mercadante Oliva, assinarão em 22 de junho Declaração Conjunta reforçando a próspera relação em Ciência e Inovação que existe entre Brasil e Reino Unido. Os dois Governos continuarão a identificar novas áreas de cooperação, incluindo atividades para atrair maiores investimentos do setor privado em pesquisa e desenvolvimento. A inovação será elemento central da relação, incluindo a exploração de oportunidades para transferência de tecnologia, inovação aberta e o estabelecimento de um número maior de joint ventures entre pequenas e médias empresas de alta tecnologia britânicas e brasileiras, bem como entre empresas inovadoras. O Reino Unido e o Brasil concordaram sobre a importância da propriedade intelectual para a promoção da inovação e da transferência de tecnologia.

Educação

Cientes do papel central a ser desempenhado pela educação no desenvolvimento dos dois países, o Reino Unido e o Brasil comprometem-se com uma maior cooperação nessa área. Ambas as Partes discutiram o novo programa de bolsas de estudos anunciado pela Presidenta Dilma Rousseff e celebraram a cooperação entre universidades, empresas e instituições brasileiras e britânicas para viabilizar um aumento significativo no intercâmbio estudantil ao longo dos próximos quatro anos. Por ocasião de mesa redonda em Brasília, da qual participaram Reitores de universidades britânicas e brasileiras, ambos países celebraram a assinatura de acordo entre o Grupo BG e o Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq, por meio do qual o Grupo BG financiará até 450 novas bolsas de estudos para estudantes brasileiros no Reino Unido ao longo dos próximos 5 a 8 anos.

Defesa

O Reino Unido e o Brasil assinaram Tratado de Cooperação em Defesa em setembro de 2010 e comprometeram-se com a colaboração entre as duas Forças Armadas e Ministérios da Defesa. O Reino Unido aguarda com interesse a visita do Ministro de Estado da Defesa do Brasil no próximo mês.

Cultura e Turismo

O Reino Unido e o Brasil concordaram em garantir que as oportunidades apresentadas pelos grandes eventos esportivos que acontecerão em breve nos dois países sejam plenamente exploradas, incluindo um aumento significativo do turismo bilateral e do intercâmbio cultural, bem como mais cooperação e parcerias inovadoras entre nossos povos, organizações e empresas. O Brasil e o Reino Unido assinaram um novo Memorando de Entendimento sobre Cooperação e Intercâmbio Cultural.

Internacional

Política/Segurança

O Reino Unido e o Brasil continuarão a realizar consultas regulares sobre a pauta do Conselho de Segurança da ONU e outros fóruns multilaterais relacionados com a manutenção da paz internacional, desarmamento e não-proliferação, e direitos humanos. O Vice-Primeiro-Ministro reiterou o apoio do Reino Unido a um Conselho de Segurança da ONU reformado que inclua o Brasil como Membro Permanente.

Desenvolvimento Internacional

O Reino Unido e o Brasil assinaram Memorando de Entendimento sobre Desenvolvimento Global que fortalecerá suas ações conjuntas para promover o cumprimento acelerado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. O MdE encorajará diálogo e cooperação mais fortes e profundos, beneficiando-se dos conhecimentos e experiência dos dois países com vistas a alcançar um maior impacto

sobre a redução da pobreza e o crescimento globais. As ações a serem empreendidas incluem um programa extenso de cooperação trilateral, promovendo debate sobre políticas de desenvolvimento global e compartilhando boas práticas dos sistemas de cooperação em desenvolvimento de ambos os países.

Economia

O Reino Unido e o Brasil trabalharão estreitamente no âmbito do G20 para atingir objetivos comuns para promover um crescimento global equilibrado, sustentado e forte. Ambos os países reconhecem os desafios atuais da economia mundial e continuarão a cooperar no âmbito do G20 para superá-los.

Comércio Internacional

O Reino Unido e o Brasil reafirmaram seu compromisso conjunto com mercados abertos e livres. Na qualidade de apoiadores de longa data da Rodada de Comércio de Doha e do sistema de comércio multilateral, os dois países notaram com grave preocupação o atual impasse nas negociações de Doha e concordaram em trabalhar juntos para explorar todas as opções de negociação que levem a uma conclusão da Rodada, conferindo prioridade às necessidades dos Países Menos Desenvolvidos (PMD). Ambos os países apoiam a conclusão do Acordo de Associação bi-regional UE-Mercosul com o objetivo de impulsionar o comércio e o investimento mútuos e fortalecer uma relação mais ampla entre as duas regiões.

Energia

O Brasil e o Reino Unido celebraram o lançamento de um novo Diálogo de Alto Nível sobre Energia em 2011, para explorar meios de trabalhar em conjunto interna e internacionalmente, inclusive através do G20 e do Fórum Internacional de Energia (IEF) para promover a segurança energética, a produção e o uso de energias renováveis, e dar abertura a novas oportunidades científicas

e de investimentos no setor de energia.

Mudança do Clima e Desenvolvimento Sustentável

O Reino Unido e o Brasil trabalharão juntos para enfrentar os principais desafios ambientais do século XXI, mantendo a cooperação estreita desenvolvida nas reuniões de Nagoya e Cancun. Ambos os países reconheceram a importância da Conferência Rio+20 em 2012 para garantir um compromisso renovado com o desenvolvimento sustentável e concordaram em cooperar mais proximamente a fim de maximizar seu impacto.

Combate ao Fluxo Global de Drogas, Crime Organizado Transnacional e Crime Cibernético

O Ministro Adjunto das Relações Exteriores do Reino Unido, Jeremy Browne, e o Ministro de Estado da Justiça do Brasil em exercício, Luiz Paulo Barreto, assinaram hoje Memorando de Entendimento que fortalece as relações bilaterais estratégicas e operacionais nas áreas de segurança e crime. Os dois países continuaram a cooperar bilateral, regional e internacionalmente para combater o crime organizado, o tráfico ilegal de drogas e as ameaças emergentes à segurança cibernética internacional.

REELEIÇÃO DO SECRETÁRIO-GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, BAN KI-MOON

22/06/2011

Re-election of Secretary-General of the United Nations Ban Ki-moon

A Assembléia Geral das Nações Unidas decidiu, por aclamação, no dia 21 de junho, indicar Ban Ki-moon para servir um segundo mandato consecutivo como Secretário-Geral da Organização, no período de 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2016.

Ao congratular o Secretário-Geral das

Nações Unidas por sua indicação para um segundo mandato, o Governo brasileiro reafirma seu comprometimento em cooperar com o SGNU no encaminhamento de questões-chave da agenda internacional, como a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), a solução política das crises no norte da África e no Oriente Médio, o cumprimento das metas de desenvolvimento do milênio e o processo de reforma e fortalecimento das Nações Unidas.

MESA REDONDA BRASIL-REINO
UNIDO SOBRE PARCERIAS EM
EDUCAÇÃO SUPERIOR – BRASÍLIA, 21
DE JUNHO DE 2011
22/06/2011

No contexto do amplo programa de bolsas de estudo anunciado pela Senhora Presidenta da República, realizou-se Mesa Redonda Brasil-Reino Unido sobre Parcerias em Educação Superior no Palácio Itamaraty, em Brasília, em 21 de junho de 2011, com vistas a impulsionar não só o intercâmbio de estudantes, professores e pesquisadores entre os dois países, como também a cooperação bilateral, com respeito à internacionalização de suas instituições de ensino superior.

Além da presença do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, do Vice-Primeiro-Ministro do Reino Unido e da Irlanda do Norte, Nick Clegg, e do Ministro para Universidades e Ciência britânico, David Willetts, participaram do evento representantes dos Ministros brasileiros de Educação e da Ciência e Tecnologia, Reitores e Vice-Reitores de diversas instituições de ensino superior brasileiras e britânicas, diplomatas, representantes de associações de

universidades e de empresas.

Acordou-se que o Reino Unido deverá, por meio de canais diplomáticos, formalizar proposta de criação de Grupo de Trabalho Brasil-Reino Unido sobre Parcerias em Educação Superior, visando ao delineamento de ações para o incremento da mobilidade acadêmica bilateral, incluindo a busca de parcerias com o setor privado. Dentre outros temas, o referido Grupo de Trabalho deverá tratar da questão das taxas acadêmicas cobradas pelas universidades britânicas. Os representantes brasileiros destacaram que as universidades do Brasil realizam, tradicionalmente, o intercâmbio de estudantes e pesquisadores, com instituições de diversos países, com base na reciprocidade de condições.

Atualmente, o Reino Unido é o 6º maior destino de bolsistas da CAPES e do CNPq.

PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA
CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE
APOIO À ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA
DA AMÉRICA CENTRAL - CIDADE DA
GUATEMALA, 22 E 23 DE JUNHO DE 2011
22/06/2011

O Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI), General José Elito Siqueira, chefia a delegação brasileira à Conferência Internacional de Apoio à Estratégia de Segurança da América Central, a ser celebrada na Cidade da Guatemala, nos dias 22 e 23 de junho. Organizado pelo Sistema da Integração Centro-Americana (SICA), o evento contará com a presença de Chefes de Estado e de Governo de todos os países da América Central, além de altos representantes de países convidados, como México, Brasil, Espanha e

Estados Unidos.

O acentuado aumento da violência e do crime organizado - especialmente o narcotráfico - levou os países da América Central a adotar estratégia de segurança comum em 2007. A partir de 2010 iniciou-se esforço para atualizar e reforçar essa estratégia, com o apoio de países amigos e de organismos internacionais.

A Conferência Internacional de Apoio à Estratégia de Segurança da América Central tem os objetivos de conscientizar a comunidade internacional sobre a situação da violência na América Central e seus efeitos; obter acesso a fontes adicionais de cooperação e financiamento para projetos de segurança; estruturar modalidades de financiamento para a viabilização de projetos na área de segurança; e criar mecanismos de coordenação, avaliação e acompanhamento da Estratégia.

O Brasil saúda a iniciativa centro-americana e se dispõe a ampliar a cooperação técnica já oferecida aos países da região em matéria de segurança, no entendimento de que os esforços conjuntos e concertados são fundamentais para combater de maneira eficaz o flagelo da violência urbana e da criminalidade transnacional.

GRUPO DE SUPRIDORES NUCLEARES

24/06/2011

Encerrou-se hoje em Noordwijk, Países Baixos, a 21a. Reunião Plenária do Grupo de Supridores Nucleares (NSG), foro que tem por objetivo promover a coordenação das políticas nacionais dos 46 Estados participantes sobre controle da transferência de bens e tecnologias sensíveis no campo nuclear para fins exclusivamente pacíficos.

Além de passar em revista os principais acontecimentos e desafios relacionados ao

regime internacional de não-proliferação e desarmamento nucleares, centrado no Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), os países do NSG acordaram revisar suas diretrizes comuns para o controle da transferências de tecnologias de enriquecimento de urânio e reprocessamento de combustível nuclear.

Após mais de 6 anos de negociações no âmbito do NSG, as novas diretrizes estabelecem que apenas países que atendam aos mais elevados padrões de proteção física, segurança e salvaguardas nucleares terão acesso desimpedido àquelas tecnologias sensíveis.

Para o Brasil, a decisão reveste-se de particular importância, na medida em que o NSG passou a reconhecer o Acordo Quadripartite assinado por Brasil, Argentina, a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) como critério alternativo ao Protocolo Adicional (PA) aos acordos de salvaguardas da AIEA.

Além de realçar o significado político do Acordo Quadripartite - que celebra este ano seu vigésimo aniversário - como modelo de aproximação e fomento da confiança entre o Brasil e a Argentina no campo dos usos exclusivamente pacíficos da energia nuclear, a decisão do NSG abre novas perspectivas para a cooperação internacional e o maior acesso a tecnologias relevantes ao desenvolvimento do programa nuclear brasileiro.

O compromisso do Brasil com o uso exclusivamente pacífico da energia nuclear está inscrito na Constituição de 1988 e é reforçado por sua participação nos principais instrumentos e foros internacionais associados ao desarmamento e não-proliferação nucleares, entre os quais, no âmbito regional, o Tratado de Tlatelolco, que tornou a América

Latina e o Caribe a primeira Zona Livre de Armas Nucleares em uma área densamente povoada.

VISITA DA PRESIDENTA DILMA
ROUSSEFF À REPÚBLICA DO
PARAGUAI - ASSUNÇÃO, 29 DE JUNHO
DE 2011
28/06/2011

A Presidenta Dilma Rousseff realizará visita à República do Paraguai no dia 29 de junho, onde manterá reunião de trabalho com o Presidente Fernando Lugo.

No encontro com o Presidente Lugo, será discutida a consolidação dos avanços da relação bilateral, no contexto do aumento da remuneração pela energia paraguaia de Itaipu cedida ao Brasil e da implantação de um sistema de transmissão de 500 kV no Paraguai, obra fundamental para garantir o suprimento de energia elétrica naquele país.

Os Presidentes examinarão, ainda, a intensificação de iniciativas conjuntas em matéria de integração produtiva, física e fronteiriça, bem como em temas de políticas sociais e de segurança.

Serão consideradas iniciativas que envolvam os respectivos setores privados, inclusive no que diz respeito a investimentos, tendo em conta o momento positivo que atravessam as economias de ambos os países: o Paraguai teve crescimento de 15,3% em 2010, o maior da região e o segundo maior do mundo.

Está prevista a assinatura de atos relativos à cooperação bilateral nas áreas de segurança pública, pesca e aquicultura, assessorias jurídicas, capacidades de governos locais e cadeia produtiva leiteira.

O comércio bilateral chegou a US\$ 3,16 bilhões em 2010, o que representa aumento

de 39% com relação a 2009. De janeiro a maio de 2011, o intercâmbio entre Brasil e Paraguai totalizou US\$ 1,3 bilhões, dos quais US\$ 1,1 bilhões correspondem a exportações brasileiras.

XLI REUNIÃO DO CONSELHO DO
MERCADO COMUM E XLI CÚPULA
DE PRESIDENTES DO MERCOSUL -
ASSUNÇÃO, 28 E 29/06/2011
28/06/2011

A Presidenta Dilma Rousseff participará, em 29 de junho, em Assunção, Paraguai, da XLI Cúpula de Presidentes dos Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados. A reunião será precedida, no dia 28, da XLI Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum, em que têm assento os Ministros das Relações Exteriores, da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Entre os resultados esperados para a Cúpula, encontram-se a adoção do Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL (PEAS), o estabelecimento de novas regras que permitirão a plena retomada dos trabalhos do Parlamento do MERCOSUL e a aprovação, no âmbito do Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), de projeto conjunto dos quatro Estados Partes sobre pesquisa, educação e biotecnologia aplicadas à saúde.

A Cúpula representará, também, oportunidade para reflexão sobre o futuro. O Alto Representante-Geral do MERCOSUL, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, contribuirá com o processo de construção de uma visão estratégica para o MERCOSUL.

O comércio total entre os Estados Partes do MERCOSUL continua em franca expansão, tendo alcançado em 2010 a cifra de US\$

44,55 bilhões, dos quais US\$ 39,22 bilhões referem-se ao intercâmbio total do Brasil com os sócios. Nos primeiros cinco meses de 2011, o comércio do Brasil com os sócios alcançou US\$ 17,9 bilhões, um volume 27% superior ao registrado no mesmo período do ano passado.

No encerramento da Cúpula de Assunção, a Presidência Pro Tempore do MERCOSUL será transmitida ao Uruguai.

CARTILHA DE ORIENTAÇÃO JURÍDICA AOS BRASILEIROS NO EXTERIOR 29/06/2011

Iniciativa pioneira de cooperação entre o MRE e a Defensoria Pública da União para levar aos brasileiros informações sobre os pré-requisitos e as providências necessárias para acionar o Poder Judiciário brasileiro gratuitamente a partir do exterior.

Para divulgar informações úteis a brasileiros residentes no exterior que tenham questões jurídicas a tratar no Brasil, o Ministério das Relações Exteriores lançou a “Cartilha de Orientação Jurídica aos Brasileiros no Exterior”. Trata-se de iniciativa pioneira de cooperação entre o MRE e a Defensoria Pública da União (DPU) para levar aos brasileiros, por intermédio da rede consular brasileira, informações sobre os pré-requisitos e as providências necessárias para acionar o Poder Judiciário brasileiro gratuitamente, por intermédio da DPU, a partir do exterior.

O trabalho é resultado da experiência proporcionada pelas jornadas realizadas junto à comunidade brasileira nas cidades de Berlim, Munique, Frankfurt e Hamburgo, da qual participaram diplomatas, defensores públicos federais e agentes das Repartições Consulares daquelas cidades. As dificuldades mais freqüentes relatadas pelos brasileiros e que, agora, poderão ser tratadas junto à

DPU são casos de homologação de sentença estrangeira de divórcio, alteração de nome ou retificação de dados pessoais em Registro Civil no Brasil, guarda de menores, cobrança de alimentos e benefícios previdenciários.

A cartilha está disponível em arquivo PDF no “link”:

<http://www.portalconsular.mre.gov.br/apoio/cartilha-de-orientacao-juridica-2>

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DO JAPÃO – BRASÍLIA, 30 DE JUNHO DE 2011 29/06/2011

As relações entre Brasil e Japão se destacam pelos profundos laços criados a partir da imigração japonesa para o Brasil e brasileira para o Japão. O país é nosso segundo parceiro comercial na Ásia e quinto no mundo.

Atendendo a convite feito pelo Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, durante sua visita ao Japão em 16 de abril passado, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão, Takeaki Matsumoto, realizará visita ao Brasil no dia 30 de junho. A viagem do Ministro Takeaki Matsumoto a Brasília ocorre após participação, como convidado, na XLI Cúpula de Presidentes de Estados Parte e Associados do MERCOSUL, em Assunção.

As relações entre Brasil e Japão se destacam pelos profundos laços criados a partir da imigração japonesa para o Brasil e brasileira para o Japão. O país é nosso segundo parceiro comercial na Ásia e quinto no mundo, com uma corrente de comércio, em 2010, de US\$ 14,1 bilhões - recorde histórico. As exportações brasileiras alcançaram US\$ 7,1 bilhões, um crescimento de 67,2% em relação a 2009, com saldo comercial favorável ao Brasil de US\$ 159 milhões.

Na ocasião, será assinado acordo para o financiamento, pela JICA (Japan International Cooperation Agency), de projetos de cooperação nas áreas de recursos hídricos e de transportes urbanos.

ENTREVISTAS

ENTREVISTA CONCEDIDA PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, ANTONIO PATRIOTA, AO JORNALISTA PAULO CELSO PEREIRA – BRASÍLIA – DF, 09/01/2011

“Continuar não é repetir”

O Novo Chanceler brasileiro anuncia uma política externa de tolerância zero com países que desrespeitam os direitos humanos e diz que a ideologia do Itamaraty é a da democracia.

Paulo Celso Pereira

Dos 37 ministros que tomaram posse na semana passada, Antonio Patriota, o novo chanceler, exceto por alguns detalhes, talvez seja o que mais se identifica com seu antecessor, Celso Amorim. Alfabetizado em inglês aos 2 anos de idade e casado com uma americana, Patriota ocupou os principais cargos do Itamaraty durante o governo Lula. Foi chefe de gabinete de Amorim, embaixador em Washington e, em 2009, chegou à Secretaria-Geral, o segundo posto da hierarquia diplomática brasileira. Muito do que aconteceu de condenável - e também de elogiável - na diplomacia brasileira nos últimos tempos foi testemunhado pelo novo chanceler. Em entrevista a VEJA, Patriota, para quem haverá mudanças “pequenas” de orientação, diz que a única ideologia diplomática deve ser

a busca permanente de valores, sendo o maior deles a democracia.

Paulo Celso Pereira: Em todos os seus anos como diplomata profissional, que imagem o senhor formou dos Estados Unidos?

Antonio Patriota: É difícil falar de maneira objetiva, porque tenho um envolvimento emocional com os Estados Unidos, através da minha família, da minha mulher, da família dela. Há aspectos da sociedade americana que eu admiro muito. É uma sociedade que está muito perto de oferecer oportunidades iguais aos seus cidadãos. O fato de um afro descendente ocupar a Casa Branca é uma ilustração disso. Ele chegou a essa posição por um sistema que leva em conta a meritocracia. Portanto, nós temos o que aprender com os Estados Unidos. Agora, para falar a partir da minha experiência em Washington como embaixador, é difícil deixar de constatar o lado polarizado do espectro político americano. É difícil fazer uma síntese global do que são os Estados Unidos. Existe um hiato enorme entre uma política como a republicana Sarah Palin e o democrata Barack Obama. Eles têm visões de mundo diferentes, experiências de vida diferentes.

Paulo Celso Pereira: O antiamericanismo é um sentimento prevalente na América Latina, afetando também a diplomacia brasileira. Qual a razão?

Antonio Patriota: Isso tem muito a ver com a história da América Latina, das intervenções dos Estados Unidos em assuntos internos dos países, como no Panamá e na Colômbia. Houve também a ocupação de países como o Haiti. O embaixador Araújo Castro (João Augusto de Araújo Castro, ministro das Relações Exteriores do governo João Goulart), um grande chanceler, dizia que, entre os países latino-americanos, o Brasil é o que tem menos razão para se ressentir dos americanos, por ter uma história muito parecida com a deles.

Paulo Celso Pereira: Sua nomeação é sinal de que haverá uma distensão nas relações entre o Brasil e os Estados Unidos?

Antonio Patriota: Sinto-me muito confortável nos Estados Unidos. Passei muitos anos da minha vida lá, quase três anos como embaixador em Washington, onde estabeleci bons contatos com uma diversidade de interlocutores no Executivo, no Congresso e entre os chamados think tanks, os institutos de análise política. Na minha experiência nos Estados Unidos, sempre senti que as portas estavam abertas para a nossa interlocução. Isso não significa que concordemos em tudo sempre, mas há um respeito mútuo, que vem do fato de sermos as duas maiores democracias multiétnicas das Américas. No governo passado, havia uma interlocução boa, natural. Pode ter ocorrido aqui e ali uma dificuldade pontual, mas que nunca contaminou o conjunto do diálogo. Aliás, dificuldades pontuais são características das relações entre os países.

Paulo Celso Pereira: O que muda na diplomacia brasileira no governo de Dilma Rousseff?

Antonio Patriota: Tive apenas duas reuniões com a presidente. É pouco para responder a sua pergunta. Estive muito envolvido com a administração anterior e me identifico muito com sua orientação geral. Mas continuar não é repetir. Podemos esperar nuances, ênfases e desafios novos. O próprio Brasil está hoje num patamar muito diferente daquele em que estava em 2003. Naquele ano, era prioridade que o presidente fosse a Davos (reunião anual do Fórum Econômico Mundial realizado na cidade suíça de Davos) com o objetivo de se apresentar e tranquilizar a comunidade internacional. A presidenta Dilma Rousseff decidiu não ir a Davos em 2011. Estritamente falando, não há necessidade de apresentar a nova presidenta do Brasil à comunidade internacional. Ela já é muito conhecida.

Paulo Celso Pereira: A aspiração brasileira a uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU continua sendo prioridade?

Antonio Patriota: Esse assunto não vai sair da agenda internacional. Estamos vivendo um momento de grandes transformações geopolíticas. As potências tradicionais continuam tendo muita influência, mas é uma influência que é compartilhada cada vez mais com um número maior de atores. Isso leva ao debate sobre governança global, e as mudanças nela se observam em todas as esferas. O Conselho de Segurança está sendo forçado a mudar nessa direção. Aliás, 2011 será um ano fascinante porque foram eleitos como membros não permanentes vários países que estão moldando esses novos mecanismos.” Estarão presentes o Brasil, a Índia e a África do Sul. Será uma espécie de laboratório para examinar como o conselho pode funcionar com a participação desses novos atores.

Paulo Celso Pereira: A Itália anunciou que pretende denunciar o Brasil na Corte

Internacional de Haia, por causa da recusa em extraditar o terrorista Cesare Battisti. O senhor vê condições de o Brasil defender a permanência de Battisti sob a alegação absurda de que ele sofre perseguição política na Itália?

Antonio Patriota: Essa não é uma discussão que envolva o Itamaraty. É uma discussão que foi levada para o Supremo, depois transferida para o presidente. É uma decisão da administração que se encerrou em 31 de dezembro, e eu vou lidar com ela na medida em que crie algum mal-estar diplomático entre Brasil e Itália. Mas, como disse o próprio primeiro-ministro Silvio Berlusconi, essa é uma questão judicial. Dar um tratamento judicial à questão é um sinal muito positivo da parte do governo italiano.

Paulo Celso Pereira: Os vazamentos das mensagens diplomáticas americanas pelo WikiLeaks alteraram de alguma forma o diálogo entre a diplomacia dos países?

Antonio Patriota: Minha resposta tende a ser sim. Obviamente, o trabalho diplomático envolve diferentes graus de confidencialidade. Isso faz parte do ofício da diplomacia e é da mesma forma em todos os países. A perspectiva de que uma conversa confidencial, uma conversa reservada, possa ser divulgada sem que se tenha controle algum sobre essa divulgação é uma coisa que não pode deixar de ter um impacto sobre o profissional da diplomacia. Acho que se tomará mais cuidado em todos os lugares, sobretudo nos Estados Unidos. O WikiLeaks não criou embaraços maiores para o Brasil, mas é um fenômeno que deve ser objeto de reflexão em todas as chancelarias mundiais.

Paulo Celso Pereira: Como o senhor analisa a postura dos diplomatas americanos a partir dos documentos revelados?

Antonio Patriota: Você chega à conclusão de que as chancelarias todas se assemelham muito. O tipo de narração, de análise, se parece muito com o tipo de narração que nós fazemos. Se vazassem documentos brasileiros, encontraríamos coisas semelhantes. Faz parte da cultura da diplomacia.

Paulo Celso Pereira: O senhor é citado em um dos documentos como fonte de um comentário segundo o qual não havia confiança plena do governo brasileiro na sinceridade do governo iraniano em relação ao programa nuclear. Se não havia essa confiança, por que o Brasil se colocou como intermediário da negociação?

Antonio Patriota: O Brasil e a Turquia foram estimulados a ir adiante à negociação até a última hora. Vocês conhecem a história da carta do presidente Obama ao presidente Lula e ao primeiro-ministro da Turquia. Existia uma expectativa de que valia a pena, era interessante, embora houvesse muito ceticismo. Quanto ao meu comentário específico, eu me reservaria o direito de não comentar. Em circunstâncias normais, essa conversa não deveria ser vazada. O que posso dizer é que uma medida de desconfiança sempre existe na relação com diferentes parceiros. Além disso, esse comentário retratado no WikiLeaks foi feito em fevereiro de 2009, e, depois disso, a confiança foi crescendo, aumentando gradativamente. Tanto que produziu um acordo.

A presidenta Dilma concedeu uma entrevista em que afirmou discordar da posição brasileira em não condenar o Irã por violação de direitos humanos.

A presidenta Dilma é muito sensível a isso, como deve ser. Eu me identifico plenamente com essa posição. A questão da ameaça de apedrejamento da iraniana obviamente vai

contra tudo o que nós representamos. Somos um país onde não há pena de morte, e o Brasil é muito ativo na condenação internacional desse recurso punitivo, onde quer que ele seja utilizado. Não nos esqueçamos de que a pena de morte existe nos Estados Unidos, no mundo árabe, no Irã.

Paulo Celso Pereira: O senhor conversou sobre isso com a presidente?

Antonio Patriota: Ela deixou muito claro que seu engajamento com a promoção dos direitos humanos envolve a visão de que todas as violações, todos os abusos devem ser tratados de maneira equânime. Não podemos cair na distorção de condenar um país e calar sobre outro. Acho que vai haver uma reflexão interna sobre essa questão dos direitos humanos. Agora, não quero adiantar em que direção, ou quais serão os matizes.

Paulo Celso Pereira: O regime venezuelano contribuiu para o enfraquecimento da democracia na América Latina?

Antonio Patriota: Se nós olharmos ao redor do globo, a América do Sul é a única região do mundo em desenvolvimento onde todos os governos são democraticamente eleitos e se preocupam muito com a redução da concentração de renda. Isso é uma coisa positiva. Agora, há diferentes experimentos políticos. Alguns enfrentam obstáculos, que têm a ver com a história, com a evolução interna. A Venezuela se polarizou muito, a ponto de a oposição ter tentado dar um golpe no presidente Hugo Chávez em abril de 2002. Para que a democracia realmente aprofunde suas raízes, esse é um projeto da sociedade como um todo, do governo, da oposição.

Paulo Celso Pereira: Uma das críticas mais

freqüentes que se faziam no governo passado era sobre as sucessivas interferências do professor Marco Aurélio Garcia em assuntos diplomáticos. Ele continua no cargo de assessor da presidenta. Qual a sua relação com ele?

Antonio Patriota: Muito amigável, de muito respeito mútuo. Eu converso freqüentemente com ele. Já participei de muitas reuniões com ele. Antevejo uma parceria muito boa.

Paulo Celso Pereira: O senhor não teme o duplo comando?

Antonio Patriota: Eu vejo a oportunidade de complementaridade. Ele conhece como poucos a realidade política dos países vizinhos, é um homem culto, de conhecimento amplo. Facilita nosso trabalho o fato de eu o conhecer bem e de haver uma empatia. O ministro Amorim dizia sempre que, se o professor Marco Aurélio quisesse interferir em questões internas do Itamaraty, ele poderia ter feito isso, mas jamais tomou atitude alguma nesse sentido. Há um respeito muito grande pela instituição que o Itamaraty representa.

Paulo Celso Pereira: Continua então a “visão ideológica” na diplomacia brasileira?

Antonio Patriota: A utilização da palavra “ideológica” é um problema, pois ela é usada de maneira diferente por diferentes interlocutores. Para Evo Morales, ser ideológico é ser neoliberal. Para países mais alinhados com os EUA, ser ideológico é ter uma política de esquerda, socialista. O correto é ter uma área de convergência em torno de objetivos e valores permanentes, como a democracia, a luta contra o preconceito, a busca de formas de cooperação internacional equânimes.

**ENTREVISTA CONCEDIDA PELO MINISTRO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES, ANTONIO PATRIOTA, AO JORNAL
“CARTA CAPITAL” – BRASÍLIA – DF, 14/02/2011**

“A política Sul-Sul é prioridade”

Mas no plano internacional o Brasil não exclui ninguém, não tem inimigos.

Acynara Menezes

O MINISTRO das Relações Exteriores, Antonio Patriota, parece incomodado com as comparações com o ex-chanceler Celso Amorim - para o bem ou para o mal. Acha cedo para lhe exigirem um desempenho equivalente a quem ficou no cargo por oito anos, tampouco aceita a idéia de que fará uma política externa idêntica à do antecessor. Ex-embaixador brasileiro em Washington, Patriota defende que seguir pelo caminho Sul-Sul, de prioridade para a América Latina, não significa desmerecer a relação com os países mais desenvolvidos do planeta, Estados Unidos inclusive. Excluir, aliás, seria o exato oposto do que pretende a política externa de Dilma Rousseff. Em entrevista a Carta Capital, Patriota afirma que não só os direitos humanos promoverão a imagem da presidenta brasileira lá fora, mas também a defesa de um mundo onde não existe mais espaço para organizações fechadas. “O profundo sentido de justiça da presidenta se associa muito à agenda do Brasil

de assegurar que foros de debate não sejam clubes onde países são excluídos.”

Carta Capital: Dilma Rousseff terá mais dificuldade de se projetar internacionalmente do que Lula?

Antonio Patriota: O estilo é diferente, e ela recebe um país em condições diferentes. Tem outras oportunidades de interlocução e uma demanda pelo Brasil talvez maior. Tenho certeza de que dará muita importância à interlocução internacional e que o fará com grande talento, habilidade e até prazer. Noto que ela gosta desse papel, possui uma curiosidade que diria inesgotável pelo que se passa no mundo. Também vejo nela um sentido de justiça profundo que se associa bem ao que é a agenda do Brasil no plano multilateral, de assegurar que os mecanismos de cooperação e os foros de debate reflitam a geopolítica contemporânea e não sejam clubes que polarizam ou excluem certos países.

Carta Capital: Ela será chamada de monoglota como foi Lula?

Antonio Patriota: O presidente Lula comunicava-se com habilidade, porque tinha muito a dizer. Mais

importante do que falar várias línguas é ter uma mensagem. A presidenta Dilma também tem essa característica, é uma mulher com uma experiência de vida rica e é muito estudiosa. Mais especificamente, tem conhecimento de inglês, francês e espanhol, e é capaz de entender um interlocutor sem a necessidade de tradução. Usa mais na hora de se expressar.

Carta Capital: Dilma falou no Congresso que é “natural” que se democratizem as relações entre os países, o que pressupõe mudanças no Conselho de Segurança da ONU. Por que ainda não ocorreram?

Antonio Patriota: Não é um pleito individual, refere-se à própria estrutura de funcionamento do órgão. Tem de desencadear um processo comparável a uma reforma constitucional e isso não é simples de fazer. Já houve uma reforma em 1964, quando o Conselho passou de 11 para 15 membros e teve de ser ratificada por uma maioria de dois terços de membros da ONU, inclusive os cinco permanentes, que têm poder de veto. O debate sobre a reforma do Conselho vem se arrastando desde 1992, é um processo complicado e demorado.

Carta Capital: Qual o empecilho?

Antonio Patriota: Existe um amplo consenso de que a atual estrutura, com esses cinco membros permanentes - Rússia, EUA, China, França e Inglaterra -, retrata mais o pós-guerra do que o mundo contemporâneo. Há países que defendem uma ampliação, passar de 10 para 15. O Brasil e nossos parceiros nesse debate, Alemanha, Japão, Índia - e a África também tem de estar representada -, defendemos que o desequilíbrio se encontra na categoria de membros permanentes.

Carta Capital: O que temem os membros permanentes em relação a uma ampliação?

Antonio Patriota: Cada um tem sua preocupação. Reino Unido e França são os mais favoráveis a uma reforma tal como nós defendemos. Visto de maneira benévola, acordaram para as mudanças geopolíticas e querem uma reforma que reflita isso. Mais apegados à realpolitik, temem que uma demora muito grande na reforma passe a levantar dúvidas sobre seus status como membros permanentes e que ganhe força a idéia de uma cadeira para a União Européia, em vez de cadeiras individuais. Quanto aos demais, todos se dizem favoráveis de maneira distinta. A China põe ênfase em mais espaço para o mundo em desenvolvimento, mas sem explicitar como se daria. Os Estados Unidos põem ênfase no tamanho do conselho reformado, que se for além de 21 membros se transformaria num órgão inadministrável.

Carta Capital: Este mês o Brasil ocupa a presidência rotativa do Conselho. Qual o significado disso? Apenas simbólico?

Antonio Patriota: É mais do que simbólico. Juntamente com o Japão, o Brasil é o país que mais vezes participou do Conselho como membro não permanente. Você vai acumulando experiência. É a décima primeira vez que participamos como membros não permanentes. O Conselho foi criado em 1945, são 66 anos. Ou seja, em um terço de sua existência o Brasil participou dos trabalhos, é o máximo que um não permanente conseguiu.

Carta Capital: Como apontar abusos nos direitos humanos de países aliados do Brasil, como Cuba e Ira?

Antonio Patriota: A palavra aliado não se aplica ao Brasil, que é um país sem inimigos. Além disso, Cuba, por exemplo, tem alguns dos melhores índices das Américas nos direitos econômicos e sociais. Nos civis e políticos aí

talvez possa ser questionado. Mas é importante manter a discussão num padrão que se reconheça que todos os países têm progressos a fazer. Que não se transforme o debate, como dizem os americanos, num exercício de “finger pointing”, acusatório de alguns em detrimento de outros. Esse é o grande desafio: encontrar o caminho justo, o equilíbrio.

Carta Capital: Se fosse hoje o caso dos boxeadores cubanos que desertaram durante os Jogos Pan-Americanos e foram deportados, o Brasil agiria diferente?

Antonio Patriota: Não respondo perguntas hipotéticas. É uma coisa que aprendi nos Estados Unidos, eles dizem muito para a imprensa: não raciocino sobre hipóteses.

Carta Capital: Apesar desse empenho pelos direitos humanos, houve críticas de que faltou uma nota mais dura do governo brasileiro em relação aos problemas no Egito.

Antonio Patriota: Também vi manifestações de apreço pela posição adotada. A situação do Egito é interna, uma convulsão nacional. Nossa preocupação é que as aspirações da população egípcia possam ser equacionadas sem violência, dentro de um ambiente de concórdia, de negociação.

Carta Capital: Então o princípio da não interferência em assuntos internos prevalece sobre a defesa dos direitos humanos?

Antonio Patriota: O que a crítica vai contribuir, nesse caso? Crítica a quem? A gente precisa entender também que forças estão em jogo. Dentre as forças que estão se manifestando, todas elas são favoráveis a um Egito mais democrático? Nossa aposta é que o Egito evolua em um sentido progressista. E a não interferência não é um princípio sacrossanto. O

Brasil já se manifestou sobre questões internas, como quando combatemos o apartheid na África do Sul.

Carta Capital: Os rumos da política externa serão mantidos no governo Dilma, o chamado Sul-Sul. O que o Brasil ganha com essa abordagem?

Antonio Patriota: Não é assim que caracterizo. Durante o governo Lula, a linha de atuação Sul-Sul ficou em evidência porque era o aspecto mais inovador da política externa. Mas já naquela época, como embaixador em Washington, eu defendia que isso não se dava em detrimento da atenção a parceiros tradicionais do mundo desenvolvido. Esse é o espírito com que nós continuaremos a trabalhar. Em primeiro lugar, atenção prioritária aos parceiros sul-americanos - basta dizer que ocupo essa cadeira há um mês e meio e já estive com cinco presidentes da América do Sul. Ao mesmo tempo, estive em Davos e irei a Washington para acertar com a secretária de Estado, Hillary Clinton, a visita do presidente Barack Obama ao Brasil, em março. Uma coisa não exclui a outra.

Carta Capital: Sobre o caso Cesare Battisti: se o Brasil não confia na Justiça italiana, por que mantém acordo de extradição com a Itália?

O ministro diz ter a respeito uma “resposta-padrão” e, de certa forma, cai em contradição. Fala, obviamente, da amizade que une Brasil e Itália e afirma que o caso Battisti é individual e “está encapsulado dentro de um contexto meramente judicial”. O Estado italiano, que se considera ofendido pela recusa à extradição, vê traído o acordo firmado com o Brasil, ou seja, a própria lei. A idéia de que o caso tem de ser encarado de um ângulo “meramente judicial” confirma que o Brasil não confia na Justiça italiana. O menos por enquanto.

Carta Capital: Como o senhor acompanhou os ataques que sofreu Celso Amorim de que fazia uma política externa megalomaniaca?

Antonio Patriota: Jamais corroboraria uma descrição como essa, primeiro porque estive muito engajado na administração anterior. Identifico-me muito com as iniciativas específicas e o espírito em que se desenvolveu a atuação externa do governo Lula. É consenso internacional, não sou eu quem diz, que elevou o Brasil, trouxe respeitabilidade, e nos permite formular políticas e programar iniciativas hoje, no novo governo, a partir de um patamar.

Carta Capital: Por outro lado, analistas mais à esquerda dizem já sentir saudade de Amorim, que o senhor seria mais conservador. É verdade?

Antonio Patriota: Admiro muito Celso Amorim, é com quem eu trabalho desde meados dos anos 90. Seria pretensioso da minha parte começar com iniciativas que representassem um exercício inteiramente diferente ao dele. Assim como não seria razoável esperar de qualquer novo chanceler que desempenhasse em um mês e meio como ele em oito anos. Estou aqui num trabalho de consolidação e estou recebendo o bastão a partir de uma base muito boa.

Carta Capital: Politicamente, Amorim pode ser considerado mais à esquerda do que o senhor?

Antonio Patriota: Olha, não passei pelas experiências de vida pelas quais ele passou. Nunca paguei preço por opiniões que defendesse, como ele pagou ao ser destituído da Embrafilme. Sou um diplomata cujo mérito, se é que tenho algum, foi ser

reconhecido ao longo de minha carreira, onde pude desenvolver um trabalho de acordo com minhas idéias, com aquilo que acreditava, sem ter sido por isso preterido, jogado para escanteio. Ele ficou um bom período depois da Embrafilme aguardando posição. Isso é uma coisa que marca um indivíduo, é uma diferença importante.

Carta Capital: Foi noticiado até que o senhor tem se aconselhado com o embaixador aposentado Luiz Felipe Lampreia, que foi chanceler de FHC.

Antonio Patriota: A mídia tem o direito de interpretar como quiser. O fato é que sou ecumênico, converso com quem me procurar. Sou um diplomata de carreira e os diplomatas de carreira se acostumam a ouvir muitos pontos de vista. O Brasil singulariza-se no cenário internacional como um país que não ouve só aqueles que compartilham as mesmas idéias. Como indivíduo, também me defino um pouco assim. Mas meus conselheiros são os assessores aqui do Itamaraty, o secretário-geral, e os embaixadores da ativa, em primeiro lugar.

Carta Capital: Após as revelações do WikiLeaks, os diplomatas ficaram mais comedidos nas comunicações internas?

Antonio Patriota: O WikiLeaks não deixa de ter um impacto grande, foi um chamado à reflexão. O que me impressionou foi que um país tão cioso da segurança como os EUA tenha tido suas comunicações tornadas públicas como foram. Isso provavelmente reforçará uma característica do trabalho diplomático, de procurar tratar matéria sigilosa com muito cuidado.

**ENTREVISTA CONCEDIDA PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, ANTONIO PATRIOTA, AO JORNAL “O
ESTADO DE S. PAULO” – BRASÍLIA – DF, 25/02/2011**

“Condenar violência é condenar autoritários”

Chanceler diz que solidariedade com aspirações por democracia também é crítica aos regimes fechados.

Denise Chrispim Marin

O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Antônio Patriota, afirmou ao Estado ser possível a aplicação de sanções do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) contra interesses particulares do líder líbio, Muamar Kadafi. Conforme indicou, nenhuma retaliação foi proposta ao Conselho de Segurança por causa da preocupação dos países-membros com seus cidadãos na Líbia. “Sanções contra quem? Só se for contra Kadafi e seu círculo imediato de assessores”, afirmou. Durante a entrevista, Patriota emitiu novos sinais sobre a agenda do governo de Dilma Rousseff para o Oriente Médio.

Estado de S.Paulo: Nas rebeliões populares da Líbia, do Egito e da Tunísia, não houve condenação aberta aos regimes autoritários, mas à violência. Por quê?

Antonio Patriota: Essa mensagem está implícita. Quando um país diz que se solidariza com as aspirações dos manifestantes por maior participação política, por maior liberdade de expressão, a condenação está implícita.

Estado de S.Paulo: No caso do Brasil, estava implícita?

Antonio Patriota: Sem dúvida. Esses episódios provaram ser falsa a percepção de que, no mundo árabe, ou se cai no autoritarismo ou no extremismo islâmico da Al-Qaeda. Ficou claro no caso do Egito, uma nação que representa a metade da população do mundo árabe na qual setores muito expressivos da sociedade reivindicaram melhorias institucionais, econômicas e sociais com base na paz e no diálogo. Essa é uma mensagem significativa e transcendental. O mundo árabe não é o mundo da Al-Qaeda. Não precisamos falar dessa região apenas em termos de terrorismo. Acho que a Al-Qaeda foi uma das grandes derrotadas desses episódios.

Estado de S.Paulo: Por quê?

Antonio Patriota: Porque não verificou o conceito da Al-Qaeda de que países anteriormente alinhados ao Ocidente só poderiam evoluir por meio do extremismo.

Estado de S.Paulo: A questão líbia terá evolução no Conselho de Segurança?

Antonio Patriota: Eu não excluo a hipótese.

Estado de S.Paulo: Até mesmo com a possível adoção de sanções?

Antonio Patriota: Sanções contra quem? Só se for sanções contra Kadafi e seu círculo imediato de assessores. No momento, não se fala nisso.

Estado de S.Paulo: Parece estranho os Estados Unidos não tocarem ainda em sanções?

Antonio Patriota: Há a preocupação com os nacionais na Líbia. Até agora, não houve violência contra estrangeiros. É interessante que, em todos esses movimentos nos países árabes, não houve slogans contra o Ocidente.

Estado de S.Paulo: Em 2003, em Trípoli, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva chamou Kadafi de “meu amigo, meu mestre” e iniciou uma relação mais próxima do Brasil com a Líbia. Como fica a relação bilateral após a condenação do Brasil à violência no país?

Antonio Patriota: Há um alto grau de imprevisibilidade na situação na Líbia. Essa é também a percepção do conselheiro de Segurança Nacional da Casa Branca, Tom Donilon, e da secretária de Estado, Hillary Clinton. Embaixadores árabes

nos Estados Unidos também comentaram comigo sobre a complexidade inerente ao caso líbio, o único a ser levado ao Conselho de Segurança. O comunicado negociado pelos 15 membros do Conselho de Segurança (dia 22) estava muito em linha com nossa posição de repúdio à violência contra civis, de conclamação à moderação e ao diálogo, de facilitação da saída de estrangeiros. Não poderia prever neste momento o que acontecerá na Líbia, que já foi suspensa da Liga Árabe. Há risco de fragmentação territorial, em função de diferentes tribos e grupos que atuam em Benghazi e em Trípoli, e mercenários.

Estado de S.Paulo: Qual sua avaliação sobre esse dominó de rebeliões contra regimes autocráticos árabes?

Antonio Patriota: Já tivemos esse mesmo desejo de evolução democrática, de maior oportunidade econômica, de liberdade de expressão e de soberania na escolha dos rumos da Nação. Só podemos nos solidarizar com movimentos do Egito, da Tunísia e da Líbia. Fala-se muito no modelo turco de democratização desses países, por causa do ingrediente islâmico. O Brasil também pode oferecer um modelo de conciliação entre democracia, crescimento com Justiça social e evolução das liberdades individuais.

Estado de S.Paulo: Qual será a relação do governo Dilma Rousseff com o Irã?

Antonio Patriota: Será uma relação voltada para o comércio, o investimento, o diálogo político. Em relação ao programa nuclear, defendemos que o Irã deve se ater exclusivamente aos fins pacíficos, com base em seus compromissos como o Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP).

Estado de S.Paulo: Mas com direito ao enriquecimento de urânio a 20%?

Antonio Patriota: Esse direito não é contrário ao TNP. O problema do Irã é a desconfiança em relação a seus compromissos internacionais. Temos de oferecer alternativas diplomáticas para superar esse impasse. O Acordo de Teerã (maio de 2010) foi uma alternativa para criar confiança ente interlocutores que mal dialogavam entre si. O Acordo de Teerã está sobre a mesa. Continuaremos dialogando, como fizemos em 2010, com os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança e a União Européia.

Estado de S.Paulo: O Brasil vai votar pela condenação do Irã no Conselho de Direitos Humanos?

Antonio Patriota: Caberá à delegação do Brasil se pronunciar.

Estado de S.Paulo: Qual sua opinião sobre o veto dos Estados Unidos à condenação dos assentamentos de Israel em territórios palestinos?

Antonio Patriota: Foi uma votação muito eloqüente, de 14 votos a favor dessa resolução contra apenas um. Toda a Europa votou junto. Os assentamentos impedem o progresso no processo de paz.

Estado de S.Paulo: Diante do Conselho de Segurança, o Brasil sublinhou sua intenção de atuar no processo de paz entre israelenses e palestinos. De que forma?

Antonio Patriota: Neste ano, os três países do Ibas (Índia, Brasil e África do Sul) estão representados no Conselho de Segurança, como membros não permanentes. Os três

têm em comum as boas relações com o mundo árabe e Israel e participaram da Conferência de Annapolis (2006). No dia 11, o Ibas concordou em permanecer em coordenação estreita para apoiar o processo de paz. Há tempos a Rússia quer realizar uma Annapolis 2, mas não há consenso. Essa reunião seria muito desejável.

**ENTREVISTA CONCEDIDA PELO MINISTRO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES, ANTONIO PATRIOTA, À REVISTA
“ISTOÉ DINHEIRO” – BRASÍLIA – DF, 18/03/2011**

“Queremos criar uma relação de confiança com os EUA”

O ministro Patriota crê que Obama vai apoiar o Brasil por vaga no Conselho de Segurança da ONU.

Claudio Dantas Sequeira

Dos encontros que manteve em Washington há duas semanas, o chanceler Antonio Patriota saiu com a impressão de que o presidente Barack Obama poderá apoiar o Brasil para uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU. Mas não há garantia de que isso ocorra agora, em sua passagem pelo Rio. “Não tenho elementos para dizer o momento exato em que o apoio virá”, explicou o ministro das Relações Exteriores em entrevista exclusiva à ISTOÉ, na quarta-feira 16. Patriota ressaltou que a visita servirá para “atualizar” o diálogo político.

Istoé: Há expectativa de que Obama declare apoio à pretensão do Brasil por uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU. O Sr. acredita nisso?

Antonio Patriota: Essa é uma decisão que

deverá partir do próprio presidente Obama. Nas conversas em Washington, tratei do tema e pude identificar que existe muito respeito pela contribuição que o Brasil dá à promoção da paz internacional. O Haiti é um exemplo citado frequentemente. Além disso, o Brasil é a única nação emergente com relação fraterna com seus vizinhos, não tem inimigos e possui credenciais impecáveis de não proliferação de armas de destruição em massa. De modo que esse conjunto de circunstâncias poderá efetivamente se traduzir em apoio, mas não tenho elementos para dizer o momento exato em que esse apoio virá.

Istoé: Se o apoio não vier agora, a visita terá sido em vão?

Antonio Patriota: Em absoluto! O gesto da visita em si é muito significativo. Há um interesse muito grande também dos setores privados, perspectivas de novos negócios, mais interação. Existe uma variedade de temas que serão abordados. A relação bilateral não se limita a essa questão.

Istoé: O Brasil de hoje representa um desafio para os EUA?

Antonio Patriota: Os EUA reconhecem a influência regional e global do Brasil. Nas minhas conversas em Washington, na preparação desta visita, pude identificar um interesse muito grande em atualizar a relação bilateral, para que reflita essas novas possibilidades, em função do desenvolvimento econômico-social e da elevação do perfil diplomático brasileiro.

Istoé: Que entraves precisam ser superadas na relação com os EUA?

Antonio Patriota: A relação hoje está num nível elevado de interação, uma agenda ampla. Para tratar as barreiras pontuais há mecanismos específicos, como a OMC. Existe expectativa de conseguirmos maior acesso ao mercado americano para produtos como a carne, e decisões na área fitossanitária podem beneficiar nossas exportações. Mas uma visita presidencial, sobretudo a primeira, não deve descer a detalhes comerciais. Vamos trabalhar na criação de uma relação pessoal de confiança entre Dilma e Obama para que a agenda existente progrida e agendas novas sejam estabelecidas.

Istoé: Essa nova maturidade significa o fim do antiamericanismo?

Antonio Patriota: A questão de ideologia não é um ingrediente significativo. Mas o Brasil é uma potência emergente e quer transformar certas estruturas globais. O problema é que durante algum tempo a percepção era de que os EUA defendiam o status quo e queriam congelar a estrutura de poder internacional. Também fomos críticos à intervenção no Iraque. Mas o presidente Obama representa uma visão diferente, em que o uso da força militar respeita a carta da ONU. Obama quer que os EUA estejam em contato com os novos

pólos de poder. Esteve na Índia, na China e agora vem ao Brasil. Estamos num mundo diferente.

Istoé: A escolha do Rio para o discurso do presidente Obama foi sugestão do Itamaraty?

Antonio Patriota: A escolha foi dele. Obama já falou outras vezes de seu grande interesse em conhecer as praias brasileiras. Ele gosta de mar, é havaiano. E o Rio hoje representa o petróleo brasileiro, a Copa de 2014 e a Olimpíada de 2016.

**ENTREVISTA CONCEDIDA PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, ANTONIO PATRIOTA, À REVISTA “EM
QUESTÃO/SECOM-PR” – BRASÍLIA – DF, 26/03/2011**

Para Patriota, o objetivo é estabelecer uma efetiva cidadania mercosulina.

O Em Questão Especial de aniversário do Mercosul entrevistou o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Antonio Patriota. Além de explicar a importância do bloco econômico e da integração para os povos sul-americanos, o chanceler falou sobre o ingresso da Venezuela no bloco, legislação comum e defesa do consumidor mercosulino. Esclareceu também questões sobre entraves burocráticos e desenvolvimento do comércio entre os sócios e o mundo. Leia a seguir a íntegra da entrevista:

Em Questão: Qual a síntese do Mercosul após 20 anos?

Antonio Patriota: O comércio entre os países do bloco, ao longo dos últimos 20 anos, multiplicou-se por dez. Em 1991 somava US\$ 4,5 bilhões e hoje chega a US\$ 45 bilhões. Nos anos recentes, as exportações no interior do Mercosul cresceram três vezes mais do que as exportações extra-bloco. Esses dados dão a medida do Mercosul como importante instrumento de desenvolvimento econômico

da região. Mas o Mercosul não se resume ao aspecto econômico. Também avançamos em matéria de construção de confiança mútua e de aprofundamento do diálogo político. Progredimos nas políticas sociais e na cidadania. Nos anos 2000, o bloco passou por uma importante renovação, que agregou ao nosso projeto de integração, de forma mais estruturada, a dimensão da inclusão social, prioridade dos governos da região.

O Mercosul trata de todas as principais questões que envolvem políticas públicas: das questões de gênero à agricultura familiar, passando por saúde, educação, cooperação jurídica e policial, cultura, trabalho e emprego e desenvolvimento social.

Em Questão: O que se espera a curto prazo e a longo prazo em termos de mudanças institucionais no bloco?

Antonio Patriota: O ano de 2010 foi marcante. Foram dados passos inovadores no fortalecimento institucional do bloco. Gostaria de citar aqueles que considero os principais e que balizarão nosso desenvolvimento institucional nos próximos anos. Em primeiro

lugar, decidiu-se criar o cargo de Alto Representante-Geral do Mercosul. Para essa função, os sócios escolheram o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, diplomata, com longo histórico de serviços prestados ao Brasil e à região em assuntos de integração. O Alto Representante-Geral deverá assegurar uma visão e uma projeção institucionais do Mercosul, além de propor iniciativas nos mais diversos temas e de acompanhar a execução dos projetos políticos de longo prazo do bloco.

Também no ano passado, aprovamos os critérios de representação cidadã do Parlamento do Mercosul, que estão em fase de implementação. O Parlasul, que hoje conta com bancadas iguais em tamanho para cada Estado Parte, compostas por 18 representantes designadas pelos parlamentos nacionais, passará a ter bancadas diferentes, de acordo com um critério de proporcionalidade que considera o tamanho da população dos sócios. Isso aperfeiçoa os mecanismos de participação popular no processo de integração, reforçando-lhe a legitimidade.

Em Questão: O que significa o ingresso da Venezuela no bloco?

Antonio Patriota: O ingresso da Venezuela representa a vitalidade do processo de integração e revela o interesse que o Mercosul desperta em outros países. Trará benefícios significativos para o bloco. Em primeiro lugar, ampliará o alcance do Mercosul até o extremo norte da América do Sul. O Mercosul irá da Patagônia ao Caribe.

Em segundo lugar, a Venezuela é uma economia importante na América do Sul, pela sua capacidade energética, pelo tamanho de seu mercado consumidor, por seu potencial agrícola e industrial.

Em Questão: Já há harmonia suficiente na legislação do Mercosul, como em defesa do consumidor?

Antonio Patriota: Hoje, já é possível a um cidadão do Mercosul recorrer ao órgão de defesa do consumidor do seu país para resolver uma situação envolvendo direito do consumidor que tenha surgido durante uma viagem sua a outro país do Mercosul.

Esse é um exemplo concreto de um acordo adotado no Mercosul que traz benefício direto e palpável para o cidadão.

O plano de ação do Estatuto da Cidadania do Mercosul, aprovado em dezembro, durante a Presidência Pro Tempore Brasileira, prevê a criação de um Sistema Mercosul de Defesa do Consumidor, que contará com um sistema de informações, ações regionais de capacitação, além da norma a ser aplicada por todos os sócios. Estamos avançando.

Em Questão: Quais seriam os próximos passos para reduzir os entraves burocráticos que ainda existem à livre circulação de pessoas?

Antonio Patriota: É grande, hoje, o grau de mobilidade de pessoas no interior do bloco. Há facilidade para viajar como turista, para trabalhar, para estudar e mesmo para estabelecer residência permanente. Nossa vontade é que essa mobilidade em algum momento seja irrestrita. Um dos passos a serem dados nesse sentido é criar modelos comuns de registro de identidade e de placas de veículos, o que também está previsto no plano de ação do Estatuto da Cidadania.

Em Questão: Em que medida o Mercosul contribuiu para a integração da América do Sul?

Antonio Patriota: O Mercosul intensificou as relações de paz e cooperação que predominam no Cone Sul e permitiu o aprofundamento de nossos laços políticos, econômicos e sociais. Contribuiu para fortalecer a democracia e permitiu que conheçamos melhor nossos vizinhos e sejamos mais conhecidos por eles. Estamos criando uma verdadeira comunidade entre sócios, parceiros, amigos, um processo dotado de profundo sentido histórico.

É natural que essas transformações tenham um impacto construtivo para o conjunto da América do Sul. A consolidação do Mercosul estimula a criação de novos espaços de integração na região. A UNASUL, que congrega todos os países sul-americanos, é um exemplo. Organização – cujo Tratado Constitutivo, firmado em Brasília em maio de 2008, entrou em vigor em 11 de março último – soma-se ao Mercosul no esforço de organizarmos o espaço sul-americano em torno de valores e interesses compartilhados por nossas sociedades. A UNASUL contribui para a consolidação, na América do Sul, de um espaço de paz, democracia, cooperação e crescimento econômico com justiça social – precisamente no espírito do Mercosul.

Em Questão: Como o senhor vê a relação do brasileiro com o Mercosul?

Antonio Patriota: Minha percepção é que a sociedade brasileira entende a importância de nosso processo de integração e considera que estamos na direção correta. As pesquisas de opinião demonstram isso. Historicamente, o conjunto das sociedades da América Latina, em sua maioria, é favorável à integração econômica e política da região. O Brasil segue essa tendência.

Os efeitos positivos da aproximação com

nossos vizinhos estão ficando cada vez mais nítidos, sob todos os aspectos – econômico, social, político e cultural. Tenho observado uma identificação e uma solidariedade crescentes entre os nossos povos. Os brasileiros passaram a considerar os argentinos, paraguaios e uruguaios seus parceiros estratégicos.

Em Questão: Quais as grandes conquistas para os cidadãos do bloco?

Antonio Patriota: São muitas as conquistas nesses 20 anos. O Mercosul se sustenta sobre três pilares: o econômico-comercial, o social e o cidadão. Também neste último temos avançado significativamente. A decisão que criou o plano de ação do Estatuto da Cidadania do Mercosul, aprovado em dezembro, durante a Presidência Pro Tempore Brasileira do bloco, demonstra isso. O objetivo é consolidarmos os direitos já existentes e ampliá-los, para estabelecermos uma efetiva cidadania mercosulina.

Hoje, é possível viajar pela América do Sul usando apenas a carteira de identidade. Os trâmites para a obtenção de residência permanente foram simplificados. As contribuições previdenciárias em um país vizinho podem ser consideradas para o cálculo de aposentadorias e pensões no país de origem. Esses são apenas alguns dos exemplos mais visíveis. Há uma série de normas importantes sobre circulação de pessoas e de bens, trabalho e seguridade social, educação, direitos humanos, cooperação consular, entre outros temas.

O fato é que as normativas do Mercosul criaram um grande conjunto de direitos para os cidadãos não só dos países do Mercosul, mas também dos Associados. Isso pode ser constatado na Cartilha do Cidadão

do Mercosul, cuja versão eletrônica está disponível, em português e em espanhol, na página brasileira do Mercosul na Internet (www.mercosul.gov.br).

Em Questão: Qual o próximo grande desafio do Mercosul?

Antonio Patriota: Os desafios são muitos, mas os ganhos obtidos até agora nos animam a prosseguir no rumo da integração com renovado ímpeto. Temos que avançar nos grandes projetos que já estão em andamento, como a Consolidação da União Aduaneira, o Plano Estratégico de Ação Social e o Estatuto da Cidadania. Eu diria que esses são, hoje, os três grandes eixos que definirão o futuro do Mercosul.

**ENTREVISTA CONCEDIDA PELO MINISTRO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES, ANTONIO PATRIOTA, À
REVISTA “ÉPOCA” – BRASÍLIA – DF, 13/05/2011**

“Estamos criando espaço para conversar com a China sobre direitos humanos”

O Brasil representa a democracia. Mas cada país segue seu caminho, diz o chefe do Itamaraty.

Isabel Clemente e Leandro Loyola

Na semana passada, por iniciativa brasileira, a Organização Mundial de Comércio aceitou colocar em pauta as discussões sobre a influência do câmbio no comércio internacional. É um tema delicado. Interessa ao Brasil, devido à perda de mercado para produtos fabricados na China, país acusado de manter suas taxas de câmbio artificialmente baixas. Mas não agrada aos Estados Unidos, já que o dólar estaria, na opinião de alguns especialistas, baixo demais. “É o primeiro passo para um diagnóstico dessa relação”, afirma o ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota.

“Já falou com o Patriota?” É a pergunta feita pela presidenta Dilma Rousseff aos ministros que a procuram com projetos na área internacional. A frequência com que

a presidente faz essa recomendação a seus auxiliares mostra que ele tem uma rotina diferente da exercida por seus antecessores no Ministério das Relações Exteriores. A economia nacional e a conjuntura internacional promoveram o Brasil ao papel de protagonista no cenário mundial. Se traz benefícios, a nova situação exige uma política externa diferente para enfrentar um jogo comercial e político mais duro.

Na semana passada, Patriota falou a ÉPOCA sobre esses desafios enquanto rabiscava um desenho de rosto de mulher. Pianista amador, ele trabalha em um amplo gabinete no Palácio do Itamaraty e, de sua mesa de madeira maciça, enxerga na parede um quadro do pintor holandês Frans Post (1612-1680). Ex-embaixador do Brasil nos Estados Unidos, mora sozinho em Brasília. Casado há 31 anos, Patriota mantém um casamento “com clima de namoro” com a mulher Tânia, representante das Nações Unidas para População, que mora em Bogotá (Colômbia). “Não fazia sentido uma mulher com profissão, inteligente, formada, e com filhos adultos, não ter a carreira dela”, disse Patriota, com naturalidade. “Mas somos muito apaixonados”.

QUEM É: Formado em filosofia, carioca de 57 anos, casado, dois filhos, é ministro das Relações Exteriores

O QUE FEZ: Foi embaixador do Brasil nos Estados Unidos e secretário-geral das Relações Exteriores, entre outros cargos

HOBBY: Desenhista habilidoso e pianista fã de jazz gostava de tocar de madrugada, no casarão da embaixada do Brasil em Washington

Época: A União Européia anunciou que pretende tirar o Brasil do Sistema Geral de Preferências, que dá privilégios a produtos de países em desenvolvimento. O argumento é que o Brasil não precisa mais disso. O que o Itamaraty vai fazer?

Antonio Patriota: É uma decisão que não sabemos como será implementada e quando entrará em vigor. Alguns falam em 2014. Se o Brasil for excluído da lista, o beneficiado não será Bangladesh ou Haiti, será a China. Estamos preocupados, claro, porque pode distorcer o comércio e afetar a qualidade de nosso comércio com a União Européia. É claro que queremos exportar mais bens agrícolas, mas também não queremos entraves aos manufaturados. Outro argumento é que nosso perfil exportador para a União Européia não compete com os países de menor renda. Então, pode haver manifestação veladamente protecionista nisso. O governo brasileiro vai examinar com mais cuidado. Estamos negociando um acordo birregional de livre-comércio Mercosul-União Européia. Esperamos que esse acordo ofereça oportunidades de aumento de comércio. A União Européia é nosso principal parceiro comercial coletivo.

Época: O que o Brasil pode fazer para contornar medidas desse gênero?

Antonio Patriota: A OMC (Organização Mundial do Comércio) existe para isso, para questionar práticas que encobrem intenção protecionista incompatível com regras multilaterais.

Época: O Brasil atingiu um status internacional inédito em sua história recente. Isso implica enfrentar um jogo mais duro. Como a política externa vai lidar com isso?

Antonio Patriota: O Brasil não se furta a assumir responsabilidades adicionais. O Brasil está muito confortável com seu status de sétima economia do mundo, de país que oferece cooperação pacífica e harmoniosa com a vizinhança. Ao mesmo tempo, não devemos minimizar os desafios. Somos um país com bolsões de pobreza, uma renda per capita que não está entre a dos plenamente desenvolvidos. A presidenta Dilma tem o compromisso de reduzir e até mesmo eliminar a miséria no Brasil, mas ainda existe pobreza extrema. À medida que o Brasil assume e participa de mecanismos mais restritos de tomadas de decisão, como o G20, não queremos deixar de ter sensibilidade com os mais pobres. Não queremos nos fechar numa redoma.

Época: A China é um parceiro comercial fundamental para o Brasil. Mas desperta receio por sua concorrência e expansionismo agressivos. Como lidar com a China?

Antonio Patriota: É um desafio para o Brasil lidar com um novo mundo multipolar – e a China é um desses atores principais. Mas também é um desafio lidar com os Estados

Unidos e com a União Européia. Não nos esqueçamos de que, com a China, temos um superávit de US\$ 5 bilhões. Mesmo comprando eletrodomésticos, brinquedos, manufaturados, que provocam ansiedade no setor produtivo – e há razões para isso porque existem condições diferentes de produção lá –, no cômputo geral tivemos superávit no ano passado. Agora, com a visita da presidenta Dilma, houve uma comunicação real entre os dois lados. O lado chinês aceita a tese de que será desejável que o Brasil diversifique sua pauta de exportações. Não foi uma queixa para uma parte surda. Eles deram uma sinalização com a compra de 35 aviões da Embraer, a suspensão dos entraves à exportação de carne suína, a mais consumida na China. Conceitualmente não há divergência entre um lado e outro.

Época: Como não perder espaço para a China na África e na América do Sul?

Antonio Patriota: A nossa ênfase na integração regional não deixa de ser uma estratégia, embora não precise ser apresentada dessa maneira. É importante que o Brasil trabalhe de forma próxima a seus vizinhos porque, mesmo com eles, somos menores que a China e os Estados Unidos.

Época: O Mercosul impede que o Brasil faça acordos de livre-comércio fora do bloco. Críticos dizem que isso cria amarras. Não seria melhor que o país pudesse fazer acordos isoladamente?

Antonio Patriota: O Mercosul é fonte de ingressos extraordinária. O comércio intra Mercosul cresceu de US\$ 2 bilhões para US\$ 22 bilhões entre 1991 e 2010. É um dado eloqüente. É interessante porque exportamos produtos de valor agregado. A ausência de acordo de livre-comércio não é

necessariamente um entrave ao crescimento do comércio. O Brasil teve recorde histórico de comércio com os Estados Unidos antes de 2008. Outros países com acordos de livre-comércio com os Estados Unidos, como o Chile, tiveram queda no comércio.

Época: Quais são os próximos passos na relação com os Estados Unidos, após a visita do presidente Barack Obama?

Antonio Patriota: Eu devo ir a Washington no fim do mês para uma reunião com a secretária de Estado, Hillary Clinton, para começarmos a dar sentido concreto a algumas iniciativas. As mais importantes são em ciência e tecnologia, educação, novos instrumentos para conversas sobre a relação econômico-comercial, a questão de promoção da igualdade racial, de gênero, de cooperação em terceiros países e o Haiti.

Época: Antes do terremoto estava programado o início da redução das tropas brasileiras no Haiti. Isso vai acontecer?

Antonio Patriota: Embora essa questão esteja – digamos, latente –, existe um sentimento que, com o terremoto, a epidemia de cólera e o processo eleitoral, ainda precisamos encarar um período de permanência da Minustah (Força de Estabilização das Nações Unidas para o Haiti) no Haiti.

Época: A presidenta Dilma fez uma defesa veemente dos direitos humanos ao condenar a sentença de apedrejamento da iraniana Sakineh Ashtiani. Por que, na visita à China, um país acusado de graves violações, o tema foi evitado?

Antonio Patriota: Mas o tema está mencionado no comunicado conjunto da visita à China, e isso não é comum. Estamos

criando espaço para conversar com a China, sim, sobre direitos humanos. Aliás, nesse tema, é bom ter presente uma definição ampla. A pessoa que não come, não se veste, não tem um teto, nem água corrente não tem os direitos humanos mais básicos do indivíduo. Redução da pobreza e da fome tem uma dimensão humana. É a área em que o Brasil, e também a China, avançou muito. É claro que representamos a democracia. Mas cada país segue seu caminho.

Época: O governo passado evitou condenar o Irã por abusos aos direitos humanos. Recentemente, o Brasil votou pelo envio de um relator para investigar as garantias individuais no Irã. A relação mudou?

Antonio Patriota: Mesmo no governo anterior foram feitos esforços para que pessoas presas no Irã fossem soltas – com êxito. Não é assim, como se não tivesse menção ao tema. Tentamos ter um padrão de comportamento coerente. Queremos para o outro o que queremos para nós. Existe a figura do relator especial (da ONU) para tortura, execuções sumárias, condições carcerárias. Nós damos convites para que eles visitem o Brasil e façam relatórios. Outros países também devem admitir os relatores. Quando um país se recusa a recebê-los sistematicamente, caso do Irã, nós achamos que se justifica a indicação de um relator especial.

Época: O Brasil está próximo de reconhecer o governo de Honduras?

Antonio Patriota: Há um processo interessante em curso, liderado pela Venezuela e pela Colômbia. Eles chamaram o presidente Pepe Lobo e o ex-presidente Manuel Zelaya, que não compareceu, mas estabeleceu algumas condições, aceitas na essência pelo Pepe

Lobo. Eles estão negociando as condições que permitiriam o regresso do Zelaya. É um processo que não vamos precipitar para que não descarrile.

Época: A publicação de um livro com evidências de colaboração entre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) e o governo do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, pode criar tensões?

Antonio Patriota: O governo venezuelano entregou às autoridades colombianas um sujeito chamado Joaquim Perez, considerado o embaixador das Farc na Europa. Isso foi no fim de abril. Agora Bogotá entregou a Caracas um narcotraficante. Eu acho que está aí o desejo dos dois países de virarem a página. Não vou me pronunciar sobre um relatório elaborado por um instituto inglês. Esses acontecimentos são mais eloquentes e falam mais da realidade atual.

Época: Em 2012, o Brasil vai sediar a Rio+20, uma cúpula para discutir o desenvolvimento sustentável. Qual será a postura, agora que o país é dono de uma grande reserva de petróleo?

Antonio Patriota: A descoberta do pré-sal – a presidenta Dilma me disse isso em várias ocasiões – não afastará nosso compromisso de manter grande parte de nossa matriz como renovável. Além de ser dono de uma reserva de petróleo importante, o Brasil também tem a matriz energética mais limpa. Vamos ser o único país do mundo com essa característica. O que nos credencia não só para ser o país-ponte entre ricos e pobres, mas entre grandes produtores de petróleo e países com consciência verde.

Época: O Itamaraty concluiu que a concessão de passaportes diplomáticos aos filhos do ex-

presidente Lula foi legal. Por que, então, as regras mudaram?

Antonio Patriota: A nova legislação visa dar mais critério à concessão desse documento. Vai à linha do desejo da presidenta Dilma de dar tratamento mais rigoroso às iniciativas do Estado. Para o Itamaraty, será até útil tornar essa concessão mais rigorosa porque passaportes diplomáticos só devem ser concedidos nos casos efetivamente necessários.

Época: Qual é a pior barreira à luta brasileira para aumentar as exportações de produtos com maior valor agregado?

Antonio Patriota: O Brasil é um pouco como os Estados Unidos, o comércio externo é uma parcela relativamente baixa do PIB, entre 15% e 16%, porque o Brasil tem um mercado doméstico importante para atender. Com o crescimento da classe média, o mercado doméstico foi fonte de dinamismo e vigor da economia. Sim, claro que existe uma ênfase na busca de mercados, mas essa não é necessariamente uma decisão governamental. O exportador vai procurar o núcleo onde ele tem mais vantagens. A indústria mais pesada está encontrando oportunidades na região, no mercado interno.

Época: Como incentivar o comércio com o real tão valorizado?

Antonio Patriota: Hoje (10 de maio), por coincidência, o Comitê de Comércio, Dívida e Finanças da Organização Mundial do Comércio (OMC) se reuniu, pela primeira vez, para tratar de câmbio e comércio. E foi uma iniciativa brasileira. O ministro Guido Mantega (Fazenda) foi um dos primeiros a levantar o tema, e nós levamos adiante. Num primeiro momento houve resistência de membros do

G20, não vou mencionar quais, mas agora o debate avança. A idéia é conhecer melhor a relação comércio e câmbio. É o primeiro passo para um diagnóstico dessa relação. Haverá uma segunda reunião. Não são reuniões conclusivas, mas é o reconhecimento de que existe um tema a ser aprofundado porque, de fato, a manipulação das taxas de câmbio, que envolve decisões macroeconômicas de atores com impacto sobre desequilíbrios macro mundial, porque não são os pequenininhos que afetarão o mundo, são os grandes atores, pode gerar vantagens ou desvantagens.

Época: Ainda não está claro que o câmbio pode ser um fator de protecionismo?

Antonio Patriota: Não, é preciso ter muito cuidado porque tem mais de um lado a questão. Hoje está alto, no dia seguinte pode estar ao contrário. Já houve manifestações do Congresso americano querendo impor taxaões em função de câmbio que nos preocupavam muito, poderiam representar medidas protecionistas com impacto nas nossas exportações. Entra em jogo também a distribuição de tarefas entre os organismos multilaterais existentes. Há um reconhecimento de que FMI cuida de câmbio, que OMC não devia enveredar por esse caminho. Hoje em dia surgem muitas questões transtêmicas. O conselho de segurança vai se reunir no mês de junho para analisar o impacto da AIDS sobre a segurança internacional. É um tema de saúde tratado na comissão de segurança. E não é a primeira vez não. Al Gore já tinha levantado essa questão. Existe interface entre comércio e meio ambiente, o que também gera preocupações com medidas protecionistas, por exemplo, se resolverem criar selos com o que é produzido de forma ambientalmente segura. Isso seria uma forma de protecionismo? Temos que ficar atentos. Pode ser ruim ou

bom. Tem até quem queira vender patinete como um bem ambientalmente correto.

Época: Qual a importância da morte de Osama Bin Laden tem para o Brasil?

Antonio Patriota: Esperamos que esse acontecimento não seja pretexto para qualquer ação adicional terrorista, pelo contrário, o que eu preferiria acreditar é que o desaparecimento desse personagem seja simbólico de um novo período para o mundo árabe, porque o que constatamos nessas manifestações espontâneas na Tunísia, no Egito e em outros lugares, é que a sociedade civil do mundo árabe se manifesta de forma pacífica sem recorrer ao ódio e à vingança, características da Al-Qaeda, e também sem culpar agentes externos por insuficiências domésticas no plano político e econômico. Eles buscam objetivos com os quais só podemos nos identificar: liberdade de imprensa, de expressão, de livre associação, melhoria das condições de vida e emprego, reforma política. De modo que, o que o mundo árabe está demonstrando em 2011, e que contrasta muito com as teses da Al-Qaeda, é um mundo árabe que não se caracteriza pelo fundamentalismo.

**ENTREVISTA CONCEDIDA PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, ANTONIO PATRIOTA, AO JORNAL “BRASIL
ECONÔMICO” – BRASÍLIA – DF, 17/05/2011**

“Não é só entrar, extrair e levar o minério ou a soja embora”

Segundo ministro, Itamaraty trabalha para assegurar transferência de tecnologia na relação com a China.

Simone Cavalcanti

Uma aposta estratégica. É assim que o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Antonio Patriota, vê a posição da China não só em relação ao Brasil, mas a toda América Latina, por se tratar, no conjunto, de uma potência na produção de alimentos e de energia. “E tudo isso tem a ver com a segurança alimentar e energética da China, para que continue crescendo.” Por isso mesmo, o diálogo entre os governos só tem melhorado, diz.

Brasil Econômico: Qual a avaliação dessa visita da delegação chinesa?

Antonio Patriota: Sinaliza a retomada de contatos em nível ministerial que havia desacelerado em 2010, em compasso de espera da eleição aqui. A reunião da subcomissão de comércio permite acompanhar a

implementação dos compromissos acordados, como a liberação da carne suína e os jatos da Embraer. E avançar no planejamento futuro para identificação de novos projetos e áreas.

Brasil Econômico: Como o quê?

Antonio Patriota: Um dos pontos é o setor automotivo. Temos uma experiência que é valorizada internacionalmente em termos de biocombustíveis, e a China poderá ter interesse em participar de produtos com essas características. Quando a presidenta Dilma Rousseff esteve em Pequim, participou de um evento cujo título era Além da Complementaridade. Isso diz muito. Porque a complementaridade a gente conhece. Exportamos muita matéria-prima. Não queremos deixar de exportar, mas queremos também embarcar produtos com maior grau de elaboração. Queremos desenvolver parcerias em áreas tecnologicamente mais avançadas, que contribuam para competitividade industrial.

Brasil Econômico: Quais as áreas consideradas estratégicas pelo governo?

Antonio Patriota: Desde biocombustíveis, nanotecnologia, biotecnologia até a questão

das terras raras, incluindo a extração e processamento do lítio. E energia de modo geral.

Brasil Econômico: O que mais foi discutido?

Antonio Patriota: Também discutimos um pouco a questão do turismo e da importância das conexões aéreas. A TAM está querendo estabelecer presença na China. A Air China faz um voo comum a escala apenas em Madri. E agora com a Copa do Mundo, Olimpíadas, Rio+20 e outros acontecimentos esperamos que haja um crescimento da visita de lado a lado.

Segundo o Mdic, há um empenho do governo para direcionar os investimentos à cadeia produtiva de setores de interesse nacional.

Isso traz à tona o que pode ser descrito como um novo momento da relação entre Brasil e China. Em termos de quantidade, o comércio e a atração de investimentos vão bem, mas nós queremos operar um salto qualitativo. Isso inclui diversificação da pauta de exportação, os embarques de produtos de maior valor agregado, buscar parcerias com os chineses em que possamos incorporar um conteúdo de tecnologia mais avançado.

Brasil Econômico: Roger Agnelli, ex-presidente da Vale, já reclamou do fato de os chineses comprarem jazidas no Brasil sendo que há uma proibição para entrada naquele mercado. Como isso está sendo tratado?

Antonio Patriota: Mais do que o Itamaraty, a própria presidenta abordou isso. Quando esteve na China disse que quer continuar atraindo investimento chinês, mas aquele que traga um valor agregado. Não é só entrar, extrair e levar o minério ou a soja embora,

sem contribuir para o desenvolvimento seja ele de que tipo for. É essa mensagem.

Brasil Econômico: Mas não quer dizer que a China vá mudar suas proibições?

Antonio Patriota: Vamos olhar o que acontece no médio e longo prazo. Nós somos uma potência no que se refere à produção de alimento. Se juntar todos da América do Sul somos também uma potência energética. Somos fonte de recursos minerais. E tudo isso tem a ver com a segurança alimentar e energética da China, para que continue crescendo. Isso é um pouco a equação da complementaridade. Quando fala em ir além disso, queremos que não seja uma via de mão única, que também esse relacionamento no sentido inverso nos traga uma contribuição em desenvolvimento qualitativamente superior. A questão da reciprocidade foi levantada, pois empresas nossas têm dificuldade de se estabelecer na China. Se eles aqui têm uma limitação ou se ressentem de alguma dificuldade na aquisição de terras, bom, lá não há nem essa possibilidade. Há uma compreensão das assimetrias e um desejo de superá-las.

Brasil Econômico: Em que prazo?

Antonio Patriota: O calendário de reuniões vai estabelecendo os prazos. Mas nós gostaríamos de ter avanços até a COSBAN (Comissão de Alto Nível Sino-Brasileira) que se reúne no segundo semestre.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Africa do Sul - 51, 78, 79, 97, 101, 108, 109, 113, 126, 128, 145, 157, 158, 159, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 196, 205, 218, 223, 227.

Alemanha - 59, 65, 72, 78, 97, 101, 104, 105, 139, 154, 155, 177, 178, 179, 180, 222.

Algodão - 59, 126.

Argentina - 31, 50, 63, 64, 69, 70, 71, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 110, 114, 194, 212.

B

Biocombustíveis - 57, 58, 64, 85, 97, 101, 111, 128, 144, 152, 155, 163, 186, 189, 195, 204, 241.

Bolívia - 65, 110, 123, 150, 151, 159, 194.

Burkina Faso - 59, 111.

Burundi - 97, 109, 137.

C

Cabo Verde - 69.

CALC - 46, 171.

Chile - 110, 119, 141, 153, 154, 194, 237.

China - 25, 32, 65, 72, 78, 79, 97, 119, 120, 126, 128, 139, 152, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 183, 187, 205, 222, 230, 235, 236, 237, 238, 241, 242.

Comissão Européia - 78, 182.

Conselho de segurança - 43, 44, 51, 55, 56, 82, 97, 99, 101, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 124, 125, 127, 128, 138, 139, 141, 142, 147, 164, 166, 172, 178, 187, 197, 206, 209, 218, 222, 225, 226, 227, 229, 239.

Cooperação Econômica - 64, 142, 143, 167, 184, 186, 189, 195.

Coréia do Sul - 126, 159.

CPLP - 55 - 125.

Cruz Vermelha - 63, 140.

D

Democracia - 27, 29, 30, 31, 45, 50, 72, 76, 81, 82, 83, 110, 113, 115, 124, 142, 145, 146,

149, 150, 164, 166, 191, 194, 196, 197, 202, 217, 220, 225, 226, 233, 235, 238.

Desenvolvimento Sustentavel - 44, 49, 54, 61, 65, 85, 107, 116, 143, 144, 145, 154, 159, 164, 169, 173, 175, 176, 179, 187, 194, 195, 199, 200, 205, 206, 210, 211, 238.

Direitos Humanos - 27, 30, 32, 33, 45, 49, 56, 81, 83, 103, 104, 115, 116, 127, 139, 142, 145, 146, 150, 156, 158, 164, 177, 184, 187, 194, 196, 202, 206, 209, 217, 219, 220, 221, 222, 223, 227, 233, 235, 237, 238.

E

Energia - 27, 31, 32, 33, 35, 37, 40, 45, 64, 70, 82, 83, 85, 89, 90, 95, 97, 99, 100, 101, 115, 116, 117, 125, 140, 141, 142, 144, 145, 147, 148, 152, 153, 154, 157, 158, 160, 161, 163, 168, 174, 176, 177, 179, 183, 184, 187, 188, 189, 192, 193, 195, 197, 199, 201, 202, 204, 207, 210, 212, 213, 241, 242.

Equador - 64, 110, 152, 159, 174, 182, 194.

Espanha - 59, 119, 159, 191, 192, 211.

EUA - 114, 116, 126, 141, 151, 152, 158, 184, 185, 195, 206, 220, 222, 224, 229, 230.

F

Foro Ibas - 100.

França - 59, 97, 115, 116, 117, 222.

G

Genebra - 26, 36, 114, 127, 151, 170, 206.

Guiana - 110, 159, 203.

Guine-Bissau - 44, 56, 59, 97, 107, 109, 111, 149, 150.

H

Haiti - 31, 44, 46, 47, 72, 76, 77, 78, 81, 82, 97, 99, 101, 105, 107, 109, 116, 121, 122, 137, 148, 149, 150, 154, 191, 193, 195, 196, 197, 203, 205, 218, 229, 236, 237.

Honduras - 191, 196, 203, 238.

I

India - 25, 51, 78, 79, 97, 101, 103, 104, 105, 108, 109, 113, 125, 126, 128, 129, 133, 135, 136, 137, 139, 157, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 205, 218, 222, 227, 230.

Investimentos - 31, 54, 55, 57, 58, 84, 90, 95, 110, 111, 115, 116, 117, 120, 125, 128, 137, 141, 142, 154, 157, 160, 161, 162, 163, 169, 172, 180, 183, 188, 189, 192, 193, 195, 198, 204, 207, 208, 209, 210, 213, 242.

Israel - 59, 112, 113, 114, 129, 133, 182, 227.

Italia - 59, 72, 194, 218, 219, 223.

J

Jamaica - 191.

Jogos Olímpicos - 143, 157, 161, 163, 170, 189, 208.

L

Libano - 97, 110, 193.

M

Mali - 59, 111.

Mercosul - 25, 31, 50, 71, 73, 75, 78, 79, 80, 81, 84, 85, 89, 92, 93, 110, 112, 141, 149, 177, 181, 182, 191, 192, 193, 194, 201, 202, 210, 213, 214, 231, 232, 233, 234, 236, 237.

México - 72, 114, 131, 152, 172, 196, 211.

Moçambique - 63, 195, 207.

N

Nações Unidas - 28, 32, 36, 43, 45, 48, 54, 55, 56, 71, 76, 81, 82, 97, 98, 99, 101, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 115, 124, 125, 127, 128, 139, 142, 145, 146, 147, 149, 150, 156, 158, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 172, 173, 175, 176, 178, 187, 190, 193, 195, 197, 203, 205, 206, 210, 211, 225, 235, 237.

Negócios Estrangeiros - 64, 65, 69, 70, 104, 105, 110, 115, 116, 117, 123, 124, 125, 128, 140, 153, 171, 174, 176, 180, 181, 186, 207, 214.

Nigéria - 97.

O

OIT - 148.

OMC - 87, 114, 126, 144, 151, 152, 187, 206, 230, 236, 239.

P

Palestina - 79, 109, 112, 113, 182, 191.

Paquistão - 36.

Paraguai - 68, 73, 177, 184, 185, 194, 213.

Paz - 27, 28, 30, 31, 35, 37, 43, 44, 45, 50, 51, 54, 55, 56, 61, 66, 71, 78, 81, 86, 97, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 127, 142, 147, 149, 150, 153, 156, 164, 165, 166, 172, 175, 182, 193, 194, 197, 202, 205, 209, 225, 227, 229, 233.

Peru - 71, 110, 159, 194.

Portugal - 36, 97, 110, 111, 119, 152, 153.

Programa Nuclear - 212, 219, 226.

Propriedade Intelectual - 190, 209.

S

Segurança Alimentar - 47, 57, 58, 59, 60, 68, 76, 101, 145, 148, 161, 162, 164, 168, 170, 171, 188, 194, 195, 204, 207, 241, 242.

Serra Leoa - 109

Somália - 97, 134.

Suécia - 185, 186.

Suriname - 110, 159.

T

Timor-Leste - 44, 64, 97, 107, 123, 124, 125, 191.

Togo - 111.

Turquia - 119, 219.

U

Unasul - 31, 50, 71, 73, 74, 76, 80, 81, 83, 98, 99, 109, 110, 138, 149, 154, 172, 173, 174, 177, 197, 202, 203, 233.

Capa e Projeto Gráfico

Karina Barreira
Vivian Fernandes

Diagramação

Karina Barreira

Formato

20 x 26 cm

Mancha

15,5 x 21,5 cm

Tipologia

Times New Roman

Papel

Supremo 250 g/m²,
plastificação fosca (capa)
e 75g/m² (miolo)

Número de páginas

250

Tiragem

500

Endereço para correspondência

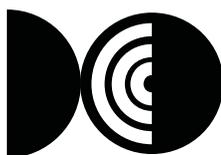
Coordenação-Geral de Documentação
Diplomática (CDO)

Ministério das Relações Exteriores,
Anexo II, 1º subsolo, Sala 10
CEP 70170-900, Brasília, DF

Telefones: (61) 2030-9279 / 9037

Fax: (61) 2030-6591

Impresso pela Dupligráfica Editora Ltda



Departamento de Comunicações e Documentação